

ISSN: 1981-2434

# **REVISTA ELETRÔNICA HISTÓRIA EM REFLEXÃO**

Programa de Pós-Graduação em História Faculdade de Ciências  
Humanas Universidade Federal da Grande Dourados  
(PPGH/FCH/UFGD)

Dossiê História das Mulheres, Gênero e Interseccionalidades

Organizadoras:  
Kênia Érica Gusmão Medeiros  
Gilmária Salviano Ramos  
Paula Faustino Sampaio

v. 14 | n. 28 | Jul. / Dez. 2020

A Revista Eletrônica História em Reflexão (REHR) é um periódico semestral editado por discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UFGD (Mestrado e Doutorado) com o apoio do Programa de Pós-Graduação em História, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e da Associação dos Pós-Graduandos em História da UFGD. A revista é indexada no Sistema Regional de Informação em Linha para Revistas Científicas de América Latina, o Caribe, Espanha e Portugal (Latindex) e no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

## EQUIPE EDITORIAL

Bruna Brandel Meleck – Universidade Federal da Grande Dourados

Larissa Klosowski de Paula – Universidade Federal da Grande Dourados

Lídia Kellenn Brito dos Santos – Universidade Federal da Grande Dourados

Marcela Prenda Teixeira – Universidade Federal da Grande Dourados

2

## CONSELHO CONSULTIVO

Adriana Aparecida Pinto, Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil

Ana Maria Marques, Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Andrey Minin Martin, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Brasil

Carlos Barros Gonçalves, Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil

Cielo Zaidenweg, Universitat de Barcelona, Espanha.

Cristina Monteiro de Andrada Luna, Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Deusa Maria de Sousa, Universidade Federal do Pará, Brasil

Edvaldo Sotana, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Eliazar João da Silva, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Eliane Cristina Deckmann Fleck, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Elenita Malta Pereira, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Eudes Fernando Leite, Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil

**Dossiê: História das Mulheres, Gênero e Interseccionalidades**

Fábio da Silva Sousa, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Fernando Perli, Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil

Jérri Roberto Marin, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Jiani Fernando Langaro, Universidade Federal de Goiás, Brasil

Jorge Eremites de Oliveira, Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Jorge Pagliarini Junior, Universidade Estadual do Paraná, Brasil

Leandro Almeida, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Mariana E. de Oliveira, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Marcia Maria Medeiros, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maristela Carneiro, Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Marcelo Fronza, Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Mauricio Brito, Universidade Federal da Bahia, Brasil

Oswaldo Rodrigues, Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ricardo Oliveira da Silva - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Renilson Rosa Ribeiro, Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Suzana Maria de Sousa S. Severs, Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Tânia R. Zimmermann, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Brasil

3

ERRATA v.14 | n. 27 | Jan. / Jun. 2020

A pedido de uma das organizadoras do Dossiê referente ao número supracitado, notificamos a seguinte correção na página 7, parágrafo 3º, linha 27: onde se lê “relegou”, na verdade constaria “incumbiu”.

INDEXADORES E BASE DE DADOS

Doaj: <https://doaj.org/>

Latindex: <http://www.latindex.org/>

PKP Index: <http://index.pkp.sfu.ca/index.php/>

Produção Editorial  
Larissa Klosowski de Paula

## APRESENTAÇÃO

### Dossiê: História das Mulheres, Gênero e Interseccionalidades

Organizadoras:  
Kênia Érica Gusmão Medeiros<sup>1</sup>  
Gilmária Salviano Ramos<sup>2</sup>  
Paula Faustino Sampaio<sup>3</sup>

É com enorme satisfação que apresentamos o Dossiê Especial “História das Mulheres, Gênero e Interseccionalidades”. Concebemos esse dossiê em função da surpresa que tivemos com a imensa quantidade de textos que recebemos para a chamada “Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais”, publicada em setembro de 2020. Desse modo, selecionamos alguns trabalhos que não demonstravam alinhamento com todas as categorias da proposta inicial, mas ainda assim representavam enorme contribuição historiográfica. Esse conjunto de textos evidencia a diversidade de temas, abordagens e categorias que fazem parte dos campos da História das Mulheres e dos Estudos de Gênero.

São trabalhos que, em todas as suas diferenças, celebram na historiografia a pluralidade de narrativas, sujeitas e sujeitos, mostram aspectos das lutas feministas que se desvelam em cotidianos, trabalhos, escritas, rezas e partituras de piano, reunindo e inspirando forças motrizes para pesquisas futuras. Falamos de celebração enquanto afirmação, positividade realizada pela construção da compreensão de alteridades que extrapolam os espaços textuais e inundam discursividades e práticas cotidianas.

---

<sup>1</sup> Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás - UFG (2019). Mestre em História pela Universidade de Brasília - UnB - (2011). Graduada em História pela Universidade Estadual de Goiás - UEG- (2008). Atualmente, docente do quadro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG).

<sup>2</sup> Doutorado em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (2015), com período sanduíche na École des Hautes Études en Sciences Sociales em Paris (2013). Mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2009). Graduação em História pela Universidade Federal de Campina Grande (2006). Professora Visitante do Departamento de História da Universidade Federal de Viçosa/MG.

<sup>3</sup> Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Campina Grande (2006) e mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2009). Atualmente, é Professora Assistente II da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Rondonópolis e cursa doutorado em História pelo PPGH/Universidade Federal da Grande Dourados.

### **Dossiê: História das Mulheres, Gênero e Interseccionalidades**

As leitoras e leitores encontrarão ainda neste dossiê outro traço de diversidade: ele consiste numa seleção de escritas de autoras e autores de diferentes regiões do país, os quais instigam reflexões sobre contextos históricos inscritos em temporalidades distintas. As condições de gênero em diálogo com as interseccionalidades de classe, etnia, idade, dentre tantas outras, investigadas nas pesquisas aqui apresentadas, narram resistências e feminismos que emergem na e da vida prática.

Estes textos representam o compromisso da organização desse dossiê com a diversidade da produção em História das Mulheres e Estudos de Gênero, com vistas à transformação social promovida pelo conhecimento histórico, produção essa formada por relações e posições políticas presentes na pesquisa, na escrita e no ensino da história.

Dividimos então, com imensa alegria e legítimo orgulho, o prazer dessas leituras, que evidenciam, pela pesquisa e escrita da história, lutas passadas, assim como batalhas travadas no tempo presente. Tempo que nos tem imposto desafios e adversidades, que tem nos lembrado o quão recentes são as conquistas e compreensões que questionam os determinismos de gênero, e, também por isso, são alvos de frequentes questionamentos e ataques. Deixamos, além do convite à leitura, o chamado à luta, esta que, como demonstra cada texto aqui presente, foi e é o caminho para a conquista e a consolidação de direitos que promovam a ampliação de uma cidadania plena.

## ENTREVISTA COM A PROFESSORA ANGELA FIGUEIREDO

Jorge Luiz Zaluski<sup>1</sup>

Angela Figueiredo possui graduação em antropologia pela Universidade Federal da Bahia (1994), Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1998) e Doutorado em Sociologia pela Sociedade Brasileira de Instrução - SBI/IUPERJ (2003). É professora Associada II no Centro de Artes, Humanidades e Letras da UFRB. Realizou estágio Pósdoc em 2006 na Universidade da Virginia (UVA), no Department of African America Studies (Departamento de Estudos Africano Americano), e em 2017 na Universidade de Berkeley, no Department of Ethnic Studies (Departamento de Estudos Étnicos). Esta relação acadêmica e política com intelectuais afro-americanos e de outras minorias nos Estados Unidos tem rendido boas oportunidades de diálogos e isto tem se refletido tanto no seu trabalho com a classe média negra quanto nos estudos desenvolvidos sobre gênero, raça e classe e sobre o feminismo negro. A professora Angela é coordenadora do Coletivo Angela Davis, um grupo de pesquisa ativista nas áreas de gênero, raça e subalternidade e coordenadora da primeira Escola Internacional Feminista Negra Decolonial. É professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFRB, e atua em dois programas na UFBA, na Pós-Graduação em Estudos étnicos e Africanos (POSAFRO) e no programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares de gênero (PPGNEIM). Como pesquisadora, tem atuado nas áreas de Desigualdades Sociais e Raciais, Desigualdades de Gênero, Cultura e Identidade, Classe Média, Beleza, Movimento Sociais, Empreendedorismo, Feminismo Negro e Emprego Doméstico. Realizou dois filmes-documentários: Deusa do Ébano (2004) e Diálogos com o Sagrado (2013). Foi curadora da exposição Global African Hair que ocorreu no Centro Cultural da Caixa Econômica Federal em Salvador (2012). Coordenou o curso de formação para jovens empreendedores/as em parceria com a Escola Pública (2012, 2013 e 2014). Angela também é integrante Fórum Permanente de Formação política Marielle Franco, uma organização social e política que tem como objetivo

6

---

<sup>1</sup> Doutorando PPGH/UDESC

estimular e contribuir para aumentar o número de mulheres negras em cargos políticos e decisórios.

### **1 – Professora, pode falar um pouco sobre sua trajetória acadêmica?**

Sou antropóloga de formação e fiz o doutorado em sociologia. A minha formação tem sido definida como uma formação clássica na área de raça e classe, ou no campo de estudos definido inapropriadamente no Brasil como o Estudo das Relações Raciais, ao invés de Estudos das Hierarquias Raciais como reivindiquei (FIGUEIREDO; GROSFOGUEL, 2007). Somente após a aquisição do doutorado é que começo a incorporar a dimensão de gênero nas pesquisas que tenho desenvolvido, e isso começou inicialmente quando retornei a Salvador, depois do meu doutorado no Rio de Janeiro. Em 2005 comecei a trabalhar com as questões relativas às desigualdades de gênero e a ministrar disciplina sobre o tema. Desde a minha graduação em antropologia tenho feito pesquisas sobre as desigualdades raciais e a identidade negra. Curioso é que estes dois temas desigualdades raciais e identidade negra sempre foram tratados de forma distintas. A questão das desigualdades sempre foi um tema da sociologia no Brasil, ainda que até a década de 1960, a ênfase fosse muito maior nas desigualdades de classe do que na desigualdade racial, esta interpretação sobre as desigualdades e o racismo iniciam-se, ainda que timidamente com o Projeto UNESCO, principalmente com os trabalhos de Florestan Fernandes em São Paulo, mesmo que Florestan considerasse o racismo como resquício do passado escravista e que tenderia a desaparecer na medida em que o capitalismo avançasse em nossa sociedade. Ainda que tivesse sido excluído do projeto UNESCO, Guerreiro Ramos no mesmo período denunciava as desigualdades raciais e o modo como os negros foram tomados como objeto de estudo, *negro tema* como ele define em oposição ao *negro vida*. A antropologia brasileira por sua vez, abordava a questão da identidade negra, principalmente os aspectos relativos a manutenção de aspectos relacionados a cultura africana no Brasil e a religiosidade negra.

É importante destacar aqui a relevância atribuída pela antropologia as categorias da cor presente no modelo racial brasileiro em que as denominações

da cor ou da raça estavam associados aos fenótipos, daí a importância atribuída a escala classificatória e da auto-classificação da cor (Nogueira, 1985; Maggie, 1996; Silva, 1994). Ainda que escrito nos anos 1950, Oracy Nogueira (2007) em seu clássico *Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem*, aborda a diferença marcante nas dinâmicas raciais nos dois países. De acordo com Nogueira, o preconceito no Brasil ocorre devido as marcas, os fenótipos raciais, a aparência, enquanto nos Estados Unidos, o preconceito é de origem, marcados, portanto pela ancestralidade ou ascendência negra e sua situação de classe. Ainda com relação a classificação da cor, a maioria dos autores enfatizava a importância da classificação da cor no Brasil e o papel ocupado pelo mestiço escuro ou mulato na estratificação social Brasileira, ou mulato como válvula de escape (Degler, 1976). Isso significa dizer que a questão do *colorismo*, termo americano usado pela juventude hoje para falar da hierarquia da cor, e aqui me refiro a cor da pele mesmo, se mais claros ou mais escuros, é algo que sempre fez parte da cultura racial brasileira.

Contudo, se diferentes termos são empregados no cotidiano para a classificação da cor, as categorias oficiais do censo demográfico limitam-se a cinco: brancos, pretos, pardos, indígenas e amarelos. Com exceção do censo populacional realizado em 1970, o censo brasileiro tem tradicionalmente incluído o item cor no questionário. Por outro lado, o termo negro, que tem sido cada vez mais utilizado tanto nos textos acadêmicos quanto na linguagem política e reivindicatória por direitos, não aparece como opção oficial. De acordo com Telles (2003), há três sistemas de classificação da cor operando conjuntamente, ou isoladamente. São eles: a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); os inúmeros termos empregados na cultura popular e a classificação bipolar negro e branco.

Disse tudo isso para destacar que o processo de assunção da minha identidade negra, caminhou lado a lado com o debate e o ativismo negro no Brasil, principalmente o Movimento Negro Unificado (MNU), eu escrevi sobre este tema no artigo Carta de uma ex- mulata à Judith Butler. Hoje me considero negra e feminista, coordeno o coletivo Angela Davis: Grupo de Pesquisa em Gênero, raça e subalternidade e sou membro do Fórum Permanente de Formação política Marielle Franco.



## **2 – Como podemos situar sua produção acadêmica dentro de outras áreas do conhecimento, como a historiografia, por exemplo?**

Eu costumo dizer também que a minha formação é sócio-antropológica, todas as vezes que eu falava sobre isso o professor Carlos Hasenbalg, meu orientador de doutorado sorria. Isso quer dizer que mesmo dentro das Ciências Sociais nunca fui uma antropóloga ou socióloga raiz, eu me movimento muito bem dentro das áreas afins. Como antropóloga me interessa muito à micro história, esta preocupação em analisar os fatos a partir dos indivíduos, e de indivíduos marginais, figurantes do ponto de vista da história oficial. Lembro do entusiasmo quando li Carlo Ginzburg “Os queijos e os Vermes”, livro fantástico! Eu não sou nada disciplinada do ponto de vista da minha formação e não sou defensora da disciplinariedade como ponto de vista teórico, não sou purista, eu acredito que a interdisciplinariedade ou a transdisciplinariedade é o caminho. Na verdade, eu acredito que a disciplinariedade reflete exatamente os nossos limites frente a capacidade de analisar um tema, já que não temos condições de abordar a complexidade, optamos pelos recortes da realidade, e são exatamente estes recortes a fonte de nossa limitação. Os trabalhos de João José Reis no que diz respeito tanto a revolta dos malês quanto a biografia de um escravo mostra a relação complexa entre sujeito e estrutura. Lembro da importância de Katia Mattoso, mas também de Manuela Carneiro da Cunha, que mesmo sendo antropóloga faz um brilhante trabalho historiográfico sobre os retornados à África. A historiadora Beatriz de Nascimento faz uma abordagem interdisciplinar maravilhosa nas análises sobre o Quilombo. Sem esquecer da importância da sociologia da práxis de Clóvis Moura. Isso é uma tradição muito importante de diálogo entre estas áreas.

Quero destacar ainda aqui o importante trabalho da historiadora Isabel Reis sobre famílias negras e de Sônia Giacomini sobre Mulher e escrava, trabalhos fundamentais para quem adota a perspectiva de gênero ou a perspectiva interseccional. Nesse sentido, a contribuição de Joan Scott no clássico artigo “Gênero como uma categoria útil de análise histórica” é fundamental para todos nós. A contribuição desse artigo não cabe em nenhuma

perspectiva disciplinar, e o desafio colocado pela autora para que possamos ampliar a história incluindo os homens e as mulheres, e não apenas para contar a história das mulheres, deixando intacto as abordagens das relações de poder é algo que nos desafia até hoje. Não queremos contar uma história das mulheres negras separada da história, queremos reescrever a história, colocando as mulheres negras que estavam a margem, no centro da história. Pois sabemos que desde a escravidão as mulheres negras foram centrais tanto para o projeto econômico, como para a formação ideológica do projeto de identidade nacional.

Por outro lado, há limites em sua análise que revela exatamente o seu ponto de vista ou a posicionalidade da autora, Joan Scott argumenta que o gênero é a forma primária de dar sentido a diferença. Eu argumento que a raça é a forma primária de dar sentido a diferença, visto que os negros e negras durante a escravidão se quer eram considerados como seres humanos. Tratados como coisa, objetos que eram vendidos, trocados e comercializados. Angela Davis considera que as mulheres negras durante a escravidão eram, sobretudo, escravas, expostas ao trabalho na lavoura da mesma maneira que os homens escravos. Então, as características atribuídas a fragilidade feminina, ou à maternidade como explicação da fraca inserção das mulheres no mercado de trabalho não se sustenta, desta perspectiva as mulheres seriam reprodutoras da vida humana, enquanto os homens produzem, de uma perspectiva feminista negra isso não faz o menor sentido.

Por outro lado, ainda que não tenhamos utilizado a categoria de gênero de uma perspectiva crítica, pois a maioria de nós aceita a eficácia do conceito de gênero e o seu potencial como uma categoria útil de análise. Existem contribuições africanas que se opõem a universalidade do gênero, Oyèrónké Oyèwùmí (2017), questiona a naturalização da categoria de mulher e gênero, considerando-os como conceitos que refletem a experiência ocidental no mundo, em sua análise rejeita o sistema sexo/gênero de Gayle Rubin; e Grada Kilomba (2019), que introduz uma reflexão sobre a mulher negra ser o “outro do outro”, numa efetiva alusão a Simone de Beauvoir.

Em 2016 publiquei um artigo sobre Feminismo Negro numa perspectiva comparativa entre Brasil e Guiné Bissau com Patrícia Gomes, uma grande amiga historiadora. Na ocasião dialogamos sobre a utilização do conceito de gênero e

do feminismo para compreender as desigualdades nos países africanos, particularmente na Guiné Bissau. Evidenciamos naquele texto que outras categorias, como por exemplo, o conceito de geração, é muito mais eficaz para interpretar o contexto de muitos países africanos.

**3 – Em publicação recente, intitulada “Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial”, você levantou muitas considerações sobre as produções intelectuais de e sobre mulheres negras. Principalmente sobre o impacto editorial nas traduções de obras como as de Angela Davis, ou em publicações recentes, como a coleção Feminismos Plurais. É possível afirmar que a circulação dessas produções são parte do resultado de políticas públicas e ações afirmativas?**

Com toda certeza, o contexto político e social atual é fruto do acúmulo de uma história que se inicia há muitos anos, e resulta de ações e denúncia dos movimentos negros. Na minha geração, pessoas negras na universidade eram exceção, éramos os únicos ou, um dos poucos na sala de aula na graduação, e certamente os únicos no doutorado. Este quadro se altera, inclusive como resultado de nosso trabalho de pesquisa que denunciava as desigualdades no acesso a educação e na conversão da educação na inserção do mercado de trabalho. A minha geração utilizou as estatísticas para denunciar as desigualdades, mas também utilizamos de dados qualitativos para falar de estereótipos raciais e da baixa expectativa dos professores com relação aos alunos e alunas negras. A minha geração articulava reflexão teórica e atuação política de forma muito sofisticada, pois quando falávamos sobre as desigualdades raciais e o racismo existentes no Brasil, éramos muito facilmente desautorizados, pois consideravam que a nossa intervenção não era baseada na ciência, mas num olhar de militante, e como uma análise ativista era, portanto, desprovida de verdade. A geração atual, após quase 20 anos da implementação das cotas na UERJ e na UNEB devem ir muito além de nós, esta geração precisa encontrar formas de ir além da denúncia, buscando formas efetivas de combater as desigualdades raciais e de gênero. Certamente para fazer isso é necessário nos articularmos politicamente e coletivamente. Isto em parte explica o aumento de pessoas negras, mas principalmente de mulheres

negras concorrendo a cargos políticos. O outro motivo certamente está na resposta ao assassinato de Marielle Franco e a não identificação ao ou aos mandantes do crime até hoje.

A articulação entre gênero e raça é relativamente mais recente. Há um artigo de Sandra Azeredo que recupera a formação do campo de estudos sobre gênero e raça que é muito interessante, pois ela considera que a crítica feminista realizada pelas mulheres negras ao feminismo hegemônico não foi incorporada ao feminismo brasileiro nos anos 1980, e de que esta recusa era resultante da ideologia brasileira que faz subsumir as desigualdades raciais e o racismo na sociedade brasileira.

Há produções significativas sobre gênero e raça feita por Lélia Gonzalez em 1988, mas de certa forma diríamos que a maior parte da reflexão sobre as desigualdades de gênero e raça estavam fora da academia, são artigos e livros escritos por mulheres negras que estavam fora da universidade. Isso significa que na nossa formação, quase não líamos mulheres negras dentro da universidade, assim como não tínhamos grupos de pesquisas que trabalhassem a interseccionalidade das categorias de gênero, raça, classe, geração, etc.

Como disse anteriormente, este aumento do número de estudantes e professores negros tem estimulado a formação de coletivos, e estes coletivos tem possibilitado o compartilhamento das experiências e da criação de estratégias política e acadêmica coletiva, nesse sentido, há uma ampliação da definição do conceito de ativismo ou mesmo do movimento, além do alargamento do próprio conceito de pesquisa. Nesse sentido, quero citar o Coletivo Angela Davis, um grupo de pesquisa ativista que acolhe e estimula a pesquisa realizada por pesquisadoras/es negras/os e por pesquisadoras/es que tenham compromisso acadêmico e político de combater as desigualdades de gênero, raça, a LGBTFobia e outras formas correlatas de desigualdades. Há vários coletivos nas universidades, o Akofena/UFRB, o Coletivo Luíza Bairros/UFBA e de tantos outros coletivos, formados por estudantes e estudantes e professores.

Estes estudantes têm pressionados os professores e professoras para incorporarem na bibliografia a contribuição de autores negros e negras. E é claro que a combinação do que descrevi cria, efetivamente, um ambiente favorável para que as editoras publiquem e traduzam autores negros e negras. Embora,

seja necessário fazer uma observação, como destaquei na introdução do livro, *A liberdade é uma luta constante*, as grandes editoras traduzem as obras de feministas afro-americanas, mas isso não tem contribuído para que estas editoras publiquem os nossos trabalhos.

Por fim quero dizer que a produção feminista negra não se reduz a publicação de livros, já que está no uso das plataformas digitais, tais como sites, blogs, *facebook*, *instagram* e *youtube*.

#### **4 – Como a epistemologia insubmissa feminista negra pode auxiliar na análise de fontes históricas?**

Promovendo um deslocamento, indo além da contribuição importante feita pela micro história e, efetivamente, incluindo os homens e mulheres negras na história, não como uma historia separada, mas como ator e agente de nossa história. Rompendo fronteiras e colocando os sujeitos que historicamente estiveram à margem no centro da produção do conhecimento, no nosso caso em especial, colocando as mulheres negras no centro da produção. Como explorei no artigo que você mencionou, a epistemologia insubmissa negra decolonial propõe uma produção de pesquisa ativista, na sua grande maioria, em diálogo com os movimentos sociais, pois entendemos que a produção do conhecimento não ocorre apenas nas universidades.

Como construir minha análise uma epistemologia insubmissa feminista negra é aquela que propõe uma reconciliação com o senso comum. Por que uma reconciliação, porque o senso comum não é necessariamente revolucionário ou não hegemônica, muitas vezes naturaliza as desigualdades, como aquela que ocorre com relação à violência contra a mulher. A compreensão oferecida pelo senso comum pode ser altamente conservadora, tal como expressa no dito popular “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, por isso não estou falando de qualquer senso comum, mas de uma reconciliação com à crítica social produzida pelos movimentos sociais que contestam muitas das naturalizações das desigualdades.

## 5 – Vivemos uma nova onda do feminismo? Quais são as características do feminismo no tempo presente que as diferenciam de contextos anteriores?

Em primeiro lugar é preciso falar que no passado não muito distante, muitas mulheres negras que são integrantes do movimento de mulheres negras não se definiam como feminista, por que consideravam que o feminismo expressava apenas a experiência das mulheres brancas de classe média. Tratava-se, portanto, de uma rejeição que conduzia a uma ruptura entre experiências muito distinta. O que ocorre hoje é uma ampliação do conceito de feminismo, incluindo diferentes formas de manifestações e atuação das mulheres. Hoje temos o feminismo lésbico, o feminismo interseccional, dentre outros.

Como destaquei anteriormente, as ações afirmativas e a ampliação do número de universidade públicas. Assim como, a popularização do uso da internet e os ativismos digitais, ou ciberativismo amplia o ativismo e de certa forma popularizará varios questões que são tratadas na universidade. O ingresso de estudantes e professores e professoras negras contribuiu para a formação de coletivos negros dentro e fora das universidades, que efetivamente estreitaram laços e alianças com os movimentos sociais, notadamente o movimento de mulheres negras.

Do ponto de vista político o assassinato de Marielle foi um catalisar, um marco para a atuação feminista negra. A candidatura de Vilma Reis como pré-candidata a prefeitura de Salvador, e o movimento Agora é ela! Assim como o Fórum Marielle, resultam tanto de uma tradição histórica da luta de mulheres negras quanto empurram a esquerda, para à esquerda”, como destaca Sueli Carneiro. Estes movimentos como destaquei em artigo, tem sido autodefinido pelas mulheres negras em Salvador como *maré feminista negra*, uma clara alusão à divisão das três fases que caracterizam o feminismo em ondas; ao mesmo tempo em que se constitui enquanto uma ruptura, uma vez que as diferentes ondas feministas não incluíram, em nenhuma de suas fases, a contribuição feminista negra. Ao mesmo tempo que as mulheres negras marisqueiras e quilombolas sobrevivem da cata e comercialização dos mariscos,

extraídos exatamente da maré, então fazer alusão a *Maré Feminista Negra* é recuperar um processo longo de trabalho e luta política.

**6 - Os aportes teórico-metodológicos sobre interseccionalidade são oriundos do feminismo negro. Diante de uma longa trajetória, é possível afirmar que ele “está na moda”? Que atenções devem ser tomadas para não “embranquecer” esses estudos?**

Eu não gosto de substituir a palavra popularidade por modismo, ou moda, por que ao proceder deste modo, desacreditamos na potência analítica do conceito. A moda passa, um bom conceito fica, ainda que se torne menos utilizado. Sabemos que o conceito se torna popular pela sua capacidade explicativa e analítica, assim nos ensinou Thomas Khun. Eu fiz um levantamento na base de dados da CAPES em 2015 sobre o conceito de interseccionalidade e só encontrei no período cerca de 15 trabalhos que mencionavam o conceito. Hoje se este trabalho fosse realizado encontraríamos inúmeros textos que trabalham com o conceito ou que mencionam a definição do mesmo. O conceito de interseccionalidade foi cunhado a cerca de 30 anos atrás e somente nos últimos 5 anos ele se torna popular, no Brasil.

Sabemos que o conceito reflete uma longa história de formulação teórica, e não é nem de longe uma formulação isolada. O conceito resulta da busca e da formulação de conceitos que expressem a experiência das mulheres negras, a exemplo de Sojourner Truth, que em 1851 profere o seu famoso discurso em que faz a crítica: “Ain’t a Woman?” (“Por um acaso, não sou uma mulher?” – tradução nossa). Uma tradição continuada por Anna Julia Cooper (1892), que identifica as mulheres negras como importantes agentes da mudança social.

Como destacado em outro texto (FIGUEIREDO e GOMES, 2016), o conceito de interseccionalidade tem sido uma ferramenta teórica e política útil de análise, pois catalisa uma demanda já existente da denúncia e da ação dos movimentos de mulheres negras em torno de uma análise mais acurada acerca da realidade vivida.

Do ponto de vista da visualização do conceito, a imagem do entrecruzamento de avenidas, proposta



por Crenshaw (2002), é muito mais próxima do nosso referencial, pois uma intersecção é também uma encruzilhada – espaço de referência significativa para as religiões afro-brasileiras. A encruzilhada é um lugar de encontro, mas é também um espaço de múltiplas saídas, lugares, caminhos, ruas e estradas. A encruzilhada é um dos importantes locais onde se coloca oferta para Exú, o mensageiro entre os diferentes mundos no candomblé.

Patrícia Gomes ressalta que do ponto de vista da reflexão africana, particularmente no caso guineense, o conceito de interseccionalidade não goza da mesma popularidade, visto que as diferenças nem sempre se exprimem em termos de desigualdade, e nem sempre são sinônimos de hierarquia ou de opressão.

Ao narrar a história do conceito, Crenshaw destaca um exemplo pessoal, portanto, a experiência foi fundamental para a elaboração do conceito. Como sublinhado por ela, o conceito tem sua raiz na articulação das categorias de gênero, raça e classe, ainda que articulado com outras categorias. O que consideramos como branqueamento do conceito é, exatamente, o esvaziamento da categoria raça, eixo determinante na formulação do conceito. Guardando as devidas proporções gostaria de fazer uma analogia com o conceito de classe para o marxismo, como poderíamos fazer uma análise marxista retirando exatamente a centralidade do conceito de classe, isso seria impensável!

16

**7 – Atualmente no Brasil, podemos elencar ao menos dois grandes problemas que atingem diretamente as mulheres. O primeiro, uma instabilidade política que afronta constantemente muitos dos direitos conquistados ao longo do tempo. O segundo, da pandemia, que coloca em maior risco as pessoas em vulnerabilidade. Pode nos falar um pouco sobre o assunto?**

Bom, eu acho que são duas perguntas distintas, então eu responderei a primeira sobre instabilidade política e a segunda sobre a pandemia mas sei que em algum momento os temas se cruzam.



Desde o assassinato de Marielle Franco, em 14 de março de 2018, o movimento de mulheres negras se articulou em torno de uma reflexão crítica sobre a busca dos mandantes do crime, e a necessária punição, bem como da reflexão sobre a trajetória política de Marielle. Nós do Fórum permanente de formação política de mulheres negras: Marielle Franco nos perguntamos sobre o modo como os partidos de esquerda também silenciaram a potência política de Marielle. E isso fez com que Marielle virasse semente como dizemos, visto que nasceram muitas Marielles em diferentes regiões do país. O assassinato de Marielle ocorreu durante o Fórum Social Mundial e após a Marcha das Mulheres negras em Brasília, em 2015. Dois eventos importantes para o feminismo negro. Como falei anteriormente, o movimento Agora é ela!, movimento em toro da pré-candidatura de Vilma Reis a prefeitura de Salvador, se tornou um capítulo importante da história política do Brasil.

Sobre a pandemia, sabemos que vivemos um momento terrível como a consequência do número de mortes causadas pela pandemia provocada pelo vírus COVID-19, tem assustado todo o mundo, por evidenciar a correlação entre saúde, política, economia e o capitalismo em todo o planeta. Sabemos que o vírus atinge qualquer pessoa de maneira indiscriminada, contudo, há inúmeras evidências que revelam como os grupos racializados, negros e latinos, os pobres e as mulheres são afetadas de maneira mais impactante pela doença causada pelo vírus. Seja pela capacidade de realizar e manter o isolamento social – considerado ainda como a única forma eficaz de retardar o contágio com o vírus – por questões financeiras e de classe e, conseqüentemente, pelo pequeno espaço nas residências dos mais pobres, compartilhado por um número significativo de pessoas; por questões culturais e de gênero; pela maior dificuldade de acesso dos pobres aos hospitais na fase aguda da doença; e pela forma como a contaminação se torna mais letal, na combinação com outras doenças pré-existentes, tais como diabetes, hipertensão e obesidade – pois, devido à pobreza, a maioria dos grupos racializados tem uma alimentação rica em carboidratos e gorduras, tornando-se, com frequência, portadoras de diabetes, portanto, uma diabetes social, visto que é criada pelas condições de vida e do racismo que afeta essas comunidades, esta não é uma doença que atinge a todos os grupos sociais da mesma maneira.

E é preciso ressaltar que, mais uma vez, o espaço doméstico, a casa, se configura como um espaço perigoso para muitas mulheres. No Brasil, segundo a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), entre os dias 1º e 25 de março, mês da mulher, houve crescimento de 18% no número de denúncias registradas pelos serviços Disque 100. Quer dizer mesmo numa situação extrema causada pela pandemia, não estamos seguras em casa. E isso precisa mudar, precisamos mudar as representações sobre as condições de subserviência das mulheres, e definitivamente precisamos de uma educação mais igualitária em termos de gênero, para que os homens não se sintam donos das mulheres.

**8 – Para encerrar, você poderia falar sobre os temas a que está se dedicando atualmente em suas pesquisas?**

Ao lado do interesse político no empoderamento de mulheres negras para disputa de cargos políticos, no Fórum Marielle e no movimento Agora é ela! Estou engajada intelectual e politicamente na compreensão da violência, sobretudo, na violência contra mulher. E isso resultou de uma experiência pessoal, trata-se do feminicídio ocorrido com uma estudante da UFRB, Elitânia de Souza da Hora, 25 anos, estudante do curso de Serviço Social, assassinada a tiros no dia 27 de novembro de 2019, pelo seu ex-companheiro, Alexandre Passos Góes Silva, 34 anos, no município de Cachoeira, no Recôncavo da Bahia. Elitânia, mulher negra e quilombola, mesmo tendo prestado queixa e ter sido concedida a medida protetiva, foi cruelmente assassinada em público.

A mobilização coletiva provocada pela morte de Elitânia, uma articulação entre movimentos sociais, a universidade, os familiares e amig@s e membros da comunidade quilombola, traz à tona a necessidade de uma articulação entre diferentes setores que estão empenhados no combate às desigualdades raciais e de gênero, na construção de uma sociedade mais igualitária. Um dia após o feminicídio, realizou-se uma caminhada em que o nome do assassino, Alexandre Passos Góes Silva, geralmente omitido nos noticiários, foi gritado em alto e bom som pelas ruas das cidades de Cachoeira e São Félix. Uma aula pública sobre a violência contra a mulher foi realizada em frente à universidade, assim como

**Dossiê: História das Mulheres, Gênero e Interseccionalidades**

uma audiência pública foi realizada quatro dias após o feminicídio, que contou com a participação de autoridades políticas de Salvador, Cachoeira e São Félix, além da população de um modo geral, a fim de cobrar justiça frente ao assassinato da estudante e não deixar que ela se tornasse apenas mais um número nas estatísticas da violência contra a mulher.

A experiência concreta com a dor, nos possibilitou compreender, efetivamente, como a força da mobilização coletiva, não permitiu o silêncio frente ao nome do feminicida, e nem que um tema de tamanha relevância fosse percebido de maneira individual, não queremos que Elitânia vire apenas um número nas estatísticas. Continuo dentro do marco do feminismo negro agora pensando a violência de gênero e o feminicídio.

**FEMINISMO(S) E CIDADANIA FEMININA:  
O PENSAMENTO FEMINISTA COMO REFERÊNCIA TEÓRICO-  
POLÍTICA À CIDADANIA DE MULHERES EM SUA  
PLURALIDADE**

**FEMINISM (S) AND FEMALE CITIZENSHIP:  
FEMINIST THOUGHT AS THEORETICAL-POLITICAL  
REFERENCE FOR CITIZENSHIP OF WOMEN IN THEIR  
PLURALITY**

Silvana Marinho<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo refletirá sobre a contribuição dos feminismos como lente de leitura da realidade e como estratégia de luta emancipadora à cidadania de mulheres em sua pluralidade: cis, trans, lésbicas, negras, ameríndias, latinas, jovens, adultas, idosas, dentre outros marcadores sociais. A cidadania feminina será pensada a partir de diferentes matizes e matrizes teóricas do feminismo, do clássico ao contemporâneo: o pensamento feminista sufragista, protagonizado principalmente pelas francesas; o pensamento feminista russo, em especial o socialista, que põe em evidência as demandas das mulheres trabalhadoras; o feminismo interseccional e o feminismo descolonial, que inserem também a raça/etnia, a sexualidade e a origem territorial geopolítica norte/sul no centro do debate feminista, interpelando uma suposta universalidade feminina (branca, eurocentrada e heteronormativa).

**Palavras-chave:** Feminismos. Cidadania feminina. Modernidade colonial. Pluralidade de mulheres.

**Abstract:** This article will reflect on the contribution of feminisms as a lens for reading reality and as an emancipatory struggle strategy to the citizenship of women in their plurality: cis, trans, lesbians, blacks, amerindians, latinas, young people, adults, elderly, among other social markers. Female citizenship will be thought from different hues and theoretical matrixes of feminism, from classic to contemporary: suffragist feminist thinking, mainly by the French; Russian feminist thinking, especially socialist thinking, which highlights the demands of working women; intersectional feminism and decolonial feminism, which also insert race / ethnicity, sexuality and the north / south geopolitical territorial origin at the center of the feminist debate, challenging a supposed female universality (white, Eurocentered, heteronormative).

**Keywords:** Feminisms. Female citizenship. Colonial Modernity. Pluralidade de mulheres.

### *Introdução*

À rigor, não se pode considerar o feminismo no singular. Por isso, buscarei neste artigo reconhecer o feminismo em sua pluralidade. Ou seja,

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ). Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Pesquisadora do Laboratório Interdisciplinar de Estudos e Intervenção em Gênero (LIEIG / NEPP-DH UFRJ). E-mail: marinho.silvana@gmail.com.

reconhecer o lastro de perspectivas feministas e suas ondas diante da historicidade do feminismo, como a perspectiva francesa, estadunidense, russa, latino-americana, negra e descolonial, lançando luz à contribuição do(s) feminismo(s) como uma lente fundamental de leitura da realidade e como estratégia de luta emancipadora à cidadania de mulheres em sua pluralidade: mulheres cis<sup>2</sup>, trans, lésbicas, negras, ameríndias, latinas, jovens, adultas, idosas, dentre outros marcadores sociais.

Tenho como proposta, assim, pensar a cidadania feminina a partir da contribuição do pensamento feminista em suas diferentes matizes e matrizes teóricas (do feminismo clássico ao feminismo contemporâneo), sem hierarquizá-las, justamente para considerar o potencial teórico-político que cada uma delas possui em virtude das condições sócio-históricas de cada momento da trajetória da luta feminista.

Essa é, inclusive, uma lição aprendida com a historiadora feminista estadunidense Joan Scott (2002) em “*A cidadã paradoxal*”, que, ao recuperar, na História Social, as práticas feministas das francesas e suas estratégias discursivas em diferentes contextos históricos da França do século XVIII ao XX, apresenta-nos o pensamento de quatro importantes feministas: Olympe de Gouges (1748-1793); Jeanne Deroin (1805-1898); Hubertine Auclert (1848-1914); Madeleine Pelletier (1874-1939). Cada uma delas com uma epistemologia diferente e cada qual com reivindicações de um tempo histórico e político-social diferente, o que interage com a própria identidade delas como feminista. Afinal, como Scott (2002, p. 42) assevera “o tópico central do feminismo não foi sempre o mesmo”, ao contrário, “foi cambiante”, assim como também é a história da filosofia, da psicologia e da política.

A tese de Joan Scott (2002), para a qual o feminismo possui uma história de paradoxos e está marcado por ela, é uma das premissas de análise deste

---

<sup>2</sup> Mulheres cis (cisgêneras ou cissexuais) são aquelas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascer em razão de seu sexo biológico, ao passo que mulheres trans (travestis, transexuais, transgêneros) são aquelas que não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascer, expressando-se pelo gênero oposto àquele assignado à genitália de seu nascimento. Diante da forte presença de uma leitura binária e biologicista sobre os corpos, ativistas trans consideram que os termos “mulheres cis” demarcam uma condição política na teia social e têm sido utilizados pela comunidade trans, desde os anos de 1990, justamente para situar uma resistência aos termos mais biologizantes comumente utilizados, tais como “mulheres de verdade” e “mulheres normais” (DUMARESQ, 2014; VERGUEIRO, 2014).

artigo. Dentre os argumentos centrais de sua tese estão o de que o agir feminista se expressa em paradoxos e o de que o feminismo se apresenta como sintoma das contradições presentes na realidade.

Ela propõe a releitura da história do feminismo na França (1789-1944) e sua luta pelos direitos políticos com um enfoque diferente daquele consensual da história do feminismo do século XIX, qual seja: o de que sua “história é teleológica, que progride cumulativamente em direção a um objetivo ainda não alcançado” (SCOTT, 2002, p.23). Na contramão desse enfoque, Scott (2002) tem como centro de sua atenção evidenciar os paradoxos constitutivos do próprio feminismo, fundamentalmente ao afirmar e negar, simultaneamente, a diferença sexual. De acordo com ela, o feminismo francês daqueles séculos como protesto da exclusão política das mulheres, na intenção de eliminar a diferença sexual e reivindicar direitos às mulheres, acabou por alimentá-la.

Trata-se de um impasse atual no feminismo. Ainda hoje é uma equação de difícil solução o dilema de como combater a diferença sexual – assentada no biologicismo que determina (in)capacidades – sublinhando-a, ao mesmo tempo. Isso porque, em concorde com Scott (2002), *igualitarismo* e *diferenciação* são inseparáveis. A trajetória de luta feminista reclamou direitos iguais em nome da diferença dos sexos, reposicionando a diferença sexual como diferença social constituída. A autora desconstrói a ideia de uma corrente feminista antagônica a outra na expressão do igualitarismo x diferenciação, advogando que na verdade são duas estratégias discursivas, que, guardadas suas diferenças epistemológicas, não tiveram sucesso total.

No nosso tempo presente também assistimos à incompletude das diferentes formulações propostas pelo feminismo. Por esse motivo que aqui me proponho a passear por diferentes perspectivas feministas a fim de extrair delas ferramentas analíticas importantes.

Há que advertir de antemão que, recuperar a historicidade dos feminismos no tempo e no espaço, seja do ponto de vista da luta feminista, seja das suas diferentes teorizações, torna-se um exercício impossível em textos de artigos científicos. Sempre irão faltar importantes autoras e teorias feministas, em especial aquelas que protagonizaram a transição dos estudos sobre

mulheres para estudos de gênero<sup>3</sup>, na tradição anglo-saxônica, ou para as relações sociais de sexo, na tradição francófona.

Portanto, aqui não terei a pretensão de abarcar as teorias consideradas fundantes para o pensamento feminista contemporâneo, o que me exigiria percorrer por teorizações assentadas na antropologia estrutural, no pós-estruturalismo, passando pela psicanálise e pela teoria social crítica. Estruturas teóricas essas que estiveram na arena dos debates de feministas do mundo anglófono dos anos de 1990<sup>4</sup>, que seguem sendo contestadas por feministas negras e terceiro-mundistas. Abarcar tais teorias poderá significar um empenho inócuo, fazendo-me incorrer em uma escrita meramente descritiva e simplificadora. Assim, evitando-se tais riscos, a proposta de apresentação do pensamento feminista, neste artigo, procedeu com algumas escolhas metodológicas para a sua exposição.

No desígnio de discorrer brevemente sobre o pensamento feminista, desde o clássico ao contemporâneo, nas delimitações da natureza deste texto e de sua limitação de laudas, apresentarei algumas chaves de leitura ou núcleos centrais de discussão de algumas autoras feministas num passeio analítico, inspirada pela tese supracitada de Joan Scott, por quatro vertentes de pensamento, a saber: 1) o pensamento feminista sufragista, protagonizado principalmente pelas francesas; 2) o pensamento feminista russo, em especial o socialista, que põe em evidência as demandas das mulheres trabalhadoras; 3) o feminismo interseccional; 4) o feminismo descolonial. Esses dois últimos inserem

---

<sup>3</sup> A exemplo da antropóloga estadunidense Gayle Rubin como uma das grandes referências para situarmos a origem do conceito de gênero no interior do feminismo, já que o termo também tem sua edificação no campo biomédico. Com o texto *“Tráfico de mulheres: notas para uma economia política do sexo”*, datado em 1975, ela formulou o sistema sexo/gênero, o qual consiste em “um conjunto de disposições pelas quais a matéria-prima biológica do sexo e da procriação humana é moldada pela intervenção humana, social, e satisfeita de uma maneira convencional” (RUBIN, 2017, p.17), chamando a atenção para a intervenção da cultura no sexo/gênero e para a economia política dos sistemas sexuais. Rubin tratou dos sistemas de parentesco, concluindo que são formas observáveis e empíricas da organização sociocultural hierárquica de dois gêneros. Sua proposta feminista pode ser sintetizada como uma “revolução no parentesco”. Para aprofundamento, ver: RUBIN (2017).

<sup>4</sup> Aqui me refiro aos fervorosos debates travados por quatro teóricas feministas brancas estadunidenses (Seyla Benhabib, Judith Butler, Drucilla Cornell e Nancy Fraser), na ocasião de um simpósio ocorrido em 1990, cujo tema *“feminismo e pós-modernismo”* demonstrou que a concepção de feminismo estava longe de ser unívoca, mesmo ali entre mulheres brancas nos Estados Unidos. Reunidas as conversas (e divergências) entre elas em um livro, *“Debates feministas: um intercâmbio filosófico”*, a primeira tradução brasileira da edição estadunidense de 1995, vemos que elas evidenciam o papel da teoria no pensamento feminista. Consultar: BENHABIB, S.; BUTLER, J.; CORNELL, D.; FRASER (2018).



também a raça/etnia, a sexualidade e a origem territorial geopolítica norte/sul no centro do debate feminista, interpelando uma suposta universalidade feminina (branca, eurocentrada e heteronormativa).

O esforço será o de buscar um diálogo interdisciplinar entre as perspectivas feministas, porém, tomando como base inicial o pensamento da socióloga brasileira e feminista marxista, já falecida, Heleieth Saffioti<sup>5</sup>, com a qual venho tecendo análises sobre as relações (patriarcais) de gênero na totalidade das relações sociais, em especial com a sua analítica do *nó gênero, raça-etnia e classe* como estruturador das relações sociais, revelando a *simbiose* entre *patriarcado-racismo-capitalismo*. A ancoragem no pensamento de Saffioti cumpre uma demarcação teórico-conceitual e teórico-política, posto que, não há como autonomizar o debate da cidadania feminina de uma dimensão de raça, de classe e do patriarcado<sup>6</sup>, que inscreve uma estrutura de poder desigual entre os gêneros, na qual a supremacia é exercida pelo homem sobre a mulher, subordinando esta última, e, por extensão, as identidades associadas ao feminino e aquelas que irrompem as fronteiras de gênero.

Uma discussão sobre a cidadania feminina a partir do patriarcado não significa aprisionamento a uma determinada perspectiva, ou ainda, a uma determinada autora, mas opera como um solo de análise. Os endurecimentos analíticos só fazem retesar os dilemas atuais do feminismo, como o culturalismo versus o materialismo.

Dadas todas essas demarcações teórico-metodológicas, este artigo se organiza em quatro seções. Sua primeira seção abrirá o terreno da contextualidade histórica das suas análises, trazendo uma breve conceituação de cidadania moderna, sua história, sentidos, avanços e recuos, a partir do auxílio à ciência política para uma reflexão sobre as formulações iluministas abstratas de cidadania e as possibilidades de *agência* dos sujeitos. A segunda

---

<sup>5</sup> Considero a contribuição teórica de Saffioti de extrema importância acadêmica para os estudos feministas, para os estudos das relações de gênero e, também, para a própria literatura marxista brasileira. Com ela, feminismo e marxismo se aproximaram no Brasil já em meados dos anos de 1960.

<sup>6</sup> A feminista não desistoriciza, nem despolitiza o conceito de patriarcado, situando-o não como uma relação da esfera do privado, mas como um tipo hierárquico de relação que invade todos os espaços da vida social. Para ela, o patriarcado tem uma base material, corporifica-se e representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência (SAFFIOTI, 2004).



seção discorrerá sobre o feminismo clássico e a cidadania política. A terceira seção tratará do feminismo russo e o corte de classe e gênero. Na quarta seção discutirei o feminismo interseccional e descolonial, tecendo ao final deste artigo algumas considerações.

*Cidadania moderna: história, sentidos, avanços e recuos*

O processo histórico da cidadania é indissociável da ideia e da história da democracia, da política, da sociedade civil e do Estado. Considerando-se a cidadania como um constructo social, não existe uma definição consensual em torno dela ou mesmo análises definitivas de sua longa história, como afirmam Lilia Schwarcz e André Botelho (2012). Portanto, não há um conceito único de cidadania. O(s) conceito(s) de cidadania, tendo origem em experiências históricas concretas, refere-se a um *terreno de disputas* e passa por reinterpretções históricas. As variações do significado e das implicações da cidadania têm, assim, íntima relação com a matriz teórica que o conceito se insere, conforme assevera Elisa Reis (1998).

Das suas longuíssimas raízes históricas, a cidadania foi concebida nas religiões da Antiguidade, com uma ideia abstrata de igualdade na qual todo ser humano tinha igual *status* perante Deus; passando pela civilização grega, cujo significado expressou a ideia de liberdade, igualdade e virtudes republicanas; obtendo uma formulação jurídica no Império Romano, com a qual o *cidadão é aquele que é titular de direitos civis* (REIS, 1998; SCHWARCZ E BOTELHO, 2012).

Nessa trajetória da cidadania, a tradição romana deslocou a concepção de *cidadão ativo* da civilização grega para uma concepção de *cidadão passivo*. A categoria cidadania passou, então, no Império Romano, a ter um conceito formal e jurídico centrado-se na titularidade de direitos civis àqueles considerados cidadãos, como o direito de constituir família, de ter escravos, de comprar, de decidir sobre a guerra e a paz, distanciando-se, assim, da concepção grega de cidadania como participação, como exercício ativo da

política e da cidade, o que conferia o *status* de cidadão: aquele que podia decidir sobre a *pólis*.

Na Idade Média, com o feudalismo, a ideia de cidadania se esvai. O que existia era a dessecularização da vida política com uma concepção teológico-política, ou seja, o poder era verticalizado e fragmentado: de um lado o poder religioso da Igreja Católica, e, de outro, o poder político-militar do senhor feudal.

O processo de secularização da política só vai ocorrer com a emergência do *Estado Moderno* na segunda metade do século XV na França, Inglaterra e Espanha, espalhando-se por outros países, chegando até a Itália, onde teremos, na teoria política clássica, seu maior expoente, o precursor das reflexões sobre o Estado, Nicolau Maquiavel, com sua obra *O Príncipe (1513)*. E, posteriormente, nos séculos XVII e XVIII, será com Hobbes, Locke e Rousseau, que a razão e a racionalidade da política se consolidarão com o contratualismo.

No Estado Moderno, *poder político, povo e território* conformam o Estado. Isso quer dizer que em sua concepção moderna, Estado é uma forma de poder político que se exerce sobre um território e um conjunto demográfico, com autonomia e soberania, configurando-se, destarte, como um Estado unitário com poder próprio que não depende de qualquer outra autoridade (GRUPPI, 2001).

Dotado desses elementos constitutivos, o Estado passa a dizer quem é cidadão, o que é ser cidadão e as regras para as relações sociais. Emerge a dimensão da *legalidade* na sua edificação, justamente para obter estabilidade política, conforme a análise de Maquiavel. Não obstante defender a monarquia para unificar seu país, o pensador florentino era republicano e compreendia que para a estabilidade política era necessário ter boas leis, mas também bons exércitos. Ou seja, *violência coercitiva e simbólica* também constituem o Estado Moderno, que, para Maquiavel, se expressa como *dominação* sobre os homens, seja sob a forma de república ou principado (GRUPPI, 2001). Esses dois signos, *legalidade e violência*, vão significar a *dialética da coerção e do consenso* como formulação da teoria política clássica.

Outro importante elemento que constitui o Estado moderno, diferenciando-o dos Estados do passado, é a distinção entre Estado e sociedade civil. Na ideia moderna de Estado, é ele que representa a sociedade civil. Vale lembrar que a

*sociedade civil* vai se consolidar com a *ascensão da burguesia*<sup>7</sup> imprimindo novos sentidos ao conceito de cidadania, e, assim, teremos a *visão moderna de cidadania*, que, de acordo com Reis (1998), está associada ao desenvolvimento do capitalismo e da institucionalização do Estado-Nação, sob a base filosófica da tradição contratualista.

São, por assim dizer, esses os *elementos histórico-estruturais da modernidade*, isto é: a formação do *Estado Moderno*; o desenvolvimento do *capitalismo* e sua consolidação sob o signo da expropriação e do *colonialismo*; o discurso racional-científico do *contratualismo*, o qual permite uma racionalidade do Estado; e a *concepção individualista* com o surgimento do indivíduo como o *sujeito (abstrato)* titular de direitos, como categoria jurídica e existencial.

Com estas linhas infere-se que o processo de cidadania se trata de uma história não linear, mas sinuosa. O seu curso é de avanços e recuos, e, nesse movimento, importa refletirmos sobre a *expansão dos sentidos da cidadania*, justamente porque “a cidadania ganha significados distintos atribuídos pelos atores sociais em suas interpretações e contendas sociais diversas, expandindo-se seus sentidos” no tempo e no espaço (SCHWARCZ e BOTELHO, 2012, p 13).

A esse respeito, vale destacar que temos exemplos atuais de lutas feministas vigorosas e promissoras no cenário internacional e latino-americano: Primavera das Mulheres; Greve das Mulheres; Nenhuma a Menos; Campanha Vidas Negras Importam; Pela Vida das Pessoas Trans; além da inconteste feminização da resistência às contrarreformas do atual governo brasileiro de tendência profascista, bem como à violência policial cotidiana na periferia brasileira. Não à toa assistimos às diversas reações anti-gênero e anti-feminismo (desde o combate à palavra gênero nas Diretrizes Curriculares Nacionais aos

---

<sup>7</sup> A respeito desse assunto, Hegel, assim como Marx e Engels vão entender sociedade civil e sociedade burguesa como sinônimas, pois que, entendem a sociedade civil como o conjunto das relações econômicas capitalistas, ou seja, a “base material” ou a infraestrutura (COUTINHO, 1987, p.66). Mas, eles guardam suas diferenças, Hegel entende que o Estado é que cria a sociedade civil, diferentemente de Marx, que pensa que o Estado é a síntese da sociedade civil, dos interesses de uma determinada classe, a classe burguesa.

Projetos de Lei do Estatuto da Família (PL 6583/2013)<sup>8</sup> e do Estatuto do Nascituro (PL 478/2007)<sup>9</sup>.

Nesse sentido, ressalta-se que a cidadania é construída coletivamente, ganhando sentido na esfera social e individual das experiências dos sujeitos, o que nos permite considerar que o conceito de cidadania varia conforme a *agência* que os sujeitos fazem dele.

No que diz respeito ao conceito de agência humana, ele possui uma trajetória histórica e implica questões filosóficas, morais e psicológicas que aqui, guardadas as delimitações do escopo de discussão, não serão desenvolvidas<sup>10</sup>. O que se mostra relevante é a concepção de agência vinculada à cidadania e à democracia, como demonstra o cientista político argentino O'Donnell, ao tratar dos problemas das democracias contemporâneas da América Latina.

Na análise dos regimes políticos, O'Donnell (2011) realiza uma leitura da existência de níveis e inter-relações entre eles, quais sejam: *regime democrático (nível médio)*, *cidadania (nível micro)* e *Estado (nível macro)*. Para ele, há um desenho articulado desses três níveis, no qual o conceito de agência é a base crucial da democracia. Nesse desenho, o Estado é o elemento constitutivo da democracia política, que é a sua definição para regime democrático, e pressupõe a noção de ser humano como agente com título de cidadão, ou seja, titular de direitos de cidadania não só política, mas também civil, social e cultural (O'DONNELL, 2011, p. 39).

Desta feita, no nível micro está o *ser humano* como unidade individual básica da democracia, o “agente/cidadão(ã)”, que “é o microfundamento que enraíza os aspectos empíricos e normativos da democracia” (O'DONNELL, 2011, p. 7). Evidencia-se, assim, a dimensão política da agência e a importância do significado da ação individual e coletiva.

*O funcionamento real das democracias não é apenas resultado das ações de cidadãos individuais, mas também de entidades*

---

<sup>8</sup> Seu texto reconhece a família apenas como aquela formada por homem e mulher e a monoparental, ou seja, a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes, afrontando, assim, os direitos de várias famílias, em sua diversidade, por não considerar outros arranjos familiares possíveis.

<sup>9</sup> Dispõe sobre a proteção jurídica ao feto desde a concepção, visto com personalidade jurídica, e define o aborto como crime hediondo, inclusive nos casos previstos em lei, como o estupro.

<sup>10</sup> Tais questões já foram, inclusive, desenvolvidas pelo pensador Habermas em suas obras. No que se refere a uma breve historicização do conceito de agência vale a leitura de O'Donnell (2011).

*coletivas tais como partidos políticos e sindicatos, movimentos sociais, associações de interesses, corporações, várias burocracias e outras entidades (O'DONNELL, 2011, p. 39).*

Somente séculos e séculos depois da constituição da ideia de agência é que ela foi transferida para a esfera política, ou seja, significou o reconhecimento do agente como sujeito jurídico portador de direitos subjetivos de modo a pôr em prática seus direitos. O'Donnell (2001, p. 45) destaca que “esse direito à personalidade legal, subjacente a todos os outros como seu fundamento, deve ser considerado um direito constitutivo da democracia”.

São os direitos políticos e as liberdades que definem o cidadão como agente, ensejando uma “*atribuição legal e universalista da agência*”, embora uma universalização ainda limitada (O'DONNELL, 2011, p. 35- 36). Afinal, na trajetória histórica da agência a condição de agente foi negada a negros, mulheres, indígenas, não proprietários e não letrados. Concordando com Elisa Reis (1998), a tendência usual a identificar cidadania com um padrão universal corresponde mesmo a uma percepção etnocêntrica do Estado nacional.

Toda essa exposição da concepção de *agência humana* na constituição e fundamentação da democracia, formulada por O'Donnell (2011), teve um sentido de ser. Ela se apresenta como uma importante chave de leitura, que merece ser combinada com a ideia de cidadania como “*identidade social politizada*” de Elisa Reis (1998), lida também por Schawrcz e Botelho (2012, p. 11):

*Isso significa dizer que cidadania envolve modos de identificação intersubjetiva entre as pessoas e sentimentos de pertencimento criados coletivamente em inúmeras mobilizações, confrontos e negociações cotidianas, práticas e simbólicas.*

Tais chaves de leitura nos servem para refletirmos acerca da *relação indissociável entre igualdade e diferença*, um dos dilemas mais antigos do feminismo. Citando novamente Schawrcz e Botelho (2012, p.13): “*se antes cidadania era ligada a pertença, passou para a égide e para o exercício dos indivíduos, para retornar, modificada, como uma agenda de grupos, que declaram e defendem sua diferença.*”

Acerca do assunto, cabe recuperar Nancy Fraser (2002), em face de sua importância à teoria política feminista, quando examina as implicações para a

justiça social da nova gramática de reivindicação política que trilha um descentramento da *redistribuição* (política de classe) para o *reconhecimento* (política cultural). Nesse exame, propõe uma concepção bidimensional de justiça social que abranja tanto o reconhecimento quanto a distribuição, já que nenhuma política por si só basta.

A feminista considera que a política do *reconhecimento* permite um alargamento da reivindicação política já não restrita ao eixo classe, ao dar atenção a outros eixos de subordinação (como raça/etnia, gênero, diferença sexual, sexualidade, idade, religião). Segundo Fraser (2002), isso muda a paisagem da compreensão de justiça social, não mais cindida nas questões de redistribuição, mas abrangendo questões de representação, identidade e diferença, o que é importante por evidenciar as hierarquias institucionalizadas de valor que não aquelas, tão somente, da economia política.

O olhar bifocal para justiça social, que significa um paradigma de justiça mais amplo e rico, permite que não incorramos na mera substituição de “um paradigma truncado por outro: um economicismo truncado por um culturalismo igualmente truncado” (FRASER, 2002, p.9), evitando-se, da mesma forma, uma visão incompleta de emancipação.

No campo da cidadania feminina, reclamar por uma individualidade exige considerar a *diferença*, negada pela ideia de indivíduo abstrato, mas colocada em pauta pelo feminismo, mesmo que de modo paradoxal. Quando Scott (2002, p. 33) trata dos paradoxos da igualdade, individualidade e diferença, chama a atenção de que “a noção de individualidade carrega consigo também uma ideia de distinção e de diferenciação”. Entretanto, os sentidos dados a essa diferenciação com a *modernidade* (ao negá-la em detrimento da ideia de um indivíduo humano abstrato, ou ainda de reduzi-la à diferença sexual) renegaram às mulheres o *status* de cidadã.

Scott (2002, p. 29; 32-33) sinaliza que o debate do *indivíduo* enseja o *protótipo abstrato do ser humano* e uma diferenciação em relação a um “outro”. As diferenças, assim, entre o *eu* e o *outro*, segundo a autora eram reduzidas à questão da diferença sexual:

*a masculinidade se igualava à individualidade, e a feminilidade com a alteridade, numa posição fixa, hierárquica e imóvel (a masculinidade não era vista como o outro da feminilidade). O*

*indivíduo político, portanto, era tido como sendo ao mesmo tempo universal e masculino; a mulher não era um indivíduo, não só por ser não-idêntica ao protótipo humano, mas também porque era o outro que confirmava a individualidade do indivíduo (masculino) (SCOTT, 2002, p. 33-34).*

Desta feita, ao se conceber o indivíduo abstrato (que é o homem), se concebeu o outro (a mulher) como não indivíduo. A ideia de *indivíduo humano abstrato* construída com a *modernidade* é importante de retermos para não se desistoricizar o conceito de *agência* e *cidadania*, sua expansão e seu sentidos.

Com essa ponderação, no que se refere aos direitos de cidadania política das mulheres, passaram a ser inclusivos apenas no século XX e em muitos países obtiveram o direito ao sufrágio apenas após a Segunda Guerra Mundial, possível, tão somente, diante de uma árdua luta feminista ao longo da história, com diferentes estratégias discursivas, no tempo e no espaço, desde o curso da Revolução Francesa à Revolução Industrial, passando pelos processos revolucionários socialistas, bem como pelas contestações epistemológicas e políticas do feminismo clássico pelas feministas negras, ameríndias e latino-americanas mais contemporaneamente, como será desenvolvido nas próximas linhas deste artigo.

31

### *Feminismo sufragista e cidadania política*

As formulações da teoria política clássica e contemporânea mostram os nexos do passado com o presente. O Estado como síntese dialética da coerção e do consenso já aparecia em Maquiavel no século XVI *N`O Príncipe* (1513), e, mais contemporaneamente, com Gramsci no século XX em seus *Cadernos do Cárcere*. A construção do medo, e, portanto, do inimigo, que vem esgarçando as relações sociais atuais, já estava posta com Hobbes no século XVII no *Leviatã* (1651). O individualismo, próprio do liberalismo, que se apresenta como uma mola propulsora ideológica do capitalismo colonizando mentes, emergiu mais significativamente com Locke, também no século XVII, em *O Segundo Tratado sobre o Governo Civil* (1690). As ideias de soberania popular e vontade geral



manifestaram-se com Rousseau no século XVIII, *Do Contrato Social* (1757), influenciando a Revolução Francesa.

Portanto, muitas batalhas ideológicas do presente não foram criadas agora, são invenções da política, forjadas por meio da ação dos sujeitos históricos. Nesse sentido, é pertinente *pensarmos a política, o lugar da política e os sujeitos da política*. As feministas francesas fizeram isso. Esse é um dos seus grandes legados à luta feminista. Lembremos que mesmo no bojo da Revolução Francesa e seu ideário de liberdade, igualdade e fraternidade, as mulheres do século XVIII estavam relegadas ao ostracismo social e político.

Para a apresentação do pensamento feminista sufragista me utilizo da própria Scott em seu livro já citado anteriormente “*A cidadã paradoxal*”, especialmente quando apresenta o feito feminista da francesa Olympe de Gouges (Sec. XVIII), pioneira na campanha dos direitos políticos das mulheres no contexto da Revolução Francesa e da Constituição da República Francesa com a publicação, em 1791, da *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, refutando a então Declaração dos Direitos do Homem de 1789 e seus princípios (pseudo)universais.

De acordo com Scott (2002), a publicação de Olympe de Gouges é na verdade a visão feminista do contrato social de tradição rousseauiana da Revolução Francesa. Constituída de 17 artigos, a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, evocava os direitos naturais da base filosófica contratualista também às mulheres. O documento, segundo Scott (2002, p. 50), insistia ainda que: “suas necessidades específicas de mulher tornavam o exercício desses direitos mais urgente”. Ou seja, a feminista francesa colocou em cena a desigualdade entre os sexos, desvelando que a Revolução Francesa e seus desdobramentos políticos escancaravam a exclusão das mulheres dos princípios universais de liberdade e igualdade.

À luz do que já se discutiu sobre *agência*, pode-se dizer que Olympe de Gouges se lançou como *agente* política. Mas não aquela agência do plano legal e formal, ao contrário, subvertendo uma (suposta) ordem natural e infringindo uma lei que lhe negava o direito de cidadania política. Uma lei que demonstrava a tirania dos homens então revolucionários da época, cujo enfrentamento



deveria vir da militância das mulheres e de sua *imaginação ativa*: sua capacidade de falar e decidir sobre a sociedade e a nação.

Das suas estratégias discursivas, Olympe de Gouges se utilizou do conceito de *imaginação ativa* (SCOTT, 2002, p 54-80), aquela que é reflexiva e criativa e implica a capacidade de auto governar-se, fazendo um diálogo filosófico com Rousseau, Diderot e Voltaire, em especial explorando as ambiguidades do pensamento rousseauiano. Embora a imaginação ativa não fosse considerada como capacidade da mulher, pela compreensão naturalizadora da diferença sexual, a feminista francesa exercitou a imaginação ativa *se auto representando como cidadã ativa*. Seu argumento: se a participação política era para homens, ela, pela imaginação e pelo exercício de emulação, igualava-se ao homem para exercer a vida política. Pela imaginação, Gouges se forjou como possuidora dos direitos “de homem e cidadão”; reclamou sua cidadania e se impôs como membro do público, “escapa[ndo] das fronteiras restritivas ligadas ao gênero” (SCOTT, 2002, p.54; 78).

Com o exercício de imaginação, a feminista francesa manipulava *o signo e o referente*, outra estratégia discursiva. Conforme Scott (2002, p. 55) esclarece, ela se utilizava do signo da masculinidade tendo como referência o ser mulher, reclamando ocupar lugares sociais dos homens como mulher: “ Sou mulher e tenho servido ao meu país como um grande homem”. Ao mesmo tempo, buscava tornar irrelevante a diferença sexual na atividade política, como ocorreu quando da sua defesa no julgamento do Rei Luis XVI, ao dizer “esqueçam meu sexo”, mas atentem para o “heroísmo e generosidade” (SCOTT, 2002, p. 69). Destarte, aparecem nos discursos de Gouges os paradoxos *igualdade e diferença*, justamente porque inseparáveis.

Essa criação de narrativas de si mesma não estava apenas no campo da participação política, mas também social e pessoal de Olympe de Gouges, cujo nome também foi auto-definido, rejeitando o nome do pai e do marido, numa manifesta recusa ao *status* de subordinação patriarcal daquele século (SCOTT, 2002). Forjou-se como escritora, dramaturga de peças teatrais com temas feministas e abolicionistas, além de se auto proclamar legisladora com a então publicação da *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*.

A referida *Declaração* foi considerada como a primeira onda do feminismo moderno de cunho igualitarista. Scott (2002), porém, demonstra que não existia um corte no pensamento da feminista francesa, seja o da *diferenciação* ou o do *igualitarismo*. Na leitura de Scott, a publicação estava assentada numa *perspectiva igualitária de participação política na diferença*, revelando o conflito indivíduo abstrato versus a existência concreta do ser, sua diferenciação. E aqui fica evidente novamente o raciocínio de que igualdade e diferença são inseparáveis, ademais do significado político e filosófico da representação dos interesses no âmbito da cidadania política, chave para pensar a representação feminina (SCOTT, 2002, p. 51).

Não obstante o protagonismo francês na luta feminista pelos direitos políticos, não há como deixar de ignorar a inglesa Mary Wollstonecraft, autora do clássico *Reivindicações dos direitos das mulheres*, de 1792. Ambas as feministas, a francesa e a inglesa, intelectuais, libertárias e emancipacionistas, também vinculadas à luta antiescravagista, utilizaram-se do legado iluminista com vigorosas interpelações aos seus grandes ícones, produzindo uma importante contestação aos princípios da Revolução Francesa ao exigirem que mulheres tivessem os mesmos direitos de cidadania que eram assegurados aos homens, e despontaram-se como feministas contemporâneas, pois à frente de seu tempo histórico.

Gouges e Wollstonecraft podem ser consideradas fundadoras do feminismo, e, porque não dizer também precursoras de uma teoria política feminista? Elas lançaram outras luzes ao século das luzes, na medida em que ofereceram uma *visão feminista ao legado iluminista*.

Fica dessa história o legado delas, mas também fica uma outra reflexão. Ao tomar a imaginação ativa como potencial político de expressão, Olympe de Gouges desafiou a fixidez da natureza, a representação binária dos sexos, e afrontou o patriarcado, inclusive dos homens revolucionários que consideravam igualdade e diferença como antônimas, e não reconheciam as diferenças sociais entre homens e mulheres, nem mesmo o debate da equidade. O afronte teve, portanto, uma reação patriarcal: ela foi eliminada, guilhotinada em 1793 sob a acusação de ter cometido excessos de imaginação por igualar-se ao homem.

Um apanhando geral desse pensamento sufragista no bojo do contexto de ideias revolucionárias do século XVIII nos ajuda a refutarmos a concepção iluminista de direitos, cidadania e democracia que ainda hoje não se realiza na vida concreta de todas as mulheres.

### *Feminismo russo e a consciência de classe e de gênero*

É consensual na literatura da ciência política que a *dinâmica de inclusão e exclusão* se inscreve no processo de cidadania da *modernidade*. Na seção anterior a exclusão das mulheres da vida política foi a principal reivindicação da primeira onda feminista como entrave a sua emancipação. Já as feministas russas trarão outras questões à emancipação feminina.

O movimento feminista russo combinou a participação efetiva das mulheres no processo revolucionário da Rússia dos séculos XIX e XX com uma expressiva literatura feminista (desde as socialistas, comunistas e marxistas às liberais, radicais e social democratas). Tomo como referência para a exposição desse pensamento o livro “Revolução das mulheres. Emancipação feminina na Rússia Soviética” de Graziela Schneider (2017). O livro apresenta um conjunto de textos de feministas russas por quatro décadas, desde a Rússia pré-revolucionária ao stalinismo, num arco temporal de 1850 a 1940. Dessa literatura, trago o pensamento da feminista comunista Alexandra Kollontai (1872-1952), cuja contribuição teórico-política explicita que a *reivindicação das mulheres são causas de toda a classe trabalhadora*.

Em um texto de 1919, Kollontai, ao tratar da história do movimento das trabalhadoras na Rússia, afirmava que “ esse movimento está[va] indissociavelmente ligado ao movimento geral dos trabalhadores e um não pode ser desvinculado do outro” (SCHNEIDER, 2017, p. 191). Segundo ela, diante das crescentes agitações proletárias, as mulheres não ficaram para trás na luta, mesmo tendo a imposição social da garantia das condições materiais das crianças em casa como mães trabalhadoras. Entre 1872 a 1895 estavam a frente de vários protestos por melhores condições de trabalho e em virtude do alto

desemprego, obtendo diversas conquistas, a exemplo da proibição do trabalho noturno para mulheres e adolescentes em 1885.

Nos anos de 1905 e 1906 e no Outubro de 1917, segundo Kollontai, a mulher trabalhadora estava em todos os lugares e em toda parte. “Quanto mais ativa ela se tornava, mais rápido era o processo do seu despertar intelectual. A trabalhadora começou a ter consciência da situação e da injustiça associada ao sistema capitalista” (SCHNEIDER, 2017, p.195). Elas participavam também das reuniões puxadas pelas feministas burguesas. No entanto, o que essas ofereciam às trabalhadoras não atendia às necessidades atuais das “escravas do capital” nas palavras de Kollontai. Pois que, suas demandas imediatas, como redução da jornada de trabalho, salários mais elevados, tratamento humano por parte da administração das fábricas e diminuição do controle policial, não eram contempladas pelo feminismo burguês. Concluía Kollontai que as feministas burguesas não entendiam nem podiam entender a natureza de classe do movimento das trabalhadoras (SCHNEIDER, 2017).

Essa onda feminista evidenciou, portanto, as condições da “mulher de fábrica”, a mulher operária oprimida, marginalizada e escravizada pelo excesso de trabalho que se forjava com a consolidação do desenvolvimento do capitalismo que demandava a presença de mulheres e crianças como mão-de-obra. Politicamente despreparada, “a mulher proletária cresceu, apumou-se e transformou-se em uma combatente e camarada igual” como afirmava Kollontai (SCHNEIDER, 2017, p. 192), possível com o despertar da sua consciência de classe, mas também enquanto mulher, esposa, mãe e dona de casa, o verdadeiro caminho para sua emancipação.

Entretanto, o reconhecimento da importância da luta das mulheres trabalhadoras junto aos partidos e sindicatos foi bastante tensionado. Elas esbarraram com a desigualdade de representação no movimento operário, o que significava uma privação política na leitura de Kollontai: “naquele momento parecia totalmente injusto evidenciar a secular privação de direitos da mulher combatente e cidadã” (SCHNEIDER, 2017, p. 195). A feminista inquiriu a questão da mulher <sup>11</sup>na tradição socialista. Em um texto de 1921 denunciou o

---

<sup>11</sup> Cabe sinalizar que aqui aparece a categoria mulher no singular não de forma generalizante nesta escrita, mas de modo a trazer a forma com a qual a feminista russa tratava o tema, posto

desprezo do partido comunista com o engajamento da ampla massa de trabalhadoras na construção do comunismo.

Com Kollontai fica uma importante reflexão: aquele discurso de que primeiro era necessária a luta de classes para depois pensar nas questões da mulher, tratava-se menos de um princípio do marxismo, e mais uma prática dos próprios militantes políticos, excetuando-se, certamente, aqueles que não traíam a perspectiva emancipadora do socialismo.

Aqui se apresenta outro dilema que não está apenas no feminismo, mas no campo das forças de esquerda: os *embates teórico-políticos entre lutas gerais e lutas específicas*, que se vinculam ao *debate marxismo versus culturalismo*.

Na tradição marxista, há muitas críticas ao que se denominou como “novos movimentos sociais”, reconhecidos como movimentos culturais sob a efervescência contestatória no plano da transformação da cultura ao reivindicarem uma nova ordem das coisas, como o movimento feminista, o movimento negro e o movimento LGBTQIAP+<sup>12</sup>. Existe uma flagrante repreensão a essas lutas, que, chamadas de específicas, esvazia-se seu teor político, como se existissem, tão somente, em detrimento das lutas gerais. Tal repreensão é a de que são movimentos despolitizados para as questões de classe, pois só a luta de classes poderia superar a ordem vigente e construir uma nova ordem societária. É certo que há vertentes do movimento feminista, negro e LGBTQIAP+, que têm sua *práxis* política dissociada da luta de classes, o que não corresponde à totalidade da veia política desses movimentos. Como é certo também que uma parcela significativa das lutas classistas reproduz o machismo, a misoginia, o racismo e a LGBTfobia em sua *práxis*.

Essa breve explicitação de um dilema complexo no seio do feminismo nos serve como exemplo para trazer a atualidade do pensamento de Kollontai sobre

---

que no momento histórico de sua produção intelectual e política, a formulação da categoria gênero ainda não havia logrado sua emergência, que data da década de 1970.

<sup>12</sup> O termo LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), veio sendo, a partir dos anos 2000, a expressão mais utilizada no campo do ativismo da diversidade sexual e de gênero a partir das Conferências Nacionais LGBT (I, II e III), realizadas desde 2008. Entretanto, como se trata de uma expressão em constante disputa, esse ativismo, ainda mais recentemente, vem reivindicando a sigla LGBTQIAP+, de modo a buscar contemplar outras vivências de gênero e sexualidade, acrescentando-se o “Q” de *queer*, o “I” de intersexuais, o “A” de assexuais, o “P” de pansexuais e o “+” para outras múltiplas formas de expressão de gênero e de orientação sexual, bem como para aquelas pessoas que não se identificam com quaisquer dos binarismos de gênero.

as relações entre os sexos e a luta de classes, que, para a feminista se trata de um teimoso emaranhado (SCHNEIDER, 2017). Tendo em vista que, para a tradição socialista a questão sexual seria resolvida apenas com a chegada de um regime econômico e social radicalmente reformado, Kollontai buscou refletir onde estaria o fio mágico que prometeria desembaraçar o *novelo das relações entre os sexos*, cuja dominação masculina sobre a mulher era física e espiritual, própria da ideologia burguesa de propriedade (SCHNEIDER, 2017). Nessa empreitada, Kollontai afirmava que as *relações de sexo estão no coração da luta social junto com classe social*.

É possível dizer que Kollontai já inaugurava o debate da articulação de gênero e classe, embora sem dar atenção à raça como categoria analítica. Olhando somente para as diferenças de classe entre mulheres (trabalhadoras e burguesas), não avançou às desigualdades raciais existentes no interior da categoria gênero, o que a próxima seção irá trabalhar.

*Feminismo interseccional e descolonial: ampliando a lente política e teórica à luta feminista*

Tratar da cidadania feminina implica considerar, fundamentalmente, as determinações concretas da realidade, ou seja, de que o solo histórico e material das relações de gênero é a sociedade capitalista, racista e (cis)heteropatriarcal.

A compreensão de gênero, raça, classe e sexualidade como categorias de análise da vida social é uma ativa percepção, pois são categorias que constituem os sujeitos, as dimensões do ser social. Não são conceitos abstratos, são expressões da realidade, são determinações sociais em interação forjando modos de ser e de existir. O *feminismo interseccional e o descolonial* vêm trazendo a *interseccionalidade* como uma ferramenta epistêmica poderosa para se entender a complexidade dos marcadores culturais e sociais em articulação no espectro do que é ser mulher, contestando o entendimento de mulher como categoria universal.

A *interseccionalidade* possui *status* teórico nos anos de 1980 indissociável à luta feminista, cujo debate político<sup>13</sup> emergiu anteriormente ao seu debate acadêmico<sup>14</sup>. Guarda disputas políticas e teóricas com diferentes abordagens no pensamento feminista. Ouso dizer que se trata de um conceito em constante construção.

Heleieth Saffioti trouxe o debate sobre gênero e classe na sociologia do trabalho brasileira já na década de 1960 em “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”. Considero que já nessa obra, com a analítica do *nó gênero, raça/etnia e classe*, embora trabalhando o conceito de raça mais lateralmente, Saffioti abriu a reflexão para o que hoje, mais contemporaneamente, temos chamado de *interseccionalidade* (vem aglutinando várias perspectivas filosóficas e metodológicas que consideram outras formas de opressão em articulação com gênero, raça e classe, embora a episteme predominante é a do feminismo negro estadunidense), ou *consustancialidade/coextensividade das relações sociais* (de tradição feminista materialista francófona, denominado por Danièle Kergoat desde os anos 1970-1980, trata das relações de classe, gênero e raça como um nó, reproduzindo-se e co-produzindo-se mutuamente), ou ainda *categorias de articulação* (também com variadas bases filosóficas e metodológicas que entendem a imbricação e a interação de outros marcadores sociais/culturais juntamente ao gênero, à raça e à classe, tendo um predomínio da tradição culturalista crítica).

Piscitelli (2008), ao realizar uma aproximação a esses conceitos, sinaliza que há duas linhas de abordagem no pensamento feminista: *sistêmica* e *construcionista*. A centralidade da contestação entre elas é a apropriação de *diferença, poder e margens de agência* em cada uma.

A linha sistêmica do feminismo negro e de cor dos EUA deu o pontapé inicial ao debate da interseccionalidade com Kimberlé Crenshaw. A partir disso,

---

<sup>13</sup> Pode-se considerar que as interseções de raça, gênero e classe apareceram já no século XIX pelo direito ao voto das mulheres negras nos Estados Unidos, tendo a sua maior expressão o discurso histórico de Sojourner Truth “*Ain’t I woman?*”, uma feminista negra, bela oradora política que havia sido escrava e empregada doméstica.

<sup>14</sup> O debate acadêmico vem sendo referenciado à feminista negra estadunidense Kimberlé Crenshaw, uma jurista da Universidade de Columbia (EUA), que, em 1989, a partir do exame e crítica de casos judiciais sobre os direitos humanos de mulheres, refletiu acerca da complexidade da interação entre raça, gênero e classe, chamando a atenção para a desigualdade estrutural que mulheres negras vivenciam com o sexismo e o racismo.



outras intelectuais passaram a fazer a leitura sistêmica, a qual entende que os marcadores sociais e culturais funcionam como eixos de opressão ou formas de subordinação. Já as leituras construcionistas (como por exemplo Avtar Brah<sup>15</sup> e Anne MacKlinntock<sup>16</sup>) tratam dos aspectos dinâmicos e relacionais da identidade social, examinando a *diferença como experiência*, como relação social, como subjetividade e como *identidade*, e, nesse sentido, a identidade se altera como resultado de práticas de articulação entre os marcadores, não apenas como formas de categorização exclusivamente limitantes (PISCITELLI, 2008).

Nas leituras construcionistas, a diferença nem sempre se constitui como um marcador de hierarquias ou opressão, podendo ser vista como diversidade e *formas de agência política*. Além disso, sob a ótica construcionista, o poder não é unilateral, mas apreendido como relação, permitindo formas de resistência e de agenciamento do sujeito, ou seja, sua capacidade de agir, mediada cultural e socialmente.

Conceição Nogueira (2017) advoga que, não obstante existirem diferenças nas questões metodológicas para se captar a complexidade da interseccionalidade, toda a produção do conhecimento em torno do assunto tem sido útil, sugerindo como caminho profícuo a utilização das abordagens em conjunto, numa *lógica interdisciplinar*.

Nessa esteira, Hirata (2016, p. 310-312), em entrevista tratando das *disputas* em torno das categorias de *interseccionalidade e consubstancialidade*, explica que, na verdade, há estudos que pensam em termos de relações estruturais, se denominam como interseccional, mas podem ser lidos como uma análise da consubstancialidade por utilizarem gênero, raça e classe como relações sociais fundantes em articulação, como é o caso dos trabalhos de Patrícia Hill Collins. Na França, segundo ela, o termo consubstancialidade é usado por Kergoat, mas nos estudos das jovens feministas materialistas a

---

<sup>15</sup> Professora de Sociologia na Universidade de Londres, envolvida nos movimentos feministas e antirracistas de horizonte socialista. Compreende análises da produção de subjetividades no marco histórico do capitalismo imperialista e também possui uma leitura acerca das políticas de agência na noção de articulação. É possível ler tais análises em BRAH (2006).

<sup>16</sup> Desenvolveu uma análise do poder imperial no marco dos estudos culturais nos Estados Unidos, compreendendo que raça, gênero e classe são categorias que existem em e por meio de relações entre elas, portanto, categorias articuladas, considerando também que se vinculam com sexualidade. Enfatiza que são relações contraditórias, sinalizando possibilidades e estratégias de mudanças. Para melhor compreender, é válida a leitura de MACKLINNTOCK (1995).



dimensão teórica da interseccionalidade já vem sendo incorporada às suas análises. Acerca das polêmicas em torno do debate interseccional e a luta de classes que vêm aparecendo nos eventos de base marxista, afirma que não há uma relação social mais importante do que a outra.

Merece a lembrança da sua denominação “*interseccionalidade de geometria variável*”. Apoiando-se em Sirma Bilge, Hirata (2014, p.66) vai entender que “[...] a intersecção é de geometria variável, podendo incluir, além das relações sociais de gênero, de classe e de raça, outras relações sociais, como a de sexualidade, de idade, de religião etc.”

Compartilhando da asserção de Hirata (2016), integrar outras formas de opressão ao gênero, à raça e à classe é *uma questão de atualidade política e científica*. Tenho olhado para a cidadania feminina a partir de uma perspectiva interseccional interdisciplinar, uma vez que o desafio da investigação sobre os sujeitos incorre justamente no de encará-lo como múltiplo, como assevera Saffioti (1997), apesar de metamorfosear-se nos limites das categorias históricas gênero, raça/etnia e classe e suas contradições, em face da simbiose entre capitalismo, racismo e patriarcado. Conforme nos lembra Saffioti (2004), capitalismo, racismo e patriarcado são faces de um mesmo modo de produzir e reproduzir a vida, faces de um sistema de dominação-exploração, um não anda sem o outro.

Essas ideias esposadas até aqui são elucidativas e potentes, e, em contato com o pensamento feminista descolonial, permite ampliar a lente de análise para além do prisma das inter-relações entre gênero, raça, classe e sexualidade, e situá-las nas formações sócio-históricas da *modernidade/colonialidade*, considerando-se o *projeto intrusivo colonial* (capitalista, racista e heteropatriarcal) como *dimensão do sistema dominação-exploração*.

O modo de produção capitalista na sua historicidade só se ergue e se consolida apoiado na estrutura patriarcal e racial do projeto colonizador. A sua consolidação pode ser situada com a globalização/mundialização do capital de hoje: a constituição da periferia de economia dependente, os países do Sul, e, o capitalismo colonial moderno de outro lado, os países centrais de economia dominante, os países do Norte. Um padrão de poder mundial de natureza

patriarcal e racista, com controle sobre o trabalho e sobre produção e reprodução da vida.

Julgo, portanto, oportunas as perspectivas teóricas de Rita Segato, María Lugones e Breny Mendoza, que, inobstante algumas divergências conceituais entre elas, apontam para a importância da produção e capilaridade de epistemologias feministas latino-americanas, uma vez que a produção dominante pós-ocidentalista não contempla as experiências concretas das mulheres latino-americanas. Tais referências criticam a criação de categorias unitárias e hegemônicas, esvaziadas de diversidade, seja no feminismo, seja nas epistemologias do Sul, essas últimas, principalmente, porque acabam por desconsiderar a dimensão do gênero.

Rita Segato (2014; 2016) debruça-se na inter-relação existente entre colonialidade e patriarcado, lançando luzes para a existência de sistemas de gênero no mundo pré-intrusão e na modernidade colonial, inferindo que no mundo-aldeia existia uma *organização patriarcal de baixa intensidade*, que, transformada historicamente pelo gênero ocidental com o colonialismo, conformou-se no que chama de *patriarcado colonial moderno*, uma organização patriarcal de alta intensidade. Essa tese de Segato é instigante no sentido de considerar gênero como categoria ontológica, constituindo a história da humanidade, e, portanto, categoria central no desvelamento das dimensões da vida social totalizadas pela ordem colonial moderna. Nesta direção, Rita Segato (2016, p. 92) traz como proposta de análise:

*Defiendo aqui que comprender las transformaciones del “sistema de género” y la historia de la estructura patriarcal arroja una luz indispensable para entender el giro social introducido por la modernidad como un todo. Si leemos adecuadamente lo que esse tránsito significó y la forma en que la intervención reacomodo y agravo las jerarquías preexistentes, comprenderemos una gran actidadd de fenómenos del presente que afectan a toda la sociedad yque están muy lejos de constotuir apenas “el problema de la mujer*

Já Lugones e Mendoza, conferindo centralidade também à sexualidade e à raça, entendem gênero, sexualidade e raça como construções coloniais, inexistindo nas sociedades não modernas. Por isso fazem críticas aos estudos pós-coloniais quando supõem que tais categorias são estruturais em todas as sociedades humanas, o que segundo elas acabam por reiterar uma forma de

conhecimento ocidental e heteropatriarcal. Para ambas as feministas, as mulheres, com o processo colonizador, foram racializadas e também reinventadas como mulher.

Lugones é uma feminista descolonial que reclama a interseccionalidade às análises feministas, em especial as hegemônicas, que seguem ignorando a interseção de gênero, raça, classe e sexualidade. Propõe, ainda, reconceitualizar a lógica da interseção para se evitar a separação de categorias e o pensamento categorial, pois acabam por priorizar o dominante nos estudos (no debate racial o enfoque é o negro e no debate de gênero o enfoque é a mulher branca, cis e heterossexual), escondendo “la deshumanización que la colonialidad del gênero implica” (LUGONES, 2014, p. 61).

Além da perspectiva interseccional, Lugones (2014) entrelaça o conceito de colonialidade do poder com o de colonialidade do saber do peruano Anibal Quijano, sob críticas e interpelações, e sugere o “*sistema moderno colonial de gênero*”, colocando no centro do debate a subordinação de gênero como estratégia de controle do colonizador sobre o povo colonizado na modernidade/colonialidade, a qual impõe *o que é o humano* (colonizador) *versus o não humano* (colonizado), demarcando o poder no homem branco, (cis)hétero, rico e eurocentrado.

Parece mesmo que a discussão travada no século XVIII sobre o indivíduo abstrato se reatualiza, e não é à toa. A tese da *colonialidade da democracia* de Mendoza (2014, p. 25) desnuda que a democracia do ocidente só se realiza porque ela não se efetiva nos países de terceiro mundo, já que elas não podem coexistir. Mendoza (2014, p. 35), em franco diálogo com Lugones, convida-nos a realizar uma produção epistemológica que considere como aparato conceitual a colonialidade de gênero e sua articulação com raça, classe e sexualidade.

Com efeito, a herança histórica da concepção de direito formal abstrato, ao não considerar as desigualdades de *status* de cidadão como as mulheres, escravos, pessoas negras, indígenas, não letradas, não proprietárias e não católicas em assimetria ao homem branco, rico, proprietário, letrado e católico se repõe na atualidade reproduzindo desigualdades estruturais da sociedade moderna colonial. Nesse sentido, é premente que o feminismo, como luta emancipatória e transformadora da condição de dominação-exploração, vincule-

se à descolonização do olhar, do saber e do existir para a superação da opressão colonial.

### *Considerações finais*

Ao longo deste artigo foi possível destacar contribuições históricas e atuais dos feminismos para pensarmos a cidadania feminina. As sufragistas da França refutaram a ideia de indivíduo abstrato como masculino, trazendo as desigualdades entre homens e mulheres, especialmente no âmbito da cidadania política. As russas socialistas trouxeram a articulação de gênero com classe social, ao reconhecerem as desigualdades de classe entre as mulheres, além das desigualdades sociais, políticas e no âmbito do trabalho entre homens e mulheres.

Mais contemporaneamente, as feministas interseccionais e descoloniais, negras e terceiro-mundistas, vêm contestando a concepção universal de mulher do feminismo clássico e ocidentalizado, trazendo perspectivas epistemológicas não eurocentradas relevantes, a partir das suas experiências como mulheres situadas no Sul Global, atualizando política e cientificamente os debates feministas.

No que se refere às teorizações e estratégias discursivas acionadas pelo conjunto desses feminismos, procurei, no percurso do texto, cuidar para não desqualificar o lastro de pensamento do feminismo branco e ocidental, entendendo que a desqualificação e o apagamento são estratégias coloniais de dominação, e aqui não se pretende incorrer nessa reificação. Todavia, a escrita não deixou de apontar as lacunas dessas epistemologias, particularmente situando-as em relação às limitações próprias de cada tempo histórico, e, assim, demonstrando como as perspectivas teórico-políticas interseccionais e descoloniais ampliaram e atualizaram o pensamento feminista, embora sem encarar esse processo de forma linear e etapista, uma vez que o traço constitutivo do feminismo é a presença de paradoxos.

A compreensão trilhada nestas páginas foi a de que as análises feministas quando incorrem em polarizações e sectarismos, perdem tanto na capacidade de amplitude da lente de análise sobre a cidadania feminina quanto de estratégias de luta para a suplantação dos processos de opressão-exploração.

Portanto, a inferência que se pode lançar nestas laudas concludentes é a de que tratar da contribuição dos feminismos à cidadania de mulheres em sua pluralidade, exige que se pluralize também o olhar às ferramentas teóricas e às perspectivas metodológicas substantivas. Um exercício teórico, ético e político necessário para forjarmos novas significações emancipacionistas, como já sinalizava Fraser (2018) nos debates feministas dos anos de 1990, sugerindo a elaboração de uma teoria feminista impura, eclética e neopragmática<sup>17</sup>, que será concreta apenas se encarada como tarefa coletiva para um movimento político e intelectual.

Dada a complexidade dos fenômenos com os quais temos de teorizar, tendo em vista que a dominação-exploração de gênero se entrecruza com raça, classe, sexualidade e com a territorialidade da geopolítica capitalista/imperialista, ademais de se espalhar socialmente nas relações microsociais e na totalidade das instituições que formam o Estado e a sociedade civil, nenhuma teoria feminista conseguirá, sozinha, cumprir a tarefa de traduzir tal complexidade e objetivar respostas estruturais no horizonte da luta feminista.

Destarte, as diferentes formulações feministas, quando consideradas como unidade do diverso, animam a articulação entre as lutas anticapitalista, anti-imperialista, anticolonial, antirracista, ecofeminista e anti-(cis)hetropatriarcal. Parece premente que esse desenho plural de lutas componha o horizonte feminista dos tempos atuais.

## **Referências**

---

<sup>17</sup> Fraser (2018), em desacordos, mas em diálogo com Benhabib, Butler e Cornell, buscou uma síntese, que ela chamou de uma abordagem impura, eclética e não pragmática, apontando lacunas nas estruturas teóricas de cada uma delas para a luta feminista, mas também suas importantes ferramentas analíticas que merecem se complementar, ressaltando que precisam pensar de modo relacional e contextual e considerar aspectos globais do poder de gênero e da luta de gênero.

BENHABIB, S; BUTLER, J.; CORNELL, D; FRASER, N. **Debates feministas: um intercâmbio filosófico.** [Tradução de Fernanda Veríssimo]. São Paulo: Unesp, 2018.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu** 26, 2006

COUTINHO, C. N. **A dualidade dos poderes.** São Paulo: Brasiliense, 2ª ed., 1987.

CRENSHAW, K. Documento para o Encontro de Especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, ano 10, 1º semestre 2002, p.171-188.

DUMARESQ, Leila. O cisgênero existe. **Transliteração** [site]. Dez/2014. Disponível em: <http://transliteracao.com.br/leiladumaresq/2014/12/o-cisgenero-existe/>. Acesso em janeiro/2019.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. 62, p. 7-20, Out/2002.

\_\_\_\_\_. Pragmatismo, feminismo e a virada linguística. In: BENHABIB, S. et al. **Debates feministas: um intercâmbio filosófico.** [Tradução de Fernanda Veríssimo]. São Paulo: Unesp, 2018.

GRUPPI, Luciano. **Tudo Começou com Maquiavel.** As Concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. 16ª edição. Porto Alegre: L&PM, 2001.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social - Revista de Sociologia USP**, v. 26, n. 1, junho 2014.

\_\_\_\_\_. Entrevista. **Ideias**. Vol. 7, n. 1. Os trabalhos das mulheres. Unicamp, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649521>. Acesso em: janeiro/2019.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 86, março 2010, pp. 93-103

LUGONES, María. Colonialidad y género. In: Munoz, K.; Correal, D.; Miñoso, Y. **Tejiendo de outro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales em Abya Yala.** Editorial Universidad del Cauca, 2014.

\_\_\_\_\_. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 22(3), setembro-dezembro/2014.

MACKLINNTOCK, A. *Imperial leather, race, gender and sexuality in the colonial contest.* Routledge, 1995

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**: *Escritos políticos*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MENDOZA, Breny. La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latino-americano. In: Muñoz, K.; Correal, D.; Miñoso, Y. **Tejiendo de outro modo**: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales em Abya Yala. Editorial Universidad del Cauca, 2014.

NOGUEIRA, Conceição. Como "captar" a complexidade da interseccionalidade?. In: \_\_\_\_\_. *Interseccionalidade e Psicologia Feminista*. Editora Devires, 2017. pp. 154-170.

O'DONNELL, Guilherme. **Democracia, agência e estado**. Teoria com intenção comparativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v.11, n.2, jul./dez. 2008, pp. 263-274.

REIS, Elisa. Sobre a cidadania; O Estado-nação como Ideologia. In: \_\_\_\_\_. **Processos e Escolhas**: Estudos de sociologia política. Rio de Janeiro: ContraCapa, 1998.

RUBIN, Gayle. **Políticas do Sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SAFFIOTI, H. I.B. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. **Lutas Sociais**. São Paulo, v.2., 1.sem (p. 59-79), 1997.

\_\_\_\_\_. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SCHNEIDER, Graziela (org.). **A revolução das mulheres**: emancipação feminina na Rússia soviética. São Paulo: Boitempo, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; BOTELHO, André. Introdução – Cidadania e direitos: aproximações e relações. In: \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. (Orgs.). **Cidadania, um projeto em construção. Minorias, justiça e direitos**. 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCOTT, Joan Wallach. **A Cidadã Paradoxal**: as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002, 312p.

SEGATO, Rita. Colonialidad y patriarcado moderno: expansion del frente estatal, modernización, y la vida de las mujeres. In: Muñoz, K.; Correal, D.; Miñoso, Y. **Tejiendo de outro modo**: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales em Abya Yala. Editorial Universidad del Cauca, 2014.

\_\_\_\_\_. Patriarcado: del borde al centro. Disciplinamiento, territorialidad y crueldade em la fase apocalíptica del capital. In: \_\_\_\_\_. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016



VERGUEIRO, Viviane. Colonialidade e cis-normatividade. In: Ramírez, B. Colonialidade e cis-normatividade. Conversando com Viviane Vergueiro. **Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales** (III), p. 15 – 21, 2014. Recuperado de <http://iberoamericasocial.com/colonialidade-e-cis-normatividade-conversando-com-viviane-vergueiro>. Acesso em janeiro/2019.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. São Paulo: Boitempo, 2016.

## SOCIABILIDADES, SUBJETIVIDADES E REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NA IMPRENSA DOS ANOS 20

### SOCIABILITY, SUBJECTIVITIES AND REPRESENTATIONS OF GENDER IN THE PRESS OF THE 20S

Raimundo Nonato de Castro<sup>1</sup>

Natália Conceição Silva Barros Cavalcanti<sup>2</sup>

#### Resumo

A cidade de Recife dos anos 1920 acompanhou a divulgação em jornais e revistas de modos e modelos a serem seguidos por homens e mulheres. No entanto, a década de 20 ocasionou uma profunda transformação na maneira de como as mulheres e homens se comportavam e/ou adquiriam novos costumes. Enquanto os homens procuravam assegurar a sua condição de chefe de família, as mulheres gradativamente assumiam um papel de independência em relação aos costumes dominante. Agora elas ocupavam espaços de trabalho e deixavam, em alguns casos o lar e o cuidar dos filhos para os homens. O objetivo deste artigo é apresentar o quanto os jornais e revistas do Recife construíram modelos de mulheres a partir da escrita dos homens, que ocupavam as suas redações.

**Palavras-Chaves:** Mulheres; Gênero; Revistas; Jornais; Recife.

#### Abstract

The city of Recife in the 1920s accompanied the dissemination in newspapers and magazines of ways and models to be followed by men and women. However, the 1920s the caused to a profound transformation in the way women and men behaved and/or acquired new customs. While men sought to secure their status as head of household, the women gradually assumed a role of independence in relation to the dominant customs. Now they occupied workspaces and left, in some cases, the home and childcare for men. The objectives of this articles to present how much the newspapers and magazines of Recife buit models of women from the writing of men, who occupied their editorial.

**Keywords:** Woman; Gender; Magazines; Newspapers; Recife.

Em 1925, o *Almanach Ilustrado Pernambucano* trazia aos seus leitores e leitoras a história do marido de dona Eugênia. Entre charadas, propagandas de cigarros e de estabelecimentos comerciais, era possível conhecer um pouco o

---

<sup>1</sup> Doutor em História Social da Amazônia (2018), UFPA - PPHIST. Professor EBTT do IFPA e da Licenciatura em História. Membro do Grupo Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa em Cultura, Educação e Política - GICEP.

<sup>2</sup> Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco- UFPE. Docente do PROFEPT-Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica e da Licenciatura em História do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará. Integra a equipe do projeto "Corpo, gênero e sexualidade na Educação Profissional: cenários epistemológicos e subjetivos", financiado pelo edital universal do CNPq, no interior do qual orienta pesquisas de Iniciação Científica, especialização e mestrado.

cotidiano de Feliciano, um inditoso marido que era solenemente recebido com gritos, empurrões e, até mesmo bofetadas pela sua esposa. Nas duas páginas destinadas à história, dona Eugênia era retratada como um verdadeiro demônio em figura de gente. Os vizinhos sabiam do tormento do pobre Feliciano. O quão infelicíssimo era este marido que fazia de tudo para evitar as investidas da esposa. Eles eram casados há muitos anos e, segundo a história, Feliciano não via a hora de libertar-se de dona Eugênia.

O marido já havia recorrido as muitas tentativas de libertação sem resultados animadores e, assim, encontrava-se desalentado quando encontrou um amigo dotado de longa prática de mulheres. Durante o encontro com o cidadão *expert* em assuntos femininos, seu Feliciano entre outras coisas ouviu que era necessário energia para nunca se deixar avacalhar<sup>3</sup> pela mulher, ficou sabendo que no casamento uma das criaturas deveria ser mais forte e, evidentemente, esta criatura deveria ser o homem. Seu Hemetério alertou Feliciano sobre o perigo de ser o fraco na relação e o aconselhou a ausentar-se de casa até que a esposa, não suportando mais a lacuna deixada pelo marido, solicitasse sua volta. Seguindo os conselhos, assim fez o marido de dona Eugênia, ausentando-se por uma semana até a chegada da carta da esposa implorando sua volta e prometendo suicídio caso ele não a atendesse. Tudo levava a crer na mudança da esposa e seu Feliciano correu para casa em pinotes exatamente como o trem da *Great Western*.<sup>4</sup> No entanto, o final da história surpreende Hemetério e todos os leitores e leitoras. O casal não se reconcilia, nem termina feliz para sempre. Ao contrário, Feliciano ao final da história, aparece internado no Hospital Pedro II, com o rosto todo deformado e com braços e pernas quebradas, vítima da violência de sua esposa dona Eugênia (*Almanach Ilustrado Pernambucano*. Recife: 1925. p. 116).<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> Segundo o dicionário da UNESP do português contemporâneo a palavra significa “expor ao ridículo; desmoralizar” (BORBA, 2011. p. 144).

<sup>4</sup> A GREAT WESTERN era uma companhia inglesa responsável pela construção de estradas de ferro no Brasil e desde 1875 desenvolvia seus serviços em Pernambuco. Além de passageiros, transportavam também os principais produtos da região como açúcar e algodão. *A Great Western of Brazil Railway Company Limited*, logo ficou conhecida no país como “Greitueste”. (PINTO, 1949).

<sup>5</sup> O *Almanach* custava 3\$000 e divulgava charadas, literatura, informações etc. Localizado na Biblioteca Pública Estadual (BPE).

Feliciano é um marido pouco enérgico, aparece como o homem cordial, resignado frente ao temperamento intolerante e agressivo da esposa, seu lugar é o da vítima. Já Eugênia quebra completamente o estereótipo da fragilidade e doçura feminina, seu lugar é o da dominadora, do algoz. Construções relacionais de gênero. Seus lugares são definidos a partir da oposição construída entre eles mesmos. Só através da descrição do cotidiano do casal emergem as assimetrias de poder entre Feliciano e Eugênia. Mas, por que esse enredo nos soa tão incomum? Será por que nossa concepção sobre os lugares sociais de homens e mulheres já está completamente cristalizada? Por que narrar nos anos 1920 este tipo de história? São provocações que nos acompanharão ao longo desse artigo. Porém, adiantamos que a questão da representação discursiva é fundamental para compreendermos as assimetrias de gênero que informaram e informam ainda nossas práticas culturais. Isto porque a representação do gênero é também sua construção e o discurso é um *locus* privilegiado de disputa de significados sociais, pois, nele estes significados podem ser revisados e subvertidos (FUNCK & WIDHOLZER, 2005, pp. 9-11).

Histórias de casais aparentemente pouco convencionais, como Eugênia e Feliciano, foram recorrentemente divulgadas em revistas e jornais do Recife nos anos 1920. Mulheres avessas à autoridade do marido, destoando do lugar consagrado à mãe cuidadora de filhos, homens submissos aos gostos e poderes das esposas, responsáveis pelo cuidado com os filhos e com o lar, protagonizaram muitas das histórias lidas pelos moradores e moradoras da cidade. Então, se pensarmos as páginas da imprensa como um espaço escriturístico do qual nos fala Michel de Certeau, podemos inferir o quão significativo foram estes fragmentos de discursos sobre os lugares ocupados por homens e mulheres no espaço urbano. Podemos entender a escrita jornalística, uma prática permeada de valores circulantes no social, como espaço privilegiado onde se articularam ideias sobre as práticas sociais e a produção de um discurso visando universalizar a heterogeneidade dessas mesmas práticas (CERTEAU, 2002, pp. 221-230).

Como intermediária e interventora social, a imprensa produziu concepções de masculino e de feminino, apoiou certos modelos e ridicularizou outros que acanhadamente passavam a emergir. Esse movimento configurou-

se através da veiculação de crônicas ou de notícias. Outras vezes ainda, sob a forma de piadas, provérbios e quadrinhos, produzindo impactos diferenciados. Portanto, nosso objetivo neste artigo é conhecer os homens e mulheres de papel, não abstratos, porém, plenos de materialidade, que surgiram nas revistas ilustradas e nos jornais diários dos anos 1920 e perceber que gênero, valores e símbolos são mobilizados nesta produção de um Homem e de uma Mulher do século XX.

### *A Imprensa do Recife no Jogo de Identidades*

O Recife dos anos vinte era um empório comercial e não apenas praça de açúcar, era porto e praça, era a Faculdade de Direito e a recém inaugurada Faculdade de Medicina; cidade das Escolas de Engenharia e de Comércio e ainda cidade da comunicação, com uma imprensa considerada por Souza Barros a melhor do período e região, por distribuir seus jornais pela *Great Western*, com atraso de apenas um dia. (SOUZA BARROS, 1985, pp. 73-74). Notícias, produtos, valores, opiniões, imagens e discursos circulando, estreitando espaços geográficos, alterando a noção de tempo e, muito lentamente, uniformizando visões de mundo. Os considerados grandes jornais e as revistas circulavam na cidade imprimindo suas marcas no cotidiano permeado de tensões entre o antigo e o novo. Ainda segundo Souza Barros (1985), no jornalismo, certos nomes se afirmavam porque o seu campo saía do tipicamente literário, passando na segunda década a apresentar aspectos do social, exigências de inconformismo, pensamentos mais ligados à terra e à vida que todos levavam bem ou mal. Também Antônio Paulo Rezende destaca que através dos jornais e revistas, a cidade era visitada nos seus detalhes, nos seus modos e modas (REZENDE, 1997, p. 65).

Nas mesas de bares e cafés, os intelectuais do Recife reuniam-se para conversar, socializar suas produções e provavelmente definir as pautas de algumas das publicações do período ou o tema de sua coluna do dia seguinte. À época, a imprensa como divulgadora de ideias centralizava um poder enorme. Por isso, para Souza Barros (1985), não se podia admitir um intelectual se ele

não aparecesse na imprensa. Nas suas palavras, a grande porta da imprensa foi transposta na era dos 20 por intelectuais de marcado relevo – vindos, sobretudo, dos bancos acadêmicos, cheios de idealismo, ingressando de peito aberto nas lides incruentas do pensamento e da ação, a serviço da comunidade (1985, p. 152). Para Iranilson Oliveira, na década de 20, a imprensa enquanto um hipertexto informativo e comunicativo tinha uma forte atuação, e os jornais, segundo ele, funcionavam como dispositivos de poder capazes de aglutinar opiniões divergentes, se impondo enquanto um “carro-chefe” no cenário da informação contribuindo para que a engrenagem industrial se fizesse ainda mais presente no seio familiar (OLIVEIRA, 2002, p. 194).

Apesar destas considerações, é necessário acentuar que, nos anos 1920, os jornais e revistas ainda não possuíam o volume e acabamento com os quais estamos acostumados hoje. *O Diário de Pernambuco*, por exemplo, durante toda a década de vinte, manteve uma quantidade de páginas que oscilava entre dez e dezesseis, sendo ainda a maioria dedicada à propaganda. De certa forma, o corpo do jornal era composto por quatro, cinco páginas, repletas de variadas informações e notícias. Mas, numa década em que os preços da entrada dos cines teatros variavam entre 800 réis e 3\$200 réis e o preço do jornal avulso oscilava entre 200 e 300 réis e onde ainda não existia um forte mercado editorial de livros, a imprensa, portanto, pode ser pensada como um significativo símbolo de uma outra sociabilidade que começava a ser erguida no início do século passado.

Como protagonistas desta outra sociabilidade nomeada de moderna, as mulheres e, mais especificamente suas práticas, foram alvo privilegiado de muitos colaboradores das revistas e jornais do Recife. Interessante acentuar que muitos dos intelectuais vistos como renovadores, por Souza Barros, insistiram, em suas publicações na imprensa, em um lugar tradicional para o feminino, divulgando valores decinômicos que condicionaram grandemente a vida das mulheres. Isto numa época em que práticas femininas, promoviam deslocamentos na ideia de feminilidade estabelecida. Não de forma isolada, uma vez que colaboravam com os discursos religiosos, jurídicos e médicos, estes colaboradores produziram muitos dos significados doravante atribuídos ao gênero feminino, pois suas narrativas divulgaram e naturalizaram certa

identidade de gênero, uma vez que este, entendido como uma identidade cultural, não tem uma base imutável que se mantém a mesma no decorrer da história (BUTLER, 2003).

Dona Eugênia, figura feminina da história contada acima, exemplifica a operação de desnaturalizar, e novamente naturalizar, alguns atributos femininos condicionantes de uma pretensa feminilidade. Operação bastante ambígua e cheia de rancores, vale destacar, pois, naquela história, a determinado tipo de mulher é apresentada como desestabilizadora da vida conjugal, violenta, quase uma aberração. Como aceitar a ideia de muitas mulheres não terem o casamento naquele período como projeto de vida? Ou como aceitar a iniciativa de muitas delas de terem poder de decisão na vida conjugal? Muitas das charges, crônicas e notícias publicadas neste período nos mostram que eram estes alguns dos mais recorrentes questionamentos feitos e, provavelmente, representações femininas como Eugênia foram uma forma de reação à desestabilização de uma instituição – o casamento – sempre tão valorizada e associada às mulheres. Parece que a família higiênica – com a mulher amorosa, mãe cuidadosa e o homem, pai protetor – triunfava a duras penas.<sup>6</sup> O trabalho como objetivo de muitas delas e o aumento do nível de escolaridade pode estar associado a uma visão menos ingênua do casamento, uma mudança de postura bastante lamentada no período:

(...) Que tristeza! Essas preocupações de dinheiro, não se inscreviam no coração das moças e rapazes de outrora. As conveniências materiais do casamento eram entregues aos cuidados das famílias. Para os rapazes e para as moças era o amor inicialmente, a razão suprema. Amavam-se. O resto era secundário. Ah! *Le beau vieux temps!* (DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 10/09/1927, p. 4.).

Este trecho de Thercio Rosado Maia responsável pela matéria sobre “*Les beau vieux temps*” apresenta as mudanças nas relações entre os gêneros e nas concepções de amor e casamento construídas no início do século XX. O articulista salienta que o amor não era mais o único motor dos matrimônios e que as preocupações materiais se faziam presentes na escolha do cônjuge. Mas, o

---

<sup>6</sup> Sobre os esforços médicos e do Estado na construção do ideal de família consultar COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. 5 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.



amor era mesmo o motor das uniões matrimoniais no passado? Para a historiadora Mary Del Priore, no século XIX os motivos do casamento continuavam a passar longe do coração (2005, p. 156). Na verdade, o cronista idealiza as relações amorosas do passado como forma de acentuar as características que o incomodavam no comportamento amoroso das moças e rapazes de seu tempo, porque, de fato, entre as famílias abastadas, o casamento geralmente foi considerado um negócio muito sério, não envolvendo gostos pessoais.

Porém, Thercio Rosado Maia, sobretudo, delinea a praticidade da vida e as respostas dos jovens e das jovens a esse “novo tempo” que passa a ser construído em oposição aos “belos velhos tempos”. Os interesses nas relações matrimoniais, sempre presentes, tornavam-se agora mais explícitos. Para este articulista da seção Femina – seção do *Diário de Pernambuco* dedicada ao público feminino – nos novos tempos havia a promiscuidade da vida entre os sexos, pois estes estavam reunidos a toda hora nos mil e um campos. Observa que outrora as moças tinham namorados, solícitos, atenciosos e, muitas vezes cheios de cerimônia; hoje têm companheiros, amiguinhos. As mulheres eram agora apresentadas, em tom de lamento, como práticas, pouco românticas, ousadas.

Contudo, contrariando o tom do artigo deste jornalista, a Revista *O Fogo*, semanário crítico, político e noticioso divulgou, em maio de 1923, um artigo intitulado “As Moças”, assinado por Madame Georgette, provavelmente um pseudônimo.<sup>7</sup> Em forma de conselho, procurava mostrar às moças os inconvenientes do amor, procurando mostrar-lhes as vantagens de serem práticas. Embora entendesse o amor como um sentimento muito sublime, Madame Georgette defendia a efemeridade deste sentimento e achava que as moças deveriam ficar cientes disso:

---

<sup>7</sup>Luís do Nascimento no seu livro *História da Imprensa de Pernambuco*, ao falar do periódico *O Fogo* não esclarece se Madame Georgette era um pseudônimo. No entanto, como o nome aparece em negrito junto com os nomes dos demais colaboradores e de seus pseudônimos, acreditamos que o grifo significa incerteza quando a identidade desta figura. Ainda segundo este pesquisador, *O Fogo*, circulou no Recife de 1823 a 1924. No entanto, na Biblioteca Pública Estadual de Pernambuco só encontramos um exemplar incompleto deste periódico que em 1924 teve a denominação alterada para *Rua Nova* (NASCIMENTO, 1982. pp. 160-161).

## Dossiê: História das Mulheres, Gênero e Interseccionalidades

Viver de amor, é viver sozinha, é viver afastada de todos e de tudo. É ter um pensamento único, vendo uma só coisa, tendo uma só idéia. É uma vida sublime, deliciosa, é mesmo divina. Mas, tudo passa (O FOGO, 1923).

Algumas mulheres nas primeiras décadas do século passado ouviram os conselhos de Madame Georgette e mudaram o lugar do amor, ou do matrimônio, na pauta de suas aspirações. Em tom de brincadeira, algumas, inclusive, chegaram ao extremo de encararem os homens como inimigos. Ao menos a resposta da senhorita Helena Rocha, vencedora do concurso humorístico promovido pela Revista *A Pilhéria* expressa certa mágoa dos homens:

O que as mulheres desejam, no mundo com mais ardor,  
É transformar em escravo  
Quem delas se diz senhor (A PILHERIA, 1921)

Publicados na seção “Perguntas Indiscretas”, os versos de tal senhorita respondiam à pergunta dos editores da revista: Qual a coisa no mundo que as mulheres mais desejam? O concurso teve grande participação feminina e três vencedoras. Mas, embora a participação das mulheres na revista fosse frequente e os editores tivessem apelado para que isso acontecesse – como vimos na publicação do primeiro exemplar –, *A Pilhéria* veiculará insistentemente piadas sobre as preocupações femininas, diferentes do casamento. Num tom jocoso e irônico, os articulistas não perdiam tempo em ridicularizar o avanço delas nos postos de trabalho:

Foi nomeada para o cargo de terceiro oficial do povoamento do solo dona Mercedes Rocha, seguindo telegrama procedente do Rio. Acho bastante acertada semelhante nomeação, pois é verdade firmada que a mulher nasceu talhada para essa nobre função (A PILHERIA, 03/09/1921).

Além de ironizar as novas ocupações femininas, a piada ainda reforça o papel tradicional de reprodutora. Há a insistência em não deixar que as mulheres esqueçam esse pretensão “inexorável destino”. É importante observar que o discurso sobre a maternidade, vista sempre como algo inato, “da natureza da mulher”, esteve sempre presente quando se tratou de limitar a saída das mulheres para o mundo público. Em outra matéria intitulada “Triunpho do

Feminismo” vemos o desenho do que seria o ‘lar moderno’: o marido de avental, cara sofrida com as crianças penduradas sobre ele e a mulher, na sala de visitas, fumando e conversando com a amiga. Acompanha esse quadro, assustador para a época, os seguintes versinhos:

Enquanto o pobre marido  
Com retorcidos bigodes  
Contempla, assaz compungido  
Os filhos pintando o bode  
A esposa refestelada  
Mantém, com bastante ardor  
Discussão acalorada  
Sobre política e amor (*A PILHERIA*, 30/06/1922).

A figura do marido novamente emerge como vítima. O lar aparece como uma bagunça, com os filhos desgovernados e a esposa dedicando-se a uma tarefa completamente fora do prescrito para as mulheres. A piada representa, provavelmente, cenas que passavam a ser mais recorrentes, mais visíveis no espaço urbano. Além disso, insinua como práticas não convencionais da feminilidade custaram a ser aceitas de forma tranquila e, como a saída das mulheres para o mundo público não transformava o *status* delas diante dos seus contemporâneos, pelo menos não dos que se expressavam nas dezenas de revistas que estavam circulando. O quadro da condição feminina pintado acima procura mostrar os inconvenientes da politização das mulheres e, o homem, um ser que sofre a maior das humilhações, cuidando dos afazeres domésticos. Mostra ainda que temas como o amor agora eram debatidos, já que as relações entre os casais, a instituição de um matrimônio deixava cada vez mais de passar pelo crivo dos pais. Portanto, a revista nos induz a pensar que as relações de gênero iam se alterando dentro do lar, onde, geralmente, são mais lentas as transformações. Será? Ou melhor, terá sido de forma tão enfática e generalizante como nos levam a pensar? Por que divulgar esse quadro? O que ele representava nos anos vinte? Alerta aos homens? Alerta às mulheres?

Pensamos que *A Pilhéria*, como analisaremos neste artigo, mesmo sendo uma revista humorística, não pode deixar de ser pensada como um significativo veículo de representação social. E pensá-la assim é entender que este veículo de comunicação está discutindo, produzindo, reproduzindo e, principalmente, dando circularidade às ideias, aos modelos, às aspirações, entre tantos sentimentos, de uma determinada sociedade. Isto porque, retomando o conceito de Chartier, uma revista traz em seu contexto todo um emaranhado de ideias que, ao serem interpretadas e

contextualizadas, permitem, de muitas e diferentes formas, que os múltiplos sentidos construídos historicamente em um dado momento se tornem visíveis (CHARTIER, 1988, p. 17).

*Homens e mulheres: presença marcante nas páginas dos magazines e periódicos*

E, no Recife dos anos 1920, visualizando as representações construídas em torno das mulheres, os rapazes passaram também a mudar sua postura diante do sexo oposto e começaram a receber conselhos de como se construir para estabelecer relações com aquelas durante tanto tempo vistas como fadas:

As fadas de hoje “flirtam” e dançam o “charleston”, gostam de automóvel e querem “bungalow”... Modernas! É essencial sermos mais do nosso tempo, e sabermos que as mulheres são todas lindas e, além de lindas, humanas e frágeis. A lição há de servir-nos um dia. E nós deixaremos então de acreditar na suave mentira das fadas. Linda mentira (*DIÁRIO DE PERNAMBUCO*. 28/08/1927, p. 7).

58

O que seria este homem do seu tempo? Homens desconfiados e inseguros? Embora indique como a masculinidade também é um projeto social e relacional, os conselhos acima de Peregrino Júnior, outro colaborador da seção *Femina*, indicam a desconfiança masculina quanto ao comportamento de muitas mulheres. Ele não apresenta os atributos deste dito homem do seu tempo, mas não perde tempo em delinear a figura feminina, apontando alguns hábitos das fadas modernas: o *flirt*, a dança, o gosto pelos automóveis e por habitações confortáveis. Peregrino Júnior representa as mulheres de seu tempo e não se esquiva de ressaltar a fragilidade como traço que permanece nas agora mulheres modernas. O trecho então insinua como há um descompasso entre a situação das mulheres no tempo e a forma como elas são representadas, com certas características insistentemente reforçadas, levando muitos a acreditarem numa natureza feminina. São discursos como este publicado no *Diário de Pernambuco* que vão criando as supostamente naturais diferenças entre homens e

mulheres; são estes discursos que socialmente constroem uma pretensa natureza feminina e uma natureza masculina (SCOTT, 2000).

Lendo as páginas do *Diário de Pernambuco* uma parcela significativa de homens e mulheres no Recife se defrontavam com muitos outros símbolos socialmente compartilhados sobre eles e elas. Defrontavam-se também com uma série de investimentos para que estes símbolos definidores dos gêneros não fossem questionados. A seção Femina era o espaço do jornal que assumia diretamente este empreendimento de divulgar e construir a feminilidade: moda, elegância e a vida no lar e na sociedade. Era uma seção de uma página, repleta de símbolos e conceitos normativos: dicas de casa, modelos de vestidos, normas de conduta das mulheres solteiras e das mulheres casadas, receitas, opiniões, orientações para o corpo e para cuidar dos filhos etc.<sup>8</sup>

Importante destacar que nenhuma das matérias sobre o feminismo e seus avanços no Brasil e no mundo foi publicada nesta “Seção feminina”, nos levando a pensar que de fato havia uma atenção especial na seleção dos temas a serem publicados. A opção de não publicar notícias, inclusive, é uma das características destas seções apresentadas como femininas, segundo Dulcília Buitoni. Para quem, a periodicidade deste tipo de publicação, geralmente semanal ou quinzenal, a faz distanciar-se do fato atual, e o não uso da categoria informativa lhe dá um caráter mais “ideológico” (BUITONI, 1981, p. 2). A seção Femina expressa um conjunto de ideias, valores e opiniões procurando homogeneizar o mundo das práticas, trata-se de um conjunto de valores, representações e enunciados que fazem parte de uma prática social que apaga as diferenças entre os sujeitos. Nada está implícito nas páginas dos jornais dos anos 1920. Há um discurso que confere existência às coisas e às pessoas nas páginas da imprensa e as naturalizam, fazendo com que elas apareçam como aquilo que está sendo dito sobre elas (VEYNE, 1998, p. 252).

Assim, a prática escriturística da imprensa - através das seções Femina do *Diário de Pernambuco*, Mundo Feminino da Revista *Mascote* e *Matronas e Melindrosas d’A Pilhéria*, entre outras – foi criando uma gramática sobre as mulheres e homens do

---

<sup>8</sup> A seção FEMINA entrou em circulação no segundo semestre de 1927, mais especificamente, em 02 de julho de 1927. Manteve regularidade durante este período e durante todo o ano de 1928, sendo publicada aos domingos. Em 1929 a coluna deixa de aparecer no jornal. Além desta coluna, supostamente direcionada para as mulheres, o *Diário de Pernambuco* veiculou uma seção denominada MAGASINE durante toda a década de vinte. No entanto, esta seção não possuía uma regularidade quanto aos dias da semana e nem mesmo costumava aparecer todas as semanas. Entendi que a lógica de sua aparição era a disponibilidade de espaço na edição do jornal.

**Dossiê: História das Mulheres, Gênero e Interseccionalidades**

Recife, um discurso, parafraseando Paul Veyne (1998), cheio de preconceitos, reticências, saliências e reentrâncias inesperadas. Discursos estes perigosos porque, ao serem expostos, ganharam em muitos casos um caráter científico, articulando um conceito de mulheres bastante homogêneo entre muitos contemporâneos. Nesta gramática, elaborada por aqueles que ocupavam as páginas das revistas e jornais, as mulheres deveriam ser ditas como sinônimo de prudência, justiça, fortaleza e temperança, quase seres não terrenos:

Prudência... para não se alterar quando as coisas lhe desagradam.

Justiça... para reconhecer os méritos e faltas do marido.

Fortaleza... para suportar os males.

Temperança... para ter em tudo justa medida. (*DIÁRIO DE PERNAMBUCO*. 20/11/1927, p. 7).

Ser esposa e não seguir as “quatro virtudes cardeais das mulheres” era motivo de recriminações doméstica e pública. Emergindo de lutas anteriores pela emancipação política, econômica e sexual, as mulheres das primeiras décadas do século passado que não deram ouvidos a conselhos como o acima divulgado sofreram críticas diretas e indiretas, algumas destas apelando para o riso, tentando conter comportamentos que desestabilizavam a ideia de uma feminilidade imutável. Geralmente as opiniões contrárias ao comportamento adotado por algumas mulheres se valiam de oposições, da polarização “mulher tradicional versus mulher moderna”, fomentando inclusive a não solidariedade de gênero. Apresentada como extravagante, prática, interesseira “as mulheres modernas” deveriam ser temidas e combatidas pelas “mulheres sérias, direitas”, pois aquelas poderiam minar a tranquilidade dos seus lares, seduzindo seus maridos ou namorados.

**Figura 1. “Ciúmes da esposa Honesta”, Capa da Revista A Pihéria. 10/1921. BPE.**



Um bom exemplo deste jogo de construção de identidades apresentado aos leitores e leitoras da cidade pode ser analisado no jornal *Diário de Pernambuco*. Em matéria intitulada “Mademoiselle Século XX”, após destacar as características das chamadas “mulheres modernas”, o colaborador César de Magalhães relata uma história deveras interessante sobre o encontro de duas mulheres, uma do “tipo século XX”, e outra, provavelmente “tipo XIX”:

61

A propósito, viajamos a bem pouco tempo, na “Chemin de fer” bahiana, em companhia, isto é, no mesmo comboio de uma senhorinha tipo século XX, que dominava o carro com o seu espírito travesso e irrequieto, moderno. Nunca víramos mulher igual. Era um homem em tudo, mesmo nos trajes de cavaleira. A certa altura, creio que Entre Rios, linda matutinha tomou o trem e foi colocar-se vis a vis da tal mademoiselle. Talvez sentido com o desvio que sofreram os olhares do seu rosto para o rosto da sertaneja, Mademoiselle tanta diabruras e mangações lhe fez que a pobrezinha se viu obrigada a trocar de lugar, mas não sem um protesto terrivelmente adequado e verdadeiro na sua rusticidade: - Eu sou matuta, viu; mas não me troco por vancê não, seu home escandaloso (*DIÁRIO DE PERNAMBUCO*. 03/07/1927, p. 7).

O relato de César de Magalhães opõe dois modelos de feminilidade. A “senhorinha tipo século XX”, com um espírito travesso, irrequieto, moderno e em tudo igual a um homem, contrapõe-se ao feminino recatado, não escandaloso. Já não tímida, delicada ou submissa, as mulheres modernas ideais eram retratadas como enérgicas e sociáveis. Representadas ou criadas de forma irônica, vale a pena destacar. Porém, além desta criação de uma identidade para “as mulheres” de um século relativamente



## Dossiê: História das Mulheres, Gênero e Interseccionalidades

recente, o discurso mobilizado apresenta elementos que contrariam suas perigosas homogeneizações. Insistindo na leitura, percebemos como os comportamentos destacados são geograficamente diferenciados. De certa forma, o articulista limita as mulheres “tipo século XX” ao espaço urbano, mostrando que nem todas as mulheres contemporâneas do século em curso adotavam os hábitos por ele mobilizados na sua frágil definição do feminino.

Mas o próprio jornal *Diário de Pernambuco* delimitava fronteiras em suas páginas para as mulheres e os homens que destoavam dos modelos de feminilidade e masculinidade divulgados por seus colaboradores. As ébrias e as prostitutas, as violentas e as violentadas, os homens brutos e ciumentos, as relações tensas e assimétricas entre os gêneros – com personagens bem diferentes de Eugênia e Feliciano – percorriam as suas páginas de uma forma muito discreta. Suas práticas de existência, cheias de dinamismo, explodindo qualquer tentativa de aprisionamento em um nome, apareciam de forma nebulosa na coluna FATOS DIVERSOS. Coluna tão móvel no jornal quanto as personagens que apresentava. Nunca a primeira, mas podia ser a segunda ou a quarta página; poderia estar no topo ou no final da página e ainda poderia ser longa - com os casos mais curiosos, trágicos e inusitados da cidade e do estado - ou curta.

Os espaços percorridos eram outros. A história de Joana de Matos, embriagada percorrendo as ruas da Regeneração e do Imperador, altas horas da noite, sendo detida por um rondante do cais por ofender a moral ou a história de Minervina Vasconcelos, moradora da Rua 1º de outubro, distrito de Santo Amaro, espancada com um cacete, de madrugada em sua casa, pelo seu ex-companheiro Manoel Rosário Magalhães (*DIÁRIO DE PERNAMBUCO*. 04/01/1925, p. 2), provavelmente, não representariam de forma harmoniosa a mademoiselle século XX, aliás, tornariam muito mais complexa a tarefa dos definidores destas mulheres tipo século XX, modernas, brancas, atléticas e assépticas. No entanto, histórias como estas estavam presentes nos jornais; curiosas, trágicas ou engraçadas mostram como os homens e as mulheres: os populares, experienciavam a feminilidade e a masculinidade de múltiplas formas, rompendo com pretensas naturalizações, mesmo pagando um preço muito alto por isto.

Marcia Castillo Martín (2003) comenta que a escritora Virgínia Woolf ironizava, em 1928, a surpresa que lhe causava o enorme interesse que a mulher como tema de estudo despertava na época. Isto porque entre as publicações dos anos vinte abundavam as dedicadas à “questão feminina”, muitas delas guiadas por certezas e afirmações dos seus autores que se erigiam como “especialistas em feminilidade”. Na

## Dossiê: História das Mulheres, Gênero e Interseccionalidades

imprensa também emergiram muitos dos “especialistas” e “analistas” da feminilidade e, provavelmente, César de Magalhães, no Recife, era um deles. Era ele uma das muitas vozes que procuravam definir as mulheres dos anos 1920 e, em suas matérias, estas definições eram carregadas de perigosas oposições e naturalizações. Ao delinear práticas e valores adotados frente ao mundo e frente ao masculino por suas contemporâneas, este homem, com um discurso legitimado pelo lugar de sua fala, instituiu um modelo de feminino.

Ao mobilizar as expressões “Tipo século XX”, “Mademoiselle Século XX” nos mostra algumas das estratégias adotadas para nomear algumas das suas contemporâneas, ou seja, para suprimir a diversidade e homogeneizar no discurso os comportamentos femininos. Discursos homogeneizadores e que criavam efeitos de verdades. Michel Foucault, em seu texto Poder e Saber, destaca como se criam os efeitos de verdade ligados aos sistemas de informações: quando alguém, um locutor de rádio ou de televisão, lhe anuncia alguma coisa, o senhor acredita ou não acredita, mas isso se põe a funcionar na cabeça de milhares de pessoas como verdade, unicamente porque foi pronunciado daquela maneira, naquele tom, por aquela pessoa, naquela hora (FOUCAULT, 2003). Embora trate de sistemas de informações atuais como rádio e televisão, acreditamos que suas argumentações podem ser estendidas à imprensa e pensadas para o período aqui abordado, visto serem os jornais e revistas constitutivos do sistema de informação predominante na cidade nos anos 1920.

Inclusive, a estratégia narrativa adotada pelo colaborador do jornal *Diário de Pernambuco* nos dá indícios para pensarmos a lucidez sobre o lugar de sua fala, a preparação para mostrar-se como aquele que informa, jogando, seduzindo e chamando a atenção de seus leitores e leitoras: “Conhecem-na?” De chofre esta pergunta abre sua matéria de 03 de julho de 1927. Retoricamente mobiliza a curiosidade de muitos que convivem com muitas mulheres adeptas das práticas salientadas por ele, mas que não têm o seu lugar social, o espaço de sua página, a autoridade a ele conferida para apresentar-lhes de forma universalizante quem eles conhecem de forma fragmentária e singular. Os leitores e leitoras conhecem mulheres múltiplas em suas ações, em seus desejos e medos, mas não conhecem “Ela”, a “Mademoiselle Século XX”. Então, depois de aguçar os sentidos dos leitores e leitoras do jornal, inicia sua descrição minuciosa, detalhando corpo e alma deste ser que ele não sabe se é digno de admiração ou de piedade:

**Dossiê: História das Mulheres, Gênero e Interseccionalidades**

Mademoiselle usa cabelos à la garçonne, à inglesa, à Rudolph Valentino, à demi garçonne, a isto, a aquilo outro. Geralmente é seca e esguia de corpo, uma mulher de pé e que sofre de charlestonite. (...) Tem faces rubicundas e lábios mais vermelhos que o sangue estuante do golpe de um toureiro. O vestido, quero dizer, os dois metros de fazenda, ora deixar ver as raízes dos seios ora sobe aos joelhos, quando não apresenta simultaneamente ambas as exhibições (*DIÁRIO DE PERNAMBUCO*. 30/07/1927).

A apresentação pública de algumas mulheres, a adoção por cânones de beleza diferentes das de suas antepassadas, de fato despertou os olhares dos contemporâneos, gerou desconfianças e um intenso debate em torno da identidade feminina. Numa época em que as identidades homens/mulheres passavam pelas diferenças anatômicas para serem estabelecidas, César de Magalhães não poderia definir sua mademoiselle de forma diferente: cabelos curtos, corpo esguio, face e lábios vermelhos e, poucas roupas. Imagens desta mulher proliferavam, como a destacada logo abaixo:

*Figura 2. “A estética da mulher moderna”.*



**FONTE: Detalhe da capa d’A Pihéria de 31/12/1921.**

Provavelmente uma estética perturbadora para ele e para muitos outros homens. Porém, ele não se ocupa apenas de criar um corpo para sua “mulher século XX”, atribui-lhe valores de espírito e, de certa maneira, alerta para os perigos dos que cruzam à sua frente, assegurando que todos são vulneráveis a esta “nova mulher”:

## Dossiê: História das Mulheres, Gênero e Interseccionalidades

É frívola, fútil, sem espírito, escondendo, todavia, sob estes aparentes defeitos, a imortal astúcia da serpente, em cujas redes se emaranham veneráveis intelectuais e os mais eruditos perspicazes (*DIARIO DE PERNAMBUCO*, 03/07/1927).

Frívola. Fútil e astuciosa. Uma serpente. Símbolo da perdição dos personagens bíblicos. Embora, desde o século XIX, a Igreja Católica tenha começado a divulgar uma nova imagem da mulher, que deixa de ser vista como a Eva pecadora, como um ser astuto e diabólico sempre pronto a seduzir os homens, César de Magalhães permanece divulgando esta imagem negativa do feminino (CASTELO BRANCO, 1996, p. 113). A ligação feita entre as mulheres e alguns animais, ou mais diretamente entre a mulher e a natureza também continua uma prática muito recorrente e, no mais das vezes, para imputar-lhe uma natureza. Contemporâneo de César de Magalhães, embora geograficamente distante, o filósofo espanhol José Ortega y Gasset, entre 1923 e 1927, valeu-se de referências a animais e plantas para legitimar a desigualdade entre homens e mulheres, uma desigualdade baseada exatamente nas diferenças físicas e, numa suposta diferença de espírito:

Si intentamos imaginar el alma de una planta, no podremos atribuirle edeas ni sentimientos: no habrá en ellas más que sensaciones, y aun éstas vagas, difusas, atmosféricas. La planta se sentirá bien bajo un cielo benigno, bajo la blanda mano de un viento suave: se sentirá mal bajo la borrasca, azotada por nieve inverniza. La voluptuosidad femenina es acaso, de todas las humanas impresiones, la que más próxima nos parece de la existencia botánica (MARTIN, 2003, p. 52).

E se as mulheres se assemelham em alguns aspectos às plantas, em outros se relaciona com a vida animal, especialmente em sua irracionalidade. O homem experimenta em seu trato com as mulheres a “mágica” sensação de estar tratando com um ser que, ainda sendo humano, carece de razão:

El animal es también irracional, pero no es persona; es incapaz de darse cuenta se si mismo y de respondernos, de darse cuenta de nosotros. No cabe trato, intimidad con él. La mujer ofrece al hombre la mágica ocasión de tratar a otro ser sin razones, de influir en él, de dominarlo, de entregarse a él sin que ninguna razón intervenga (MARTIN, 2003, p. 52).

Características atribuídas a muitas das mulheres que aspiravam à igualdade política e de oportunidades nas décadas iniciais do século XX. Mulheres que despertavam admiração e medo ao desfilarem pelo asfalto das avenidas, ao passarem sob os olhares dos distintos senhores e das distintas senhoras ou ainda, sob os olhares, segundo César de Magalhães, dos “derretidos almofadinhas”. Sim, pois estas mulheres que emergiam das páginas da imprensa e de intelectuais tinham um companheiro de percurso no novo século, o homem tipo “Século XX”, com uma estética tão indefinida quanto a dela. E estas mulheres criadas de forma tensa, alvo de todas estas objetivações possuíam ainda, segundo seus criadores, uma rotina estranha, uma sexualidade indefinida:

Com todas essas qualidades características, Mademoiselle parece-nos sexualmente indefinível. Levanta-se como todo homem, e vai às 8 horas de trabalho. Ama as joias e as sedas, comparece ao tênis. Frequenta as colunas dos jornais. Voar como qualquer andorinha no espaço. Exerce todas as funções do homem (*DIÁRIO DE PERNAMBUCO*. 03/07/1927).

66

Como todo homem, exercendo as funções do homem, voando literal e metaforicamente. A definição do feminino, mobilizada neste trecho, parece apontar para essa dificuldade permanente da ausência de conceitos que operem eficientemente nas indagações a respeito do que caracteriza um homem e uma mulher.<sup>9</sup> Dificuldade nos anos vinte e dificuldade contemporânea. Será que há de fato uma possibilidade de nos definirmos enquanto homem e mulher?! Mas... Continuemos no passado. Voar pelos céus como Juliette Brille. Voar nas páginas da imprensa como Beatriz Delgado. Voar sem sair das calçadas como muitas anônimas. Práticas femininas que tensionaram as fronteiras entre homens e mulheres nos são apresentadas neste trecho, com a própria constituição da identidade de um e outro aparecendo como questionável segundo os padrões até então vigentes. Cabelos curtos, agilidade física e determinadas atividades não eram mais exclusivas do masculino. Assim, as matérias vão definindo um e outro, vão sugerindo formas de praticar o gênero, de usar o corpo e, em geral,

---

<sup>9</sup> Sobre esta discussão consultar MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidades e violências: gênero e mal estar na sociedade contemporânea. In: *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo, 2003. p.39.

vão apagando as diferenças e instituindo modelos. Porém, estas naturalizações do feminino, este jogo de ressaltar qualidades, não era feito de forma tranquila, sem embates. Nos discursos que procuravam representar estas mulheres do século XX, algumas ideias chocam-se e outras se aproximam, demonstrando a fragilidade de muitas das argumentações.

Assim, no próprio *Diário de Pernambuco* encontramos uma matéria negando a fragilidade como traço das ditas mulheres tipo século XX: Mulher, o sexo frágil? Não. A matéria é assinada da Itália por um colaborador do jornal chamado Gabriel D'Annunzio. Em três páginas ele delinea as mulheres do novo século e as opõe enfaticamente a suas antepassadas: autônoma, ágil, vigorosa, intelectualizada e sincera. Além disso, dedica-se a descrever o corpo destas “novas mulheres” e os aspectos mais significativos de suas personalidades. Como a maioria dos que escreviam, mostra a forma destas mulheres encarar o casamento e de se relacionar com os homens, de igual para igual. Segundo ele, as mulheres do século XX não se serviam de seus ardis para lograr seus objetivos, pois acreditavam na sua capacidade; tinham um caráter mais forte do que sua avó e respeitavam, mas não temiam, seus maridos:

Não se vende, nem pelo casamento, nem por meio de relações ilícitas, mas fecha com o homem um contrato que lhe assegure a ela uma família no mesmo pé de igualdade. Já que não obedecerá mais, mas não ameaça desrespeitar. Sua fidelidade ao homem com que se casa é cláusula do contrato que conclui dignamente, de igual para igual e, quando posta à prova, mostra-se forte e mais nobre do que a lealdade e fidelidade de sua avó, da qual procede a cláusula “obedecer”. Seu respeito ao marido não é o respeito que tem o escravo ao seu senhor e que resulta do medo, mas o respeito de igual. Somente os iguais podem cultivar um verdadeiro respeito mútuo. Eis aí a mulher do século vinte (*DIÁRIO DE PERNAMBUCO*. 08/05/1927).

A matéria ressalta um novo lugar para as mulheres dentro da sociedade e as relações sociais estabelecidas com o outro sexo. Embora com tantos atributos positivos e renovadores – construídos arbitrariamente contrários aos de suas antepassadas –, parece que o casamento é a única coisa que não se alteraria nos gostos destas novas mulheres. O discurso reforça a noção do casamento como instituição indissolúvel. A família e o marido são

insistentemente associados às mulheres. Segundo a historiadora norte-americana Nancy Cott, nos EUA, graças a discursos como estes, o casamento tornou-se muito popular no período entre as duas guerras (COTT, 1991). Maria Lúcia Mott e Marina Maluf também afirmam que nas primeiras décadas do século XX, os discursos procurando cristalizar certos papéis femininos, como a mãe e esposa, foram muito comuns (1998, p. 373).

O jornal não apenas nos informa sobre os novos papéis desempenhados pelas mulheres urbanas de classe média no cenário moderno, cria uma ideia de feminilidade, através do discurso homogeneizante. Destrói-se o estereótipo das mulheres “sexo frágil”, e, por outro lado, termina-se por cair na armadilha das definições, da categorização do feminino, descartando a multiplicidade de se viver o gênero. As mulheres do século vinte, assim, vão sendo construídas em total oposição a suas antepassadas, como se as permanências não fizessem parte da história ou como se fosse possível apagar toda uma educação repressora, disciplinadora, formadora de homens e mulheres de décadas anteriores. Sem falar que as questões de classe social fortemente influenciam nas maneiras de viver a feminilidade, a masculinidade e o casamento. Assim, a forma de homens e mulheres manterem relações conjugais nas camadas populares, ao menos como aparece na seção “Fatos Diversos”, estava bem distante deste modelo veiculado pelo articulista. O “contrato” de casamento estabelecido entre Júlio Manoel da Silva, vulgo “molequinho”, e Maria Calixta da Silva estava longe da igualdade idealmente atribuída às “Mulheres do Século XX”. Ele, segundo a notícia, tomado de fortes ciúmes, não titubeou quando, penetrando na residência localizada na Rua das Hortas, feriu nas costas a mulher com quem vivia (*DIARIO DE PERNAMBUCO*. 07/04/1927). E algo parecido fez Severiano, que há muito vinha perseguindo Antonia Maria do Carmo, por esta não querer mais viver em sua companhia. De madrugada, na residência, agrediu a mulher, produzindo-lhe contusões nos braços (*DIARIO DE PERNAMBUCO*. 08/04/1927). Respeito mútuo? Não nessas relações que emergem desse encontro com o poder, que ganham visibilidade nas páginas dos jornais e insistem em quebrar a harmonia de discursos tão cruelmente articulados.



De acordo com Alômia Abrantes da Silva (2000), será na construção de um “novo feminino” que a imprensa atuará nos anos vinte como instância modelizadora de subjetividades. Ameaça e sedução são, no seu entender, as marcas da feminilidade emergente nas páginas dos anos vinte, que muda hábitos, cenas, que exige posturas diferenciadas na prática de viver a cidade, mesmo onde as permanências ainda se fazem presentes. Já Martín destaca que este rompimento com os cânones estéticos e sociais, ao menos na Espanha dos anos vinte, foram interpretados imediatamente como uma vulnerabilidade da natureza. Em suas palavras:

“la adopción de nuevos cánones de belleza o de comportamiento social, tan evidentes durante los años veinte en que las mujeres comienan a acceder a nuevas actividades, estudios o profesiones, no se interpreta como una liberación femenina sino como la pérdida de su verdadera identidad y como una voluntad de contentar a la propia época, de integrarse en ella, en un momento que la estética se decanta por las formas ‘masculinas’” (2003, p. 50).

Portanto, acreditando nesta perda de identidade feminina, muitos homens como César de Magalhães, Peregrino Júnior e Ortega y Gasset e, algumas mulheres<sup>10</sup>, publicaram seus escritos descrevendo e analisando o comportamento de suas contemporâneas. Também o jornal *Diário de Pernambuco* veiculou insistentemente, entre os anos dez e os anos trinta, uma série de artigos e reportagens que falavam da crise da identidade feminina e a associavam à crise da instituição familiar. Crise esta, segundo Durval Muniz de Albuquerque, vista como motivada, em grande medida, pelo amplo movimento de nivelamento social, que estaria se refletindo na mudança de comportamento das mulheres que começavam a contestar a forma hierarquizada da família dita patriarcal e buscavam o nivelamento com os homens (ALBUQUERQUE Jr, 2003, p. 39). Porém, para esse historiador, as mudanças temidas eram mudanças que, em si mesmas, nada tinham de antinaturais, já que também os pássaros fazem suas mudas e alguns animais como a raposa, perdem sua pele (2003, p. 41). O

---

<sup>10</sup> Para exemplos de mulheres que em seus escritos expressaram a preocupação com esta suposta crise de identidade, recomendo a leitura da dissertação de Alômia Abrantes da Silva. *As escritas femininas e os femininos inscritos: imagens de mulheres na imprensa paraybana dos anos vinte*. Recife: UFPE, 2000.

que estava ocorrendo no início do século XX, entretanto, era de escandalizar, pela indiferenciação que estava originando naquilo que a natureza teria tão bem diferenciado. Talvez por isso, por essa preocupação em “entender” a crise do feminino, os artigos que versavam sobre as mulheres tivessem na Revista *Mascote* um espaço tão destacado.<sup>11</sup>

Em 1924, as leitoras desta revista ilustrada quinzenal encontraram artigos, ocupando quase todo o espaço da página denominada “Vida Frívola”, analisando nada menos do que elas mesmas. Um destes textos intitulados “A Mulher...”, escrito pelo cronista Elio num tom “historiográfico”, focalizava a maneira como, ao longo da história, as mulheres foram nomeadas pelos filósofos, como elas expressavam seus sentimentos e por que eram semelhantes aos homens, ao menos em um aspecto. Em seus argumentos, aparentemente - apenas aparentemente - favoráveis às mudanças nos comportamentos femininos, insiste, como muitos dos seus contemporâneos, em referir-se às mulheres como Eva.

Segundo ele, no mau humor dos filósofos que se compraziam em falar mal de Eva, as mulheres eram uma criatura de cabelos compridos e sentimentos curtos; destaca ainda que existia no passado, numa espécie de epidemia literária, a irrupção de axiomas hostis às mulheres. Também relata que, desviados da corrente feminófoba, havia os que não consideravam a mulher anjo, nem a tachavam de demônio, classificando-as nada mais nada menos como um homem de sexo diferente. Tece suas “análises” sobre diferenças e semelhanças entre homens e mulheres logo após “historiar” estas maneiras de encarar o feminino. Para ele, de fato, não havia uma grande diferença entre a psicologia dos homens e das mulheres e havia, pelo menos, um ponto de inteira semelhança:

É que as mulheres, quando têm de referir-se aos homens, procedem exatamente como eles: ora os comparam a todas as coisas hediondas, classificando-os de falsos, frios, perversos; ora demonstram por um (ou mais de um) ardorosos entusiasmos, sem perder entretanto, o hábito de deprimir o

---

<sup>11</sup> A *MASCOTE* era uma revista ilustrada quinzenal que começou a ser publicada em novembro de 1924, obedecendo ao formato de 25x18, com 32 páginas e custando o exemplar avulso 600 réis. Segundo Luis do Nascimento, *A Mascote* publicou até 17 de fevereiro de 1925. Contudo, na Biblioteca Pública Estadual localizamos apenas um exemplar incompleto. Mais informações sobre este periódico (1982, pp. 193-194).

sexo, por simulação ou *coquetterie*. Em suma, os homens e as mulheres são dois seres que se guerreiam, mas, que não podem viver separados, ou antes, guerreiam-se para melhor se unirem; simples estratégia de que lançam mão afim de ver se mais enganam o lado contrário e o dominam (*MASCOTE*, 1924).

O que dizer de uma argumentação tão bem estruturada como essa?! Talvez tenham sido discursos como estes que fizeram muitas historiadoras das mulheres soçobrarem na tarefa de enfrentarem verdades que parecem óbvias e universais. O articulista aproxima o comportamento de homens e mulheres, procura mostrar-lhes como eles não são tão diferentes assim em seus propósitos e procedimentos de conquistas. Afirma, categoricamente que homens e mulheres não podem viver separados. Numa estratégia singular, mas não isolada, estabelece semelhanças e não diferenças entre os gêneros.

Todavia, dentre muitas outras possibilidades de análise, entendemos que seu discurso não deve ser visto como algo positivo, embora, aparentemente lógico. Isto porque os textos, como este do articulista Elio, devem ser analisados levando-se em conta o contexto de sua produção. Num momento em que cada vez mais mulheres começavam a forjar seus próprios projetos de vida, a almejavam algo mais que um casamento, a desatrelarem suas histórias da dos homens – por mais que isso hoje seja questionado –, o discurso do articulista apresenta-se, como estratégico. Estratégico no propósito de manter consolidada a instituição casamento. Estratégico no propósito de apresentar a heterossexualidade como universal e natural. Para isso, sua retórica reveste-se de um tom adulatório para as mulheres, recurso na mesma época utilizado pelo filósofo Ortega y Gasset quando de suas análises depreciativas sobre o feminino.<sup>12</sup>

Entendemos que textos como o deste articulista são desafiadores, pois nos forçam ao exercício da leitura sintomática, aquela que procura a historicidade destes mesmos textos, que procura os arranjos sociais em que estavam inseridos, indicando os projetos sociais neles defendidos. Não é a

---

<sup>12</sup> Sobre o uso da adulação ou bajulação nos discursos masculinos sobre as mulheres consultar MARTÍN, Marcia Castillo. “De corzas, climas, vegetales y otras feminidades: Ortega y Gasset y la idea de feminidad em los años veinte”. In: **Separata de la Revista de literatura y cultura España Contemporânea**. Tomo XVI, n°. 1. 2003.

preocupação com o que está oculto que orienta esse tipo de leitura, mas é a radicalização do ofício do historiador. É dar visibilidade ao que já está na superfície e nos recusamos a ver. Esta leitura sintomática nos leva à descrição arqueológica, aquela que não busca um outro discurso, mais oculto, mas mostra a especificidade do discurso, seguindo-o ao longo de suas arestas exteriores para melhor salientá-lo, descrevendo sistematicamente um discurso-objeto (FOUCAULT, 2005, pp. 153-158). E insistindo no discurso do articulista Elio, seguindo suas reentrâncias, nos deparamos com a fragilidade de sua defesa das mulheres e com seu entendimento do feminino:

Quem poderá dizer hoje que a mulher é uma criatura de cabelos compridos e sentimentos curtos? Os seus mais ferrenhos ou convencionais inimigos poderão, num desvario, manter a última acusação contida no aforismo de que foi autor Schopenhauer, mas, todos eles estão inibidos de referir-se a cabelos compridos, pois, raras os possuem e estas mesmo é que são apontadas como desprovidas de sentimentos (*MASCOTE*, 1924).

Sua suposta correção do aforismo do filósofo Arthur Schopenhauer resume-se aos aspectos físicos, a destacar os cabelos curtos femininos. De fato, muitas mulheres não mantinham mais os longos cabelos a orná-las. O próprio Elio em outros artigos de sua coluna “Vida Frívola” não deixava de destacar como se tornou mais recorrente o cabelo curto nas suas contemporâneas. Contudo, agora acrescenta como o hábito dos cabelos curtos foi objetivado por aqueles que viveram nas décadas iniciais do século passado: as mulheres de cabelos curtos eram desprovidas de sentimentos, provavelmente, de nobres sentimentos. Aliás, seu artigo apenas atualiza a expressão misógina do filósofo alemão do século XIX, confirmando as mulheres como serem de sentimentos curtos. O discurso do articulista insiste em pontos fundamentais da cultura cristã ocidental: o cabelo longo como símbolo do feminino, de diferenciação entre elas e os homens, e a questão da diferença de sentimentos que rege o masculino e o feminino. Permanências na forma de representar as mulheres e atualização do lugar de divulgação destes insistentes discursos.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Sobre os ideais cristãos sobre as mulheres consultar PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Interessante notar que a *Mascote*, dirigida por Aládio Amaral, divulgava artes, letras, variedades, informações, vulgarização científica, problemas nacionais, propaganda do nordeste e atualidades. No seu expediente<sup>14</sup> havia uma nota destacando a colaboração dos melhores elementos intelectuais e artísticos de Pernambuco, e de outros estados. O expediente ressaltava ainda que a *Mascote* tinha circulação intensa no Nordeste, com representantes em todas as capitais brasileiras e vendagem avulsa em Maceió, Paraíba, Natal e Fortaleza. Portanto, o raio de propagação das ideias expressas por seus colaboradores era bem vasto e, embora não fosse uma “revista feminina”, através das seções “Vida Frívola” e “Mundo Feminino” expressavam e divulgavam claramente, para outras paragens, a concepção de mulheres que predominavam na Revista. E a criação, na verdade a atualização, de mais um dos atributos de feminilidade culturalmente imputados às mulheres pode ser percebido em outra de suas matérias.

Publicada na seção Mundo Feminino, a revista trazia um texto com a seguinte chamada: “A Graça (Baroneza de Staffe – Os meus segredos)”. O texto aparecia entre duas modelos desenhadas com roupas para o verão – um vestido e um conjunto de bermuda e camisa de mangas longas. Versando sobre a arte de agradar, o artigo, trecho do livro de uma baronesa, citava exemplos de mulheres que mesmo sem serem bonitas, dominaram corações rebeldes, porque a graça e a graciosidade eram a sua poderosa sedução. Segundo a baronesa, a graça consistia em pequeninas coisas como um olhar expressivo, uma ligeira atenção, uma palavra amável dita a propósito e a tempo, o aspecto, o vestuário e mil outros pequeninos atrativos indefiníveis (*MASCOTE*, 1924).

73

### *Considerações gerais*

A trajetória de homens e mulheres dos anos de 1920 publicados especialmente nas páginas de jornais e revistas demonstram o quanto a graça é construída como característica exclusiva do feminino. São as mulheres que

---

<sup>14</sup> Expediente era o espaço na primeira página da publicação que continha informações sobre o diretor e profissionais responsáveis, endereço, tiragem e preço, etc.

devem, conforme os textos, investirem na construção das pequeninas coisas que as tornariam graciosas e, os fragmentos de vida das mulheres descritas importam, portanto, por seu caráter de exemplaridade.<sup>15</sup> Os textos divulgados não acenam com a possibilidade de os homens construírem sua graciosidade, ou serem eles graciosos. As mulheres deveriam seduzir os homens, mesmo aqueles rudes e grosseiros. Elas mudariam, se tornariam graciosas. Eles permaneceriam os mesmos.

Os maridos deveriam ser os dominadores. E quando essa “ordem natural” era alterada as mulheres passaram a ser vistas como fora do convencional, basta lembrarmos do casal Eugênia e Feliciano, que tiveram sua história expostas nos periódicos e magazines do Recife dos anos 1920. As mulheres que se tornavam avessas à autoridade do marido, passaram a ser consideradas o oposto do lugar que deveriam ocupar, qual seja: aquele consagrado à mãe cuidadora de filhos. Caso os homens estivessem numa condição de submissão aos gostos e poderes das esposas, havia uma clara manifestação pública de mudança deste modelo. Os homens, portanto, não deveriam se ocupar com os cuidados dos filhos e do lar. Contudo, muitas histórias com essas características chegaram aos leitores, provocando, indignação em uns e risos em outros.

### **Referências**

O FOGO. Ano 1, n.2. 14/05/1923. Coleção Pernambucana - BPE.

REVISTA MASCOTE. Ano 1, n°. 1, novembro de 1924. BPE.

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz. **Nordestino**: Uma invenção do falo - Uma História do Gênero masculino (Nordeste – 1920/1940). Maceió: Edições Catavento, 2003.

BORBA, Francisco S. (org.). **Dicionário UNESP do Português Contemporâneo**. Curitiba: PIÁ, 2011.

BITTONI, DULCÍLIA. **Mulher de Papel**: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Mulheres Plurais**: a condição feminina em Teresina na primeira república. Teresina: FCMC, 1996

---

<sup>15</sup> Sobre a divulgação de biografias nos periódicos femininos, consultar: GARCIA, Janaína A. B. “Mulheres Exemplares: vidas contadas no Anuário das Senhoras de 1953”. In: *Revista Eletrônica História Hoje*. Vol.2. n°.5. novembro – 2004.

- CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. 2ªed. RJ: Forense Universitária, 2002.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre práticas e Representações. Lisboa: Difel, 1988.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. 5 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.
- COTT, Nancy. A Mulher Moderna: o estilo americano dos anos vinte. In: THÉBAUD, Françoise. (dir.) **História das Mulheres no Ocidente**. Vol. 5. Porto: Edições Afrontamento, 1991.
- DEL PRIORE, Mary. **História do Amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005.
- FOUCAULT, M. "Poder e Saber". In: **Ditos e Escritos**. Vol. IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- FUNCK, Suzana Bornéo; WIDHOLZER, Nara. **Gênero em Discursos da Mídia**. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2005.
- MALUF, Marina & MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau. (org.) **História da Vida Privada no Brasil**. Vol.3. São Paulo: Companhia das Letras.1998.
- MARTÍN, Marcia Castillo. "De corzas, climas, vegetales y otras feminidades: Ortega y Gasset y la idea de feminidad em los años veinte". In: **Separata de la Revista de literatura y cultura España Contemporánea**. Tomo XVI, nº. 1. 2003.
- NASCIMENTO, Luís. **História da Imprensa de Pernambuco**. Vol. VIII. Recife: Editora Universitária, 1982.
- OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. **Façamos a família à nossa imagem: a construção de conceitos de família no Recife Moderno (1920-1930)**. Tese Doutorado em História. Recife: UFPE, 2002.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PINTO, Estevão. **História de uma estrada-de-ferro do Nordeste**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.
- REZENDE, Antônio Paulo. **(Des) encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte**. Recife: FUNDARPE, 1997.
- SCOTT, Joan. **Gênero: Uma categoria útil de análise histórica**. Recife: S.O.S Corpo, 2000.
- SILVA, Alômia Abrantes da. **As escritas femininas e os femininos inscritos: imagens de mulheres na imprensa paraybana dos anos 20**. Recife, Dissertação (Mestrado em História), UFPE, 2000;
- SOUZA BARROS, M. **A década de vinte em Pernambuco (uma interpretação)**. Recife: FCCR, 1985.
- VEYNE, Paul. **Foucault Revoluciona a História**. 4 ed. Brasília. Ed. Universidade de Brasília, 1998.



## O IDEAL BURGUEÊS DA MULHER URBANA NOS ANOS 1930: A IMPORTÂNCIA DE GÊNERO COMO UMA CATEGORIA ANALÍTICA

### THE BOURGEOIS IDEAL OF THE URBAN WOMAN IN THE 1930'S: THE IMPORTANCE OF GENDER AS AN ANALYTICAL CATEGORY

Elisa Cândida Alcântara de Sales<sup>1</sup>  
Gabriela Stehling Sarmiento<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo analisa o contexto da ascensão de ideais burgueses no final da primeira república brasileira (1889-1930), utilizando gênero como um conceito histórico e construindo a narrativa a partir da história das mulheres, com base na realidade feminina urbana dos anos 20 e 30, na região sudeste, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, e nas mudanças de mentalidade ocorridas na época. Os assuntos ligados a mulheres (maternidade, sexualidade, comportamentos femininos) são importantes e centrais para o entendimento de eventos políticos, mostrando que as mulheres não são um rodapé da história e que tanto o gênero é construído pela política, quanto a política constrói o gênero.

**Palavras-chave:** História das mulheres. Primeira República. Gênero. Ideais burgueses. Maternidade.

**Abstract:** This paper analyses the context of the ascension of bourgeois ideals in the end of the First Brazilian Republic (1889-1930), using gender as an historical concept and building a narrative from a women's history perspective, basing itself on the feminine urban reality of the 20s and 30s, in the southeast, specially São Paulo and Rio de Janeiro, and on the mentality changes occurred at that period. The subjects concerned to women (maternity, sexuality, feminine behaviour) are important and central to the understanding of the political events, demonstrating that women aren't a footnote of history and that as gender is constructed by politics, politics builds gender.

**Keywords:** Women's history. First Brazilian Republic. Gender. Bourgeois ideals. Maternity.

*Hesitei muito tempo em escrever um livro sobre a mulher. O tema é irritante, principalmente para as mulheres. Não sabemos mais exatamente se ainda existem mulheres, se existirão sempre, se devemos ou não desejar que existam, que lugar ocupam ou deveriam ocupar no mundo. 'Onde estão as mulheres?', indagava há pouco uma revista intermitente. Mas antes de mais nada: o que é uma mulher? (BEAUVOIR, 2016, p. 9)*

<sup>1</sup> Graduanda em História - UFMG

<sup>2</sup> Graduanda em História - UFMG

Uma história “sem mulheres”, parece impossível (PERROT, 2006, p. 13-16), mas somente a partir do século XX as “atrizes” da história passaram a ganhar maior atenção. Foi necessária a formulação de questões que permitissem a ideia de que as mulheres tinham uma história, sendo lentamente enxergadas como sujeitos pertinentes a serem estudados, para somente no final do século XX uma história do gênero entrar em debate. Com a possibilidade de novas críticas, a história das mulheres mudou, deixando de tratar somente do corpo e da vida privada, e tomando ambições de chegar no espaço público da cidade, do trabalho, da política e da guerra (SCOTT, 1995, p. 15). Entretanto, essa mudança também pode ser vista como algo que coloca a mulher ainda como um segundo sexo, pois ela só vivenciaria - e faria - história, quando em universos tipicamente masculinos (GORDON; BUBBLE; DYE, 1976, p. 75, 76).

Joan Scott (1995, *passim*) aponta para novas perspectivas do fazer histórico ao trazer as críticas sobre a ausência das mulheres na história e do local de suplemento que estas personagens tantas vezes aparecem. Para além de pensar somente a existência das mulheres, a autora trata da necessidade de se realizar um exame crítico sobre a produção histórica para pensar os limites de abordagens descritivas e não manter as mulheres confinadas ao interesse mínimo. É dentro dessa ótica que Scott traz a questão sobre a relevância do uso de gênero como uma categoria analítica, apontando quatro pontos centrais para se entender esse conceito: a) símbolos culturais; b) conceitos normativos; c) a concepção de política e organizações sociais; e d) a identidade subjetiva.

Ao pensar nas concepções de política, Scott (1995, *passim*) mostra que certas pesquisas mantêm a ideia de gênero associada ao sistema de parentesco, deixando os estudos ligados a esse assunto na zona de temas sobre o lar e família, enquanto a autora propõe que esse conceito se associa a diferentes áreas. Além do parentesco, devem ser pensados o mercado de trabalho, a educação e o sistema político para compreender que as relações entre os homens e as mulheres não são construídas somente por meio do parentesco, mas também em outros diversos campos. O gênero aparece implicado nas concepções e construções do próprio poder, logo, ele não pode ser dissociado da política ou das instituições, porque ele também as orienta.

A política constrói o gênero e este também constrói a política. As

relações de gênero e política se encontram tão imbricadas que a dissemetria fundamental entre os homens e as mulheres se baseia no dispositivo de mercado matrimonial, no qual as mulheres são vistas como objetos, cujo sentido e valor é somente a perpetuação ou o aumento do capital simbólico dos homens, ou seja, são produtos de trocas (BOURDIEU, 2003, p. 55). Scott (1995, *passim*) aponta exemplos sobre como ações que, aparentemente não envolvem questões de gênero são permeadas com estereótipos e expectativas, como o exemplo das harpias feias VS Maria Antonieta, que simbolizam o pior e o esperado, respectivamente, das mulheres no contexto da Revolução Francesa, evidenciando como os papéis e ações de gênero permeiam a construção da política e do aceitável para determinados sujeitos.

O que Scott aponta são exemplos de conexões explícitas entre gênero e poder, pensando que a definição de gênero aponta para uma forma primária de dar significado às relações de poder, subjugando as mulheres. A própria permanência da oposição binária torna-se parte do significado de poder, construindo o gênero como algo em constante disputa, mas que tem que parecer consolidado para se manter inquestionável. O inconsciente androcêntrico cria uma oposição entre o feminino e o masculino, como polos homólogos, no qual o masculino ocupa o alto, o direito, e o feminino o baixo, a esquerda e o sagrado. A visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de discursos legitimadores, visto que o homem aparece como exemplo neutro e natural (BOURDIEU, 2003, p. 15-32).

A resistência da história política em incluir as mulheres ou a temática de gênero revela como estes, e mesmo a história e as pautas femininas, não são lidas como objetos políticos, mas sim como algo separado desse campo. Aplicando a perspectiva de política de Scott (1995, *passim*) - de que o próprio conceito de gênero é político e de que este molda a política tal qual é moldado por ela - à realidade das mulheres brasileiras urbanas dos anos 20 e 30, evidencia-se a necessidade e a importância do uso de gênero como uma categoria histórica para analisar o público e o político, social e historicamente.

Além de uma reflexão sobre a realidade da mulher - ou melhor, das mulheres - dos anos 20 e 30 nas cidades brasileiras, o artigo visa abarcar uma discussão sobre o trabalho feminino nas fábricas, o mito do amor materno e da

maternidade, e o confinamento da mulher ao lar. Por meio do uso de “gênero” sugerido por Scott (1995), a análise desses assuntos torna-se mais que uma descrição da existência feminina, transforma-se em um estudo sobre como a diferença social entre homens e mulheres se constrói ao longo do tempo em diversas áreas, como na política e na economia. Tratar todos esses temas como confinados a uma história doméstica, ou confinados à temática de história das mulheres, criando uma narrativa em que estes pontos não apresentem grandes diferenças para uma visão geral da história, é também uma escolha política de dizer que as mulheres só devem ter esse espaço e que as mortes, doenças e reclusões deste grupo não tem significado ou importância. Colocar esses tópicos como centrais para pensar a história política modifica o olhar para a história das mulheres, buscando desconfiná-las, não somente do local de suplemento, como também do local separado de “história das mulheres”, pensando a história (e a política) a partir delas.

### *O Brasil em narrativa*

Para se fazer uma história das mulheres sem tratá-las como um mero complemento, é importante entender e conectar o contexto histórico da época a ser trabalhada e como ele se encaixa com a temática. O processo político nos anos 20 é marcado por mudanças nas estruturas socioeconômicas do país, estando localizado na chamada “Primeira República”, palco de disputas entre ideologias militares e ideais para república federativa. Apesar de seu início muito marcado pela presença militar no poder, após os governos de Deodoro da Fonseca (1889-1891) e Floriano Peixoto (1891-1894), a atividade política dos militares como um todo declinou. Ademais, a proclamação da república concedeu ao Brasil uma posição de potência Sul-Americana, delimitando suas fronteiras e se impondo em relação aos países vizinhos, como com o Tratado de Petrópolis, que reconheceu a soberania brasileira ao Acre. Assim, a aproximação do modelo federalista americano, a nova constituição, a supressão do voto censitário e a separação do estado e da igreja se mostravam como aberturas para o novo caminho democrático, de liberdade e laicidade; caminho

para o qual as mulheres parecem não ser convidadas (FAUSTO, 2013, p. 247-261), pois, embora a constituição não fizesse referência explícita a uma proibição feminina nas eleições, subentendia-se que esse local não era reservado a elas. Apesar do voto universal e das novas prerrogativas republicanas, as práticas coronelistas e a política dos governadores marcaram a Primeira República, gerando uma série de diferenças entre as regiões brasileiras. Enquanto alguns estados, em especial São Paulo, foram muitos marcados pelo processo de urbanização, ocorreram movimentos de diferentes naturezas neste período, como a rebelião de canudos no sertão da Bahia e o projeto Rondon de Oswaldo Cruz.

O crescimento industrial na década de 20 foi tão significativo no Brasil quanto o crescimento nos anos da Primeira Guerra Mundial, pois nesses anos começaram a aparecer tentativas de superar os limites de expansão industrial. Surgiram duas empresas importantes: em Minas Gerais, a siderúrgica Belgo-Mineira e, em São Paulo, a Companhia de Cimento Portland. Apesar da falta de trabalhadores especializados, os operários de baixa qualificação eram recrutados entre as populações pobres e imigrantes. Como o presente artigo visa pensar as mulheres nas grandes cidades - tratando as questões do trabalho nas fábricas, a sexualidade e a maternidade - na tentativa de adequação dessas personagens ao padrão de modernidade burguesa, a narrativa se concentra então nas grandes cidades, e nos processos e mudanças ocorridos, especialmente no sudeste brasileiro (FAUSTO, 2013, 243-275).

A tentativa de instauração de uma ordem burguesa, aliada aos ideais de modernização e higienização não começa nos anos 20, mas é uma herança da Belle-Époque (1890-1920), com preocupações em transformar as capitais em ambientes de hábitos civilizados, aos modelos franceses (SOIHET, 2004, p. 363). No Brasil, isso está ligado ao início do regime republicano, que tentava se desvincular da velha sociedade patrimonial até mesmo por meio da reorganização das cidades, diferenciando-as das suas versões anteriores, pertencentes ao Império. Desse modo, há uma limitação das atividades exercidas em espaços públicos e uma valorização dos espaços privados, tanto pelo governo em si quanto pela burguesia (D'INCAO, 2004, p. 11). Ao mesmo tempo, os movimentos operários, com destaque para os anarquistas, se

posicionavam contra essas tentativas autoritárias disfarçadas de benefícios e propunham suas próprias medidas para melhorar a vida das classes mais baixas.

### *As mulheres, a burguesia e a cidade*

Dentre as mudanças do século XX, surge um discurso voltado para o papel da mulher, que foi usado inclusive para controlar a vida íntima do trabalhador, em que ela foi colocada como “*guardiã do lar*”, aquela que manteria a ordem na casa e impediria os vícios de tomarem conta dos homens. Esse discurso está intimamente ligado à valorização dos espaços privados, dentro de uma lógica burguesa moderna que louvava a intimidade e a maternidade. Os burgueses afirmavam que a fábrica desvirtuava as mulheres e que seu papel natural a ser seguido era o de “*dona-de-casa-mãe-de-família*”, “*frágil e soberana, abnegável e vigilante*” (RAGO, 1987, p. 62). Isso se torna excepcionalmente paradoxal se considerarmos que o contexto histórico exigia cada vez mais a presença das mulheres no espaço público, devido à crescente urbanização e ao desenvolvimento comercial e industrial. Com uma grande participação no mundo do trabalho, as mulheres populares se encontravam em um entre-espaços, de um lado a necessidade de trabalhar e se sustentar, e do outro a pressão de cumprir os moldes de feminilidade esperados.

Entretanto, nem todas as mulheres tinham a possibilidade de se equiparar a esse ideal burguês. Aquelas da elite podiam se dedicar somente às atividades domésticas, visto que a família já possuía dinheiro, condição sócio-econômica estável, um homem que provinha para todos, entre outros privilégios. Dentro dessa realidade, a mulher burguesa ganha um outro papel de importância: quando casada, deve manter o status social da família, por meio de uma postura anfitriã educada, controlada, atenciosa e refinada durante os eventos sociais; quando ainda solteira, deve buscar a ascensão social ou econômica familiar por meio de um bom casamento. Nesse último caso, o controle dos corpos femininos e a repressão da sexualidade é extrema, visto que a “*virgindade funcionava como um dispositivo para manter o status da noiva como objeto de valor econômico e político, sobre o qual se assentaria o sistema de herança de*

*propriedade que garantia linhagem da parentela”* (D’INCAO, 2004, p. 13, 18). Vê-se assim a correlação intrínseca entre política e gênero, como já expressado anteriormente, quando a mulher é responsável pelo capital simbólico do homem (BOURDIEU, 2003, p. 55). No caso, é a pureza da mulher e seu comportamento que asseguram o status do homem e, em consequência, da família. Em certo momento, não só a família vigiava a mulher para que mantivesse sua virgindade, mas ela mesma passa a se vigiar. Pelos padrões burgueses, ela se torna completamente educada e civilizada. Nesse sentido, as mulheres de classes mais baixas possuíam uma liberdade romântica e sexual um pouco maior que as de classes altas, visto que a expressão sexual ou romântica das primeiras não interferiria em interesses políticos ou econômicos familiares (D’INCAO, 2004, p. 13, 18).

O discurso operário, por sua vez, não se afastou muito do burguês: apesar de advogar pela igualdade de gênero e pela autonomia feminina, defendia o espaço masculino nas fábricas, que estava em ameaça dado o crescimento do trabalho feminino e infantil. Dessa forma, promoviam a regulamentação cada vez mais rígida do trabalho das mulheres, de forma que estas ficassem cada vez mais presas às tarefas domésticas. O olhar patriarcalista destinado às mulheres mostra que, mesmo dentro das reivindicações anarquistas, as mulheres ainda eram percebidas como mais frágeis, sendo que uma das reivindicações principais era a necessidade do fim do trabalho noturno para as mulheres (TOLEDO, 2017, p. 497-518). O horário não era julgado como apropriado, dado que deveriam estar em casa, com suas famílias. É importante ressaltar a pluralidade dos movimentos operários, especialmente as diferenças entre o Rio de Janeiro, onde o movimento buscava reivindicações imediatas, e São Paulo, com o forte anarco-sindicalismo (FAUSTO, 2013, p. 295-303).

Apesar da ampliação de forças com as ondas de greves, especialmente a de 1917, as mulheres foram pouco reconhecidas como parte desse espaço, tanto pelos operários quanto pelos anarquistas. Todavia, é importante não minimizar a participação das mulheres dentro desses movimentos, por mais que sua atuação fosse obstaculizada. Muitas negavam completamente os valores anarquistas e burgueses e agiam mesmo que fora de instituições. Rago (1987, p. 96-111) nos oferece vários exemplos de mulheres que escreviam sobre a



emancipação feminina, não só das mulheres operárias, como também das anarquistas, que deveriam ter maior participação na liderança, e das burguesas.

Matilde Magrassi, por exemplo, por meio da escrita de diversos artigos em periódicos anarquistas, defendia a luta feminina dentro das fábricas e do lar. Em *O Amigo do Povo* (17-1-1904), ela incentiva as mulheres a lutarem por seus direitos trabalhistas, “*a fim de melhorar um pouco a vossa crítica situação*”, mas também defende a obtenção de instrução. A educação seria também um instrumento contra as classes dominantes, contra a Igreja e contra o Estado, por isso sua importância para a luta feminina. Ademais, instruídas, as mulheres poderiam educar também os seus filhos, ajudando a “*impedir que sejam depois vítimas do injusto sistema social em que vivemos*”, completa Magrassi (RAGO, 1987, p. 97). Fora do âmbito da escrita, as mulheres também promoviam palestras, conferências e reuniões. Além disso, a participação delas em diversos tipos de greves, muitas vezes independentes de instituições, foi de extrema importância para o fortalecimento do movimento operário e para a obtenção de direitos trabalhistas (RAGO, 1987, p. 96-111).

Para uma reflexão sobre a construção dos ideais acerca do feminino na suposta e naturalizada posição de subordinada e de fraca, retomamos o conceito de inconsciente androcêntrico, ou seja, a naturalização das experiências e ações masculinas, que são colocadas como norma universal. A divisão entre os sexos parece estar na ordem natural das coisas, levando à aceitação sem questionamentos, sem precisar de um discurso legitimador de fundo. As diferenças sexuais são construídas de modo a beneficiarem os homens mantendo-os em uma posição de força e superioridade em relação às mulheres. Mesmo o ato sexual é construído como uma relação de dominação quando muito dos pronomes sexuais (*comer, baisar, fuck*) são violações e possessões dos homens sobre as mulheres, reafirmando o local de dominado do feminino por meio de argumentos supostamente naturais (BOURDIEU, 2003).

Exemplos retirados do “biológico”, como a definição social dos órgãos sexuais, são também construções efetuadas às custas de uma série de escolhas orientadas. São construídos estereótipos de oposições que definem o feminino em oposto ao masculino. Enquanto o masculino representa o dominante, o para fora, o civilizado, por sua vez, o feminino é construído como o difícil e o

debaixo. Não necessariamente o falo enquanto matéria é o fundamento dessa visão de mundo, e sim a bruta divisão sexual dos dois gêneros. São criadas categorias sociais essencialmente hierarquizadas e que legitimam a construção arbitrária do biológico. A definição das relações sociais aparece legitimada pelos argumentos da biologia e do corpo, naturalizando uma construção social (FAUSTO, 2013, p. 14-29). Não há nada, salvo a desigualdade inerente à relação em si mesma, que possa explicar por que o sistema de poder funciona desta maneira. A origem das relações desiguais entre os dois sexos se encontra, então, nas relações desiguais entre os dois sexos (SCOTT, 1995, p. 77).

Apesar do inconsciente androcêntrico bem constituído, as estruturas de dominação são produto de um trabalho incessante de reprodução de ideias, criando mecanismos de auto-depreciação e auto-desprezo sistemático. São incorporados preconceitos desfavoráveis ao feminino e as próprias mulheres continuam reforçando tais segmentos e preconceitos, como no caso das mulheres burguesas que vigiam a si próprias. O modelo da violência simbólica institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (BOURDIEU, 2003, p. 45-63). O reforço das posições dominantes do masculino e conseqüentemente de inferiorização do feminino aparece nos movimentos operários e se torna perceptível ao notar a maneira pela qual a mulher operária é construída como uma figura de apoio aos líderes, um suplemento natural, mas quase nunca lida como também uma possibilidade de liderança. Ainda que fossem figuras importantes na resistência operária contra os abusos dos industriais, tendo participação massiva nas mobilizações políticas, elas eram vistas como “*máquinas inconscientes*” que atuavam de forma confusa e difusa. Também para os trabalhadores, a fábrica seria um lugar prejudicial para a mulher, afastando-a do seu dever de procriadora. Mesmo assim, muitas não aceitavam esse discurso, resistindo contra a burguesia e questionando não só os aspectos do trabalho, como também as imposições que pesavam sobre as mulheres e a definição de sua identidade (RAGO, 1987, 70-74).

O mito do amor materno aparece como mais um dos reforços ligados ao papel da mulher como a “guardiã” do lar, sendo construído como uma missão sagrada e oriunda da vocação natural das mulheres, forçando-as a acreditar que deveriam corresponder a ele. Entender a importância da sua missão implicaria em aceitar o campo profissional das tarefas domésticas, encarnado o ideal da “*esposa-dona-de-casa-mãe-de-família*”. O aleitamento é algo incentivado e a valorização do papel materno difundido pelo saber médico visa persuadir as mulheres de que esse sentimento é inato e de que todas aquelas que não o tivessem eram anormais e desobedeceram à ordem natural das coisas. Para fundamentar tanto a ideia do mito do amor materno quanto da necessidade do aleitamento, eram retomados teóricos sobre a área, como Rousseau, com seu influente livro “*Emílio*”, ou teses médicas. As teses e os discursos médicos pretendiam promover uma higiene social e reorganizar a estrutura familiar (WEINMANN, 2008, p. 145) em moldes modernos e burgueses. Estas obras reforçaram e difundiram o papel da mulher fraca, submissa e passiva, definida por ser a oposição do homem (RAGO, 1987, *passim*).

De uma perspectiva francesa, buscando entender e explicar a construção e os desdobramentos do mito do amor materno na França aos fins do século XVIII, Elisabeth Badinter (1985) mostra como a indiferença materna era algo naturalizado antes da criação do mito do amor materno. Existia uma couraça sentimental dado o elevado índice de mortalidade infantil e a perda de um filho na época não representava o mesmo sofrimento que hoje. Os filhos eram vistos muitas vezes como fardos, tanto pelas mulheres ricas quanto pelas pobres, pelo enorme trabalho que traziam. As crianças não necessariamente não ganhavam o interesse das mães por que morriam, mas morriam justamente por não serem objeto de interesse das mães. Por representarem um fardo, um trabalho e algo de baixo valor, as crianças recebiam menor atenção, sem tratamentos e cuidados específicos, o que as levava à morte com maior frequência (BADINTER, 1985, p. 25-85).

Para compreender a relação entre as mães e os filhos apresentada pela Badinter, levantamos a problemática de que a infância é um conceito passível de ser historicizado, ou seja, estudar a história da infância e das crianças permite

perceber que as concepções do que são as crianças, e do que é a própria infância, variaram. Como aponta Weinmann (2008, p. 10-15), a disputa pela “invenção da infância” é algo ainda recorrente desta historiografia, que apresenta diversas possibilidades analíticas para o conceito, existindo a infância rousseauiana, a comeniana, e até mesmo a freudiana. Para o artigo, vamos abarcar a ideia de Weinmann da infância como uma construção da modernidade, que se relaciona com o argumento construído por Badinter da valorização dos bebês como um produto estatal. Na modernidade, principalmente a partir do século XVIII, a infância passa a ser percebida como algo natural, uma fase inerente da vida humana, com suas características específicas e que, assim, necessitava de um tratamento específico.

A publicação de Ariès (*apud* WEINMMANN, 2008) traz a tese de que na sociedade medieval o sentimento de infância não existia, o que quer dizer que não faz sentido pensarmos na diferença em termos de cuidados, como negligenciamento, abandono ou desprezo, nas mesmas noções de hoje. O sentimento da infância não representava o mesmo que o afeto pelas crianças e essa consciência que distingue essencialmente a criança do adulto não existia. Apesar da polissemia que o conceito pode criar, e mesmo a dificuldade de se pensar em infância em períodos em que o conceito não representava a mesma ideia, é facilmente perceptível o pensamento de um baixo valor atribuído a esta etapa da vida e às crianças até o período moderno e a mudança na percepção do desenvolvimento infantil. No século XVI, a ideia da infância estava ligada à ideia da dependência, com palavras próximas dos vocábulos de relações feudais ou senhoriais de dependência, e justamente por isso as crianças aparecem nesse local inferiorizante, mais próximo de uma condição de submissão (ARIÈS *apud* WEINMMANN, 2008).

Com a desassociação de um amor natural entre mães e filhos, entendemos o desejo destas de afastarem os filhos de casa, os quais passavam por três fases distantes dos cuidados dos pais: uma quando eram entregues às amas, outra às governantas e a terceira aos internatos, tendo uma criação muito longínqua das mães (BADINTER, 1985, *passim*). Ao tratar da mortalidade infantil, fica evidente a diferença das taxas de mortalidades entre filhos que permanecem com a mãe na primeira infância (especialmente até um ano de

idade) e crianças que são entregues aos cuidados de outras pessoas. Apesar de não terem um conhecimento exato sobre as práticas das amas, as mães e os pais sabiam os perigos de se deixar os filhos aos cuidados destas mulheres, que eram muitas vezes pobres e cuidavam de várias crianças ao mesmo tempo; então, esses casais consentiam e não se importavam com o que poderia acontecer aos filhos. Esse comportamento aponta para uma conveniência entre o pai e a mãe acerca desse suposto abandono ou afastamento das responsabilidades pela criança, que era tolerado até o século XVIII, momento em que começam a aparecer argumentos que visam forçar e naturalizar o “*amor materno instintivo*”.

Badinter marca o último terço do século XVIII como um momento em que se operou uma mudança nas mentalidades em que a imagem da mãe, seu papel e sua importância se modificam radicalmente, ainda que na prática os comportamentos demorassem mais tempo para se alterarem. A partir de 1760, começa a ser imposto às mulheres que cuidassem pessoalmente dos seus filhos, além dos ressaltos sobre a importância da amamentação para as crianças. O amor materno, que não é necessariamente algo novo, ganha uma dimensão diferente por ser associado à naturalidade e à construção da mulher como mãe, que fica cada vez mais relegada ao papel de criadora dos filhos, enquanto o homem vai cada vez perdendo espaço sobre essa responsabilidade. É possível observar essas atribuições à mulher nas obras de Rousseau (*apud* WEINMANN, 2008), quando o autor aponta o papel essencial da mãe na educação e na criação da criança na primeira infância; a mãe seria responsável pela alimentação, saúde e formação dos hábitos das crianças, enquanto o pai deveria criar um cidadão responsável. O nascimento destas crianças passa a ser olhado por uma nova ótica, visto que esses bebês constituem agora uma problemática não somente pessoal e familiar, mas também política e estatal, quando vão ser os novos súditos do Estado e do rei.

A preferência pelo primogênito e a diferença na formação educacional oferecida a esse revela o senso de previsão da família, especialmente das mães, preparando o filho mais velho para lidar com as responsabilidades familiares caso o pai falecesse. Quando estas crianças passam a serem vistas como a riqueza do estado, a sobrevivência delas é algo essencial enquanto uma medida

política para manutenção dos poderes do rei, então é preciso diminuir o alto nível de mortalidade existente até este momento. A valorização da criança passa a acontecer, então, no primeiro ano de sua vida, momento de maior negligência dos pais e também o momento de maior mortalidade. Se conseguissem vingar neste período, as chances de sobrevivência eram bem maiores. No entanto, para conseguir garantir a sobrevivência dessas crianças, era necessário convencer as mães a prestarem esse papel e a cuidarem das crianças antes esquecidas. O discurso da felicidade e igualdade atingiu as mulheres como um motivador para aceitarem a prática de aleitamento e dedicação aos filhos, tendo tido o respeito e a felicidade prometidos se conseguissem assumir os deveres da tarefa doméstica (BADINTER, 1985, p. 146).

As mulheres haviam recebido finalmente uma tarefa nobre, que lhes prestava o direito de ganhar respeito dos homens e ter sua utilidade reconhecida em algo que os homens não podiam (ou não queriam) realizar. Existiram três formas de discursos para atingir as mulheres e as fazerem aceitar e abraçar o lugar da maternidade: o discurso filosófico e um alarmante discurso econômico, que eram destinados aos homens, e um terceiro dirigido às mulheres, o da felicidade. O discurso econômico foi resultado da tomada de consciência e interesse pelas pesquisas demográficas, gerando olhares para as questões populacionais e de nascimentos. Os números ligados ao crescimento populacional não apresentam um problema real para a demografia, mas *“é mais importante para nós a ideia que tinham os contemporâneos acerca da demografia do que a realidade dos fatos”* (BADINTER, 1985, p. 150). Naquele momento, a ideia de que a França estava com um baixo crescimento populacional criou um pânico de que o país se despovoou e ficaria para trás populacionalmente em relação aos outros países; e todos deveriam lidar com esse problema, tomando responsabilidades para atingir sua solução. Nasce a moderna economia política, onde a família se torna um instrumento privilegiado desse governo. O projeto político de Rousseau, então, concebe a educação na infância como a forma primordial de formar o homem público, por isso a família - e a mãe - eram tão importantes. Para isso, era necessário uma transformação radical das instituições sociais (WEINMANN, 2008, p. 148-149), de acordo com os valores modernos e burgueses.

Assim, a criança, em fins do século XVIII, adquire um valor mercantil, uma potencial riqueza econômica e uma garantia para o poder militar. O discurso direcionado às mulheres as coloca, pela primeira vez, em um papel de interlocutoras privilegiadas, elevadas ao nível de responsáveis pela nação, por serem necessárias para a sociedade. O saber médico ganha peso ao enunciar a importância do amamentamento para os filhos, além de discursos morais e educacionais reforçarem o valor e o papel das mulheres mães. Como aponta WEINMANN (2008, p. 144), tal discurso pede a eliminação de intermediários (como as amas) em favor de uma maior participação dos progenitores na criação dos filhos, principalmente das mães. É um discurso médico-familiar ligado aos valores burgueses de compartimentalização, individualização e higienização, que valoriza a criança e a sua infância, defendendo seu afastamento de outros adultos, os quais poderiam prejudicar seu desenvolvimento como indivíduo e como cidadão. O retorno à boa natureza e ao local dito como um dever natural a ser cumprido aparece, argumentado pelo corpo das mulheres (a existência de mamas), como uma missão que não poderia ser negada. Quando percebe-se as mobilizações realizadas para mudar determinados ideais sobre a maternidade, o papel da mulher e das crianças na sociedade, a fim de atingir objetivos políticos e sociais, torna-se evidente o “político” do materno e do feminino em jogo. As questões da criação do amor materno e da necessidade dos cuidados das crianças pelas mães, ao serem desnaturalizadas, evidenciam seu fundo ideológico e construído, que visou atingir determinadas funções e cumprir um objetivo no âmbito político.

O descaso com os filhos e o abandono não são existentes apenas na Europa. Durante o período colonial no Brasil, muitas mães abandonaram os próprios filhos, sendo essa prática percebida no século XVII entre a população de origem portuguesa. Apesar dos esforços e preocupações eclesiásticos, fez parte da história das mulheres no Brasil o abandono das crianças, pelas necessidades econômicas ou por causa de filhos ilegítimos fora dos casamentos (VENÂNCIO, 2004, p. 189). Percebe-se com isso, então, que a construção da ideologia do amor materno foi também muito necessária no Brasil para forçar as mulheres a cumprirem com o local esperado de mãe-dona-de-casa. Mesmo com a colonização, as mulheres brasileiras não receberam esses ideais nos séculos



XVIII e XIX, sendo necessário o reforço dos ideais e estereótipos esperados pelo conceito de feminilidade burguesa. De modo geral, no contexto brasileiro, quando começa a mudança de mentalidade acerca da mulher e dos infantes, a criança foi utilizada pelo poder médico para que este pudesse se infiltrar dentro do lar operário, possibilitando então o controle de todos os aspectos do cotidiano a fim de inculcar os valores burgueses. Se a mulher era a guardiã desses valores, a criança era seu vetor, colocada nesta posição devido à sua recente valorização como indivíduo pela mentalidade do século XVIII na França, que chega ao Brasil no XIX.

Essa valorização existia primariamente porque as crianças eram consideradas como futuros operários, ou seja, futuros produtores da riqueza nacional e também futuros cidadãos. Por causa disso, era necessário criá-las de forma que se tornassem trabalhadores inseridos na lógica moral do trabalho, mantendo a ordem social e familiar. Nessa perspectiva, os menores abandonados também serão um dos maiores assuntos e motivos de preocupação para os “especialistas”, que cobravam do Estado medidas para garantir a segurança e o bom desenvolvimento dessas crianças; o Estado também deveria ser responsável por educá-las e inculcar nelas os valores burgueses, ao mesmo tempo em que desenraizava hábitos viciosos. Já as crianças que possuíam família, o controle sobre elas era uma forma de controlar também seus responsáveis e manter todos longe das ruas e dos vícios. Logo, *“a educação punitiva e repressiva era substituída pela ideia de uma educação preventiva”* (RAGO, 1987, p. 124).

### *As “degeneradas”*

Também no contexto brasileiro, percebe-se como o discurso burguês se baseia em uma perspectiva moral e, por isso, os aspectos sexuais não poderiam ser deixados de lado, existindo uma enorme preocupação com as mulheres que mais fugiam ao ideal *“esposa-dona-de-casa-mãe-de-família”*: as prostitutas. Assim,

*[...] os médicos sanitaristas brasileiros invadem o submundo da prostituição, classificam as mulheres “degeneradas”, investigam seus hábitos e gostos, diagnosticam suas doenças, procuram acumular todo um conhecimento sobre a mulher pública e difundir o estereótipo da puta, a partir do qual elas serão situadas para fora do campo da normalidade sexual e social. (RAGO, 1987, p. 86)*

Nesse sentido, há sobre mulheres que fogem desse padrão, como a prostituta, um paternalismo mais específico, visto que elas precisam da ajuda de “especialistas” para serem guiadas de volta ao bom caminho e reintegradas à sociedade, tornando-se o ideal burguês de mulher. Tal ideal é fortalecido justamente por esse modelo imaginário de prostituta construído pelos “especialistas”, que opunham todos os vícios da mulher pública às virtudes da mulher honesta. Ademais, é interessante observar que a prostituta se configura como uma grande ameaça à boa ordem do mundo masculino, principalmente porque seu objetivo, o prazer do cliente, se opõe ao trabalho do operário, que é construído pela burguesia como algo benéfico. Logo, para manter a ordem e higienizar a cidade, as prostitutas deveriam ficar reclusas a seus espaços específicos, de modo a não contaminar toda a sociedade. Relacionando com Scott (1995), podemos ver claramente como essas ações higienistas sobre as prostitutas se configuram como um controle dos corpos femininos que estabelece uma relação desigual de poder entre homens e mulheres, retirando-as da esfera política e arrancando delas sua autonomia.

Em contraste com os burgueses, os libertários apoiavam a emancipação, a instrução, a liberdade sexual e a resistência femininas, entre outras pautas. Esta última deveria abarcar questões além da fabril, questionando também relações familiares e sociais que colocavam-nas em subordinação ao homem, ou seja, todo seu cotidiano deveria ser problematizado. Elas também eram incentivadas a lutar pelos seus direitos políticos, como o direito ao voto e à participação no processo eleitoral. Desse modo, dentro do movimento libertário, as mulheres ocupavam posições de liderança e eram inclusive expoentes de ideias acerca das realidades de anarquistas, operárias e burguesas, além de discutirem extensivamente sobre formas de emancipação para todas as classes femininas. Vistas como iguais aos seus pares masculinos, as libertárias participavam muito mais veementemente dentro de suas instituições do que suas

contrapartidas anarquistas. É interessante apontar que, para os libertários, a desigualdade de gênero era fruto do capitalismo, logo, para se alcançar uma sociedade justa para homens e mulheres, era necessário acabar com os obstáculos econômicos. A instrução feminina se mostra muito importante para esse objetivo, pois, alfabetizadas, elas poderiam tomar consciência de sua situação e conscientizar seus filhos, futuros operários. Concomitantemente, a prostituição também está intimamente ligada ao capitalismo e é vista como uma consequência da dominação de classe, que leva as mulheres pobres a venderem seus corpos para garantirem o sustento da família (RAGO, 1987, p. 96-111).

Evidencia-se, então, como havia diferentes visões sobre o papel da mulher dentro da sociedade nos anos 20 e 30. Os burgueses pretendiam difundir pelas classes mais baixas (e pela sua própria) seu ideal de mulher, definido pela subordinação feminina ao homem e pela ação estritamente doméstica. Para tal objetivo ser atingido, o mito do amor materno e o discurso da felicidade foram usados como armas estratégicas para convencer a população feminina e colocar sua mentalidade em consonância com as ideias burguesas. Em direta oposição, os libertários advogavam pela emancipação feminina, principalmente no âmbito político, e pela maior participação das mulheres como líderes. No meio termo, encontravam-se os anarquistas, que defendiam a emancipação feminina, mas ainda relegavam às mulheres papéis exclusivamente domésticos. Nos três casos, a ligação entre gênero, política e economia é indiscutível: o fato das mulheres serem vistas como mulheres, e toda sorte de estereótipos e expectativas que acompanham essa visão, é o cerne dos ideais propostos, dos conflitos ideológicos entre esses grupos e das políticas adotadas por cada um.

### *Poder e gênero: ainda em disputa*

Percebemos como a inclusão das questões de gênero, sexualidade e história das mulheres alargam nosso entendimento do que deve ser político e do que deve ser considerado história. As disputas das mulheres e do movimento feminista que começaram anos atrás ainda ecoam e são tão necessárias para nossa sociedade. Usar a história para olhar para o passado e perceber que

ações anteriores eram políticas nos funciona como uma ferramenta para entender que, ao retirar sujeitos da posição de conscientes e engajados, os movimentos de tais não são considerados válidos. Ao mesmo tempo, nos faz perceber que até hoje muitos desses movimentos não são validados e são constantemente apagados.

A ideia das ondas de feminismos ou de percepções sobre novas questões como uma linha contínua de reivindicações que se modificam apresenta um quadro das diferentes possibilidades de resistências femininas, mas também esconde uma parcela de pontos comuns entre as militantes do passado e do presente. As implicações do ideal burguês de mulher, embora sejam um fenômeno dos anos 20 e 30, no século XXI ainda é uma problemática - e uma realidade - extremamente próxima. Apesar das novas formas de poder, empoderamento e buscas por igualdade, muitos dos problemas que perpassam toda a bibliografia selecionada (a subordinação feminina e a dominação masculina, as prostitutas assediadas e marginalizadas, a idealização inalcançável de mulher e as pressões sociais e familiares) são caros à atualidade.

Na conclusão deste trabalho, visa-se colocar então, como reformular nossas questões e perguntas sobre o passado e as maneiras que se liam (e ainda se lêem) as questões e participações femininas na história, que influenciam nossas questões e perguntas do presente. Se hoje percebemos grandes mudanças e podemos mesmo falar em grandes avanços da luta feminina sobre pautas de igualdade, presença no mercado de trabalho, liberdades sexuais e de relacionamentos afetivos, é importante não criar uma visão teleológica sobre o futuro e perceber que estamos no começo de uma construção que coloca as mulheres como participantes políticas. De uma longa caminhada, deu-se vários passos, mas a busca por igualdade e direitos entre homens e mulheres (e também entre mulheres e mulheres) ainda é uma bandeira em voga no nosso presente.

### **Bibliografia:**

BADINTER, Elisa. **Um amor conquistado**: O mito do amor materno. 1985.

BEAUVOIR, Simone. Introdução. In: BEAUVOIR, Simone. **O segundo Sexo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2003.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In.: PRIORE, Mary Del (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: EDUSP, 2013. ISBN 8531413524.

GORDON, Ann D.; BUBLE, Mary Jo; DYE, Nancy Schrom. The Problem of Women's History. In.: CARROLL, Berenice A (ed.). **Liberating Women's History: Theoretical and Critical Essays**. Urbana, Chicago, Londres: University of Illinois Press, 1976.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2006.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul-dez. 1995.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In.: PRIORE, Mary Del (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade negada. In.: PRIORE, Mary Del (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

WEINMMANN, Amadeu de Oliveira. **Infância: um dos nomes da não razão**. Brasília: Ed. UnB, 2014.

## MULHERES, EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E O NOVO TRADICIONAL: FEMININO E FEMINISMO NAS ENCICLOPÉDIAS DA ABRIL CULTURAL (1967-1981)

### WOMEN, NON-FORMAL EDUCATION AND THE NEW TRADITIONAL: THE FEMININE AND FEMINISM IN THE ABRIL CULTURAL'S ENCYCLOPEDIAS (1967-1981)

Débora Pinguello Morgado<sup>1</sup>

**RESUMO:** As enciclopédias da Abril Cultural abordaram assuntos voltados para a família, incluindo uma forma de educação não formal de mulheres. Buscaram conduzir o trabalho feminino no rol das domesticidades e na construção da “mulher moderna”, além de integrar sua leitora a questões como o feminismo. A partir do estudo dessas publicações, objetiva-se discutir, no âmbito da História das Mulheres e da História do Tempo Presente, o uso do conceito de modernidade a partir da apropriação de visões de mundo tradicionais pelas enciclopédias na educação feminina.

**Palavras-chave:** Abril Cultural. Domesticidades. Modernização. Educação não formal. Feminismo.

**ABSTRACT:** Abril Cultural's encyclopedias addressed family-oriented issues, including a form of non-formal education for women. They sought to lead women's work in the role of domesticities and in the construction of the “modern woman”, in addition to integrating their reader to issues such as feminism. Based on the study of these publications, the aim is to discuss, in the context of the History of Women and the History of the Present Time, the use of the concept of modernity based on the appropriation of traditional world views by encyclopedias in female education.

**Keywords:** Abril Cultural. Domesticities. Modernization. Non-formal education. Feminism.

95

#### *Introdução*

As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas, no Brasil, pelo avanço da industrialização e dos meios de comunicação dentro de um contexto autoritário e de implantação de um projeto modernizador para a sociedade brasileira. Na ótica de Almeida e Weis (2007), a dinâmica política do regime e a modernização pelo consumo que ocorreu no período modificaram a vida privada e as

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História - Programa de Pós-graduação em História - Departamento de História - Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC/PPGH - Brasil. Professora do Instituto de Artes e Design - UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF/IAD - Brasil. Juiz de Fora - MG - Brasil. E-mail: deborapmorgado@hotmail.com

experiências cotidianas, principalmente em relação às famílias das classes médias. Nesse sentido, os meios de comunicação a partir da emergência de uma indústria cultural no país tiveram papel fundamental ao incidir sobre o comportamento e as formas de consumo de homens e mulheres.

O crescimento e consolidação da indústria cultural no decorrer do século XX dependeu dos recursos da linguagem, utilizando de forma evidente os conhecimentos produzidos nos campos da psicologia e da semiótica que foram aplicados em produtos, publicidades e nas mídias impressas e audiovisuais. A multiplicação das normas de conduta, dos espaços de sociabilidades e das mídias informativas aumentou a preocupação com a construção de si e com a percepção do outro, de tal modo que, como aponta Revel (1991), o corpo passou a se tornar cada vez mais refém das boas maneiras, movimento que recaiu e recaí mais notadamente sobre as mulheres.

Nesse cenário, tem destaque no Brasil as publicações da Editora Abril, especialmente aquelas realizadas sob a marca Abril Cultural cuja existência se deu de 1966 a 1982 e que foi criada para viabilizar um projeto de democratização da cultura e modernização do país, conforme indicado por seus idealizadores (PEREIRA, 2005). A Abril Cultural publicou diversas coleções vendidas em fascículos e que formavam livros, enciclopédias e coleções de discos; os assuntos, apesar de variados, tinham como intenção levar às famílias os modelos de vida considerados ideais e baseados no *american way of life*. Para as mulheres, as coleções que formavam enciclopédias publicaram assuntos como os trabalhos manuais femininos, beleza, saúde, decoração, culinária, sexo e maternidade, temas que compõem a categoria de domesticidades segundo Heynen (2005), além de trazer conteúdo acerca das discussões feministas.

Nos discursos das enciclopédias, percebe-se a preocupação com a construção de uma mulher moderna, essa que é apresentada como consumidora dos novos produtos decorativos, culinários e estéticos, que cuida da casa e da família e que vê o trabalho apenas como um recurso menor e complementar à renda masculina. Além dos papéis de gênero fomentados por essas publicações, questões de classe e raça também são postas a partir de imagens que colocam a mulher branca em posição de patroa e a mulher negra em posição de empregada. São aspectos percebidos que conferem a esse projeto



modernizador um caráter tradicional e que remete à sociedade brasileira escravocrata.

As enciclopédias da Abril Cultural, a partir do exposto, são pensadas por este texto enquanto manuais de civilidade que educam, a partir de um caráter não formal, para a execução dos papéis masculinos e femininos e que também são atravessados por questões de classe e raça. Para Gohn (2006, p. 28) entre os aspectos que constitui a educação não formal estão “*a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor*” e a educação desenvolvida pelas mídias. A percepção das enciclopédias Abril Cultural enquanto materiais educativos é ainda reforçada pelos conteúdos escolares e de conhecimentos gerais e específicos que tornou, muitas das coleções, em referências para professores e estudantes de todas as idades (NOGUEIRA, 2018). Ainda, a encadernação em capa dura com letras e arabescos dourados revestiam as enciclopédias de autoridade.

Mobilizando a História do Tempo Presente e seus métodos e uma bibliografia inserida no campo dos estudos de gênero e da História das Mulheres, este texto buscará compreender as temporalidades que incidem sobre a noção de novo e moderno como prescrições às mulheres brancas de classe média. Será ainda observado como o discurso presente nesses materiais educativos apresenta as mudanças de comportamento e de pautas ocorridas do final da década de 1960 para o final da década posterior, abordando questões referentes ao sexo e ao feminismo. O texto parte da análise de ideias, trechos e prefácios de *Bom Apetite* (1967); *Mãos de Ouro* (1967); *Trabalhos Maravilhosos* (1968); *Enciclopédia da Mulher* (1973); *Amar: a realidade da vida sexual* (1977); *Vida Íntima* (1980) e *Dicionário da Vida Sexual* (1981), enciclopédias que promoveram um diálogo mais aproximado com suas leitoras e que apresentaram um conteúdo representativo das demais enciclopédias femininas lançadas pela Abril Cultural.

Comprometida com um projeto modernizador, a Editora Abril ganhou destaque no cenário nacional ao segmentar suas publicações a partir de públicos específicos, ampliando a venda de produtos culturais. Esse movimento é percebido no lançamento de revistas como *Claudia* (1961) e *Quatro Rodas* (1960). A segmentação do mercado de produtos culturais destacou a Editora Abril em relação às demais editoras do período (MIRA, 2001). A iminência de uma indústria cultural seccionada, como foi o caso da Abril, está em consonância com o próprio crescimento da indústria de bens de consumo que, a partir de novas necessidades dos grupos emergentes, é capaz de expandir a sua produção, tendo como principal aliada a publicidade (ARRUDA, 2015). Ao analisar o investimento em publicidades de empresas atuantes no Brasil no ano de 1976, Arruda (2015) ressalta o nome da Editora Abril como a única empresa do ramo de comunicações a estar presente na lista das vinte empresas que mais investiram em propaganda naquele ano, ocupando o terceiro lugar do *ranking*. Acerca desse dado, a autora indica que:

primeiro, a empresa anuncia em seus próprios veículos, [...] segundo, trata-se de uma organização que atingiu uma variedade sem precedentes em termos de mercado editorial, apontando para uma tendência monopolista e para o desenvolvimento de uma produção específica no âmbito da indústria cultural (ARRUDA, 2015, p. 163).

A “*tendência monopolista*” da Editora Abril foi o caráter que permitiu à editora, por meio de várias linhas de produtos, atuar na homogeneização dos valores e dos gostos das classes médias, grupos que são definidos, de acordo com Salata (2015), mais por sua identidade e ideologia que pelo poder aquisitivo e renda mensal. A partir de concepções éticas e estéticas, é possível afirmar que a Editora Abril ajudou a constituir no Brasil uma cultura política baseada na ideia de consumo e industrialização como ferramentas modernizadoras, atuando para a despolitização ao pensar as escolhas de consumo como movimentos do campo da liberdade individual.

Além das revistas, a partir de 1965 a editora passou a atuar no ramo de coleções vendidas em fascículos e que se transformavam em livros, coleções ou enciclopédias, tendo como base também a segmentação do público. Com o propósito de garantir à família um passaporte para o conhecimento, organizado

e sistematizado a fim de modernizar o país, as enciclopédias foram idealizadas a partir da concepção de uma ampla acessibilidade, encarada como uma “*democratização do conhecimento*” (PEREIRA, 2005, p. 249). Assim, eram vendidas primeiramente em fascículos semanais nas bancas de jornal e, ao fim da coleção, que poderia levar meses e até anos para ser finalizada, o leitor ou a leitora levava seus fascículos até a banca que enviava a um encadernador. Essa formatação de vendas surgiu na italiana Fratelli Fabbri Editori, editora que foi responsável por criar e vender os direitos de muitas das enciclopédias veiculadas no Brasil pela Abril Cultural.

Os fascículos Abril Cultural buscaram dar conta de uma série de assuntos, entre os quais a religião cristã, o conhecimento científico e escolar, as artes, a literatura, a saúde, os trabalhos domésticos, a vida sexual entre outros. A primeira coleção foi *A Bíblia Mais Bela do Mundo* (1965), publicada ainda sob a marca Abril. Dado o sucesso de vendas, criou-se a divisão Abril Cultural em 1966 que ficou responsável pelo setor de coleções até o ano de 1982 quando a marca foi dissolvida e o setor passou a ser coordenado pela Editora Nova Cultural. Dos quase duzentos títulos lançados entre 1965 e 1982, 43 foram dedicados ao público feminino de forma direta ou indireta. Os assuntos abordados se dividiram entre culinária, trabalhos manuais de linha e agulha, saúde, sexo, casamento e maternidade, jardinagem e decoração, conteúdos que compõem o rol das domesticidades, categoria historicamente vinculada ao feminino (HEYNEN, 2005).

Heynen (2005), ao discutir sobre gênero e modernização em relação aos espaços públicos e privados, indica que o conceito de moderno, durante o século XIX, esteve vinculado aos homens por ser encarado como reflexo do novo, das aventuras e da exploração do mundo público. No caso das mulheres, destinadas pela sociedade oitocentista aos espaços domésticos, o vínculo ao tradicional deveria ser mantido, conservando comportamentos de respeito e submissão à figura masculina do pai ou esposo. Já no século XX, conforme Araújo (2011), na esteira do crescimento industrial, a ideia de modernização passa a ser encarada enquanto um projeto social e cultural mais abrangente e, assim, a atingir a toda a família por meio de uma ética de consumo veiculada pela indústria cultural.

A partir do avanço da industrialização e da emergência de uma indústria cultural no Brasil, de acordo com Ortiz (1991), as décadas de 1960 e 1970 foram definidas como períodos de consolidação do mercado de bens culturais. Após o golpe de 1964, as medidas de industrialização e internacionalização do capital foram avançadas em relação aos governos anteriores e, ao promoverem o crescimento do parque industrial brasileiro, alavancaram também a produção de conteúdo cultural veiculado em diversas mídias. Nesse contexto, a ideologia da modernização se colocava como um dever nos âmbitos político, econômico e cultural e tinha como base o progresso a partir da industrialização e do consumo de objetos e bens culturais. O estilo de vida norte americano, encarado como moderno, foi projetado e prestigiado nas páginas dos meios de comunicação impressos do Brasil, especialmente nas revistas femininas ao buscarem conduzir o comportamento de mulheres a partir de uma visão de mundo vinculada ao consumo como fonte de progresso e modernização.

Fico (2017) observa a carga ideológica atrelada ao conceito de modernização, tornando-o um parâmetro de distinção positiva em relação ao passado e um sinalizador do progresso inscrito em um pensamento evolucionista da sociedade. A modernização, portanto, acontece nas sociedades industriais que, quanto mais industrializadas, mais reforçam as características “modernas” que são a régua para definir o melhor e o pior nos termos de uma linha evolutiva. É nesse sentido que a modernização, a partir da ideia de democratização da cultura e por meio da indústria cultural, esteve relacionada à promessa de uma vida melhor. A partir desses valores, os meios de comunicação podem educar as visões de mundo e distanciar seus leitores de uma reflexão mais crítica e complexa (ZUIN, 2001).

A educação e a reafirmação de *status* das classes médias, de acordo com Bell e Hollows (2005), acontecem em virtude das representações contidas nas mídias de estilo de vida, ou seja, nos meios de comunicação idealizados da classe média para ela mesma. Compreender o papel educativo dos produtos da indústria cultural, e neste caso das enciclopédias Abril Cultural que se apresentaram enquanto manuais para uma “vida moderna”, é fundamental na observação de como se constituem os gostos de classe e as distinções simbólicas, amplamente divulgadas pelas imagens no mundo moderno. Ao

mobilizar conceitos relacionados ao novo que criam e difundem valores, as mídias podem atuar em um campo de homogeneização, de tal modo que o espaço para o desviante se torna restrito e mal visto (BOURDIEU, 2003). Nesse sentido, os assuntos abordados nas enciclopédias da Abril Cultural e a forma como foram apresentados estavam em consonância à instigação de um consumo de tipo estratégico, ou seja, aquele que visa fornecer, como indica Certeau (1998), as formas rígidas e esperadas com as quais homens e mulheres se colocam no mundo.

### *Enciclopédias femininas: educação para a vida doméstica*

Para a Editora Abril e seu projeto de enciclopédias, as mulheres possuíam um papel de destaque ao prover os cuidados com a família, instituição encarada como agente fundamental na construção de um país moderno uma vez que era consumidora de bens e serviços (ARAÚJO, 2011) e que constituía um dos pilares da cultura política do país (MOTTA, 2018). Nesse sentido, as enciclopédias femininas buscavam educar tanto o comportamento quanto as práticas de consumo, apresentando listas de itens indispensáveis à culinária, decoração, etiqueta à mesa, trabalhos manuais, maternidade, saúde e beleza.

Entre 1967 até meados da década seguinte, as enciclopédias femininas ocuparam-se principalmente dos trabalhos manuais e da culinária. A partir de 1975 alguns títulos começaram a trazer assuntos inéditos para aquelas publicações, como o sexo, a revolução sexual e o feminismo. As publicações de trabalhos manuais que até o momento possuíam textos de caráter intimista e, de certa forma, “conversavam” com suas leitoras, passaram a se dedicar apenas às receitas dos trabalhos, sem nenhum tipo de comentário ou introduções. Tanto nas enciclopédias voltadas para a atuação da mulher em casa quanto nas que tratavam de sexo e de novos temas, a ideia de uma mulher moderna que lia aqueles conteúdos sempre esteve presente. Nelas, as concepções de moderno e modernidade vinham carregadas de tradições acerca dos papéis da mulher na sociedade.

No ano de 1973 é publicada a *Enciclopédia da Mulher*, que parece estar no ponto de transição entre as enciclopédias feitas para a “dona de casa” e as direcionadas para uma mulher mais “emancipada”, ainda que alguns discursos presentes na publicação, como a ida da mulher ao mercado de trabalho, estejam subordinados à devoção ao lar e à família. O prefácio da *Enciclopédia da Mulher* assinado por Victor Civita é significativo acerca das recomendações da Abril Cultural para a “mulher moderna”:

Em outubro de 1961, a ABRIL lançou o primeiro número de uma revista dedicada ao público feminino. Seu nome: CLAUDIA. Na ocasião, dissemos que ela havia sido criado para tornar-se a melhor amiga de todas as brasileiras modernas e inteligentes. [...]

Aproveitando a grande experiência de CLAUDIA e atendendo ao crescente desejo de atualização das brasileiras, estamos lançando essa ENCICLOPÉDIA DA MULHER. A coleção propõe-se oferecer às leitoras tudo o que elas precisam **conhecer sobre o seu papel na sociedade e o seu pequeno-grande mundo: o lar**. Vamos ajudá-la na educação e na saúde da família; torná-las mais belas e elegantes; atualizá-las com o tempo em que vivemos; ensiná-las a economizar; resolver dúvidas quanto a seus direitos na sociedade; sugerir soluções para problemas de decoração e construção. Enfim, enriquecer seu mundo com informações atuais e abundantes (CIVITA, 1973, v. 1, p. 1, grifo nosso).

102

Derivada da revista *Claudia*, a *Enciclopédia da Mulher*, por meio do prefácio de Victor Civita, confere valor ao conteúdo apresentado e à sua leitora ao identificá-las enquanto “*modernas e inteligentes*”. Conforme Pinsky (2018), trata-se de um recurso de linguagem muito comum nos periódicos femininos do século XX e que consiste no uso de adjetivos, expressões e frases que criam valor e aproximação a fim de ampliar a aceitação dos discursos presentes nas publicações. A noção de mulher moderna que se lê no texto da enciclopédia referencia os ideais de futuro que atravessavam a Editora Abril e o Brasil do período, comprometidos com uma modernização conservadora (ORTIZ, 1991) na qual o progresso material pautado na economia liberal não acompanha a liberalização dos costumes. O prefácio também trata de apresentar todos os assuntos que compõem o “*pequeno-grande mundo*” feminino e que está de acordo com a categoria de domesticidades discutida por Heynen (2005). A modernização desse mundo consiste em operá-lo a partir da eficiência das

máquinas e, com isso, desfrutar de tempo e condições de higiene para cuidar da saúde e da beleza.

Lançada em 1967, *Mãos de Ouro* também direciona o seu prefácio para a “mulher moderna” a partir das realizações no lar com os trabalhos de linha e agulha:

MÃOS DE OURO é uma obra necessária, pronta a ajudar a mulher moderna a elaborar trabalhos que lhe proporcionarão a satisfação íntima de dizer “fui eu que fiz”, que lhe granjearão a admiração geral e lhe darão possibilidade de idealizar e criar peças valiosas para equilibrar o orçamento familiar. [...] Temos certeza que MÃOS DE OURO [...] ajudará eficientemente a mulher a viver melhor (CIVITA, 1967, v. 1, p. 1).

No trecho apresentado a característica moderna da mulher leitora está relacionada à ideia de satisfação na boa execução das atividades manuais e aos elogios que poderiam receber ao expor seus trabalhos pela casa. Pensar os bordados, o corte e a costura como tarefas que garantem a realização pessoal da mulher, conforme Frasquete e Simili (2017, p. 279), reafirma a “*imagem da mulher dócil, subordinada, hábil com trabalhos minuciosos, características ensinadas às meninas como sinônimos de feminilidade, ou seja, características que para o período estavam indissociáveis à ideia de trabalho feminino.*”

A realização das mulheres por meio dos trabalhos considerados femininos e também através da admiração do outro são fatores que atravessam as receitas de trabalhos manuais e culinárias e as diretrizes de decoração, moda e embelezamento dentro das enciclopédias. Na veiculação desses conteúdos, o olhar alheio é apresentado enquanto fundamental para validar positivamente a vida das mulheres e as suas ações, consideradas mais ou menos femininas ao se aproximar ou se afastar das normas prescritas. Em *Mãos de Ouro* (1967) e em *Trabalhos Maravilhosos* (1968), a leitora é constantemente direcionada a colocar em prova suas habilidades presenteando a família e os amigos com um de seus trabalhos ou convidando amigos para jantar, momento de exibir as toalhas de mesa como indicado no trecho a seguir:

Já dissemos muitas vezes que se nota a personalidade da dona de casa através dos detalhes. Para dizer a verdade, toalha de mesa não é detalhe de pouca importância, bem pelo contrário.



## Dossiê: História das Mulheres, Gênero e Interseccionalidades

As pessoas que forem comer à sua mesa pela primeira vez, mesmo não tendo uma intuição psicológica apurada, logo vão ter uma idéia geral do tipo de mulher que você é (TRABALHOS Maravilhosos, 1968, v. 2, p. 349).

A relevância das toalhas de mesa enquanto fontes diagnósticas da personalidade da mulher dona de casa é apresentada também em outra receita de bordado para toalha de mesa na enciclopédia *Trabalhos Maravilhosos*:

Só falta os convidados chegarem. A dona de casa preparou um ótimo jantar. Uma última olhada: a mesa arrumada com gosto e carinho, as flôres dispostas no centro e a toalha que por si só é um verdadeiro buquê.

Êste é pequeno episódio que você vive sempre que recebe seus amigos para jantar. Orgulha-se de ver que tudo está perfeito. Há porém uma coisa que a envaidece ainda mais: é a toalha que você fez especialmente para essa ocasião. E se você gosta de apresentar sempre novidades para suas amigas, antes do próximo jantar, prepare uma nova toalha, que será, certamente, notada por todos que têm bom gosto e sabem apreciar sua habilidade e capricho (TRABALHOS Maravilhosos, 1968, v. 1, p. 101).

104

Ao produzir um estudo acerca da relação entre gênero e artefatos no século XIX, Carvalho (2008) diferencia o vínculo que mulheres e homens estabelecem com os seus artefatos e entende que, no caso das mulheres, há uma ligação centrífuga na qual os objetos se imiscuem ao corpo e à personalidade feminina. Percebe-se, nas enciclopédias da Abril Cultural, uma permanência dessa forma íntima de aproximação entre mulheres e os objetos da casa de tal modo que uma instância passe a ser extensão da outra, formando um só corpo. A construção de si enquanto mulher zelosa a partir de toalhas de mesa e outros artefatos adentra, conforme Douglas e Isherwood (2006), uma dimensão de naturalidade em que, mesmo que fora de um contexto no qual a mulher apresente sua casa bem arrumada, ela ainda é vista como zelosa ao ter construído essa personalidade para si repetidamente ao longo do tempo.

O exercício de repetir atitudes para se constituir está também relacionado à repetição de normas pelos manuais civilizatórios. No processo informal de reprodução dos comportamentos, cria-se uma condição de suposta naturalidade que perdura temporalmente e que atravessa e é atravessada por múltiplas temporalidades, movimentos de estratificação do tempo que, de acordo com

Koselleck (2014), garantem a permanência das práticas ainda que transformadas por novos aspectos. A percepção de algo como “natural”, no caso a forma esperada como mulheres devem se comportar, a partir da repetição informal é incorporada na formalidade e veiculada em manuais, revistas, enciclopédias, escolas e, mais recentemente, nos meios digitais e redes sociais (SANTOS, 2019).

No prefácio de *Mãos de Ouro*, o condicionamento da mulher ao lar é ainda percebido quando se lê que a enciclopédia permite a “*possibilidade de idealizar e criar peças valiosas para equilibrar o orçamento familiar.*”. A ideia de equilibrar o orçamento ou complementar a renda da família está atrelada à noção de que o sustento principal do lar deve ser proveniente do homem e, caso a mulher queira trabalhar, sua renda não deve superar a do esposo. Além do salário como complemento, o trabalho proposto pela enciclopédia é um dos trabalhos historicamente pensados enquanto femininos e que pode ser realizado sem sair de casa, de modo que as posições tradicionais de homens e mulheres possam permanecer. É necessário notar, ainda, que a mulher que pode ficar em casa e fazer trabalhos que lhe garantam uma renda pequena não está na mesma posição social daquelas cujas famílias dependem do trabalho e da renda da mulher para a sobrevivência. Enquanto as mulheres da classe operária saíam de casa para trabalhar, especialmente nas indústrias de têxtil e confecção (MALERONKA, 2007), as mulheres das classes médias podiam desfrutar do trabalho como opção.

Um artigo da *Enciclopédia da Mulher* (1973, v. 2, p. 558-559) intitulado “*Vantagens da mulher que trabalha*” entende que, ao optar por trabalhar fora, a mulher pode melhorar a sua autoconfiança, ter mais “*autonomia, maturidade e cultura*”, relacionando-se melhor com sua família. Apesar do título sugerir que o texto tratará das vantagens, as desvantagens estão mais presentes que os aspectos positivos no texto. Ao listar os problemas, o artigo compara o trabalho doméstico ao trabalho fora de casa mostrando como as relações externas podem ser mais difíceis:

Enquanto a rotina doméstica comporta grande margem de disponibilidade de horários [...] no trabalho tudo muda de figura: raramente as coisas podem ficar para “depois”. [...] No lar, a

## Dossiê: História das Mulheres, Gênero e Interseccionalidades

mulher é responsável no que diz respeito ao marido, aos filhos e à casa. E é tudo feito com base numa relação afetiva e de tolerância. Já no trabalho há um contrato a ser respeitado [...]. Se o desempenho não for satisfatório, a mulher tem que arcar com as consequências do desprestígio pessoal e até com o desemprego (ENCICLOPÉDIA da Mulher, v. 2, p. 559).

O trecho citado parece desmotivar a mulher comparando o trabalho doméstico, que de acordo com a enciclopédia é sempre realizado em um ambiente saudável e sem grandes cobranças à mulher, ao trabalho fora de casa, este que pode levar ao desprestígio pessoal. As situações difíceis vividas por homens em seus empregos não são argumentos utilizados para que eles repensem a decisão de trabalhar fora de casa, pois são condições vistas como naturais aos homens. No caso da mulher, o argumento acerca do desprestígio pessoal é significativo uma vez que as mulheres são direcionadas a encontrar no olhar do outro e no julgamento alheio os juízos que validam a sua experiência de vida enquanto feminina, o que torna o desprestígio mais penoso às mulheres que aos homens. A imagem que vem junto ao texto tem um papel simbólico importante em relação a esse aspecto ao mostrar uma mulher branca e loira sentada em um escritório, debruçada sobre o que seria sua bancada de trabalho, vestindo uma roupa profissional e, ao mesmo tempo, um par de luvas de boxe, evidenciando um caráter “guerreiro”: para essa mulher, trabalhar fora é uma luta.

106

Embora o homem inseguro tema a independência econômica da mulher, cabe a ela tranquilizá-lo, mostrando as reais vantagens que a decisão trará ao casal. Com o tempo e a segurança obtida na convivência do casamento, raros são os maridos que continuam a se opor a qualquer espécie de trabalho. De qualquer forma, se o trabalho remunerado for inadmissível no conceito do marido, ainda resta à mulher a possibilidade de prestação de trabalhos assistenciais. E, se o problema for trabalhar fora de casa, existem muitas tarefas que podem ser realizadas dentro do próprio lar. Tudo dependerá da força de vontade da mulher que, desejando trabalhar, sempre conseguirá dar um jeitinho para isso, não ferindo a vaidade masculina, nem prejudicando a educação dos filhos (ENCICLOPÉDIA da Mulher, v. 2, p. 559).

No início do excerto acima apresentado, a enciclopédia avalia que o trabalho fora de casa pode ser vantajoso para o casal uma vez que essa vantagem também se refletiria em uma melhora nas aptidões para a execução

de atividades que são consideradas femininas, como cuidar dos filhos. Se ainda assim o marido não aceitar que a mulher traga alguma renda para a casa, a publicação sugere a realização de trabalhos assistenciais que, geralmente, são realizados de forma voluntária e envolvem atividades de cuidado. Rago (2018) indica que as funções relacionadas ao cuidar são bem vistas às mulheres, pois se aproximam das práticas entendidas como naturalmente femininas e que corroboram com a aceitação de profissões como as de enfermeiras e professoras. Por fim, o texto indica que se o marido não aceita que a mulher saia de casa, que ela busque não ferir a vaidade do homem e encontre um “*jeitinho*” de realizar uma atividade dentro de casa, como aqueles ensinados pelas enciclopédias *Mãos de Ouro* e *Trabalhos Maravilhosos*. Fica evidente que a prioridade da mulher, para a publicação, é o cuidado com os filhos e o lar e, com ou sem trabalho externo, essa é uma atividade feminina da qual não se pode abrir mão.

A mulher leitora e consumidora das enciclopédias Abril Cultural, ao menos em relação ao campo da emissão dos enunciados pela editora, compõe um grupo de mulheres de classe média para as quais o trabalho é uma opção. A enciclopédia *Bom Apetite*, em muitos momentos ao trazer conteúdo sobre etiqueta à mesa e ao servir, reforça essa condição de classe de seu público apresentando ainda outro elemento: os serviços de uma empregada doméstica que está presente, por exemplo, no dia em que a dona de casa oferece um jantar a alguns convidados:

Depois da chegada das visitas, quando se começa a servir o jantar, é importante, também neste momento, não se afofar. Mesmo que a comida demore um pouco para chegar da cozinha, não chame a atenção da empregada e, sobretudo, lembre-se de nunca fazê-lo diante dos convidados (BOM Apetite, 1968, v. 2, p. 400).

Em nenhum momento *Bom Apetite* fala sobre a decisão de se contratar uma empregada, ao invés disso, a enciclopédia já coloca a empregada como parte do enredo familiar. Além dos momentos em que as empregadas são citadas, a sua presença pode ser também identificada na ausência de lições sobre os cuidados domésticos mais pesados em publicações como a

*Enciclopédia da Mulher* que tem como um de seus objetivos ajudar a dona de casa com as tarefas domésticas. As práticas culinárias, de decoração e artesanatos são valorizadas pelas enciclopédias que se utilizam da comparação dessas atividades com a arte, criando, assim, símbolos de distinção. Já os trabalhos mais braçais são relacionados à pobreza e, por isso, silenciados nas publicações da Abril Cultural. Segundo Silva (1998) esta distinção social está enraizada no regime escravocrata do século XIX em que as mulheres brancas e ricas eram vistas como superiores e, ao mesmo tempo, frágeis, o que as impedia de realizar serviços pesados. Assim, as mulheres da elite se ocupavam em ficando dando ordens às mulheres escravizadas que realizavam todo tipo de serviço.

No deslocamento da noção europeia de modernidade para o Brasil no século XIX há a transposição dos ideais liberais e burgueses para uma sociedade que era ainda escravocrata, ou seja, local no qual o liberalismo econômico não poderia de fato acontecer. É nesse sentido que Ortiz (1991) entende que no Brasil a ideologia chegou primeiro e sem a realização de seu projeto liberal. Dessa forma, os discursos de modernização vão sendo apropriados pela sociedade brasileira e ressignificados dentro de um contexto de permanência e manutenção das práticas senhoris, que por fim são naturalizadas a partir da repetição e da inclusão em uma longa duração.

Nesse processo de naturalização das práticas, as imagens tem papel fundamental ao se constituírem enquanto representações de aspectos socioculturais já existentes, fator que garante a compreensão da imagem produzida para além de seus produtores. A imagem comunica então por meio da semelhança, vestígios e convenções sociais, o que a torna uma linguagem complexa e que evoca forte engajamento (JOLY, 2007). Em todas as enciclopédias femininas as imagens de mulheres negras estão ausentes, de modo que as posições das mulheres belas, na moda e das donas de casa modernas são ocupadas pela mulher branca e com traços europeus, pois a maior parte das fotografias não foram trocadas no processo de adaptação das enciclopédias italianas para as versões brasileiras.

As representações que fazem referência a mulheres negras em imagens foram encontradas em dois momentos na enciclopédia *Mãos de Ouro*. Na



primeira delas, a publicação traz uma receita para a execução de pegadores de panela de crochê na forma de gatos, conforme se vê na Figura 1.

**Figura 1** – Pegadores de panela em forma de gato



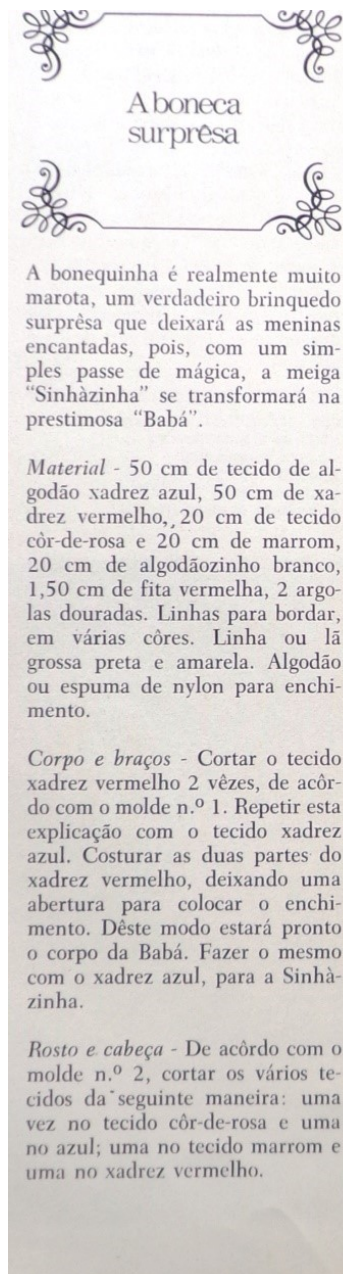
**FONTE:** MÃOS de Ouro, 1968, v. 3, p. 584-585.

Na imagem são apresentados um gato e duas gatas de crochê que possuem sua definição de gênero marcada pela presença de um acessório no pescoço: uma gravata borboleta preta para o macho e um laço vermelho para as fêmeas. Uma das gatas, que se encontra do lado direito da imagem, tem cor azul e porta o laço vermelho; ao lado esquerdo é apresentado o gato que é amarelo e também só possui como acessório a sua gravata; no centro da imagem está a segunda gata que é preta, possui o laço no pescoço e, além disso, veste um avental e um chapéu brancos típicos do uniforme das empregadas domésticas. Apesar da ausência de imagens humanas, os gatos construídos em crochê e representados na imagem portam símbolos que os distinguem por gênero, raça e classe social e podem ser assim compreendidos a partir das convenções sociais que permitem essa associação e a sua naturalização na imagem.

O segundo momento em que se nota a presença de uma mulher negra em *Mãos de Ouro* também não está vinculada a uma fotografia de mulher. Trata-se de uma receita para a construção de bonecas que vem acompanhada de um

texto cujo título é “A boneca surpresa” (MÃOS de Ouro, 1968, v. 3, p. 678): “A bonequinha é realmente muito marota, um verdadeiro brinquedo surpresa que deixará as meninas encantadas, pois, com um simples passe de mágica, a meiga “Sinhazinha” se transformará na prestimosa “Babá”.”.

Figura 2 – Bonecas “sinhá e babá”



FONTE: MÃOS de Ouro, 1968, v. 3, p. 678.

Na imagem presente na Figura 2, encontra-se um banco de madeira no qual, em sua parte superior, está a “sinhazinha” que possui pele branca e veste uma touca e um vestido feitos em um mesmo tecido com xadrez miúdo azul



claro; em seu pescoço está um laço azul. Até a década de 1970 a cor azul claro, por refletir uma cor suave e celestial como o manto da Virgem Maria, era identificada como cor de menina e trazia em sua tonalidade pálida um sinal de pureza (HELLER, 2013). Na parte inferior do banco está a “babá”, de cor de pele preta e com vestido, touca e laço semelhantes à da primeira boneca, porém em um xadrez miúdo vermelho. A boneca possui brinco dourado de argola, um avental branco por cima do vestido e na touca há uma diferença em relação à boneca da “sinhazinha” que consiste na aplicação de babado e de um laço, criando uma similaridade aos toucados das empregadas.

Na imagem descrita e apresentada, a posição por cima do banco, para a “sinhazinha”, e por baixo do banco, para a “babá”, é bastante significativa das posições sociais que cada personagem ocupa, a primeira percebida superiormente à outra. A característica “*meiga*” da primeira boneca, assim descrita pelo texto que acompanha a imagem, está integrada à cor de suas roupas. No caso da “babá”, o tom vermelho que está mais ligado ao sangue, à terra e à paixão (HELLER, 2013) confere à boneca uma aproximação aos serviços braçais e evoca até mesmo certa sensualidade, o que se vê ainda no uso dos brincos e na representação dos lábios das duas bonecas: a “sinhazinha” possui um lábio constituído por uma linha fina e arqueada simulando um sorriso fechado e discreto enquanto a “babá” possui o desenho de um lábio mais carnudo e semiaberto no qual se pode ver a cor branca dos dentes. Em relação ao vínculo da “babá” com o adjetivo “*prestimosa*”, é relevante pensar acerca da figura do “negro leal” que se construiu no Brasil até a década de 1970 e que esteve muito presente na obra de Gilberto Freyre. Para Schwarcz (2007) essa representação carrega a ideia de harmonia na qual as pessoas negras seriam agradecidas pelo trabalho servil. As bonecas, brinquedos que são utilizados na educação das meninas a fim de familiarizá-las com as noções de cuidado e maternidade (AREND, 2013) demarcam também reproduções estruturais predominantes que acabam por restringir às meninas a execução dos papéis sociais relacionados às atividades desempenhadas por mulheres, perpassando questões de raça e classe e delineando diferentes lugares para mulheres brancas e negras.

*Mulher moderna e emancipação: transformações e permanências*

Apesar de a *Enciclopédia da Mulher*, em 1973, já trazer algum conteúdo sobre sexo, este assunto estava ainda mais circunscrito à instância do casamento. O corpo da mulher, até o momento, era abordado a partir dos tratamentos de beleza, da moda e da maternidade. A primeira publicação da Abril Cultural dedicada integralmente às questões referentes ao sexo foi a *Enciclopédia da Vida Sexual* em 1975. A partir daí mais cinco obras como essa foram publicadas até o ano de 1982 pela editora. Nas enciclopédias dessa categoria abundam imagens de casais, de mulheres e de homens nus e em posições sexuais e os temas são, geralmente, comentados de forma aberta.

A enciclopédia *Amar: a realidade da vida sexual* de 1977 foi a primeira a trazer longos artigos sobre temas como o feminismo, o aborto, a pornografia, a masturbação feminina e outros assuntos considerados tabu na época. *Amar* se destaca em relação às demais enciclopédias sobre sexo por apresentar discussões escritas por pesquisadores da área que, nos artigos, mobilizam diversos estudos científicos do período e que, na maior parte dos casos, caminham em direção oposta à moralidade e ao pensamento hegemônico acerca dos papéis dos homens e das mulheres. No artigo sobre feminismo, escrito pela antropóloga Teresa Caldeira e pelo editor Paschoal Miguel Forte (1977, v. 2), os autores partem da obra de Simone de Beauvoir para discutir acerca da construção dos papéis da mulher histórica e socialmente. Ainda, apontam para outras questões que atravessam as mulheres como as condições de classe social e afirmam que, a partir de privilégios de classe, a luta por direitos não é a mesma para todas as mulheres. Os autores identificam que os países socialistas foram os lugares nos quais as mulheres mais conquistaram direitos e citam Fidel Castro quando disse que o desenvolvimento econômico de um país depende de justiça em relação às mulheres.

As alterações na sociedade em relação à liberação sexual a partir do final da década de 1960 se fizeram notar na Editora Abril, tanto em enciclopédias como nas revistas. Essas publicações mantêm relação com as visões de mundo do pai Victor Civita e dos filhos Richard e Roberto cuja educação foi realizada

nos Estados Unidos. A visão liberal pautada no capitalismo americano dos editores da Abril, em contraposição ao que se via no Brasil, era bem menos conservadora na área dos costumes. Apesar do apoio declarado da editora ao golpe militar, Roberto Civita, anos depois, afirmou que o apoio da família aos militares se deu em virtude da crença em uma ameaça comunista, mas que teriam se arrependido a partir das notícias de tortura e censura derivadas do Ato Institucional nº 5, o AI-5, de dezembro de 1968 (MARANHÃO, 2016).

Mesmo com a crença no liberalismo econômico e social, a Abril Cultural, em seus primeiros anos, assim como a revista *Claudia*, trataram as mulheres a partir de abordagens conservadoras. É preciso compreender que, antes de tudo, os Civita eram empreendedores e visavam o sucesso de sua empresa. Para isso, aproveitaram o projeto de modernização alavancado pelo regime militar para vender produtos culturais, bens que eram encarados como fundamentais para a participação no que seria uma cultura moderna. Ao passo em que a sociedade foi se abrindo para outras discussões e, mais que isso, tornou-se ávida para se “modernizar” também no aspecto dos costumes, a editora foi incorporando às suas publicações obras que tratassem dos assuntos desejados, como o sexo, e que garantiriam vendas.

Na enciclopédia *Vida Íntima*, de 1980, Victor Civita assina o seu prefácio em tom de celebração:

É incontestável que o amor, em suas múltiplas formas e manifestações, constitui uma das principais forças que alimentam e movimentam a vida. Impulso físico mas também psicológico, envolve corpo e espírito, sentimentos e imaginação, instinto e mente. Fonte de procriação e de preservação da espécie, é igualmente prazer, emoção, jogo. [...] Hoje, atravessamos uma época de ampla discussão do tema do amor e do sexo. Vivemos uma verdadeira Revolução Sexual, que expõe o que antes era mantido na sombra [...]. Combatem-se tabus e equívocos [...]. Valores são revistos, preconceitos criticados e demolidos. E o corpo emerge revalorizado, o natural engrandecido como parte da Natureza (CIVITA, 1980, v. 1, p. 1).

A partir de artigos mais curtos que os vistos em *Amar*, *Vida Íntima* também aborda temas pouco discutidos pelos meios de comunicação da época. Diferente de *Amar* que traz uma abordagem, muitas vezes, mais antropológica, histórica e social, *Vida Íntima* focaliza os aspectos médicos e psicológicos dos temas

apresentados, o que muitas vezes produz uma naturalização de certos aspectos ao recorrer à natureza para, de acordo com a enciclopédia, eliminar preconceitos. Em muitos casos, utilizam-se estudos científicos cujos resultados são apresentados sem grandes explicações, como o estudo que aponta uma maior predisposição da mulher que não se casa virgem à traição e que é apresentado sem indicar os meios utilizados para se chegar ao resultado (VIDA Íntima, 1980, v. 1, p. 15). Acerca da homossexualidade, a enciclopédia recorre à medicina e à psicologia para explicar o fenômeno que seria ou uma disfunção hormonal ou derivada de situações vividas na infância, nos dois casos apresentada como patologia (VIDA Íntima, 1980, v. 1, p. 37).

Um ano após a publicação de *Vida Íntima* a Abril Cultural produz, em 1981, o *Dicionário da Vida Sexual* que, assim como *Amar*, traz um verbete sobre o feminismo, mas com uma abordagem bastante diferente como indica o final do texto:

Uma dificuldade a ser vencida nesse particular é a clarificação de como as atitudes do homem e da mulher, no relacionamento do casal, são determinadas ou influenciadas por características inerentes a cada sexo e em que medida tais características podem ajustar-se a exigências e conveniências sociais. Em outras palavras, a igualdade civil não suprime nem substitui a desigualdade filogenética entre homem e mulher. Para o bem ou para o mal, essa desigualdade é um fato da natureza e certamente sujeito a um limite de acomodação, seja a pretensões ideológicas, seja a um necessário aperfeiçoamento institucional. Com certeza há limites também para a experimentação social: nunca existiu, que se saiba, uma sociedade sem casamento e família, nem jamais houve matriarcado algum, exceto em fantasias místicas ou pseudocientíficas. O dilema feminista, hoje, está em reconhecer com realismo tais limites ou levar além deles temerárias expectativas (DICIONÁRIO da Vida Sexual, 1981, v. 1, p. 260-261).

114

A definição de feminismo pelo *Dicionário da Vida Sexual*, a partir da história e da biologia, deslegitima o movimento feminista quando utiliza os juízos “*fantasia mística*”, “*pseudocientíficas*” e “*temerárias expectativas*”. Ao mesmo tempo em que a enciclopédia busca abordar temas condizentes com os novos tempos, conforme se propõe, é necessário notar as temporalidades que engendram, naquele presente, horizontes de expectativa orientados pelos

campos de experiência. Dosse (2012, p. 6), indica que a singularidade da noção de História do Tempo Presente está na “*contemporaneidade do não contemporâneo*”, ou seja, no “*presente do passado incorporado*”. Nesse sentido, entende-se que, a partir de uma projeção de futuro compartilhada com a sociedade, a publicação chama o passado para o seu presente e busca orientar a visão dos seus leitores acerca de determinados assuntos.

Em outros momentos, como nas enciclopédias *Grandes Personagens da Nossa História* (1969) e *Nosso Século* (1980), Victor Civita assina prefácios em que se mostra desejoso de um futuro grandioso para o Brasil e que, para isso, a história, mestra da vida, seria fundamental. As questões relativas à liberdade feminina, no período de existência da Abril Cultural, estiveram em disputa e ainda estão. No final dos anos 1960 para o final da década seguinte o papel das mulheres das classes médias foi redesenhado de acordo com as novas necessidades sociais e também econômicas, visto que o trabalho das mulheres fora de casa se tornou essencial para a manutenção do capitalismo. No entanto, a experiência histórica que envolve a memória e a repetição (RICOEUR, 2007) consagra a sua presença nas projeções futuras como força que reitera a conservação de comportamentos femininos ainda que ressignificados em um presente cercado de novos elementos.

### *Considerações finais*

As enciclopédias possuíram papel significativo no cenário da modernização brasileira por fazer circular no Brasil um tipo de modernidade que se vivia em países europeus e nos Estados Unidos, de modo que mesmo os conteúdos adaptados das enciclopédias italianas para as brasileiras conservaram as imagens, os modos de vida e os objetos de consumo presentes na centralidade do capitalismo. O sucesso de venda das enciclopédias e a sua abrangência em todo o território nacional tornaram muitas dessas publicações em referência para o uso por professores e alunos. Nesse sentido, os seus assuntos ganharam um aspecto de autoridade e, a partir disso, esses materiais se configuraram enquanto manuais que formalizaram, ainda que fora de um

ambiente escolar, as práticas não formais como aquelas que demarcaram e ainda demarcam os modos de ser mulher para mulheres em diferentes posições na sociedade.

Em um primeiro momento, as enciclopédias vincularam o conceito de moderno à mulher que vive em casa e que, dentro do seu lar, deveria produzir trabalhos manuais, de decoração e costura. Trata-se de uma concepção de modernidade ligada ao consumo de bens e, nesse ponto, percebe-se um compromisso da editora com a industrialização do país sem que, para isso, seja necessário repensar o papel da mulher na sociedade. Já quando a editora passa a abordar os temas relativos à liberdade da mulher, o campo da experiência histórica, portanto do passado, é relacionado ao presente da ciência para projetar um futuro no qual as mulheres desfrutam de direitos, porém sem ameaçar a posição do homem. Isso leva a editora a revestir o passado de características que compõem as concepções de modernidade, o que é sempre evocado por ela quando deseja legitimar suas ideias.

## **Referências**

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org). **História da vida privada no Brasil 4: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ARAÚJO, Maria Fatima. Família, modernização capitalista e democracia: retomando alguns marcos do antigo debate sobre as transformações das famílias no Brasil. **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 180-198, jan./jun. 2011.

AREND, Silvia Maria Fávero. Trabalho, escola e lazer. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 65-83.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **A embalagem do sistema: a publicidade no capitalismo brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2015.

BELL, David; HOLLOWES, Joanne. Making sense of ordinary lifestyles. In: **Ordinary lifestyles: Popular Media, Consumption and Taste**. Nova York: Open University Press, 2005, p. 1-18.

BOM APETITE. São Paulo: Abril Cultural, 1968, v. 2.

BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'água, 2003, p. 73-111.

CALDEIRA, Teresa; FORTE, Paschoal Miguel. Feminismo I e Feminismo II. In: AMAR: a realidade sobre a vida sexual, São Paulo: Abril Cultural, 1977, v. 2, p. 589-620.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Gênero e Artefato**: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material – São Paulo. 1870 - 1920. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

CIVITA, Victor. Apresentação. **Enciclopédia da Mulher**, São Paulo: Abril Cultural, 1973, v. 1.

\_\_\_\_\_. Apresentação. **Mãos de Ouro**, São Paulo: Abril Cultural, 1967, v. 1.

\_\_\_\_\_. Apresentação. **Vida Íntima**, São Paulo: Abril Cultural, 1980, v. 1.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens**: Para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

ENCICLOPÉDIA DA MULHER. São Paulo: Abril Cultural, 1973, v. 2.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74, jan./abr. 2017.

FRASQUETE, Débora Russi; SIMILI, Ivana Guilherme. A moda e as mulheres: as práticas de costura e o trabalho feminino no Brasil nos anos 1950 e 1960. **História da Educação**. Porto Alegre, v. 21, n. 53, p. 264-283, set./dez. 2017.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

HEYNEN, Hilde. Modernity and domesticity. Tensions and contradictions. **Sophia Colloquium**, Bruxelas, p. 101-113, 2005.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Lisboa: Edições 70, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: Estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

MALERONKA, Wanda. **Fazer roupa virou moda**: um figurino de ocupação da mulher (São Paulo 1920-1950). São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.



MÃOS DE OURO. São Paulo: Abril Cultural, 1968, v. 3.

MARANHÃO, Carlos. **Roberto Civita**: o dono da banca. A vida e as ideias do editor da *Veja* e da Abril. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas**: a segmentação da cultura no século XX. São Paulo: Olho d'água, FAPESP, 2001.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109-137, jan./mar. 2018.

NOGUEIRA, Wesley Augusto. **À venda em todas as bancas**: relação entre produção e circulação de livros colecionáveis comercializados pela Editora Abril na década de 1970. 2018. 262 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**: Cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. A trajetória da Abril Cultural (1968-1982). **Em Questão**. Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 239-258, jul./dez. 2005.

PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres dos Anos Dourados. In: PRIORE, Mary Del (Org.); PINSKY, Carla Bassanezi (Coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018, p. 605-639.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (Org.); PINSKY, Carla Bassanezi (Coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018, p. 578-606.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, p.169-210, set./dez. 2010.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

SALATA, André Ricardo. Quem é a classe média no Brasil? Um estudo sobre identidades de classe. **Dados** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, pp. 111-149, jan./mar. 2015.

SANTOS, Márcia Regina dos. **Entre prescrições e sentidos**: narrativas sobre comportamentos para mulheres em manuais de etiqueta no tempo presente. 2019. 312 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org). **História da vida**

**privada no Brasil 4:** contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 173-244.

SILVA, Elizabeth Bortolaia. Tecnologia e vida doméstica nos lares. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 10, p. 21-52, 1998.

TRABALHOS MARAVILHOSOS. São Paulo: Abril Cultural, 1968, v. 1.

TRABALHOS MARAVILHOSOS. São Paulo: Abril Cultural, 1968, v. 2.

VIDA ÍNTIMA. São Paulo: Abril Cultural, 1980, v. 1.

ZUIN, Antônio Álvaro Soares. Sobre a atualidade do conceito de indústria cultural. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 21, n. 54, p. 9-18, ago. 2001.

## **AS AMAS DE LEITE NO CORREIO PAULISTANO (1870-1879): O COMÉRCIO DE MÃES ESCRAVIZADAS**

### **AMAS DE LEITE EN EL CORREIO PAULISTANO (1870-1879): EL COMERCIO DE MADRES ESCLAVADAS**

Nubia Sotini dos Santos<sup>1</sup>

**RESUMO:** O seguinte artigo visa discutir as relações maternas das amas de leite escravizadas, mulheres-mães que foram exploradas na comercialização do seu leite em seu período de lactação, por meio de fontes como: anúncios do jornal *Correio Paulistano* (1870-1879) e teses médicas do século XIX, dos autores Moura (1873) e Silva (1884). Nesse sentido, é proposto um olhar para as relações de gênero, raça e classe, a partir da perspectiva da história social da escravidão com ênfase nas mulheres negras escravizadas.

**Palavras-Chave:** Amas de leite. Mulheres-mães. Correio Paulistano. Teses médicas.

**RESUMEN:** El siguiente artículo tiene como objetivo discutir las relaciones maternas de las *amas de leite* esclavizadas, mujeres-madres que fueron explotadas en la comercialización de su leche durante su período de lactancia, a través de fuentes como: anuncios del periódico *Correio Paulistano* (1870-1879) y tesis médicas del siglo XIX, por los autores Moura (1873) y Silva (1884). En este sentido, se propone observar las relaciones de género, raza y clase, desde la perspectiva de la historia social de la esclavitud, con énfasis en las mujeres negras esclavizadas.

**Palabras Clave:** Amas de leite. Mujeres-madres. Correio Paulistano. Tesis médicas.

120

#### *Introdução*

O referido trabalho é fruto de uma pesquisa de Iniciação Científica com o jornal *Correio Paulistano* do período de 1870 a 1879, em que propomos analisar os anúncios de venda, aluguel e procura das amas de leite escravizadas. Sentindo a necessidade de um trabalho na perspectiva interseccional, em que fossem abordadas questões envoltas nas dimensões de gênero, raça e classe, visamos pontuar as amas de leite escravizadas, enquanto mulheres-mães que tiveram seus meios reprodutivos explorados para a manutenção de um sistema escravista, patriarcal e racista, como enunciaram as fontes e as leituras realizadas.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Ênfase nas áreas de história das mulheres, gênero, raça, maternidade no Brasil Império.

Durante a análise do *Correio Paulistano* e a leitura de referenciais bibliográficos, surgiram inúmeras questões, principalmente no tocante à maternidade escrava. Como essas mulheres-mães escravizadas, que tinham seu ventre e seus corpos explorados, realizavam a maternidade? Como a sociedade enxergava a maternidade da mulher negra, fosse ela liberta ou escravizada?<sup>2</sup>

Nessa perspectiva, é proposto uma discussão referente à maternidade dessas mulheres, ressaltando a importância dos estudos de gênero para a compreensão de sujeitos que até então eram invisíveis na historiografia majoritariamente masculina. Entendemos a maternidade, enquanto um privilégio de raça e de classe, que agraciou algumas mulheres e condenou outras à exploração. Para tanto, apresentamos alguns dos anúncios analisados do *Correio Paulistano*, que dialogam com as “theses” médicas do século XIX, com as de Moura (1874) e de Silva (1884).

Como fundamentação teórica, foram utilizadas autoras como Telles (2018), Cowling *et alli* (2017), bell hooks (2019), Scott (1995), Badinter (1985), Martins (2006), entre outras. Tais autoras nos ajudam a pensar como as relações de gênero, assim como as escravistas, articulavam-se em uma sociedade patriarcal e racista.

121

*As relações de gênero em sociedades escravistas: a maternidade negada às amas de leite*

“O corpo feminino (...) é também lugar de violência” (SOIHET, 2002, p.270). Começamos com a emblemática frase de Soihet, em que é possível questionar: o corpo feminino é ou não lugar de violência? Através das discussões

---

<sup>2</sup> Cabe ressaltar ao/a leitor/a que ao longo do referido artigo serão utilizadas duas categorias: maternidade escrava e mulheres-mães escravizadas. Compreende-se maternidade escrava como uma relação familiar ampla em situação de escravidão, especialmente através de cuidados de avós, madrinhas e tias que, por diversas razões, tornam-se responsáveis pelos cuidados das crianças pequenas em virtude da ausência de suas mães biológicas. Já mulheres-mães escravizadas entendem-se como mulheres que, em situação de cativeiro passam pelo processo de gestação e parto.

propostas no referido trabalho, pode-se adiantar que sim, o corpo feminino é alvo e lugar de violência.

As experiências de vida e de trabalho das mulheres negras escravizadas no século XIX no Brasil Imperial podem contribuir para a afirmação de Soihet; mulheres que vivenciaram a imposição da cultura branca, os estupros, espancamentos, trabalhos forçados, mulheres que enfrentaram o patriarcado racista. Partimos da compreensão da sociedade brasileira, tanto em período Colonial quanto Imperial, com base nas pontuações da autora bell hooks (2019), que ao falar sobre a sociedade escravista norte-americana argumenta sobre os patriarcas racistas. A autora diz que:

A exploração racista de mulheres negras como trabalhadoras, tanto no campo quanto no ambiente doméstico, não era tão desumana e desmoralizante quanto a exploração sexual. O sexismo dos patriarcas brancos do período colonial poupou homens negros escravizados da humilhação do estupro homossexual e de outras formas de assédio sexual. Enquanto sexismo institucionalizado era um sistema social que protegia a sexualidade dos homens negros, ele legitimou (socialmente) a exploração das mulheres negras. A mulher escravizada vivia sempre atenta a sua vulnerabilidade sexual e em permanente medo de qualquer homem, fosse ele branco ou negro, pudesse escolhê-la para assediá-la e vitimizá-la (HOOKS, 2019, p.51).

122

Pensando na temática da maternidade, em que a compreensão da vivência dessas mulheres – negras escravizadas – pode contribuir para a História e para os estudos de gênero? Cada uma dessas mulheres vivenciou sua maternidade com muitas especificidades e, muitas vezes, restrições. Freitas (2019) observa que a maternidade é uma construção social e que para existir necessita de um conjunto de fatores, sendo eles sociais, políticos, econômicos, culturais, e juntamente às explanações da autora, afirmamos que exercer a maternidade tornou-se um privilégio, sendo este guiado por duas grandes categorias: raça e classe.

Pensar em maternidade no Brasil Império, é também pensar em contextos de mulheres completamente divergentes, especialmente no tocante ao status de liberdade em face à escravidão. Seria a maternidade no Brasil Império algo universal ou seus significados e legitimidades baseavam-se no status social e legal? Quem poderia ser mãe? A que medida a maternidade é assentada por

pressupostos racistas? Mulheres-mães escravizadas em diversos contextos apresentaram inúmeras dificuldades ao conciliar a sua situação de cativo (e a de seus filhos) com seus ofícios. Ao pensarmos em ama de leite, falamos de uma mulher que foi mãe, mas que pode não ter seus filhos sob seus cuidados (não de forma prioritária). A autora Cowling (2018, p.287) ao falar da "maternidade republicana", observa como mulheres não brancas foram excluídas da própria noção de maternidade e conseqüentemente das noções de feminilidade. Cowling observa com base nos estudos de Sarah Franklin que, para o século XIX, a maternidade para as mulheres brancas significava apenas supervisionar os cuidados, já para as mulheres não brancas, a maternidade tinha preocupações com os cuidados cotidianos associadas às crianças pequenas. As tarefas físicas da maternidade como limpeza e amamentação continuaram em grande medida a serem realizadas por mulheres negras, fossem essas crianças seus próprios filhos ou de terceiros (COWLING, 2018, p.292). Logo, o privilégio da maternidade permeado por tantas categorias influentes, no período escravista, baseia-se no poder de escolha e de ser livre: escolha de como cuidar de seus filhos e o poder de não ver seus filhos aprisionados em cativo em períodos que o *partus sequitur ventrem*<sup>3</sup> estipulava uma hereditariedade genealógica da criança.

Pensando nos estudos de gênero, é importante ressaltar o conceito presente na historiografia e indagar de que modo ele se relaciona ao objeto de estudo. Para tanto, é preciso destacar as observações de Scott (1995) ao salientar que o objetivo do uso de "gênero" é o de analisar os simbolismos sexuais atribuídos às mulheres e homens em seus diversos períodos históricos. Nessa perspectiva, a autora enfatiza que "gênero" se tornou uma palavra útil,

---

<sup>3</sup> Autora Cowling (2018, p.110-11) ao falar sobre o *partus sequitur ventrem*, ressalta que: "Foi o *partus sequitur ventrem* que permitiu os incontáveis encontros sexuais entre escravas e seus senhores através dos quais as sociedades escravistas das Américas foram construídas. O *partus sequitur ventrem* assegurava que esses encontros não ameaçariam o direito de propriedade sobre os escravos, uma vez que as crianças nascidas desses relacionamentos herdavam o status da mãe permanecendo escravas – a não ser, é claro, que o senhor exercesse seus direitos patriarcais e decidisse libertar a criança ou a mãe. Por essa mesma lógica, os senhores não viam nenhum impedimento em estuprar suas escravas, já que não perdiam o direito sobre a propriedade das crianças fruto desses estupros, isso ao mesmo tempo em que os homens escravizados eram sistematicamente negados ao direito de exercer autoridade sobre seus filhos". A partir de tais postulações, observa-se como as questões de gênero inseridas nesse contexto legal fizeram com que homens e mulheres, apesar de viverem e trabalharem lado a lado, ou constituíssem famílias, viessem a ter uma relação distinta com a lei.

“pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens” (SCOTT, 1995, p.75). A historiografia tradicional é marcada pela visão do masculino, em especial do homem branco. Em contrapartida, tem-se a categoria de gênero no campo historiográfico que possibilita a ampliação de abordagens de mulheres que até então eram tidas como invisíveis, como as escravizadas, libertas, libertandas e descendentes livres. Os estudos de maternidade que contemplam a categoria de gênero são de suma importância, como Telles (2018, p.23) observa, as novas pesquisas objetivam evidenciar as experiências divergentes entre os sujeitos em suas vivências, seja elas em cativeiro ou não.

Para falar de maternidade escrava no Brasil é preciso fazer o que Cowling *et alli* (2017, p.224) ressaltam: desmistificar as criações românticas em volta das *black nanny*, as mães pretas, amas de leite. Desmistificar as romantizações em torno dessas mulheres evoca entender que as mulheres-mães escravizadas se encontravam em um lugar particular de conflitos nas sociedades escravistas (devido ao aumento da exploração de mulheres, assim como a opressão com os aspectos mais íntimos de suas vivências, como a imposição ou a negação da maternidade).

Essas mulheres que são marcadas pelo signo da escravidão também são marcadas por categorias de gênero, raça e classe, como defendem Angela Davis (2016, p.24) e bell hooks (2019, 47). Davis destaca que para analisar qualquer exploração da vida das mulheres na escravidão tem-se que partir de seu papel de trabalhadora; e como trabalhadora em um sistema escravista e compulsório, os aspectos de sua vida são ofuscados pelo peso do trabalho, como, por exemplo, o da maternidade. Já bell hooks, enfatiza o sexismo e o racismo institucionalizados. Para a autora, o sexismo foi parte integrante da ordem social e política oriunda de terras europeias, trazido por colonizadores brancos e tendo por intenção marcar profundamente o destino das mulheres escravizadas. Angela Davis (*apud* HOOKS, 2019, p.55) observa que os ataques sexuais por exemplo não eram formas de satisfazer o desejo dos homens brancos colonizadores, e sim, um método de terrorismo institucionalizado que visava desmoralizar e desumanizar as mulheres negras.



Dessa forma, cabe pensar sobre as condições de vida das mulheres-mães escravizadas, das amas de leite escravizadas. Quem foram essas mulheres que eram forçadas a praticar o ofício de nutriz? Cabia a essas mulheres-mães escravizadas o signo da maternidade? Podiam elas exercer sua maternidade?

Reforçamos que as amas de leite escravizadas foram mulheres que em seu estágio mais natural da gravidez, a lactação, tiveram seu corpo e seu trabalho explorados para a manutenção do sistema escravista. Enfatizamos que dentro do ofício de nutriz, existiam mulheres brancas empobrecidas que exerciam o trabalho enquanto amas de leite. Pressupomos que tais mulheres utilizavam do aleitamento e da prática de aleitar filhos de outras mulheres como um meio de conseguir complementar sua renda financeira, entretanto, o que propomos tanto na pesquisa de Iniciação Científica quanto no referido artigo é falar sobre as amas de leite escravizadas. As nutrizas aleitavam os filhos da classe senhorial, assim como os famintos de instituições religiosas, como as Santas Casas da Misericórdia. Telles (2018, p.102) observa que a prática de delegar o aleitamento de bebês para as amas de leite cativas foi algo muito comum em sociedades escravistas no Atlântico. A autora argumenta que:

A crença na fragilidade das mães brancas e de seu leite, considerado fraco em oposição ao mito da robustez e da abundância de leite entre as mulheres negras e africanas, concorreu para a adoção da prática que se tornou disseminada nas fazendas e centros urbanos da Colônia e do Império (TELLES, 2018, p.102).

Assim que um bebê branco nascia em uma fazenda, uma mãe escravizada adentrava a casa grande e tornava-se responsável pela cansativa tarefa de cuidar dos pequenos membros da família senhorial. Engana-se quem pensa que as nutrizas eram apenas responsáveis pelo aleitamento dos pequenos nhonhês. Telles (2018) e Martins (2006) ressaltam que as amas de leite não estavam somente destinadas aos serviços de amamentação, mas também a outros afazeres domésticos, especialmente quando as senhoras as solicitavam.

Quando uma ama de leite adentrava uma sede familiar branca – fosse ela em zona rural ou urbana –, uma mãe escravizada teria de abandonar os

cuidados com seus respectivos filhos. Nesse sentido, reforçamos a ideia de Del Priore (2009, p.22) de que não se pode crer na existência de uma solidariedade de gênero acima de diferenças de raça e segmentos econômicos. Para uma criança branca ser amamentada, uma criança negra era abandonada. A separação entre mães e filhos – fosse ela escravizada ou livre – era uma das características deste mercado de trabalho doméstico feminino, como observa Martins (2006). Entretanto, nem todas as mulheres que realizavam o ofício de nutriz se separavam de seus filhos, aquelas que conseguiam tê-los por perto tinham de realizar uma tarefa dupla, às vezes até tripla, para conseguirem cuidar de duas crianças e de afazeres domésticos da residência em que estavam.

A autora Martins (2006, p.46) apresenta a dualidade de manter o filho de uma ama de leite na residência de proprietários (em uma perspectiva senhorial). Por um lado, a ausência do filho da nutriz garantia a exclusividade do leite para a criança branca; por outro, a presença do filho da nutriz assegurava a manutenção do leite, caso a criança branca tivesse dificuldades de ser amamentada.

Com seus filhos por perto ou não, os serviços das amas de leite eram muito penosos. Martins (2006, p.38) aponta que a amamentação em si era uma ideia de trabalho fatigante, pois envolvia uma série de cuidados com as crianças pequenas. Assim, o aleitamento foi rapidamente associado à mão de obra escravizada. Desse modo, é válido questionar novamente: onde está o signo da maternidade das mulheres escravizadas? Eram elas menos mães que as mulheres brancas? A autora Telles (2018) em sua tese de doutorado aponta o caso da africana liberta Margarida, que entrou na justiça para obter a guarda de seus filhos. O mais emblemático é o valor atribuído à maternidade da mulher negra. A autora, ao relatar o caso, destaca que:

Já Mary Collins documentou as disputas da africana liberta Margarida em manter a guarda de seus filhos crioulos *livres*, na cidade de Salvador, na década de 1830, tumultuada pela Revolta dos Malês e pela repressão antiafricana. Margarida, depois de comprar sua alforria, permaneceu na casa dos ex-senhores, onde deu à luz duas crianças livres. Libertada e estabelecida no centro da cidade, comprando escravizados e vivendo de seus ganhos, Margarida decidiu reaver a guarda dos filhos, quando teve início uma disputa jurídica com seus ex-senhores que exploravam o trabalho das crianças. Na década de 1850, sua ex-senhora ganhou a tutela de seus filhos, com o

amparo da justiça, baseando-se nos argumentos da *incapacidade das mulheres africanas e descendentes exercerem apropriadamente a maternidade*, eivados de preconceitos com respeito às mulheres negras africanas, descritas como ébrias, prostitutas, e de costumes bárbaros, representando uma dupla ameaça ao bem-estar dos filhos e da nação (TELLES, 2018, p.39-40). Grifos da autora.

Os argumentos utilizados pela ex-senhora de Margarida e sancionados pela justiça provoca muitas especulações, especialmente no tocante às razões que levavam as mulheres africanas e descendentes a serem inapropriadas para o exercício da maternidade. O mais questionável é: se as mulheres negras escravizadas e libertas eram incapazes de realizar a função materna, por que eram elas delegadas à amamentação de filhos de outras mulheres? As questões são muitas, porém ao tentar respondê-las fica evidente que tais mulheres carregavam o signo da escravidão e o signo da raça, e isso, em uma sociedade escravista, era essencial para demarcar quem você é e quais seriam “deveres” no domínio senhorial.

Pelas fazendas e nos centros urbanos, os serviços das amas de leite foram constantemente procurados e anunciados, especialmente através de anúncios em jornais. O *Correio Paulistano* (1870-1879) em seus 125 anúncios analisados possibilita questionar diversos elementos: como a sociedade do oeste-paulista via o ofício realizado pelas nutrizas escravizadas? Havia preferências pelo serviço de uma ama de leite “preta, negrinha”, ou de uma ama de leite branca, por vezes até “internacional”? Existiam interferências, para esta escolha, das produções acadêmicas realizadas no Rio de Janeiro e na Bahia pelas faculdades de medicina? Se existiram, quais efeitos produziram na mentalidade dos anunciantes? Nos anúncios, como essas mulheres foram representadas? Diante de uma maternidade que ora era imposta, ora negada, como esses corpos femininos reagiam?

Para discutir o ofício das amas de leite, é preciso salientar o que Cowling *et ali* (2017, p.225) observam. As autoras destacam que autoridades políticas e senhores de escravizados em todo o Atlântico interviam na vida produtiva das mulheres com intuito de se beneficiarem economicamente, em algumas circunstâncias promovendo a reprodução, ou, limitando-a. Nessa perspectiva, é preciso pensar que as mulheres tinham que engravidar, tanto para serem

utilizadas como amas de leite, como para gerarem um futuro escravizado passando por diversas violências, físicas e simbólicas. Expostas às violências sexuais, as amas de leite, segundo as autoras, foram as que, entre todos os escravizados, mais sofreram com o controle direto em suas vidas, fosse em uma questão de mobilidade ou de outras relações sociais, como o impedimento de estarem com suas famílias e cuidarem de seus próprios filhos.

Pesquisando a respeito das amas de leite, é questionável o porquê de seu ofício. Por que mulheres tinham de aleitar os filhos de outras mulheres? Falar da prática do aleitamento realizada por amas de leite e não falar sobre o amor materno (ou o mito do amor materno) é praticamente impossível. Grillo (2007, p.02) enfatiza que a prática de amamentação nem sempre significou amor maternal. Na colônia, a amamentação ocorria entre as mulheres indígenas, escravizadas ou pobres e livres

que não tinham recursos para comprar ou alugar uma nutriz. A prática de aleitamento não era comum entre as mulheres abastadas, mulheres que estavam enraizadas na classe senhorial em que o costume até o final do século XIX era delegar a prática de amamentação para as escravizadas ou mulheres brancas empobrecidas que realizavam tal ofício. Dessa forma, dessacraliza-se o “mito do amor materno”, tão debatido por Badinter<sup>4</sup> (1985). Para a autora francesa, o amor materno é como qualquer outro sentimento humano, logo é incerto, frágil, imperfeito. Pensar a figura de qualquer mãe – seja ela livre, escravizada, pobre ou abastada – requer chamar atenção para uma personagem relativa e tridimensional como é a mãe. Badinter (1985, p.24) argumenta que é relativa porque ela só se concebe em relação ao pai e ao filho, tridimensional porque além dessa dupla relação ela é uma mulher, ou seja, um ser específico, dotado de aspirações próprias que, geralmente, não se conectam com as de seus esposos ou filhos.

Reforçamos o que Rodrigues (2017) enfatiza: que o instinto materno e as noções de maternidade foram sendo moldados ao longo dos séculos. O amor materno entre as mulheres era algo específico, com particularidades de cada mulher. Badinter (1985, p.10-19) afirma que o instinto maternal ou o amor

---

<sup>4</sup>Cabe a ressaltar a leitora e leitor que a autora Elizabeth Badinter (1985) não faz discussão de maternidade na perspectiva de raça.

materno, que se espera das mulheres, é uma construção social realizada ao longo dos anos, que pode variar de acordo com a época e os costumes do período.

A prática do aleitamento em si foi muito condenada e criticada até o século XIX por diversos teólogos, moralistas e médicos que acreditavam no mal, no desejo carnal, na repugnância e na sujeira que a amamentação carregava. Vives (apud BADINTER, 1985, p.57) observa que as mães perdem seus filhos quando os amamentam voluptuosamente, acreditando no caráter carnal da ação. Desse modo, muitas mulheres e especialmente mulheres abastadas recusavam-se a realizar tal função, designando-a para outras mulheres; no caso apresentado pela autora Badinter, na França, refere-se às mulheres que detinham poder aquisitivo para pagar uma ama de leite, delegando a tarefa para outras.

#### *Correio Paulistano: a procura por uma nutriz na sociedade do oeste-paulista*

No Brasil escravista, a procura de leite pelas páginas de jornais da imprensa imperial foi incessante. “Procura-se”, “vende-se”, “aluga-se”, são termos constitutivos dos jornais que visavam anunciar as nutrizas. Freyre (1979, p.07-13) destaca que os anúncios relativos aos escravizados são os mais ricos de expressões de uma sociedade. Mergulhando no estudo desses jornais, é possível através de periódicos apreender a cultura, sociedade, costumes, hábitos, o que estava na moda, o que se vendia, o que se alugava, etc. Na análise dos periódicos, Grillo (2007, p.01) ressalta que se vê “(...) *toda a atmosfera de então, pois retratam a própria sociedade com seu cotidiano, seus costumes, seus valores, suas necessidades, seus modismos, seu comércio e sua linguagem*”.

O *Correio Paulistano*, jornal do Oeste Paulista surgiu pela primeira vez em 1831, constituindo-se numa folha que difundia as ideias do governo do período. De duração curta, o *Correio Paulistano* desapareceu rapidamente em 1832, no entanto, Schwarcz (2017) ressalta que, no ano de 1854, sob a direção de Joaquim Roberto de Azevedo Marques, genro do antigo proprietário do jornal, o *Correio Paulistano* ressurgiu, mas ainda com dificuldades econômicas.

**Dossiê: História das Mulheres, Gênero e Interseccionalidades**

Schwarcz ao falar das posições políticas do Correio Paulistano, com base nas postulações de Alberto Souza, ressalta que o Correio refletiu as indecisões do meio no qual surgiu. Para o leitor (especialmente o atual) é difícil estabelecer com precisão a que grupo o jornal era ligado, já que, "*primeiro foi conciliador e depois sucessivamente conservador, liberal, republicano, outra vez liberal, novamente conservador e, por fim, definitivamente republicano*" (SCHWARCZ, 2017, p.75).

**Figura 01: Jornal Correio Paulistano**



Fonte: Jornal *Correio Paulistano*, 15 de janeiro de 1870, edição 04067.<sup>5</sup>

<sup>5</sup> Imagem retirada pela autora do site Biblioteca Nacional Digital (FBN). Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em 06 de agosto de 2020.



Analisando o jornal *Correio Paulistano* notamos muitas especificidades, até mesmo sobre o próprio jornal em si. Schwarcz, ao analisar jornais da província de paulista destaca as principais características do Correio Paulistano. A autora observa que ele não era “isento” e neutro na forma como mencionava as notícias que publicava. O jornal tinha uma política conservadora e reafirmava a escravidão<sup>6</sup>.

[...] Nesse sentido a notícia poderia estar de alguma maneira associada a uma ideia constantemente vinculada por esse periódico, que não se cansava de afirmar a necessária ordem que deveria reinar entre senhores e escravos, e o direito daqueles de conservarem e manterem o controle sobre sua propriedade (SCHWARCZ, 2017, p.15).

Reafirmamos o que a autora enfatiza, os jornais compreendidos enquanto "produtos sociais", isto é, resultados de um ofício exercido e socialmente reconhecido que se constituem como um objeto de expectativas, posições e representações específicas, logo, seus fatos, notícias, anúncios, novelas são situações plenas de significações (SCHWARCZ, 2017, p.18).

A história da imprensa paulistana é o que Schwarcz (2017, p.62) chama de "*um breve histórico (tão breve como a sua história)*", apesar dos periódicos terem chegado oficialmente no Brasil após a vinda da Corte, juntamente com seus luxos e melhorias. D. João VI, ao chegar no Rio de Janeiro, criou a *Imprensa Régia* que passou a publicar um jornal bissemanal sujeito ao arbítrio e à censura da Corte. A imprensa introduzida na província de São Paulo foi bem mais tardia, os paulistanos antes mesmo da independência não podiam ler os jornais editados no estrangeiro, nem tinham o direito de receber livros que não trouxessem o conhecimento da Corte. A divulgação de notícias, fossem elas de caráter político, econômico, financeiro ou religioso eram incorporadas à divulgação nos serões das residências, em clubes ou em estabelecimentos comerciais e farmácias.

---

<sup>6</sup> No tocante à abolição, a autora visa mostrar o jogo arbitrário do jornal em vésperas de abolir o regime escravista. Schwarcz (2017, p.79) destaca que: “Quanto à questão da abolição, o Correio passa de “defensor discreto” da escravidão a “advogado” da questão da abolição do cativo. É justamente em 1887 que o jornal inaugura a seção *Movimento emancipador*”.



A primeira tentativa de São Paulo foi em agosto de 1823 com o lançamento de um jornal bissemanário chamado *O Paulista*, periódico que tinha o apoio do governo da província. Em 1827 fundou-se o jornal *Farol Paulistano*, marcado por sua tendência conservadora, este que percorreu até 1833 sendo adquirido pelo governo em 1835. Em 1831 começou a circular uma espécie de primeira versão do *Correio Paulistano*, entretanto, somente os jornais fundados no Segundo Império sobreviveram, como o *Correio Paulistano*, *A Província de São Paulo* e o *Diário Popular*. (SCHWARCZ, 2017, p.64).

Durante a análise dos anúncios do *Correio Paulistano*, é possível notar sua característica conservadora e a reafirmação de corpos negros enquanto escravizados. Nos anúncios é visível sua reação racista diante de amas de leite negras e brancas:

A'rua da Boa Morte, 25, contracta-se uma ama para ir a Santos tomar conta de uma criança. Quer-se ama sadia e prefere-se branca e sem filho (1870, ED. 04135).

Precisa-se de uma seja branca e que tenha bom leite. Trata-se na rua Direita n.46 (1870, ED. 04324).

132

Em ambos os anúncios existem uma preferência de cor, a branca. Além disso, existem elementos constitutivos que reforçam o que é preciso ter para ser uma boa ama de leite: leite bom (pressupomos que seja leite novo, de uma recém parida) e que esteja sem filhos. A problemática de ter ou não ter filhos é muito presente nas páginas dos classificados do jornal, como observado nos seguintes anúncios:

Precisa-se de uma para ir para Santos, livre ou escrava, que seja sadia e sem filho. Para tratar na Ladeira de Santa Iphigenia n.2, paga-se bem (1873, ED. 04948).

Atenção. Precisa-se de uma ama de leite na Luz, chácara do Barão de Antonia, tendo filho é escusado apresentar-se. Paga-se bem (1876, ED. 05931).

Vantagens do ventre livre. Paga-se 40\$000 rs de aluguel mensal para uma escrava boa ama de leite, sem filho, ou 30\$000 rs com o filho que se manda criar, de modo que n'um anno, o senhor da escrava recebe quasi metade do valor della e isso sem despeza alguma. A' rua Direita, 27 (sobrado) (1877, ED. 06212).

Nos anúncios destacados, observa-se a preferência por uma nutriz sem filho, o que nos leva a retomar as discussões de Telles (2018, p.220), em que a autora ressalta: *“aqueles que as alugavam estiveram dispostos a pagar mais caro pelas africanas e crioulas que adentrassem seus lares sem seus filhos”*. Pagando-as a mais para que as crianças não as acompanhassem, é questionável: aonde iam seus filhos? Ao tratar do destino das crianças, a autora destaca que muitas mães foram separadas temporariamente de seus filhos, outras de formas irreversíveis. No período em que o tráfico era abundante, desinteressava a camada senhorial investir nos cuidados dos bebês das cativas, pois demorariam a retomar o investimento, contudo, já na década de 1850, com o fim do tráfico e a possibilidade de uma futura escravização das crianças crioulas, estimulou-se entre os pequenos e médios proprietários maior interesse na sobrevivência dos bebês quando as mães eram alugadas.

Curiosamente, o anúncio de 1877 da edição 06212 carrega o título em caixa alta: *“VANTAGENS DO VENTRE LIVRE”*. Nesta fonte, por um preço muito mais cômodo, o anunciante propunha vender a mãe com a sua cria. Referente à venda de mães com seus filhos, Telles (2018) diz que:

Raramente as mães puderam chegar às casas dos locatários com seus filhos. Os poucos anúncios de mães alugadas junto a seus bebês, geralmente a baixo preço, são expressivos das conquistas destas mulheres. Em meados de 1850, quando o futuro da escravidão passava a depender da sobrevivência das filhas e filhos das escravizadas, eram publicados anúncios de mães alugadas junto às crianças. Tais anúncios sugerem, além dos interesses senhoriais sobre o bebê, as pressões das mães em mantê-los consigo, mas também as políticas senhoriais para evitar a fuga ou resistência da cativa em servir aos locatários sem a criança (TELLES, 2018, p.222).

Outro elemento constante nos anúncios do Correio Paulistano é o requisito constitutivo de uma boa ama de leite. Para uma melhor reflexão sobre as condições de uma boa ama de leite é preciso ressaltar o papel do higienismo no contexto Imperial. No final do século XVIII, um programa higienista foi delineado pelos administradores e médicos com o estado sanitário do Rio de Janeiro. A agenda higienista visou transformar a cidade do Rio de Janeiro em uma cidade civilizada. No entanto, as bases do higienismo continham pressupostos racistas. O autor Chalhoub (1996, p.93) observa que o racismo dos

higienistas estava cravado em juízos normativos baseados em uma crença de superioridade branca. Schwarcz ressalta que os higienistas do século XIX "criaram" de fato o "*corpo saudável e robusto*", opondo-se ao indivíduo colonial do "*corpo doentio*". A autora afirma que: "Mas, se nesse movimento higienizava, ao mesmo tempo disciplinava, hierarquizava e levava à submissão" (SCHWARCZ, 2017, p.53).

Diante disso, vale indagar: O que seria necessário para se ter uma boa nutriz? Quais seriam as qualidades que a mesma precisaria ter? Para responder tais questões nada melhor do que um documento da época: a "these" médica de Francisco José Coelho de Moura (1874), intitulada "*Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral e particular do mercenário, em relação às condições em que elle se acha no Rio de Janeiro*".

O estudante de medicina Francisco Moura, em sua tese, visa elencar elementos que uma mãe deve ter, os cuidados que as crianças devem receber e os atributos que uma boa ama de leite deve contemplar. A parte da tese que cabe ser analisada aqui é o capítulo IV "*Aleitamento Mercenário*", no qual Moura propõe explicitar a difícil tarefa da escolha de uma nutriz.

Moura observa que a escolha de uma ama de leite é uma tarefa muito difícil. Se na Europa a escolha de uma nutriz é complicada, o autor destaca que no Brasil tal situação era ainda mais, pois: "*nossas amas são tiradas do seio da escravidão, deste cancro horrível que tantos males tem causado*" (MOURA, 1874, p.17). Desse modo, o autor aponta que a escolha de uma ama de leite deve merecer da parte do médico toda a atenção, pois este deve fazer um exame minucioso, já que: "*a vida da inocente criança depende desta escolha*" (MOURA, 1873, p.17).

Silva (1884) em sua tese aponta quais exames eram precisos que as nutrizes realizassem. Ao assinalar os exames, diz a todo instante que devem ser feitos minuciosamente. Entre eles, pode-se observar o exame de órgãos da lactação e o estado geral da saúde da mulher (SILVA, 1884, p.60). O autor também apresenta que:

Deve-se examinar a cabeça da ama, afim de verificar a ausencia de toda molestia parasitaria do couro cabelludo; explorar os engorgitamentos ganglionarios ou cicatrizes escrophulosas que podem existir no pescoço; si já teve variola e, no caso negativo,

submettel-a á vacinação; saber se teve sarampão e escarlatina; o peito deve ser percutido e auscultado com cuidado; a garganta e a pelle examinadas attentamente, e, no caso de duvida que nada ella tenha de syphilis, deve-se então exigir um exame directo das partes genitae (SILVA, 1884, p.62-3).

É necessário observar aqui que tais exames eram altamente invasivos aos corpos femininos. O uso do poder científico sobre os corpos dessas mulheres foi extremamente invasivo e mesmo abusivo. Moura (1874), em sua tese, destaca que:

Escolher-se uma ama, é apresentar-se a uma família uma mulher cuja screção lactea seja boa e sufficiente, sua constituição seja perfeita e exempla de qualquer molestia; é enfim confiar-se os mais caros interesses de uma família á uma mulher estranha (MOURA, 1874, p.18).

Moura, assim como Silva, enfatiza a necessidade de um exame minucioso, acurado. Só após longos exames que o médico deveria dar sua opinião, a fim de que a criança não passasse por males como a "*escrophulosa, tuberculosa ou syphilitica*". Nesse sentido, Moura visa pontuar algumas condições que constituíam uma boa ama de leite. Dentre suas indicações, pode-se destacar a idade da ama, em que se deveria dar preferência aquela que estivesse entre 18 e 35 anos. O autor aponta que antes dos 18 anos a sua constituição resistia dificilmente as fadigas que traziam o aleitamento, e dos 35 anos em diante, aponta que o leite da nutriz é menos rico (MOURA, 1874, p.18).

Outro elemento destacado por Moura é a constituição física das mulheres. Conforme este estudante, as amas deveriam ter uma constituição corporal forte, não podendo ser muito gordas, nem muito magras (MOURA, 1874, p.19). Outra característica era o estado dos dentes, pois, segundo Moura, as amas de leite deveriam ter uma boa dentição (MOURA, 1874, p.19). O exame dos seios também era de grande importância para a escolha: "*Devese preferir aquella que possuir seios firmes arredondados e de um volume regular*" (1874, p.19).

Uma característica curiosa - e invasiva - era a de "*habito externo*". Para tanto, Moura ressalta que no exame de uma ama de leite não se pode prescindir de examinar a "*superficie do corpo, mui principalmente os órgãos genitae*" (MOURA, 1874, p.20). Nestes exames, fazia-se necessária a análise da genital

para que os médicos verificassem que não havia sinais de "escrophulas, de ulceras, de syphylides, de darthros". Este mesmo autor ainda afirma que:

É de muitas vantagens que o médico examine também o filho da ama, pois por este exame elle pode reconhecer o estado de saúde da ama, como também se o seu leite é sufficiente e de boa qualidade (MOURA, 1874, p.20).

O exame do leite e a idade do leite também eram elementos a serem analisados, segundo Moura. Os predicados "moraes" também eram pontos de análise. O autor diz que as famílias deveriam afastar amas consideradas pervertidas, com vícios.

Ao estabelecermos o diálogo entre as informações das teses médicas e os anúncios publicados no *Correio Paulistano*, nota-se, em diversos recortes de jornais, reflexos dessa discussão acadêmica que ocorria no Rio de Janeiro, na Faculdade de Medicina. Muitos anúncios da nossa fonte exigiam elementos constitutivos de uma boa ama de leite que estava constantemente presente nas teses de medicina sobre aleitamento, maternidade e cuidados infantis. De um lado temos médicos afirmando que é preciso que a nutriz tenha um leite novo, de outro temos anunciantes alugando, vendendo ou procurando uma nutriz com o leite "bom", leite novo. Os médicos impunham que as nutrizes deveriam ser jovens, de idade não muita avançada, e os anunciantes do jornal vendiam, alugavam ou procuravam uma nutriz "ainda moça". Esses elementos são notados nos seguintes anúncios:

No largo de S. Francisco n.8 encontra-se ama com leite muito novo. Para tratar na mesma (1877, ED. 06176).

Aluga-se uma rapariga ainda moça, para ama. Para tratar no largo do Commercio da Luz.99 (1874, ED. 05412).

Uma grande parcela de anúncios procurava uma ama "boa e sadia". A constituição física de uma boa ama de leite era uma prerrogativa evidente nos anúncios do jornal da sociedade do oeste-paulista.

Anúncios que priorizavam a condição moral e a saúde das nutrizes devem ser problematizados no tocante aos exames invasivos a que essas mulheres eram submetidas, ou seja: como comprovar que uma nutriz não é "imoral"?

Como afirmar que uma ama de leite tem uma boa saúde, sem resquícios de doenças? É muito curioso como a produção acadêmica do Rio de Janeiro era disseminada no “boca a boca” da população de outra província, como a de São Paulo nas páginas do *Correio Paulistano*.

Suponhamos que tal disseminação se dava muitas vezes por conversas entre comadres gestantes que procuravam uma ama de leite para seus filhos, ou por orientações médicas em que prevalecia a ideia de que as nutrízes deveriam passar por exames para não acometer a saúde das pequenas crianças. Na fonte analisada, é possível notar tal expressão. Algo que tinha foco na província do Rio de Janeiro, com altas produções acadêmicas sobre condições da própria civilização, tinha um efeito notório, visível à distância em outra região. No anúncio de 1877, edição 06233, consta o seguinte:

Precisa-se com urgencia de uma perfeita ama de leite nas condições, segundo convier prefere-se branca, porém sendo revistada pelo medico, para ver se está nos casos; quem pretender dirija-se á rua da Gloria n.53, casa de negocio, que achará com quem tratar.

137

Sendo revistadas por médicos, submetidas a exames altamente invasivos aos seus próprios corpos, a fim de sustentar uma normatização do corpo negro feminino, mulheres-mães que foram separadas de seus filhos por terem que realizar trabalhos exaustivos, as amas de leite escravizadas compunham uma grande quantidade de trabalhadoras domésticas constantemente exploradas pela classe senhorial. Vistas ora como salvadoras dos famintos, ora como causadoras de doenças, havia ainda aqueles que diziam que ter uma ama de leite era totalmente hediondo. Essas afirmativas são compostas de um racismo de cunho higienista, comuns ao século XIX, mas que não via a face da mãe escravizada.

### *Considerações finais*

Discutir as mulheres-mães escravizadas que tiveram seus corpos, seu ventre e seus seios explorados, ou seja, todo o seu corpo utilizado para a manutenção de um sistema escravista compulsório, requer muito cuidado e sensibilidade. Estamos falando de mulheres de carne e osso, de pessoas reais,

sujeitos explorados pelo sistema escravista, mas que também reagiam e lutavam conforme podiam contra as algemas da escravidão.

Falar sobre as mulheres-mães escravizadas que atuavam como amas de leite é falar também sobre o filho perdido, as histórias não cultivadas, os laços rompidos entre mãe e filhos. Muitas dessas mulheres conseguiram, a muito custo, manter-se perto de seus filhos, entretanto, outra porcentagem de mulheres tiveram seus filhos levados para instituições religiosas onde o seu destino muitas vezes era cruel.

A história social da escravidão permite a incorporação de novas fontes, de novas ideias e suposições. Diários, livros, teses médicas, jornais, processos criminais, tudo quando bem analisado se transforma em fontes, em vestígios do passado. As nossas fontes – o *Correio Paulistano* e as teses médicas do século XIX – possibilitam-nos mergulhar em uma sociedade senhorial que enxergava a mulher negra como objeto, como recursos econômicos. Por outro lado, objetivamos mostrar também como essas mesmas mulheres reagiam perante a esse sistema.

A partir de uma discussão interseccional – gênero, raça e classe – entende-se que as mulheres negras escravizadas, mães, são sujeitos constantemente apagados da historiografia tradicional, entretanto, a história dessas mulheres-mães é riquíssima para a compreensão de uma sociedade patriarcal racista em que frequentemente são ignoradas. Falar de maternidade escrava é também tratar da história social, da história do cotidiano e do trabalho. Por meio desta temática é possível compreender quais eram os usos, os costumes e a ciência da sociedade outrora.

### **Referências**

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor Conquistado**. O Mito do Amor Materno. 9. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

*Correio Paulistano* – 1870, ed. 04135

*Correio Paulistano* – 1870, ed. 04324

*Correio Paulistano* – 1873, ed. 04948



*Correio Paulistano* – 1874, ed. 05412

*Correio Paulistano* – 1876, ed. 05931

*Correio Paulistano* – 1877, ed. 06176

*Correio Paulistano* – 1877, ed. 06212

*Correio Paulistano* – 1877, ed. 06233

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COWLING, Camillia. **Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades Havana e Rio de Janeiro**. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2018.

COWLING, Camillia; MACHADO, Maria Helena P.T; PATON, Diana e WEST, Emily (orgs.). **Mothering Slaves: comparative perspectives on motherhood, childlessness, and the care of children in Atlantic slave societies**. Slavery and Abolition, Special Edition, vol.38, n.2, junho, 2017.

DAVIS, Angela, **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. - São Paulo: Boitempo.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FREITAS, Bárbara Ferreira de. Maternidade e branquitude: uma discussão sobre os privilégios raciais, simbólicos e materiais. **Trapiche – educação, cultura & artes**. São Cristóvão (SE), n.3, 2019.

HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher?** : mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1ª ed., 2019.

MARTINS, Bárbara Canedo Ruiz. **Amas-de-leite e mercado de trabalho feminino: descortinando práticas e sujeitos (Rio de Janeiro, 1830-1890)**. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado em História, 2006.

MOURA, Francisco José Coelho de. **Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral e particular do mercenário, em relação às condições em que elle se acha no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typographia Carioca, 1874.

RODRIGUES, Ariene Alexsandra. **De peito aberto: os discursos sociais sobre a maternidade produzidos pela mídia na cobertura dos mamecos no Brasil**. Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz, Monografia, Rio de Janeiro, 2017

SCHWARCZ, Lilia M. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, jul./dez. 1995.

SILVA, João Baptista Monteiro da. **Da alimentação das primeiras idades:** estudos crítico sobre diferentes métodos de aleitamento. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Typographia G. Leuzinger & Filhos, 1884.

SOIHET, Rachel. **O corpo feminino como lugar de violência.** Proj. História. São Paulo, (25), dez, 2002.

TELLES, LORENA FÉRES DA SILVA. Amas de leite. In: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio. (Org.). **Dicionário da Escravidão e da Liberdade.** 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TELLES, Lorena Féres da Silva. **Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas:** maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX). Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. São Paulo, 2018.

## CONSTRUINDO LIBERDADES: LUTAS ANTIESCRAVISTAS E ABOLICIONISTAS POR MULHERES NEGRAS NO BRASIL DO SÉCULO XIX

### BUILDING FREEDOM: ANTI-SLAVERY AND ABOLITIONIST STRUGGLES FOR BLACK WOMEN IN 19TH CENTURY BRAZIL

Clarissa Pires<sup>1</sup>

**RESUMO:** Ao longo do século XIX, do norte ao sul do Brasil, as mulheres negras - livres, forras e cativas – atuaram de diferentes maneiras no processo que desencadeou a Lei Áurea em 1888. Neste sentido, o presente artigo tem por intenção lançar luz sobre a participação das mulheres negras nas lutas cotidianas e populares, individuais e coletivas, travadas contra a instituição da escravidão, a desigualdade de gênero e a discriminação socioracial no país, considerando a interseccionalidade entre o gênero, a raça e a classe social na dialética da dominação escravista. O desafio proposto consiste em revelar as contribuições do materialismo histórico à escrita da história das mulheres negras e observar trajetórias ímpares pautadas na busca pela liberdade.

**PALAVRAS CHAVE:** Mulheres Negras; Ensino de História; Abolicionismo; Antiescravismo.

**ABSTRACT:** Throughout the 19th century, from the north to the south of Brazil, black women - free, free and captive - acted in different ways in the process that triggered the Golden Law in 1888. In this sense, this article aims to shed light on the participation of black women in everyday and popular struggles, individual and collective, fought against the institution of slavery, gender inequality and socio-racial discrimination in the country, considering the intersectionality between gender, race and social class in the dialectic of slave domination . The proposed challenge is to reveal the contributions of historical materialism to the writing of the history of black women and observe unique trajectories based on the search for freedom.

**KEYWORDS:** Black Women; History Teaching; Abolitionism; Anti-slavery.

É evidente que ao falar-se das lutas pela “emancipação da mulher” significa implicitamente que ela é oprimida, explorada (MACHEL, 2019, p.213). A própria literatura sobre as mulheres esteve baseada por muito tempo no que se esperava sobre suas características estéticas (a beleza), morais (a virtude) e excepcionalidades (os heroísmos) dentro dos limites impostos ao universo feminino pela sociedade patriarcal do ocidente. De acordo com Michelle Perrot

---

<sup>1</sup> Doutoranda – Programa de Pós-graduação em História Comparada - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ/PPGHC - Brasil. E-mail: clarissa.pires@live.com

(2005, p. 13), o conjunto destas concepções revela de forma geral que a natureza do estatuto feminino teve por base uma espécie de “lei do silêncio”, resultante da ordem das hierarquias sociais e do *status quo* legitimado à luz da Europa e dos homens que as imprimia o caráter de passividade e exclusão.

Apenas com a consolidação da História enquanto ciência portadora de fontes, métodos, técnicas e instrumentos próprios para a pesquisa e enunciação, as mulheres passaram a ser gradualmente – e em passos lentos - integradas ao relato histórico (MOTT, 1991, p.17). O mundo feminino foi lido e narrado, muitas vezes, pela pena masculina visto o acesso bastante limitado à educação e à escrita pública pelas mulheres, além dos fatores (SAFFIOTI, 1976, p.19-20).

O discurso prevalescente sobre a natureza feminina foi então formulado desde fins do século XVIII e imposto à sociedade burguesa em ascensão de forma a definir para esta mulher duas atribuições possíveis, em linhas gerais. De um lado, a mulher maternal e delicada como força do bem e de outro, a usurpadora de atividades que não lhe eram culturalmente atribuídas como força do mal (TELLES, 2009, p.403). Sujeitos aquém da cultura e da memória por longa data que, a partir do século XIX, buscavam se afirmar entre os movimentos da história e da historiografia.

Este processo, porém, não se estendeu a todas as mulheres uma vez que não tratou imediatamente das várias dimensões e contradições existentes no interior da própria condição feminina. Há uma diferença dentro da diferença na qual o antagonismo homem *versus* mulher não é suficiente para explicar contradições neste grupo não uniforme e não integrado (TOLEDO, 2003, p.16-17). A falsa oposição entre a luta antirracista e o movimento feminista do século XX, por exemplo, bloqueou em certa medida a convergência dos seus potenciais de mobilização, assim como o paradoxo feminismo/marxismo tornou-se motivo de dissenso entre ativistas e estudiosos diante de obstáculos ideológicos e epistemológicos, apesar das ramificações comuns.

“Então, como enquadrar o marxismo à escrita da história das mulheres negras no Brasil do século XIX?” – pode-se perguntar o(a) leitor(a). Em primeiro lugar, o marxismo enquanto adjetivo referido aos teóricos do materialismo histórico será adotado como uma forma de entender a história (os homens no tempo) e de fazer a História (a ciência dos homens no tempo) (BARROS, 2011,

p.18). Os princípios do marxismo serão adotados para partilhar da sua perspectiva materialista, histórica e dialética no palco da ação política e da luta pela emancipação humana organizada por indivíduos e/ou grupos sociais no seu tempo, seu espaço e de acordo com as ferramentas que lhes são apresentadas na vida cotidiana.

Para que não se confunda a reação do oprimido com a violência do opressor, o conjunto das ideias aqui apresentadas tem por finalidade tornar visível e popular a história das mulheres negras no Brasil, bem como delinear o papel social que cumpre este conhecimento na luta antirracista do Brasil atual. Assim, as diferenças e das desigualdades que compõem o universo feminino serão realçadas ao ponto de destacarmos experiências, atuações e legados singulares no quadro geral do movimento da História para além de uma visão eurocêntrica e universalizante sobre o gênero.

Segundo o princípio de que as mulheres negras estão envolvidas pela dinâmica material e concreta da sociedade, partiremos do princípio de que estas formam uma camada social despossuída do poder material e espiritual/cultural dominante de cada época, como ainda estão submetidas a particularidades gestadas e desdobradas da experiência da escravidão moderna africana pelo colonialismo nos limites da experiência de gênero.

O colonialismo não nos veio ocupar com o objetivo de nos prender, de nos chicotear ou nos dar palmatoadas. Ele invadiu-nos, ele ocupou-nos com o objetivo de explorar as nossas riquezas, explorar o nosso trabalho. Para nos explorar, para suprimir a nossa resistência à exploração e impedir uma revolta contra ela, introduziu então o sistema de opressão. (...) Dentro do processo surge então a humilhação e o desprezo, porque aquele que explora e oprime tem tendência a humilhar e desprezar a vítima, considerá-la como naturalmente inferior. Aparece o racismo, forma suprema da humilhação e do desprezo (MACHEL, 2019, p.213).

E é justamente a experiência da subordinação social forçada pelo colonialismo, como observa Samora Machel, a responsável por alimentar nesta parcela da população uma insubordinação particular, contrária à humilhação, ao desprezo e ao racismo. No caso específico do Brasil, tal insubordinação pode ser entendida como uma “tarefa política de protesto negro”. Aquela que se atenta

às sequelas do escravismo na formação da sociedade, de forma a superá-las e absorvê-las, onde somente o indivíduo negro compreende a natureza do problema e tem condições psicológicas de enfrentá-lo sem mistificações... onde o indivíduo negro é o único capaz de lutar por sua solução integral (FERNANDES, 1989, p.33).

Cientes de que as mulheres que atribuem ao “protesto negro” um caráter ainda mais particular pelo encontro interseccional entre o gênero, a classe e a raça em suas experiências históricas, apresentaremos a seguir trajetórias que se destacam no universo do século XIX.

### *Marxismo, a condição feminina e a questão racial*

Entre as reflexões e estudos de viés marxista, há consenso de que todo poder dominante provém do grupo social que controla os mecanismos de produção, resultando no domínio geral das ideias, dos valores de cultura e da potência espiritual. Os pensamentos da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes (MARX; ENGELS, 2008, p.17) e deste modo pode-se entender que a emancipação da mulher – tema de interesse deste artigo - não possui apenas uma dimensão restritamente econômica. A dimensão política, cultural e social é também elemento fundamental no processo, uma vez que as relações materiais dominantes associam-se às ideias dominantes de cada época.

Intelectuais como o próprio Karl Marx, Fredrich Engels, Vladimir Lênin, Clara Zetkin, Karl Kautsky, Rosa Luxemburgo e Alexandra Kollontai, entre outros, já chamavam a atenção para tal dado e estabeleceram linhas teóricas gerais sobre a luta pela libertação e direitos das mulheres e dos negros de forma articulada à luta pelo socialismo em fins do século XIX e início do século XX. Suas ideias estão fundamentadas na assertiva de que a opressão à mulher é anterior ao surgimento do próprio capitalismo enquanto sistema econômico visto que a sua origem está na divisão da sociedade em classes sociais. Nas palavras de Lênin, não poderia haver socialismo ou democracia integral “enquanto as

mulheres não fossem chamadas a participar livremente da vida pública em geral” (LÊNIN, 1979, p. 101).

A diferenciação entre a ideia do sexo biológico e do que é inerente ao gênero – isto é, o papel social da mulher – passou a ser definida como uma construção histórica e sociológica na propaganda da limitação das identidades (masculino e feminino) que retratam posições socioculturais estereotipadas quanto ao corpo biológico (SCOTT, 1995, p.72-74). Temas pré-concebidos como casamento, a família e a maternidade eram – e são – atribuídos ao grupo por uma cultura que se encarrega de manter costumes e conservar hierarquias sociais em benefício da parcela dominante da sociedade.

Aos olhos dos marxistas, a raiz da opressão às mulheres estaria, portanto, em seu papel nuclear na família em sociedades de classe por conta do papel de “reprodutoras” biológicas em um *status quo* de subordinação perante a família e a sociedade. Uma exclusão milenar responsável pela naturalização da desigualdade e estabelecida como forma primeira de equilíbrio social no desenvolvimento da sociedade ocidental (ENGELS, 2014).

No âmbito historiografia, o conceito do materialismo histórico acena como possibilidade de construir narrativas atentas às ações coletivas e individuais contra as diferentes formas de dominação e aos mecanismos invisíveis que aprisionam e determinam, em última instância, o próprio destino destes mesmos grupos e indivíduos (BARROS, 2011, p.11). É a realidade a pedra de toque do pensamento materialista histórico, não o contrário. Entende-se, assim, a existência de uma matriz no pensamento marxista para a reflexão estrutural da dinâmica da sociedade.

A crítica liberal que por vezes se coloca ao marxismo refere-se à sua essência atrelada à identidade branca e predominantemente masculina no processo da sua formulação “clássica” entre autores mencionados nas páginas anteriores. Ao contrário do que apregoam tais leituras, já nas obras de Engels, Marx, Lenin, Luxemburgo, entre outros, as relações entre o racismo, nacionalismo, colonialismo e a formação da economia capitalista aparecem como temas de destaque por entenderem os autores que o fenômeno do racismo nada mais é do que uma relação social que se estrutura política e economicamente (ALMEIDA, 2016, p.23).



Considerando a ideia matriz de que uns [dominados] são preteridos em favor de outros [dominantes] no que podemos entender como luta de classes que estrutura esta mesma sociedade, o marxismo como ferramenta teórico-metodológica contribuirá para a consideração de que, enquanto agentes históricos, as mulheres negras são capazes de intervir proativamente no tempo e no espaço em que estão inseridas de forma a negociar signos culturais, simbólicos e religiosos que vão de encontro à instituição da escravidão.

Deve-se pensar, portanto, em marxismos. Isto é, um mesmo arcabouço teórico que se desdobra em ideias plurais e apresenta múltiplas chaves explicativas sobre os diferentes temas aos quais se debruça. Trata-se de reconhecer as bases do pensamento nas concepções de Marx e entender que a partir delas, ícones como os de Angela Davis nos Estados Unidos e Lélia Gonzalez no Brasil para a teoria clássica feminista e negra, despontaram no interior do marxismo.

Um elemento importante a ser considerado é o cenário das conquista de novos espaços pelas mulheres na sociedade ao longo do século XX e o contexto das revoluções, guerras mundiais, sufrágio universal, movimentos sociais - sobretudo o movimento feminista - estimularam a recuperação das trajetórias das mulheres por pesquisas da disciplina histórica. Interessam-nas as mulheres, no plural, pois o fundamental nesta particularidade é o reconhecimento da multiplicidade das origens socioculturais das mesmas.

Tal movimento traz consigo importantes questões à escrita da história sob o intuito de sugerir uma modificação da história ao incluir o contingente feminino na própria história e confrontar o “homem branco civilizado”, tido como sujeito universal e objeto central do conhecimento. Não obstante, os estudos de precisão histórica buscam lições e trazem esclarecimentos sobre a luta atual das mulheres negras e de todas as mulheres em busca de emancipação (DAVIS, 2016, p.17).

Deve-se considerar também o cenário que se anunciava à população negra na década de 1970. A instabilidade dada pela repressão da ditadura civil militar e as disputas no campo político da oposição ocasionaram certa desarticulação do movimento negro organizado em nome da luta coletiva pela

democracia, isto é, as particularidades de cada movimento social passaram a ocupar um segundo plano em razão das campanhas pela democracia.

(...) tínhamos três tipos de problemas, o isolamento político, a ditadura militar e o esvaziamento dos movimentos passados. Posso dizer que em 1970 era difícil reunir mais que meia dúzia de militantes do movimento negro (DOMINGUES, 2007, p.111).

Militantes negros foram estigmatizados e acusados pelos militares de “criar o problema do racismo” no Brasil, que supostamente não existia. Suas lutas por direitos sociais para a população negra foram consideradas inimigas do governo e muitos dos seus militantes foram presos na época, enquanto as ativistas feministas negras foram acusadas de fragmentar tanto a luta feminista quanto a luta contra a discriminação racial (NEPOMUCENO, 2013, p.90). “Enegrecendo o feminismo” é a expressão que vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro (CARNEIRO, 2003, p.118).

Um olhar atento é capaz de perceber que tal estigma reproduz a centenária ideia da “classe perigosa” surgida na segunda metade do século XIX no Brasil para tratar da população pobre e negra marginalizada. Nos discursos da época oitocentista, esta parcela da sociedade, como bem resume Chalhoub (1996), era tratada através de uma equação simplista: “os pobres carregavam os vícios, os vícios produzem os malfeitores, os malfeitores são perigosos à sociedade; juntando os extremos da cadeia, temos a noção de que os pobres são, por definição, perigosos” (CHALHOUB, 1996, p.22).

Assim, legitimava-se no *status quo* a violência e repressão aos negros e pobres tanto no passado, quanto no presente pelas memórias da escravidão muito presentes no processo de formação da sociedade brasileira. Segundo Sueli Carneiro (2003, p.117-118), o movimento de mulheres tem uma das melhores performances entre os movimentos sociais no Brasil que pode ser ilustrado pelas inovações em políticas públicas e aprovação de propostas democráticas na Constituição de 1988, popularmente conhecida como Constituição cidadã.

As pressões sociais para a instauração de cursos nas universidades direcionados aos estudos das mulheres somadas às reivindicações por direitos civis, o ingresso da população negra nas universidades e ampliação da

participação nos espaços públicos e políticos por negros e mulheres são elementos fundamentais para compreender a mudança de perspectiva no olhar lançado por estudos acadêmicos sobre mulheres negras no Brasil.

Contrariando a ideia dos corpos negros serem retratados como “bens de capital” em relação à instituição da escravidão, a historiografia passa a oferecer um olhar à realidade no qual as mudanças estruturais e a agência dos indivíduos são vistos como pontos convergentes e indissociáveis na sucessão dos eventos da história da população negra desde os tempos da escravidão.

De acordo com Marquese e Salles (2016, p.100), esta historiografia está fortemente marcada por um duplo movimento. Ao mesmo tempo em que se verificou o início da profissionalização do ofício do historiador pela criação dos primeiros cursos de pós-graduação do país, verificou-se também a chegada de uma forte tradição ensaística que procurava entender o papel fundador da escravidão africana na formação da história do Brasil. Um consenso, porém, havia de ser brevemente estabelecido:

A manutenção da escravidão e a restrição legal do gozo pleno dos direitos civis e políticos aos libertos tornavam o que hoje identificamos como ‘discriminação racial’, uma questão crucial na vida de amplas camadas das populações urbanas e rurais do período (MATTOS, 2000, p.21).

148

As novas perspectivas acerca da escravidão no Brasil que iam desde modelos explicativos diversos da economia escravista até a análise da escravidão como ideologia (CARDOSO, 1988, p.16-55), propuseram então reflexões conclusivas de que esta é uma história constantemente reescrita por portar um “presentismo” inegável. As relações raciais a partir da experiência da escravidão se tornam tema mais, a historiografia na década de 1970 supera o debate sobre o caráter feudal ou capitalista da sociedade colonial brasileira e novos discursos se sobressaem. Em seu lugar, consolidam-se conceitos como o de *agência escrava* da escola paulista para pensar à nível sócio-político um novo tipo de abordagem da história a partir da atuação dos indivíduos escravizados (COSTA, 1982).

Cada vez mais os estudos – seja sobre a escravidão, o pós-abolição, os estudos feministas e os de ensino de história, particularmente – passaram a questionar a negligência que fez desaparecer o tom da pele e excluir

personagens negros dos livros de história, assim como suas lutas e projetos. A relação entre a militância do feminismo negro, a atuação dos movimentos sociais e as atividades acadêmicas identifica-se como uma chave explicativa para os novos estudos uma vez que

O feminismo negro vai operar um duplo movimento, que se mostra fundamental para o alargamento de perspectivas teóricas no campo da teoria social: tira o domínio das classes sociais a chave explicativa para pensar as discriminações e as hierarquias e insere a dimensão racial no escopo das reivindicações de gênero. Desse modo, nasce com uma proposta radical, pois interpela, de um lado, análises e políticas presas apenas à visão de classe e, de outro, põe em questionamento a visão universalista de gênero que teve primazia na política antissexista na primeira metade do século XX (BORGES, 2016, p.48).

Análises estas que por vias diversas colocam em cena a exclusão do capital sob a percepção mais apurada da lógica do cruzamento destes sistemas de opressão de gênero, raça e classe que nos levam ao conceito de interseccionalidade. Com isso, podemos estabelecer alguns pontos básicos para o debate: a) esta é uma das ferramentas teórico-metodológicas possíveis para compreensão do tema; b) o conceito não estabelece um somatório ou uma hierarquia entre opressões; c) as abordagens interseccionais não são homogêneas entre si; d) para as teóricas marxistas, “o trabalho de pele branca não pode se emancipar onde o trabalho de pele negra é marcado a ferro” como afirmava Karl Marx (2004, p.372).

Com base no pensamento da estadunidense Angela Davis (2016) podemos concluir que a questão de classe se apresenta como marcador social da raça e do gênero tendo em vista a divisão do trabalho com base no modelo da escravidão e a deturpação do sistema de justiça no pós-abolição que manteve marginalizada a população negra. Para uma abordagem sobre a sociedade brasileira, o discurso de Lélia Gonzalez (1988) se destaca pela capacidade de enxergar no colonialismo a base para a produção desigual de lugares sociais que subordinam a população negra, em especial as mulheres negras, no plano da vida cotidiana. São, portanto, experiências de vida mais vulneráveis entre os pilares da sociedade, geradas pela coalizão das opressões na experiência do ser feminino, negro e original de classes populares.

O gênero é vivenciado de maneira diferente porque possui desafios adicionais pelo racismo, capitalismo e hétero-patriarcado, que devem ser pautados com a clareza da sua interação e de seus efeitos políticos-legais no quadro das relações de poder entre dominantes e dominados. Apoiaremos nas ideias de E. P. Thompson (2001) sobre o aspecto relacional das classes enquanto componentes da estrutura social para pensar a dimensão da classe para o século XIX nos seguintes termos:

Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se veem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta de sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real (THOMPSON, 2001, p.274).

150

Do ponto de vista aqui assumido, a classe deve ser pensada como categoria heurística e formação histórica empírica. Em meio a esta dinâmica de reprodução das estruturas de poder e dominação, os caminhos de liberdade construídos por mulheres negras partem da luta de classes – isto é, tensões, antagonismos e disputas entre classes dominantes e subalternas - ilustrando a totalidade orgânica do conjunto complexo e múltiplo da população afrobrasileira e feminina do século XIX no Brasil.

A escolha dos exemplos citados não foi aleatória uma vez que todas estiveram ligadas diretamente ao mundo da escravidão na condição de escravizadas ou filhas de ex-escravas que se utilizaram das esferas de poder, como a jurisdição e a intelectualidade, na busca da liberdade para si e seus iguais. São algumas histórias de mulheres negras livres e cativas, do norte ao sul do país, que chamam a atenção sobre as formas de participação política no Oitocentos e tornam visíveis a resistência da mulher contra a escravidão juntamente aos sinais de liberdade por elas inventados.

*O antiescravismo e as lutas individuais*

A rigor, as nuances da segunda metade do século XIX imprimiram um novo ritmo ao cotidiano ocidental. Com o desenvolvimento do capitalismo industrial, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos, novas ideias relacionadas ao liberalismo estimularam a busca pelo bem-estar material e a crença nas ideias de modernidade, progresso, civilização, ciência e trabalho livre em contraposição ao regime da escravidão (MATTOS, 2000, p.10-13).

No Brasil especificamente, surgiam as primeiras críticas mais radicais à escravidão, à ordem social e à monarquia como parte desta conjuntura. Momentos marcados pela intensificação das pressões internacionais, das tensões políticas-econômicas e dos conflitos sociais acerca da questão escravista no país. Mesmo sob a aparência de estabilidade, conciliação e prosperidade da elite, a preocupação latente do II Reinado a partir da década de 1850 era a de buscar alternativas para a questão do trabalho (COSTA, 2010, p.13-22). Diferentemente da extinção da escravidão nas instituições dos Estados Unidos da América meio século antes, por exemplo, o término do tráfico legal da escravidão no Brasil exerceu grande efeito na economia e no sistema escravista (CONRAD, 1975, p.38).

A abolição do tráfico em 1850 representou um impacto imediato no preço e na oferta dos escravos, sobretudo, nas zonas rurais onde a demanda era maior. Estima-se que em 1850 pagava-se de quinhentos a seiscentos mil-réis por um homem escravo entre quinze e trinta anos de idade, enquanto em 1860 o preço seria de um conto e quinhentos de réis e no fim da década de 1870, atingiu o valor de dois contos e meio de réis. Quanto aos escravizados letrados ou especializados em um ofício, poderiam valer ainda mais custando aos compradores até três contos de réis (COSTA, 2010, p.33).

A despeito dos obstáculos de aquisição da mão de obra, é importante considerar que os habitantes das cidades eram no geral menos dependentes do trabalho compulsório e o encaravam como entrave ao projeto de modernização da sociedade pautado na industrialização, mão de obra assalariada e idealização da cultura europeia.

Diante de tais valores e ideias, os senhores de engenho passaram a preocupar-se mais com o tratamento dado aos escravos. Ao longo dos anos,

foram multiplicadas estratégias para solucionar a escassez gradual da mão de obra escrava tais como manuais de instrução de melhores tratamentos aos escravos para os fazendeiros, ideias de “reprodução sistemática” dos escravos, o emprego do trabalhador livre nacional, o incentivo à política de imigrantes, o incentivo aos casamentos entre escravos e, principalmente, a prática do tráfico interprovincial no Brasil.

O que aconteceu foi o uso espontâneo de escravos disponíveis, incluindo filhos não planejados. (...) as províncias exportadoras do Brasil, não conseguindo organizar uma indústria potencialmente lucrativa, aumentaram as populações de escravos das províncias mais importantes apenas marginalmente, com São Paulo sendo a única e notável exceção (CONRAD, 1975, p.45).

Ou seja, a contínua expansão do café no Centro-Sul, impulsionada pela demanda do mercado internacional, fazia com que o problema da escassez de mão de obra fosse se tornando cada vez mais agudo nesta região. Os desdobramentos deste contexto de transformação das fazendas de cana em fazendas de café em grande e rápida escala provocaram a concentração da mão de obra escrava disponível na lavoura cafeeira e abandonaram o plantio de gêneros de primeira necessidade (COSTA, 2010, p.177). Gêneros alimentícios como arroz, feijão, açúcar e farinha de mandioca declararam a crise inflacionária e o momento de carestia que atingiu o país de norte à sul durante a transição das décadas de 1850 e 1860, somando-se à alta do preço dos escravos imputada pela cessação do tráfico.

O protagonismo histórico das mulheres negras no Brasil data desde sua chegada como força de trabalho escravizada na tentativa de sua própria sobrevivência. Afirmaram sua humanidade de modo combativo nos quase quatro séculos de escravidão por diferentes vias desde a resistência ao assédio sexual dos homens brancos, a defesa da sua família, a participação decisiva em paralizações e rebeliões até da resistência às diferenças com as mulheres brancas (DAVIS, 2016, p.31).

As variadas atividades das mulheres negras cativas permitiam a organização de motins, participação em fugas, organizações quilombolas e resistências cotidianas, como o caso exemplar da escrava Caetana na província de São Paulo. Na célebre obra *Caetana diz não* (2005), a pesquisadora Sandra



Graham da Universidade da Califórnia nos Estados Unidos apresenta ao público leitor relatos sobre a vida cotidiana de mulheres negras escravizadas que resistiram ao cativeiro no Brasil. Dentre elas, a história da jovem escrava doméstica de uma fazenda de café no Vale do Paraíba se destaca por recusar-se a cumprir os mandados de seu senhor sobre casar-se com um jovem escravizado da fazenda.

O casamento é realizado, mas Caetana “diz não” para relações sexuais a seu contragosto. Com a atitude, desafiou as “obrigações matrimoniais” e pouco tempo depois solicitou junto ao Tribunal Eclesiástico a anulação do seu casamento indesejado no ano de 1834 até que em 1840, o Tribunal concede a sua anulação (GRAHAM, 2005, p.23-25). Este se tornou caso único envolvendo escravos no Brasil, salientando uma forma incomum de rebelar-se contra o regime escravista: contrariar a autoridade masculina dos senhores proprietários na lógica do casamento entre escravizados para procriação de mão de obra a partir das instituições do próprio Estado, como a Igreja. A luta de Caetana foi vitoriosa também no sentido de afirmar a decisão pessoal de uma mulher que não queria casar ou, no limite, ter o direito de escolher com casar.

Importante destacar a diferença sumária entre mulheres brancas e negras do século XIX: se as mulheres brancas lutavam por atuação na vida pública para além dos limites do lar e do papel social esposa-mãe, as mulheres negras já participavam da cena urbana há tempos como trabalhadoras em regime compulsório lutando contra violências provocadas também por mulheres brancas proprietárias. A trajetória de Pulquéria em São Mateus, no Espírito Santos, em 1885 ilustra a tensão intragênero.

Por conta dos maltratos vividos na fazenda da senhora Leocádia e dos abusos sexuais sofridos pelo senhor proprietário, Pulquéria decidiu colocar fim à própria vida adotando o suicídio como arma de resistência ao sistema escravista após ser pega em uma tentativa de fuga no paiol da fazenda... temendo ser castigada, suicidou-se. Cortou a própria garganta com uma faca (MOTT, 1991, p.31) e assim libertou-se da escravidão.

A fuga e o suicídio foram formas de resistência constantes e razões não faltavam: excesso de trabalho, falta de comida, péssimas condições de vida, violências físicas, morais e espirituais, castigos, separações, esperança.

Milhares de escravizados viam na morte a solução para pôr fim à vida escrava e assim o fizeram tanto consigo, quanto para com seus senhores. E ainda as fugas se estabeleciam como caminho para a construção de uma vida mais próxima da liberdade e medida para lesar o senhor, desorganizando o trabalho e causando despesas com anúncios em jornal e buscas por capitães do mato (MOTT, 1991, p.33).

O caso de Ovídia é uma boa ilustração deste cenário. Nas zonas rurais era comum a prática da fuga de escravos para a cidade fazendo-se passar por recém-chegados ou libertos. Em Taubaté, interior de São Paulo, Ovídia, a escrava, conseguiu fugir do cativeiro em direção à cidade fazendo-se passar por Benedicta Maria Albina da Ilha, a liberta, no ano de 1880. O movimento da fuga de Ovídia como escrava na zona rural e a sua reinvenção como liberta na cidade denota a importância do debate acerca dos processos de construção das múltiplas identidades femininas no centro-sul do Império (MACHADO, 2010, p.157-193).

Já Josepha, levada do Ceará ao Rio de Janeiro pelo tráfico interprovincial de escravos nos anos 1870, teve a história marcada pela ideia da gestação da liberdade após a promulgação da Lei do Ventre Livre (1871). Diante das contradições e brechas encontradas na legislação a respeito das crianças nascidas livres a partir da data em que foi promulgada a lei, coube às mulheres negras esforçar-se para traduzir as promessas da liberdade em uma realidade para seus filhos e filhas (COWLING, 2018, p.37).

Josepha havia alcançado a própria alforria por ter levado seus proprietários aos tribunais para responder processos legais quanto ao cativeiro. E quando sua filha gestada em “ventre livre”, Maria, completou dez anos, Josepha travou uma luta inédita nos tribunais da Corte: disputou legalmente a guarda argumentando, por intermédio de seu advogado, que José Gonçalves de Pinho era abusador da menina e negligente. Desde que chegou ao Rio de Janeiro, Josepha trabalhava como passadeira de roupa na casa da família Gonçalves de Pinho, mas amparou-se na própria lei de 1871 uma vez que a família havia “perdido o direito” sobre a menina e sobre o uso dos seus “serviços” quando a violência do gênero e da raça materializaram-se no estupro da criança.

Segundo Camillia Cowling (2018, p.31), o caso repercutiu entre vários juízes do Rio de Janeiro, envolveu uma série de pessoas como testemunhas favoráveis às mulheres negras e levou dois anos para receber o veredicto final de que Maria estaria sob a guarda integral de Josepha até que completasse 21 anos de idade. A emancipação pelo ventre foi sensível às mulheres da geração 1870 na retórica do antiescravismo, ainda que fosse uma medida gradual dentro de uma sociedade escravista e não exercesse impactos estruturais imediatos. No caso de Josepha e Maria, pode-se observar a luta de uma mãe pela guarda da filha contra a violência do senhor ao mesmo tempo em que exigia direitos constitucionalizados como medida de proteção e no gozo dos limites da cidadania aplicáveis à população negra livre.

Casos como estes esclarecem que a instituição da escravidão era soberana, mas que a resistência à mesma foi um elemento sistemático ao longo de toda a sua duração e praticada de diferentes formas, através de diferentes ferramentas em nome da reinvenção da própria existência humana. Em enfrentamentos diretos às instituições do Estado ou não, milhares de mulheres negras foram atuantes para o fim da escravidão em suas vidas cotidianas e assinalaram a história das décadas finais da escravidão no Brasil com suas experiências singulares.

### *Abolicionismo como movimento social*

Ao focar a influência da agência escrava no processo mais amplo da abolição, deparamo-nos com a ideia do abolicionismo enquanto um processo político que mobilizou diferentes esforços advindos das instituições políticas, do espaço público e do engajamento da população em geral. O trabalho da socióloga Angela Alonso (2014) é referência prioritária para a abordagem do tema por seu caráter de síntese sobre o conceito do abolicionismo enquanto movimento social.

Ao entender “movimento social” como uma rede de interações sociais construída no curso de um conflito capaz de alinhar indivíduos, eventos e associações entre limites fluidos e participantes voláteis (ALONSO, 2014, p.120), a pesquisadora atenta para o fato de esta é a maneira extraparlamentar de fazer

política. É a forma de ação a qual recorrem grupos sem acesso à política institucional para pressionar autoridades por via de manifestações públicas e confrontos.

Diferente de Alonso, porém, o presente artigo defende a ideia de que é necessário observar o caráter individual das lutas contra a instituição da escravidão como movimento de antiescravismo uma vez que estas ações são pensadas para romper a realidade pessoal do ser escravizado. Nos casos de Ovídia, Josepha, Pulquéria e Caetana citados anteriormente, houve enfrentamento direto às instituições regulamentadoras da escravidão como sistema político, econômico e cultural (Igreja, Tribunais de Justiça) e também confronto direto com os agentes da escravidão personificados na figura dos senhores proprietários (a fuga, a morte, o processo jurídico), mas de formas individuais.

Nesses casos, a luta cotidiana pode ser entendida como recurso para garantia da própria sobrevivência em condições melhoradas no contexto escravista em que estas mulheres negras estiveram inseridas. Outras mulheres como Maria Firmina dos Reis e Adelina Charuteira, no entanto, trazem novas perspectivas sobre ações individuais no palco no processo político da abolição por participarem coletivamente do processo abolicionista.

As quitadeiras e vendedoras ambulantes livres eram valorizadas por seu conhecimento, experiência, mobilidade nas cidades e contato com diferentes públicos. Por vezes extrapolavam suas funções de vendedoras para desempenhar outras como benzedeiras, líderes religiosas e mensageiras que mantinham contato com escravos fugidos e acesso a quilombos (DIAS, 1984, p.36). Um exemplo ímpar da atuação destas mulheres é o de Adelina Charuteira no Maranhão.

Como o próprio apelido sugere, Adelina vendia charutos avulsos nas ruas de São Luís e também para casas comerciais na condição de escrava urbana. Fruto de um estupro, foi feita escrava por seu próprio pai que era homem de posses e suas atividades na cidade permitiam a circulação nos mais variados espaços sociais e entre os mais variados grupos. Utilizava seus conhecimentos sobre as ruas da cidade, a facilidade de trânsito e a sua rede de relações para

informar abolicionistas do Largo do Carmo sobre ações dos escravocratas (MOTT, 1991, p.25).

Além disso, Adelina facilitou fugas de escravos nos entornos da capital maranhense participando da fundação do Clube dos Mortos – organização abolicionista radical do Maranhão que defendia e promovia a fuga do cativo (MOURA, 2004, p.102). Muitas sociedades abolicionistas foram criadas nas capitais e mesmo nas cidades menores de várias províncias, sobretudo entre os anos 1870 e 1880, organizando estudantes, ativistas, negros livres e escravizados em associações e clubes para travar debates contra a escravidão seja enquanto simpatizantes da causa, seja como militantes.

As associações e clubes abolicionistas participavam do que Ângela Alonso (2014, p.100) define como “ação de difusão” arregimentada e como “ação de confrontação” sob a forma da desobediência civil em criação de rotas de fuga e fugas orientadas, incitadas, promovidas e auxiliadas, a exemplo do Clube dos Mortos. A partir da década de 1870 o abolicionismo tornou-se movimento organizado em diferentes instâncias públicas - como a imprensa, a literatura e os órgãos judiciários - de forma acirrada no repertório das experiências políticas em escala internacional.

A questão decisiva para a época foi a emergência de uma camada de intelectuais que passou a se integrar cada vez mais no espaço público em defesa de uma bandeira política, a da abolição, como denominador comum e como catalizador das lutas e experiências de escravos, libertos e livres, muitos dos quais negros e mestiços (SALLES, 2011, p.274). Como observa Angela Alonso,

Os abolicionistas brasileiros se inspiraram em formas de organização (associações específicas), espaços de expressão (parlamento, espaço público, clandestinidade) e estratégias de ação (manifestações públicas coletivas, iniciativas institucionais, ações de confrontação) que encontraram disponíveis. Mas o contexto nacional e a tradição política brasileira – instituições, valores e práticas de legitimação do *status quo* – circunscreveram suas opções e obrigaram a ajustes na transposição do repertório antiescravista estrangeiro. Isso se vê na construção de estratégias de ação (ALONSO, 2014, p.124).

Estratégias de ação tais como as que a abolicionista Maria Firmina dos Reis construiu no mesmo Maranhão de Adelina entre as décadas de 1860 a 1880. Não há registros de um possível contato entre as duas, mas pode-se supor

que o cenário dos comícios e debates abolicionistas aflorados na capital São Luís foi importante para delimitar os rumos das suas intervenções no tempo e espaço.

A rebeldia negra e o abolicionismo de Maria Firmina, parafraseando Lana Lage (1981), consistem na exaltação da negritude como forma de auto representação e de defesa da liberdade plena e imediata à população afro-brasileira pela via da literatura. Na escrita de Firmina, constatamos fatores que a permitiram aprofundar a consciência racial de si mesma e do sistema que a oprimia, enquanto ampliava as perspectivas da sua atuação divergente pelos trilhos do letramento à medida que emoldurava ao seu público leitor os horrores da escravidão na tentativa de torná-los sensíveis ao tema.

Foi a primeira romancista do Maranhão, a primeira mulher negra a escrever um livro no Brasil, a pioneira da literatura afro-brasileira, primeira professora pública de primeiras letras na vila de Guimarães e fundadora de uma escola mista, popular e gratuita na aldeia de Maçaricó. Em 1860 lança o livro *Úrsula, romance original brasileiro* no que Angela Alonso (2014, p.121) considera ação de difusão, isto é, o proselitismo do romance e do discurso a serviço da causa abolicionista. Construiu personagens negros dotados de memórias, histórias e denúncias, além de inaugurar a concepção da África como lugar de liberdade. Lembrando o fato de que era autodidata, a trajetória de Maria Firmina indica que o letramento foi um dos caminhos encontrado para moldar a liberdade almejada à população negra, seja sob a forma da literatura ou do exercício da educação popular na escola informal por ela criada.

158

### *O papel social da história*

O recente movimento da historiografia em resgatar histórias de mulheres negras tem sido mobilizado pela promoção de análises não apenas das experiências femininas no passado. Podemos afirmar que sua preocupação, em linhas gerais, tem por base a ênfase na conexão entre a história passada e a prática atual, e pela necessidade da renovação constante do significado histórico tradicional sobre as mulheres evitando generalizações.

Convém situar a história das mulheres negras nos pilares do marxismo e da teoria feminista porque esta é uma via possível de promover algum tipo de lição à vida prática através da disciplina histórica, aprender com a história. A experiência prática tem provado que os progressos obtidos na libertação da mulher resultam dos sucessos obtidos no combate ao racismo, ao sexismo e à exploração do homem pelo homem na busca pela construção de novas condições de vida e de sociedade.

Deve-se, então, ter a clareza de que as ações dos grupos subalternos, das camadas populares, afetavam os grupos dominantes mesmo em ações e lutas fragmentadas. Situar a população negra historicamente, sobretudo no século XIX durante o processo da abolição, é vê-la como sujeitos e agentes coletivos dinâmico/radical desde a origem da escravidão no Brasil. Lembrá-la não só pelas formas da violência, mas também pela força da resistência e dos caminhos de liberdade criados para uma nova configuração da realidade.

Significa dizer que ser negro era sinônimo de dificuldade nos tempos de Caetana, Adelina, Pulquéria, Ovídia, Josepha e Firmina, mas não só isso. Era também sinônimo de reinvenção e ressignificação. E se a luta de classes é alimentada pelas contradições entre os grupos sociais, devemos lançar luz sobre a resistência por parte das camadas populares em todo o movimento da história para que, assim, não haja força no silêncio capaz de obscurecer tradições, ideias, personagens ou grupos sociais.

Observar a correlação entre a classe, o gênero e a raça permite perceber como a raça e o gênero não são componentes aquém nem além do capital, mas sim partes fundamentais do seu metabolismo social que organizam a vida cotidiana de mulheres, negros e membros das classes populares nas margens da sociedade. O imperativo para adequar o conceito da interseccionalidade aos estudos em história das mulheres é o de que os agentes históricos ocupam lugar na estrutura das relações de produção e por elas são mobilizados a agir no cenário político, econômico e social.

À exemplo dos nomes citados, as mulheres negras agiram em seu tempo e seu espaço de modo a responder uma dinâmica própria de opressões conforme os instrumentos a elas disponíveis para confrontar tal dominação escravista e o colonialismo que as colocavam à margem da sociedade. Ecoava



também o “não”: não aceito, não concordo, não quero. Não ao desprezo, à indignidade, à exploração e ao assassinato do que há de mais humano no homem: a liberdade. Cada qual a seu modo, as mulheres aqui lembradas despertam reflexões e novas lentes de análise acerca do século XIX a partir de uma perspectiva singular: feminina, negra e popular.

O exemplo destas mulheres que mobilizaram esforços, promoveram campanhas, disputaram ideias e enfrentaram instituições esclarece que as lutas cotidianas causavam, de fato, interferências diretas na configuração do mundo escravista até a sua abolição em 1888. As condições atuais da luta política da população negra contra o racismo, a desigualdade social e a opressão de gênero no Brasil exigem do pensamento marxista um extraordinário desenvolvimento da sua capacidade de reconhecer as diferenças e levar em conta todos os matizes em sua percepção de fenômenos.

Não obstante, é preciso ter clareza de que não é possível ensinar a história do Brasil sem incluir a história da população afro-brasileira, lembrando que esta possui condições históricas diferentes e desiguais entre os demais grupos. Sem perder de vista a relevância social da história e as implicações políticas da análise do historiador, não parece razoável relegar ao esquecimento ou a poucas linhas toda uma história marcada por dramas, dificuldades e experiências inerentes especificamente às mulheres negras que constituía – e constituem - grande parcela da população brasileira.

A recordação sobre histórias de mulheres ora moldada é apenas um ensaio historiográfico diante da imensidão de trajetórias de mulheres negras quilombolas, cativas, livres e libertas dotadas de instrumentos vários na luta antiescravista e abolicionista ao longo dos quase quatro séculos de escravidão no país. Trajetórias estas que já contam hoje com copiosa bibliografia, tal qual a proposta da obra *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós abolição* (2012), mas que merecem dedicação e afincos dos pesquisadores para receberem cada vez mais visibilidade e tornarem-se referência de protagonismos femininos e negros.

## **Referências**

ABREU, Martha; XAVIER, Giovana; MONTEIRO, Livia; BRASIL, Eric. **Cultura negra**. Vol. 1. Festas, carnavais e patrimônios negros. Niterói: Eduff, 2018.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Etiópe resgatado**: abolicionismo e suas conexões internacionais. São Paulo: Annablume, 2016.

BARROS, José Costa D'Assunção. **Teoria da história** – os paradigmas revolucionários. Vol 3. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

BORGES, Rosane. Feminismos negros e marxismo: quem serve a quem? **Margem Esquerda Revista da Boitempo**, n.27, 2º sem, 2016

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravidão e Abolição no Brasil**: novas perspectivas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.17, n.19, 2003.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. **Visões de liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. 5ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

COWLING, Camillia. **Concebendo a liberdade**: mulheres de cor, gênero e abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro. São Paulo: Editora da Unicamp, 2018.

DAVIS, David Brion. **O problema da escravidão na cultura ocidental**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, n.23, jan/jul, 2007.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2014.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

\_\_\_\_\_. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Mulherio**, São Paulo, ano II, n. 7, mai/jun., 1982.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Caetana diz não**: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GRINBERG, Keila. **Liberata – a lei da ambiguidade**: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciências Política**, São Paulo, n.16, 2015.

HOUFBAUER, Andreas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

LARA, Silvia Humbold. **Campos da violência**: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

LENIN, Vladimir Ilich. **Imperialismo – fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global Editora, 1979.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Corpo, gênero e identidade no limiar da abolição: a história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (Sudeste, 1880). **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n.42, p.157-193, 2010.

MACHEL, Samora. “Os fundamentos da alienação da mulher”. In: MANOEL, Jones; FAZZIO, Gabriel Landi. **Revolução africana**: uma antologia do pensamento marxista. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história**: o caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV; Porto Alegre: Edipucrs, 2010.

MARQUESE, Rafael Bivar; SALLES, Ricardo (orgs). **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX**. Cuba, Brasil e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATOS, Maria Izilda de. Da invisibilidade ao gênero: percursos e possibilidades nas Ciências Sociais contemporâneas. **Revista Margem**, São Paulo, n.15, 2002.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

MOTT, Maria Lucia de Barros. **Submissão e resistência**. A mulher na luta contra a escravidão. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1991.

MOURA, Clóvis (org). Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. **Revista Afro-Ásia**, São Paulo, n. 14, 1983.

\_\_\_\_\_. O racismo como arma ideológica de dominação. **Edição 24**, ago/set/out, 1994.

- \_\_\_\_\_. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2004.
- NEPOMUCENO, Bebel. “Mulheres Negras – Protagonismo Ignorado”. In: PINSKY, Carla Bassenezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.
- PERROT, Michele. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: Edusc, 2005.
- SALLES, Ricardo. Abolição no Brasil: resistência escrava, intelectuais e política (1870-1888). **Revista de Indias**, v. LXXI, n.251, 2011.
- SANTOS, Joel Rufino dos. Culturas negras, civilização brasileira. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, v.25, 1997.
- SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, jul – dez, 1995.
- SEIXAS, Jacy Alves de (org). **Razão e paixão na política**. Brasília: EdUnB, 2002.
- TELLES, Norma. “Escritoras, escritas, escrituras”. In: DEL PRIORE, Mary (org). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.
- THOMPSON, Edward Palmer. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿Lucha de clases sin clases?”. In:\_\_\_\_. **Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial**. Barcelona, Crítica, 1989.
- \_\_\_\_\_. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. 2ª ed. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2003.
- XAVIER, Giovana [et al]. **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.

## MULHERES E PRÁTICAS DE CURA: VIVÊNCIAS NO MOCAMBO DO ARARI – PARINTINS, AMAZONAS

### WOMEN AND HEALING PRACTICES: EXPERIENCES AT MOCAMBO DO ARARI - PARINTINS, AMAZONAS

Josivaldo Bentes Lima Júnior<sup>1</sup>

Adan Renê Pereira da Silva<sup>2</sup>

**RESUMO:** Encantados são seres híbridos, “espiritualidade” nem totalmente do mundo dos vivos, tampouco completamente do mundo dos mortos. Este estudo debruça-se sobre práticas de cura com base nas experiências de uma moradora do Mocambo do Arari-Parintins, Amazonas, trazendo a relação entre ela e estes seres, por intermédio da história oral. Os resultados apontam para a potência da fé amalgamada pelo encontro de saberes africanos, indígenas e europeus, pensando como os conhecimentos populares articulam-se a questões sociais, econômicas e identitárias. Destaca-se a potência das mulheres como construtoras da cura, do bem-estar subjetivo, por meio de práticas como a benzeção, o partejamento e recebimento de instruções ditadas pelos encantados.

**Palavras-chave:** Mulheres ribeirinhas. Práticas de cura. Encantados. Amazônia.

164

**ABSTRACT:** Enchanted are hybrid beings, "spirituality" not entirely from the world of the living, nor completely from the world of the dead. This study focuses on healing practices based on experiences of a resident of Mocambo do Arari-Parintins, Amazonas, bringing the relationship between her and these beings, through oral history. The results point to the power of faith amalgamated by the encounter of African, Indigenous and European knowledge, thinking how popular knowledge is articulated to social, economic and identity issues. Emphasis is placed on the power of woman as builders of healing, subjective well-being, through practices such as blessing, sharing and receiving knowledge dictated by the enchanted.

**Keywords:** Riverside women. Healing practices. Enchanted. Amazon.

#### *Introdução*

O sistema colonial de exploração na América envolveu múltiplos personagens. Plantar, erguer engenhos, realizar a mineração - as principais

---

<sup>1</sup> Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professor de História pela Secretaria de Educação do Estado do Amazonas (SEDUC-AM). Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: juninhobentes@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Docente dos cursos de Pós-Graduação da Faculdade Salesiana Dom Bosco do Amazonas. Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: adansilva.1@hotmail.com

formas de trabalho escravo na América - possibilitaram “encontros” pouco igualitários entre as populações de origens diversas, formando sociedades coloniais, com destaque para os indígenas e africanos.

O estudo aqui relatado desenvolveu-se no Mocambo do Arari. Esta agrovila localiza-se a 60km de Parintins, cidade insular amazonense famosa pela realização do Festival Folclórico que congrega os bois-bumbás Garantido e Caprichoso. Saindo da ilha, o acesso é fluvial, durando uma média de 3 a 6 horas, dependendo do meio de transporte utilizado (SILVA; LIMA JÚNIOR; MASCARENHAS, 2019). Como sugere o nome Mocambo (refúgio de escravos fugidos), fala-se de um local estratégico, de difícil acesso. Na Amazônia, a questão do negro por muito tempo foi omitida, sendo geralmente atrelada predominante e exclusivamente ao indígena. Neste diapasão, negros e negras ficaram secundarizados/as, pensados numericamente, isto é, com base na quantidade de escravizados vindos do nordeste brasileiro. Ultrapassando essa leitura, buscou-se analisar a presença negra de forma qualitativa, o que significa percebê-la em espaços de liberdades e territorialidades, tais quais a agrovila do Mocambo do Arari.

Se, de um lado, a mão-de-obra indígena assume o protagonismo no que diz respeito ao trabalho escravo na Amazônia, por outro, ao colocar no esquecimento a participação dos africanos e seus descendentes, desvalorizam-se as dimensões de construção social da região, ao esvaziar as experiências de luta e resistência negra, uma vez que a Amazônia não ficou de fora da realidade que assolou todas as regiões do Brasil. *“A região amazônica recebeu 50 mil escravos no período entre 1755 e 1820, com o funcionamento da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão”* (SALLES, 1988, p. 51). Alavancando esse entendimento, Sampaio (2011) também quebra o paradigma da Amazônia unicamente indígena, ao evidenciar, na historiografia regional, a presença de negros e negras como sujeitos históricos na construção da economia, sociedade e cultura amazônica.

A autora ressalta que *“entender a presença de escravos no Grão-Pará colonial, significa não só avaliar seus números, mas principalmente buscar visualizar as formas de inserção nessa sociedade”* (SAMPAIO, 2011, p. 34). Essa perspectiva oferece condições para afirmar que a presença negra deve ser

fator de estudos das dimensões de lutas e resistência no que se refere à ordem vigente.

Assim, este estudo visa, com base nas amplas e complexas relações entre tipos humanos na região, debruçar-se sobre uma das realidades encontradas em estudo efetuado durante dissertação de mestrado nos anos de 2017 e 2018, as práticas de cura: como as mulheres afro-indígenas do Mocambo do Arari, protagonistas em práticas de cura, concebem tais práticas? Destarte, o objetivo deste estudo é mostrar, por meio de uma dessas mulheres, como se podem significar as citadas práticas.

Para tanto, a metodologia empreendida foi a da história oral. Em uma região amazônica rural, o recurso da história oral dialoga com a condição de escassez de documentos escritos sobre mulheres que se dedicam a curar ou ajudar outras pessoas, oportunizando a reflexão do porquê de tais fontes permanecerem no porão da história. Por isso, segundo Portelli (1997), a memória oral tem se revelado útil para a compreensão, no âmbito da cultura, dos processos de reconstituição de experiências de resistências e lutas cotidianas por meio da memória individual. Democratizam-se as experiências vivenciadas por atores e atrizes, muitas das vezes, silenciadas. Nesta escrita, revisitamos a história de dona Nadir, dado o alcance possível a um artigo científico.

#### *Visitando os “encantados”: práticas de cura na Amazônia*

Ao se pensar as práticas de cura na região amazônica, torna-se importante mencionar os diálogos intercontinentais promovidos nos últimos 15 anos com a África e o incremento significativo obtido por meio dessas trocas acadêmicas nos estudos pós-coloniais. Com base nessas perspectivas, alguns exemplos do cotidiano religioso africano podem ser encontrados nos ambientes amazônicos: “pajelanças caboclas”, “umbanda”, “candomblé”, “terecó” e a crença em encantados e encantarias que permeiam o imaginário local.

Alguns autores dedicaram seus estudos a essas temáticas, cabendo destacar os empreendimentos de Eduardo Galvão (1976) em “*Santos e Visagens*”, Heraldo Maués (1990) em “*A ilha encantada: medicina e xamanismo*



numa comunidade de pescadores”, Aldrin Moura de Figueiredo (1996) em “A cidade dos encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia”, Reginaldo Prandi (2001) em “Encantaria Brasileira: o livro dos mestres, caboclos e encantados”, e por fim, Mundicarmo Ferretti (2001) em “Encantaria de Barba Soeira: Codó, capital da magia negra?”. Alguns deles são trazidos aqui. Contudo, essas abordagens temáticas - por muito tempo - ficaram em segundo plano na historiografia, como pontua Figueiredo (1996, p. 20):

A aparente “miopia” historiográfica em relação à religiosidade popular tem sentidos e significados próprios, demarcados historicamente numa longa “tradição” intelectual com “matrizes” nos fins do século XIX e nas primeiras décadas do atual. A principal formulação científica de então é a projeção de uma sociedade civilizada, baseada na ideia de progresso e na evolução cultural – tanto assim para a história, como para a antropologia e para a sociologia.

Este segundo plano traduz a pulverização de saberes que fugiam do padrão eurocêntrico, ou seja, que não correspondiam ao ideal supostamente “civilizado” de conhecimentos e mesmo de fé. Figueiredo (1996, p. 21) também aponta a visão que se estabelecia acerca da figura do indígena na Amazônia, no século XIX: “Durante o oitocentos, a imagem do índio é de um ser distante da realidade, preso no “passado”, figura da época “pré-colombiana”.

Trata-se de uma visão que necessitava ser superada no campo historiográfico, porquanto, no fim dos anos oitocentos, as perspectivas de estudo estavam voltadas para as transformações à moda europeia ocorridas nos áureos tempos da borracha em Manaus e Belém. A dimensão das práticas culturais de sujeitos históricos nas pajelanças e feitiçarias, reveladas por meio dos noticiários de Belém, encontradas pelo historiador Aldrin Figueiredo (1996), destacam as prisões dos pajés, curas mágicas e invasões nas casas de feitiçaria e apontam novas compreensões da figura do pajé, para além do indígena que mora nas matas: ele é um sujeito também das cidades, inserido no cotidiano das camadas populares.

É importante mencionar que as práticas de pajelança foram duplamente condenadas: ora pela polícia, ora pela política da Igreja Católica, sob a justificativa de que tais práticas religiosas eram consideradas arcaicas, obscuras e selvagens para o bom catolicismo. Isto é, fugiam do padrão estabelecido pelas

cartas pastorais, catecismos e missais, em um discurso moralizador e romanizado (FIGUEIREDO, 1996).

No amálgama do embate entre negros, índios e europeus, resulta o tipo humano do “caboclo amazônico”, o qual termina por hibridizar práticas de cura, redundando no que autores do gabarito de Heraldo Maués nomearão “pajelança cabocla”. Explicando o que seria tal pajelança, Heraldo Maués e Gisela Villacorta (2005) destacam a mediação de um pajé ou curandeiro nas rezas que são feitas a seres encantados. Encantados seriam pessoas que não morreram, como os santos, mas que também não estão vivas em um corpo carnal. Seriam seres “híbridos”, espiritualidade “entremundos”, cuja concepção remete a origens europeias (com seus príncipes e princesas encantados), indígenas (de lugares em que as entidades fariam morada, como “o fundo”, abaixo da superfície terrestre) e africanas (entendimento de entidades como os orixás, os quais não são sinônimos de espíritos dos mortos).

Em definição complementar, Ferreti (2008, p. 1) leciona sobre a polissemia do termo, podendo-se entender os encantados como:

- 1) seres invisíveis à maioria das pessoas ou algumas vezes visíveis a certo número delas; 2) que habitam as encantarias ou “incantes”, situados “acima da Terra e abaixo do céu”, geralmente em lugares afastados das populações humanas; 3) que tiveram vida terrena e desapareceram misteriosamente, “sem morrer”, ou que nunca tiveram matéria; 4) que entram em contato com algumas pessoas em sonhos, fora de lugares públicos (na solidão do mar, da mata, por exemplo) ou durante a realização de rituais mediúnicos em salões de curadores e pajés, barracões de mina, umbanda, terecô (religiões afro-brasileiras) e em outros locais onde são chamados.

Na Amazônia, a crença dos encantados faz parte do cotidiano de moradores, em especial, daqueles que moram em comunidades rurais, também chamados de ribeirinhos. Os encantados habitam um mundo sobrenatural, são seres “mistos”, nem vivos, nem mortos, com poder de “passear” entre essas dimensões. Tal imaginário configura laços identitários das populações locais.

Alguns estudiosos chegam mesmo a destacar a assunção dos encantados em relação aos orixás. Esta é a leitura de Bastide (1971, p. 397-398), para quem os encantados teriam assumido o lugar dos orixás, enfatizando a ambiguidade presente como tática de resistência a uma sociedade que

estigmatiza, persegue e pune as celebrações religiosas de matrizes africanas, além de certa “simplificação” do culto: *“Foram os encantados que os substituíram, porque o seu culto é infinitamente mais simples, não exige sacrifícios pecuniários importantes, ao mesmo tempo em que dão aos fiéis a mesma alegria da possessão, o mesmo transe místico”*. Esses encantados correspondem a voduns, cujo chefe preserva o nome africano, o “Kakamado”.

Os encantados são classificados por Maués (2005) em “oiaras”, “bichos do fundo” e “caruanas”, com base no critério de manifestação e contato aos/com seres humanos. Os “bichos de fundo” aparecem em rios e igarapés, sob a forma de cobras, peixes, botos e jacarés. São tidos por perigosos, pois podem trazer mau-olhado e flechada de bicho. Já os “oiaras” são encantados que, nos manguezais ou praias, aparecem como seres humanos, geralmente pessoas conhecidas, visando levar a pessoa para quem aparecem ao fundo, transformando o convidado também em encantado, caso aceite o convite. Por fim, os “caruanas” são encantados que não podem ser vistos, manifestam-se pelo transe da incorporação em pessoas de que se agradam ou que portam o dom da mediunidade. Neste último caso, eles vêm fazer o bem, sobretudo curando enfermidades. São também chamados de guias ou cavalheiros.

Como se pode notar, não é tarefa fácil determinar ou agrupar os entes espirituais conhecidos por “encantados”. O que se percebe é que esses seres se revelam a/em pessoas por meio de sonhos ou visões e representam forças da natureza que, ao incorporarem em pajés, curandeiros, pais de santo e mães de santo (caso da Umbanda), apresentam soluções ou alívio de doenças físicas e espirituais, bem como podem levar as pessoas para um mundo abaixo da superfície terrestre ou ainda lançar feitiços.

Diante do exposto, é possível compreender as encantarias como resultado de combinações culturais entre saberes indígenas, africanos e europeus. Não é objetivo da pesquisa “esmiuçar” essas crenças em seres encantados, mas sim compreender como essas experiências de fé e cura são vivenciadas pela narradora do Mocambo do Arari. Ou seja, forneceu-se um panorama que torna inteligíveis as crenças afro-indígenas da protagonista deste estudo. Aos olhos das sociedades urbanas, esses encantados ou os encantamentos são vistos como folclore, encarados como credices populares.

Já para os ribeirinhos, há apropriação destes saberes para obtenção de respostas “concretas”. A visão urbana difere daquela de moradores de comunidades rurais: os segundos continuam a experimentar a cura por meio da crença nos encantados.

Discutir-se-ão, a seguir, práticas de cura, benzeções e partejamentos sob as bênçãos de seres encantados no Mocambo do Arari, por intermédio das memórias de uma atriz social com experiência nesse universo. De acordo com o exposto, a afro-indigenidade da região toma por base a fé nos encantados como forma de solucionar os desarranjos presentes no cotidiano dos moradores. Abordar o tema é uma forma de tirá-lo do silêncio da historiografia regional.

#### *Mocambenses e a força da cura: conhecendo práticas e sujeitos sociais*

Benedita Celeste Pinto (2012) aponta para evocação da memória oral como instrumento de reconstituição do passado de mulheres que, com suas práticas e saberes míticos, organizavam resistência:

Nesses redutos de “fugitivos”, a mulher negra sempre esteve presente, participando tanto da constituição e manutenção de quilombos e miniquilombos quanto da própria vida dos habitantes. Nos retalhos das lembranças dos mais velhos, emerge a história de vida de antigas parteiras, curandeiras ou “experientes” e benzedeiros, como Maria Felipa Aranha, Maria Luiza Piriá, Leonor, Francisca, Virgilina, Paula, Hilária, Guita, Juvita, Telene, Catita, Odete, Maroquita, Madalena, Rosa, Beneditas, Raimundas, Marias, bem como de parteiros, destacando-se entre eles Sinfrônio, fundador do quilombo de Paxibal (CELESTE PINTO, 2012, p. 204).

O trecho acima evidencia a importância de discutir as formas de resistência dos remanescentes de quilombos na Amazônia frente à escravidão, com destaque para mulheres e seus saberes e fazeres, as quais recriaram direitos e espaços, como os mocambos. Os movimentos sociais, como o movimento negro, têm se engajado na defesa da liberdade religiosa e no reconhecimento da pluralidade étnica. Exemplo dessa necessidade ocorre em situações como as discutidas aqui, quando as religiosidades negras se associam

às pajelanças indígenas, convivendo em um mesmo terreiro, buscando existência própria e formando um espaço estratégico de resistência cultural.

As mulheres ribeirinhas da Amazônia são polivalentes: donas de casas, esposas, mães, avós, lavadeiras, agricultoras, pescadoras, erveiras, benzedadeiras, curandeiras e parteiras. São grandes conhecedoras das ervas amazônicas, fazendo chás que curam as doenças de adultos, crianças e até recém-nascidos. Utilizam-se de rezas, orações e defumações para solucionar os problemas de saúde dos comunitários, atuam na realização de partos, já que nas comunidades ribeirinhas não existem hospitais, portanto, não há presença fixa de médicos e demais profissionais de saúde. Embora existam homens desempenhando funções de curandeiro ou pegador de ossos, no Mocambo do Arari, essa prática é mais comum entre as mulheres.

O campo de atuação delas se articula com o cotidiano simbólico tido como feminino: a condição de praticar curas e benzeções, trazer as crianças ao mundo, criar os filhos - e, muitas das vezes os netos -, cuidar da casa, ocupando a função de responsáveis por lares e famílias. Importante revalorizar a leitura de tais práticas como prestigiosas, porquanto serem reconhecidas no meio familiar e social e a reinvenção que as mulheres fazem desses espaços.

Tais percepções apontam a necessidade de problematizar visões naturalizadoras e naturalizantes de uma suposta “identidade de mulher”. Como a realidade amazônica aponta, no contexto do Mocambo do Arari, existe um aparato cultural que pluraliza as construções em torno do masculino e do feminino, resultando em múltiplos modos de ser e de existir para homens e mulheres, como já propunha Scott (1995) ao desenvolver a noção de gênero para além de enraizados essencialismos e dicotomias. Some-se ao debate a percepção de Butler (2017) de que sexo e gênero são conceitos não dissociáveis, uma vez que a própria construção do sexo é generificada, e se pode concluir por infundáveis modos de “ser homem” e “ser mulher” nas diferentes sociedades.

As mulheres curandeiras do Mocambo do Arari destacam a culturalidade que cria, recria, inventa e reinventa o gênero e os estereótipos em torno dele. Ao mesmo tempo em que “curar” tende a apontar para a “maternidade” enquanto “destino feminino” – “como uma mãe” cuida-se do adoentado – também se

percebe o protagonismo feminino em sujeitos sociais que ocupam posições de destaque, vistas no citado reconhecimento do meio familiar e social, algo que traz prestígio a elas e que coloca em xeque uma pretensa hegemonia masculina.

Isso aponta para a necessidade de pensar a interseccionalidade, cruzando marcadores sociais da diferença de gênero, raça e classe. Tais cruzamentos levam a vivências particulares, as quais tendem a ser mais impactantes para quem está distante da “norma” construída socialmente em torno de uma matriz branca, heterossexual e masculina. Dona Nadir ilustra, conforme explica Hirata (2014), experiências que denotam opressões múltiplas e entrelaçadas, afinal, não se é só curandeira. Dona Nadir é também trabalhadora, da zona rural, mãe, religiosa: toda uma subjetividade para além de definições, no entrelaçamento com as condições do mundo objetivo em que opera. Relatos de preconceitos por ser curandeira não estão separados das demais dimensões da vida.

Os saberes necessários para execução das tarefas foram adquiridos por meio da oralidade de pais, mães ou avós, transmitidos aos descendentes. Também são aprendidos no cotidiano com outros curandeiros mais velhos e parteiras mais experientes. Isto é, são conhecimentos conquistados por meio da observação e compartilhados por intermédio das experiências culturais, que tornam pessoas adjetiváveis como confiáveis ou nomeadas “médicas populares”.

Curar, benzer, puxar e partejar. Ainda que o maior acesso à medicina “científica” tenha diminuído a busca por curas populares na agrovila do Mocambo do Arari, as práticas de curar as doenças, benzer contra mau-olhado, ou situações que a pessoa está “empanemada” (má sorte) e ainda a arte de partejar continuam a fazer parte das vivências dos habitantes locais.

Na agrovila, os moradores costumam referir-se aos mais idosos como os bons de curar e trazer gente ao mundo: dona Astrogilda Almeida, dona Francelina Caldeira e sua filha, dona Nadir Caldeira, a senhora Neuza Rodrigues, seu João Monteiro recebem destaque. Também na comunidade, o senhor Raimundo Cativo, já falecido, popularmente conhecido como “seu Mundinho”, é famoso por ser “pegador de ossos”.



É comum ouvir relatos dos moradores mais antigos sobre a crença nos poderes que essas pessoas exerciam para curar as enfermidades, bem como sobre seus pais e avós que pegavam “desmentidura”, costuravam “rasgadura”, curavam doenças e faziam partos. As práticas populares de cura são aplicadas primeiramente na família, como primeiro recurso para diminuir, prevenir ou curar os males. Por isso, têm sobrevivido - por meio da oralidade, pela crença na força e poder espiritual desses atores sociais. Passa-se agora ao contato com dona Nadir Caldeira.

*“Os espíritos me atacaram. Eram cinco peões pra me agarrar”*

Nossa narradora é conhecida localmente por “curar tudo” na comunidade. A imagem abaixo ilustra a oportunidade de presenciar dona Nadir Caldeira Ferreira, 60 anos, na casa dela, “puxando desmentidura” do pulso de um jovem que se machucou ao cair de uma bicicleta. A reprodução das imagens foi gentilmente autorizada por ela.

173

**Figura 1:** Dona Nadir Caldeira Ferreira “puxando/pegando desmentidura”.



**FONTE:** Josivaldo Bentes Lima Júnior, pesquisa de campo, 2018.

“Puxar desmentidura” pode ser entendido como uma técnica de massagear os ossos de pessoas que sofrem algum tipo de lesão ou luxação. Em alguns casos há necessidade de se “costurar a rasgadura” - tratamento para curar um nervo rompido, com o uso de uma agulha, reza e fé. Nessa prática, a “pegadora de ossos” costuma fazer gestos como se estivesse costurando



enquanto é possível ouvir o sussurrar de algumas palavras da reza que acontece repetidas vezes. Elemento imprescindível para obtenção da cura, sem dúvida, é a fé.

Valendo-nos da perspectiva de Benjamin (1985a), ou seja, considerando a importância da historicidade e do tempo presente como ação e decisão, tempo de possível ruptura com a tradição e de possível emergência de um passado reprimido pela dita tradição - que faria emergir a luta de quem é oprimido e que, por isso, quer a libertação -, pode-se perceber o motivo do sorriso no rosto do sujeito social que é dona Nadir. O riso que exprime alegria no curar dispõe-se em um cenário acolhedor que é a casa da curadora: esse cenário reverbera o próprio Mocambo do Arari, terra de esconderijo, tal qual o local onde dona Nadir efetiva o diálogo com seres corpóreos e incorpóreos, que curam e que almejam curar-se. A serenidade fala de quem aprendeu com a mãe como desfazer doenças, a certeza do dom e do conhecimento adquirido com os encantados, além da ressignificação da prática, que pontua a singularidade do curador e da curadora, no enlaçamento entre aquele que cura, a espiritualidade, o ensinamento dos pares, a fé e o desejo de ser curado.

Mulher, mãe, agricultora, pescadora, ceramista, costureira, benzedeira, curandeira, puxadeira (ou “pegadora de ossos”), parteira e erveira, dona Nadir é uma senhora bastante requisitada pelos moradores do Mocambo do Arari, em especial, por aqueles que buscam alívio para dores musculares, cura para as enfermidades, “mau olhado”, remédios naturais (ervas, cascas de pau, etc.), partos e outras demandas. Os moradores depositam nela bastante confiança, como mostra a imagem do rapaz que se entrega ao ato.

Ao nos colocarmos mais uma vez na posição daqueles que fotografaram e conseguiram captar um momento do ato da cura, voltamo-nos para o sujeito que vai em busca do alívio do sofrimento. De boné, blusa de manga comprida e um rosto que contrasta com a risonha face de dona Nadir, a angústia de quem sofre. O que significa entregar-se aos cuidados da narradora? Ao descobirmos que a cura foi efetivada e visualizarmos a dialética de quem, no passado, sofria e que, no presente (que agora é passado), encontra-se são, captamos, neste fragmento da imagem, histórias de vida preciosas da comunidade que habita o

Mocambo: curadora e curador descobrem laços de afeto e redes de solidariedade, o dom, o cuidado, a emoção.

Sem acesso aos serviços de saúde formais, dona Nadir expressa, em seu semblante, um momento do ato de cura: um sorriso de prazer e satisfação em cuidar do próximo. É difícil dissociar Dona Nadir do morador: impossível não lembrar o afresco de Michelangelo na Capela Sistina (“A criação de Adão”), só que agora em um cenário amazônico, em que a criação é da cura e a divindade é uma mulher, não o “temível” deus abraâmico. A centralidade das mãos na pintura e na fotografia destacam a importância do toque e do poder do encantado/divindade que passa por essa parte do corpo para criar, tecer, partejar, enfim, concretizar.

Se seguirmos com o pensamento de Benjamin (1985b), qual seja, de que a pessoa fotografada, geralmente invisibilizada a maior parte do tempo, torna-se visível e de que a fotografia permite o entendimento de momentos e processos históricos tornando-se um documento, a tônica da análise encorpase: o momento da fotografia aponta para o protagonismo de uma mulher feliz em ofertar a mediunidade e aquilo que aprendeu com o mundo sobrenatural a seus pares, moradores do Mocambo, local que abrigou um ser humano de fé e de materialidade. Pensamos que esse oximoro entre fé e materialidade é perfeitamente possível: o encantado que não se vê está presente na imagem segundo nossa narradora, bem como a cura que não se enxerga, mas que se efetiva segundo aquele que foi curado.

Com uma trajetória de vida marcada pelo saber popular, dona Nadir é importante narradora na pesquisa em história sobre o Mocambo do Arari. Por meio das suas memórias, conhecem-se processos históricos imersos no tempo presente:

Eu trabalho até hoje. Eu trabalhei em roça, faço farinha, pé de moleque. Eu não paro não. Eu gosto de trabalhar. Eu tenho meus trabalhos pra cabeceira, eu tenho roça, banana. Eu vôo numa rabeta que eu tenho. A gente passa de semana pra lá. A gente tem uma casa e dorme pra lá. Eu tenho criação de pato, olha aí [aponta para os patos]. Tu me encontrou aqui porque tó com minha mãe doente.

Mãe de dez filhos, dona Nadir casou-se pela primeira vez aos 17 anos. Dessa união, deu à luz oito filhos. Vítima de violência doméstica, resolveu separar-se do marido quando a situação piorou. *“Ele era muito ciumento, começou a dar de me empurrar. Melhor deixar antes que eu fizesse uma besteira com ele”*. Com o segundo e atual companheiro teve mais dois filhos. Importante trazer à tona os relatos orais de quem vivencia experiências de violências físicas e simbólicas para elucidar o lugar e as perspectivas diante desses fatos, por meio da dimensão do vivido.

*“Índia sim, mas já daquelas civilizadas”*. Essas foram as palavras usadas pela narradora para se autoidentificar. É preciso discutir aqui o conceito de civilização do ponto de vista de Chauí (2008), por problematizar a autora as classificações acerca das civilizações mais desenvolvidas tecnologicamente como fator determinante para definir sociedades como atrasadas, primitivas, bárbaras. Necessário colocar em xeque o conceito de civilização “naturalizado” sob a égide do progresso, critério que inferioriza outros povos, vistos como “menos evoluídos”. A imagem construída do indígena sem civilização, com atitudes selvagens, fez nascer uma perspectiva de ser inferior na sociedade. Neste mesmo viés, pode-se problematizar também a ausência da menção a um pertencimento negro. Por que se ignora esta identidade?

O preconceito e a discriminação étnica e cultural promoveram a dificuldade de reconhecimento. A imagem construída do índio sem civilização, com atitudes selvagens, faz que haja uma perspectiva do indígena como inferior na sociedade. E no caso dos saberes e fazeres africanos, a ideia de um “embaqueamento” instaurado pelas elites gerou na população brasileira dificuldades de se associar à cultura negra, demonizada frequentemente na sociedade, cujo projeto de Estado moderno excluiu o negro e suas contribuições culturais e políticas.

O processo de construção das identidades culturais tem sido problematizado por pensadores como Stuart Hall, sociólogo jamaicano, que trabalha o tema da cultura e identidade na pós-modernidade. Hall (2006) pontua que a cultura nacional construída com base em padrões universais de alfabetização, ao estabelecer a comunicação por meio de uma língua vernacular, criou meios e formas de homogeneizar a cultura nacional como símbolo de

modernidade em uma sociedade capitalista. Não é possível criar identidades em sujeitos resultantes do processo de pós-modernidade, que traz consigo um caráter menos individualista de identificação, e, portanto, mais social e coletivo do ser, construído por determinadas relações sociais, como é o caso de dona Nadir em suas experiências com saberes indígenas e africanos, conjugados com o cristianismo romano e associado, muitas vezes, aos usos de medicamentos farmacológicos nas práticas de cura.

Nascida em uma comunidade conhecida por São Tomé, pertencente ao Distrito do Mocambo do Arari, dona Nadir estudou até a quarta série devido à ausência de escolas na comunidade onde morava e em virtude das dificuldades de se chegar aos locais onde ocorriam as aulas:

Estudei até o quarto ano. Eu aprendi um pouco de ler. Era a coisa mais difícil a gente estudar. Agora não [está mais fácil]. Nesse tempo, a gente estudava no Remanso, remando de canoa. Entrava por essa mata e varava numa zona, para estudar lá no Remanso, remando umas duas horas.

Essa realidade é bastante comum aos moradores mais velhos do Mocambo, tendo em vista que, por muito tempo, eles vivenciaram a exclusão educacional. Dona Nadir começou a trabalhar desde cedo com sua mãe, Francelina Caldeira (“dona France”), 103 anos, uma mulher que tomou a frente na construção da própria casa em novo momento da vida, quando divorciou-se do marido. À época, haviam se mudado para a agrovila do Mocambo do Arari. As práticas de partejar de dona Nadir têm relação direta com seus familiares. Orgulha-se de dizer que foi com sua mãe que aprendeu tudo que sabe, tendo tido seus filhos pelas mãos de sua mãe e iniciando as experiências de parteira trazendo à vida os sobrinhos. Ao mesmo tempo, comenta que é um trabalho que exige muito e por isso já pensa em parar:

A minha mãe fazia parto. Ela partejou 700 crianças. Quando eu tinha 20 anos, ela começou a me levar com ela pra fazer parto, e eu ia vendo como era. E eu ajudava ela com um pano, aí eu fui aprendendo. Com 20 anos, eu comecei a fazer parto. Primeiro que fiz foi de uma irmã minha. Eu ainda faço, mas já tô querendo parar. O último que fiz foi agora em dezembro [2018].

Ainda hoje, dona Nadir é procurada para realizar partos. Isso se explica pelo fato de que a agrovila do Mocambo, embora tenha uma Unidade Básica de Saúde, não possui médicos, uma realidade das comunidades ribeirinhas. O momento do parto é de solidariedade e também bastante tenso entre a parteira e a parturiente, pois a responsabilidade recai sobre a parteira e, dependendo dos casos, ela aconselha a gestante ir para a cidade de Parintins, deixando a parturiente no hospital e retornando à agrovila.

A narrativa a seguir relata um episódio emblemático, porém, peculiar em regiões rurais amazônicas. Trata-se de uma experiência com uma moça grávida de boto:

Olha, num tem essas meninas que gostam de andar, assim, menstruada por cima do rio? Um tempo desse tinha uma que lá pro São Tomé [localidade] ficou lesa. E pulava, pulava e vieram me buscar. Ninguém encostava perto. Tinha sete peão [homens] agarrando ela. Aí eu disse: “bora sair todo mundo”. Aí eles falaram: “mas se nós deixar ela, ela vai correr no rumo d’água!”. Aí eu disse: “pode deixar ela, pode deixar aí”. Deixaram ela e eu entrei sozinha. Eu benzi ela que ficou lá na cama deitada. Pronto, eu fiz remédio pra ela e nunca mais. Olha, já tirei vários daqui da sepultura!

178

No imaginário amazônico, o boto é visto como encantado: o animal tem o poder de se revelar um homem sedutor. Costuma usar vestes brancas e chapéu da mesma cor. Ele encanta e engravida as caboclas, aparecendo em festas interioranas. As mulheres também podem ser seduzidas quando, em período menstrual, ousam passear pelos rios. É preciso evitar essas águas nesta situação.

Os mais antigos contam que o boto sedutor leva as moças para um mundo encantado, com muita riqueza e beleza, tornando-o morada eterna da jovem mulher. Segundo Galvão (1976, p. 68), “*o boto tem atração pelas mulheres menstruadas. Durante esse período, as mulheres devem evitar viagens em canoas ou aproximar-se dos rios ou dos igarapés*”. Esse entendimento também é relatado por dona Nadir:

Ela tava grávida de boto. Ela vinha pra cá e andava, assim, em festa, menstruada, e boto emprenhou ela. Aí quando chegou lá começou a doer barriga dela. Ela começou a sangrar. Aí botaram o bacio e nasceu aquilo. Ele tinha um bico, assim, que nem boto onde sugava o sangue e dois olhinhos. E eu disse pra eles cobrirem o bacio pro pai não vir buscar, né, porque o pai

assobiava lá pra fora. O boto, mesmo, fazia “páaa”. O pessoal ficaram com medo e aí eles [os espíritos] vieram falar no meu corpo que o boto vinha buscar, mas eles não tamparam direito. Aí quando passou umas horas e foram lá ver e não tinha mais. Já tinha levado. Aí eu falei pra ela: “olha, outra vez que você tiver menstruada, você nunca mais anda em cima do rio, porque assim como tem gente em cima da terra, tem bicho no fundo. Cada qual não goste que suje as suas ruas”.

Na narrativa acima, é possível constatar a ideia que os bichos do fundo têm autoridade sobre os rios, gerando respeito pelas forças sobrenaturais nos ribeirinhos: os sujeitos não têm medo, uma vez que navegam, pescam e banham-se nos rios da Amazônia, mas não abrem mão de respeitar as águas, pois sabem que elas têm “dono”. No relato, constata-se a aposta da benzeção como forma de libertar a moça das dores causadas devido ao encanto do boto.

A relação de dona Nadir com o mundo de magia e encantamentos inicia-se aos vinte anos de idade. Ela considera os espíritos como sendo seus mestres para curar as pessoas que buscam restaurar a saúde, ou tirar o mau-olhado ou quebranto, e a feitiçaria. Mulher de muita sabedoria, dona Nadir é reconhecida por muitos moradores como “a pajé do Mocambo”. *“Eu sei benzer quebranto. Eu tinha um negócio de espírito, né, eu pegava”:*

Eu tinha vinte anos. Eu tava pescando que eu gosto de pescar, né? Eu puxava jaraqui [nome de um peixe amazônico]. Aí eu levei uma filha minha que era pequena. Aí botei ela sentada no casco, numa tábua bem baixinha pra ela não cair n’água. E fui embora pescar com ela. Eu tava pescando jaraqui, quando eu dei, aquele negócio veio, me deu uma dor de cabeça, aí eu falei: “meu Deus!”. Aí começou a me tontear, né? Eu falei assim: “o que vai acontecer comigo?” Quando eu dei, as aves ia sumindo pro fundo, tipo uma maresia, né? Aí foi assim, afundando, tornava boiar. Eu pensei: “putamerda, alguma coisa vai me dar!”. Daí só fiz pegar as boias que puxava jaraqui, joguei tudo dentro, nem mais amarrei. Aí eu vim me embora. Remei, remei. Como não era muito longe de casa, eu cheguei. Só deu tempo de chegar no porto de casa. Quando eu cheguei, eu disse pra minha filha chamar alguém em terra pra me buscar. Aí na hora que ela foi, eu desmaiei. Eu caí no porão do bote. De lá, ela foi chamar eles e vieram me carregar pra lá. Aí eu passei dois dias sem comer e sem beber porque eles, os espíritos, me atacaram. Eu tinha uma rede novinha assim, aí me deitavam na rede. Eram cinco peões, assim, pra me agarrar. Eu tremia, pulava, e só que veio um curador que tinha ali pra cabeceira, pra essa outra comunidade que tem ali. Aí ele falou que tinha um que era mau, né? Aí ele disse que ia afastar de mim e que eu ia ficar com esse dom pra mim.

A trajetória de vida de dona Nadir é marcada por suas experiências com o dom da cura, intermediado no contato com o mundo dos espíritos por meio de visões enquanto pescava. Nota-se em sua narrativa a eliminação do espírito do mal, tornando o seu trabalho um dom. E, a partir de então, começou a fazer trabalhos, as “pajelanças caboclas”, com práticas tradicionais de cura às enfermidades biológicas (febre, dor de cabeça, cólicas) bem como as espirituais, como o espanto de criança, quebranto e mau-olhado.

As pessoas que recebem os espíritos costumemente não recordam de nada quando fazem a incorporação. Parece haver uma transcendência, momento no qual os espíritos tomam a frente para realizar as curas ou feitiçarias. O relato a seguir ajuda a compreender melhor o universo das encantarias afro-indígenas no Mocambo do Arari. Dona Nadir fala sobre os espíritos que recebe:

O “puraca” [puro] mesmo era o Sacaca, né? O outro era Flecheiro. Do outro era Mariana e do outro era Rei da Floresta. E tem outros. Aí quando era na hora de trabalhar eles vinham, só que eu não sabia de nada não. Eu só sabia depois que eu retornava, eu perguntava o que tinha acontecido e me contavam mesmo. Depois de benzer as pessoas eu voltava. Aí cada vez vinha um espírito e falava. Aí tomar alguma coisa, que eles tomavam, fumavam, aí só tinha um que fumava e tomava água doce, limonada. Era a Mariana. E ficava assim, benzendo.

180

O desconforto em falar sobre os outros espíritos que lhe acompanham, evidenciados no semblante carregado, pode, eventualmente, carregar experiências de preconceito e discriminação em sua trajetória de vida.

O Sacaca é um curandeiro que vai ao mundo das encantarias. As pessoas que o recebem por meio “engeramento” ficam com o dom de curar. O termo “puraca”, ressaltado na fala de dona Nadir, que quer dizer “o mais puro”, faz referência ao desafio de curar uma enfermidade mais complexa. Para Eduardo Galvão (1976), o termo “engeramento” consiste em uma ideia cosmológica na qual a representatividade dos seres é manifestada em determinadas pessoas que possuem o dom de receber os espíritos como seus mestres na cura. Pode-se entender por inferência que o primeiro “engeramento” ocorrido na personificação do Sacaca em dona Nadir ocorreu no episódio do desmaio no momento da visão no rio, sendo ele o seu grande professor. Ser



mulher pajé dá a ela algumas capacidades, como viajar pelo fundo dos rios e outros lugares subaquáticos ou embaixo da superfície terrestre, emergindo com a cura e alívio da dor (MAUÉS, 2012).

Dona Nadir comentou que as pessoas que a procuravam *“às vezes tavam com uma dor de cabeça, uma febre, não sabiam o que era. Aí vinha aqui comigo, benzia aqui, fazia remédio e ficavam bom. As coisas de judiar dos outros, eu nunca fiz, de macumbagem, nunca fiz”*.

Nota-se na fala de dona Nadir a necessidade de ressaltar que sempre usou o seu dom para realizar o bem para os moradores do Mocambo. Afinal, quem neste país preconceituoso quer ser associado à “macumbagem”? Isso nos leva a refletir sobre como discursos discriminatórios estão imbricados com a visão de que as práticas afro-religiosas brasileiras são formas associadas ao mal, levando à perseguição, à humilhação e ao racismo religioso. A estigmatização e perseguição aos praticantes de religiões afro-brasileiras é um longo processo histórico brasileiro.

*“Tem gente que fala que sou macumbeira. Daí quando eles vêm pedir eu digo: “como é que vocês querem planta se vocês não são macumbeira?”. Mas eu nunca tive problema. Sempre eu fui respeitada, graças a Deus”*. As palavras de dona Nadir evidenciam as discriminações e respeitabilidades que esses atores sociais enfrentam no cotidiano. Em geral, os curandeiros gozam de mais respeito entre as sociedades tradicionais ou mais isoladas (CHALHOUB et al, 2003), como é o caso da agrovila do Mocambo do Arari, pois, apesar de ser associada à “macumba”, ela acredita ser respeitada pela maioria dos membros da comunidade, embora fique evidente a necessidade de afirmar que não usa seu dom para desfazer casamentos, lançar doenças, ou coisas do gênero.

Ferreti (2011) destaca a presença de práticas de cura também denominadas de pajelanças como articulação de resistência em forma de sincretismo com as religiosidades afro-brasileiras no Maranhão como enfrentamento à discriminação religiosa existente por meio da repressão policial vivenciada pelos praticantes dessa expressão religiosa.

As formas de discriminação podem acontecer dentro da própria família, resultantes de opressões verificadas fora do ambiente doméstico que

impulsionam a dificuldade de aceitação. Isso podemos constatar nas memórias da pajé do Mocambo:

Eu trabalhava muito, ficava benzendo. O meu marido era banqueiro, porque tinha que servir, né, que na hora que eles invocavam tinha que acender cigarro quando eles pediam, aí tinha que dar o suco pra Mariana. Depois ele não quis mais. Meu marido disse: “ah, sabe de uma coisa, para já de benzer porque eu não vou mais te ajudar”. Aí foi um tempo que o pessoal veio e não quis mais nada dessas coisas. Peguei meu material tudinho e botei todinho ali. Era tauari, e tinha umas velas que eu acendia, era daquelas branca, sete noites, sete dias, aí peguei e taquei fogo. Quando foi de noite, os espíritos me atacaram, eu fiquei doida de novo. Aí disseram pra mim que se eu não voltasse a trabalhar que eu ia viver doente, que eles não iam de deixar em paz. Aí eu voltei com todo meu material, mas não comprei tudo que eu tinha, não. Depois eu fui parando, aí eu parei. Aí quando os pessoais vêm aqui eu digo que não quero mais benzer ou fazer trabalho. Só benzer, assim, quebranto.

Como se percebe, o trabalho de dona Nadir necessitava de mais um colaborador, conhecido por “banqueiro”. Durante o trabalho, ela fazia o uso de velas brancas e bebidas para chamar as entidades. Ela decidiu se dedicar apenas a benzer. Conjectura-se que tal postura se explica pelo fato de que a sociedade cristã católica é mais flexível quanto às funções de benzedeira ou rezadeira, pois não há necessidade de incorporação. Acredita-se que o curandeiro tenha uma ligação mais forte com o mundo sobrenatural do que as benzedeiros, o que lhe configuraria maior domínio das técnicas para realizar curas de maior complexidade. Portanto, em uma hierarquia social, gozaria de maiores poderes em relação aos rezadores ou às benzedeiros.

A figura de benzedeira, de acordo com Oliveira (1985, p. 25), é a de “*uma cientista popular que possui uma maneira muito peculiar de curar: combina o místico da religião e os truques da magia aos conhecimentos da medicina popular*”. Na imagem que segue vê-se dona Nadir benzendo a criança que estava com “espanto”, isto é, acordou assustada e chorando bastante. A erva utilizada para benzer é o pião roxo. Nesse momento, a benzedeira costuma repetir rezas enquanto faz gestos na cabeça da criança.

**Figura 02:** Criança sendo benzida por dona Nadir.



**FONTE:** Josivaldo Bentes Lima Júnior, pesquisa de campo, 2018.

Considerando as imagens na perspectiva de Didi-Huberman (2004), ou seja, que elas revelam, por meio de conexões, de arranjos a serem efetivados por meio de um trabalho de montagem e inter-relações entre palavras e textos que aprofundam um acontecimento, infere-se, mais uma vez, o exercício de cura de dona Nadir como um ato de serenidade.

Pelas roupas, nota-se que o acolhimento foi realizado no mesmo dia, no mesmo cenário, com outras pessoas. Agora ela envolve uma mãe com um bebê que acordou assustado com “espanto” e o processo de benzer faz-se mediado por uma planta, o pião roxo. A imagem mostra a planta sendo usada na fronte da criança, descendo pela testa. No momento capta-se todo o sincretismo expresso na crença nos encantados. A junção de elementos africanos, católicos e indígenas emerge em ato: do sinal da cruz que se faz na testa e que desce para a boca e peito (“Pelo sinal da santa cruz, livrai-nos Deus, Nosso Senhor, de nossos inimigos”) ao crucifixo substituído pela pião, em clara alusão aos saberes indígenas e africanos, já que o conhecimento de que planta usar é ditado pelos encantados. O “mal” é absorvido pela planta leitosa e o bebê poderá, em breve, ficar bom de novo. Em foco, as mãos que curam pelo poder da fé e a confiança das mães. Esta fotografia precisa ser conjugada com a imagem abaixo:

**Figura 3:** Canteiro de ervas de dona Nadir Ferreira.



**FONTE:** Josivaldo Bentes Lima Júnior, pesquisa de campo, 2018.

No trançar da convergência com as religiões de matrizes africanas e indígenas presentes no Mocambo do Arari, embora haja dificuldade de aceitação, como verificamos no caso de dona Nadir, vítima de opressão, o uso de plantas e ervas se faz patente. Grande conhecedora da flora que cura, ela continua a realizar trabalhos com plantas medicinais, fazendo “garrafadas” para vender na cidade de Parintins, ao valor de dez reais e também para a capital do estado, Manaus, onde o valor dobra.

A imagem acima é de uma parte do canteiro de dona Nadir em sua casa na agrovila do Mocambo. O posicionamento para tirar a fotografia vem de onde ela se dispõe a apontar. No momento em que paramos para analisar a imagem, a fala de Benjamin (1985b, p. 94) emerge:

A natureza que fala à câmara não é a mesma que fala ao olhar; é outra, especialmente porque substitui a um espaço conscientemente trabalhado pelo homem, um espaço que ele percorre inconscientemente [...] A fotografia nos mostra esta atitude através dos seus recursos auxiliares: câmara lenta, ampliação. Só a fotografia revela este inconsciente ótico, como só a psicanálise revela o inconsciente pulsional.

Seria demais tentar enxergar o “oculto” do inconsciente por meio de uma análise sócio-histórica do que diz dona Nadir em conjunto com a imagem da fotografia? Se em todas as outras imagens registradas no dia, a cadeira estava



ocupada, há um semblante dos encantados que a guiam na imagem? Seria a vassoura a metonímia dos saberes daquelas outrora queimadas na Idade Média, mas que sobreviveram ao tempo e ao espaço em outras mulheres como dona Nadir? É interessante aventar esse inconsciente que emerge, posto que é nesse momento que ela explica as ervas e suas funções:

Pra cá tenho corama que serve pra gastrite; japana branca e japana roxa, serve pra espanto, criança que é chorão. Esse aqui é hortelã grande. Tem aqui a pitanga pra febre. Tudo eu que plantei. Esse daqui é hortelãzinho, ele serve pra criança quando nasce com dor de barriga. Esse aqui é trevo roxo, é bom pra ferida na garganta. Tem muita planta. Trabalho com tudo esse negócio. Eu vendo garrafada de remédio caseiro. Casca de pau. Eu tenho aqui na geladeira. A gente toma pra inflamação, infecção urinária. Tem aqui um saracura, pode tomar também pra fígado. Eu aprendi mesmo. É meu dom.

As ervas medicinais podem ser facilmente encontradas em feiras das cidades amazônicas. No Mocambo do Arari, é difícil alguém que tenha total desconhecimento do poder de cura das ervas. Desde os jovens até os idosos há uma esperança de cura ao fazer chás e “garrafadas” com a mistura de ervas e cascas de pau. Inclusive, há nos mais antigos a confiança de que um remédio caseiro pode curar para mais de uma enfermidade. É costume ouvir: “esse remédio serve para tudo”.

Entretanto, nem todo mundo sabe preparar as garrafadas. É preciso ter o dom, o contato com seres e entes do mundo extracorpóreo para saber como fazer. É necessário ser como dona Nadir em suas formas de articulação na busca pela cura. É mister que moradores continuem apostando na medicina popular em meio às dificuldades ao acesso a médicos. Essas experiências dimensionam novos caminhos para emergirem mais estudos sobre papéis informais na sociedade.

O relato abaixo aponta para experiências de cura realizadas por dona Nadir por meio das “garrafadas”. As garrafadas são bebidas combinadas com determinadas plantas medicinais (ervas, raízes e cascas) que apostam na cura ou prevenção de doenças mais complexas, como o câncer (especialmente o mioma), infecções, entre outros, e também servem como estimulante sexual e calmantes. Muitos moradores costumam combinar os remédios caseiros com os da medicina “oficial” para o restabelecimento da saúde:

Teve uma mulher que tava com problema de mioma e ia se operar e pediu pra fazer uma garrafada de casca de pau. Eu fiz a primeira e ela tomou. Da segunda, ela menstruou. Aí ela disse que desceu monte de coisa: pedaço de carne. Quando ela foi pra se operar que ela bateu a ultrassom e nem precisou mais. Eu vendo pra Manaus. Eu vendo de vinte reais. Aqui eu vendo de dez [reais] pra essas mulheres que têm muito infecção urinária venham aqui. O meu marido vai pro mato e tira pra mim. Tem jatobá, saracura e tem a bota [que serve] pra negócio de sangue, um baque, um acidente, sangue preso, solta tudinho.

Olhemos de novo para a imagem que articula a cadeira e a vassoura. A imagem como documento parece realmente captar um momento inconsciente. Que saber é esse que se assemelha ao das bruxas perseguidas pela Inquisição, proibido, que resistiu ao fogo da Idade Média? Que seres espirituais são esses, que seguem demonizados pelos saberes oficiais de médicos e religiosos a estarem na ausência-presença da cadeira onde se assenta quem será curado? Ervas que se usam na testa de crianças, mas que também produzem garrafadas usadas em banhos e remédios como forma de se proteger contra o mau-olhado e que podem agregar teor alcoólico: saberes comuns a indígenas e africanos, demonizados, colonizados, mas resistentes, renitentes, gritantes na negação.

O uso dessas formas medicinais reforça as crenças populares como estratégias políticas de pessoas de baixa renda, de sujeitos que resistem e praticam a caridade mesmo quando perseguidas. A casa de dona Nadir ganha status de lugar público: os moradores se sentem à vontade para irem em direção à cozinha dela, ainda que não exista qualquer tipo de identificação em sua residência a respeito dos trabalhos que realiza. Mais uma vez pensando com Benjamin (1985b), de ser a imagem um documento, pode-se atestar o cuidado de dona Nadir por meio dos três registros: mãos que curam, mãos que retiram o mau-olhado e mãos que plantam a fé no canteiro de ervas. São mãos de mulheres que fazem benzeduras e “costuras”, mulheres que carregam a “encantada” missão de fazer o bem: bem que se expressa no sorriso, no cuidado do toque e em plantas e ervas bem cuidadas, dispostas de modo a obter calor do sol e nutrientes. A imagem dá visibilidade a sujeitos sociais muitas vezes invisíveis.

O dom da cura relaciona-se com a solidariedade e caridade. A cultura de benzer, curar e partejar não faz oposição aos saberes científicos: os

moradores continuam crendo na medicina “oficial”. Dona Nadir não ignora a ciência, entendendo-a como uma alternativa habilitada para problemas dos moradores, pedindo, em muitas ocasiões, que o enfermo ou a gestante procurem um centro de saúde. Ao contrário dos médicos que não fazem o procedimento inverso diante de dificuldades no tratamento de um usuário.

Pelo que se observa na agrovila do Mocambo e que as fotografias confirmam, os moradores buscam as práticas populares de cura pela confiança depositada nos curandeiros e nas benzedeadas, uns como primeiros socorros, outros, como um recurso a mais para sanar as doenças. Para muitos moradores, bom mesmo é o remédio da terra, ou seja, dos saberes populares, cujas habilidades estão necessariamente contidas nos dons de mulheres e homens que podem curar, herdeiros de “poderes” afro-indígenas que sobrevivem nos encantos. Neste sentido, saber e poder relacionam-se no cotidiano, como nos ensina Foucault (2003, p. 51): *“por trás de todo saber, de todo conhecimento, o que está em jogo é uma luta de poder. O poder político não está ausente do saber, ele é tramado com o saber”*.

A população local aposta na cura com base na fé, o que configura a legitimidade de muitas benzedeadas e benzedores, curandeadas e curandeiros, erveiras, pegadores de ossos e parteiras. Ao mesmo tempo, revela o manejo de dona Nadir para com a sociedade industrial, tecnicista e farmacológica. E, por fim, acentua o caráter político no que se refere às táticas de enfrentamento das diversas formas de opressão às crenças populares e religiosas presentes na sociedade.

### *Considerações finais*

O texto aqui desenvolvido indagou-se acerca de como as mulheres do Mocambo do Arari, protagonistas da cura pela fé, concebem as práticas que efetuam. Por meio da história de vida de dona Nadir, realizou-se um percurso sob as bênçãos dos encantados, em um amálgama do encontro cultural entre indígenas, negros e europeus – amálgama este que se mantém vivo por pessoas



como a narradora desta pesquisa. O estudo articula as falas com questões como a religiosidade amazônica, em meio a teceduras sociais, econômicas e identitárias, pontuando a história que acontece no tempo presente.

Destaca-se a potência das mulheres como construtoras da cura, do bem-estar subjetivo, por meio de práticas como a benzeção, o partejamento e recebimento de saberes ditados pelos encantados. Acredita-se que o objetivo posto foi alcançado, sugerindo-se novas pesquisas, sob outros olhares teórico-metodológicos, de modo a seguir-se mantendo a memória e fornecendo outros subsídios para compreensão das realidades de comunidades como a do Mocambo do Arari.

Ervas, encantados, sabedorias do povo seguem construindo cotidianos complexos e potentes. Vozes como as de dona Nadir não podem seguir sendo escamoteadas por desprezos oriundos de preconceitos estruturais da sociedade brasileira, incluindo-se aqui os reinantes mesmo em ambientes acadêmicos, ao considerarem esses saberes “pouco científicos”, “folclóricos”, “causos populares”. Almeja-se, assim, que este estudo potencialize outros que apostem nesses caminhos escondidos em rios amazônicos repletos de sonhos, saberes e “encantos”.

## **Referências**

- BASTIDE, Roger. **As Religiões Africanas no Brasil**: contribuição a uma Sociologia das Interpretações de Civilizações. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1971.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: **Obras escolhidas I**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985a. p. 222-232.
- BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: **Obras escolhidas I**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985b. p. 91-107.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 13. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CELESTE PINTO, Benedita. Gênero e Etnicidade: histórias e memórias de parteiras e curandeiras no norte da Amazônia. **Revista Gênero na Amazônia**, Belém, v. 2, n. 1 p. 201-224, 2012.

CHALHOUB, Sidney et al. **Artes e Ofícios de Curar no Brasil**: capítulos de História Social. Campinas: Unicamp, 2003.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. **Crítica y Emancipación, Revista Latinoamericana da Ciencias Sociales**, Buenos Aires, Clasco, v. 1, n. 1, p. 53-76, jun. 2008. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2020.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Imágenes pese a todo**: memoria visual del Holocausto. Barcelona: Paidós, 2004.

FERRETTI, Mundicarmo Maria Rocha. **Encantados e Encantarias no Folclore Brasileiro**. In: VI Seminário de Ações Integradas em Folclore. São Paulo, 2008.

FERRETTI, Mundicarmo Maria Rocha. **Encantaria de Barba Soeira**: Codó, capital da magia negra? São Paulo: Siciliano, 2001.

FERRETTI, Mundicarmo Maria Rocha. Pajelança e cultos afro brasileiros em terreiros maranhenses. **Revista de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, São Luís, v. 8, n. 16, p. 1-20, 2011. Disponível em: <[http://www.ppgcsoc.ufma.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=511&catid=82&Itemid=114](http://www.ppgcsoc.ufma.br/index.php?option=com_content&view=article&id=511&catid=82&Itemid=114)>. Acesso em: 30 mai. 2020.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. **A cidade dos encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia; a constituição de um campo de estudo 1870-1950**. 428f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.

GALVÃO, Eduardo. **Santos e Visagens**: um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas. 2º ed. São Paulo: Ed. Nacional de Brasília, 1976.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social: revista de sociologia da USP [online]**, São Paulo, n. 1, v. 26, p. 61-73, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/05.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

MAUÉS, Heraldo. **A ilha encantada**: medicina e xamanismo numa comunidade de pescadores. Belém: EDUFPA, 1990.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. O Perspectivismo indígena é somente indígena? Cosmologia, religião, medicina e populações rurais na Amazônia. **Mediações –**

**Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 17 n.1, p. 33-61, jan/jun, 2012.

Disponível em: <

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/2012.v17n1p33/10987>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. Um aspecto da diversidade cultural do caboclo amazônico: a religião. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 256-274, 2005. Disponível em: <

[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142005000100016](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100016)>. Acesso em: 21 mai. 2020.

MAUÉS, Raymundo Heraldo; VILLACORTA, Gisela Macambira. Pajelança e encantaria na Amazônia. In: PRANDI, Reginaldo (Org.). **Encantaria brasileira: o livro dos mestres, caboclos e encantados**. Rio de Janeiro: Pallas, 2005. p. 30-45.

OLIVEIRA, Elda Rizzo. **O que é Benzeção**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo: PUC, v. 14, n. 1, p. 25-40, 1997. Disponível em: <

<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233/8240>>. Acesso em: 21 mai. 2020.

PRANDI, Reginaldo. **Encantaria Brasileira: o livro dos mestres, caboclos e encantados**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará sob o regime da escravidão**. Brasília: MIC/SECULT, 1988.

SAMPAIO, Patrícia. Escravos e escravidão africana na Amazônia. In: SAMPAIO, Patrícia (Org.). **O fim do silêncio: a presença negra na Amazônia**. Belém: Açaí/CNPq, 2011. p. 13-42.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre: UFRGS, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em <<https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

SILVA, Adan Renê Pereira da; LIMA JÚNIOR, Josivaldo Bentes; MASCARENHAS, Suely Aparecida Nascimento. O cordão de pássaros do Mocambo do Arari: reflexões sobre gênero por intermédio da cultura popular. **Revista Expressão Católica**, Quixadá: Unicatólica, v. 8, n. 2, p. 92-102, 2019. Disponível em: <<http://publicacoesacademicas.unicatolicaquixada.edu.br/index.php/rec/article/view/3426>>. Acesso em: 21 mai. 2020.

## PROTAGONISMO FEMININO E DITADURA MILITAR NO BRASIL: O CASO ARAGUAIA

### FEMALE PROTAGONISM AND MILITARY DICTATORSHIP IN BRAZIL: THE ARAGUAIA CASE

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo, realizado com apoio da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/MEC – Brasil, é resultado dos estudos acerca da participação feminina em diferentes frentes de luta contra a ditadura militar brasileira (1964-1985). Ao longo das últimas décadas, importantes contribuições para se pensar o protagonismo feminino durante a ditadura passaram a ser produzidas, permitindo o surgimento de novas perspectivas e abordagens de análise. Assim, ao pensarmos a história das mulheres no referido período, devemos observar os códigos de conduta que as cerceavam e as práticas de resistência que rompiam tanto no cenário político, público, quanto cultural, patriarcal. Assim, o objetivo deste trabalho é discutir a participação e a resistência feminina na Guerrilha do Araguaia.

**Palavras-chave:** Mulheres; História; Guerrilha; Ditadura; Araguaia

**ABSTRACT:** This article, carried out with support from the Federal University of Mato Grosso do Sul Foundation - UFMS / MEC - Brazil, is the result of studies on female participation on different fronts to fight the Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985). Over the past few decades, important contributions have been made to thinking about female protagonism during the dictatorship, allowing the emergence of new perspectives and analytical approaches. Thus, when thinking about the history of women in that period, we must observe the codes of conduct that surrounded them and the practices of resistance that broke both in the political, public, as well as cultural, patriarchal scenario. Thus, the aim of this paper is to discuss female participation and resistance in the Guerrilha do Araguaia.

**Keywords:** Women; History; Guerrilla; Dictatorship; Araguaia

191

#### *Introdução*

---

<sup>1</sup> Docente da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS/CPCX). Doutorando em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Mestre em História Regional e Local pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) desenvolve estudos sobre a historiografia ditatorial, história das mulheres, ensino de história, história regional e local, Didática e metodologia de ensino e educação. Atualmente faço parte do Laboratório de Estudos de Gênero, História e Interculturalidade (LEGHI) ligado ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Grande Dourados em conjunto com Cátedra Unesco e também do Laboratório de ensino de História e Letras ligado a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, campus Coxim/MS.

Falar sobre a Ditadura militar brasileira e a participação feminina nesse período é uma dupla resistência em tempos como o atual. Frutos de nosso tempo, historiadores/as vem sofrendo todo tipo de negacionismo aos anos de pesquisas e fundamentações a que o trabalho historiográfico exige. Nessa perspectiva, a negação aos ocorridos durante a ditadura acabou sendo nos últimos anos uma bandeira que alas revisionistas seguem levantando. Dessa forma, dossiês e quaisquer tipos de manifestações neste momento se fazem importantes a seu combate.

Ao pensar sobre o período ditatorial brasileiro, devemos compreender que este não foi um momento linear, mas, dotado de embates entre Estado e oposição, e de rupturas em suas próprias estruturas internas. Isso se faz importante ao observarmos que existiam diferentes alas militares durante a ditadura, bem como embates nos projetos que os partidos de esquerda tinham para o país (ARAÚJO, 2001).

Ainda sobre os diferentes grupos militares, perdura-se na historiografia e diferentes estudos das ciências humanas, um conflito entre a denominada “linha dura” e uma ala “mais moderada”. Contudo, independentemente do grupo e das medidas tomadas nas mais de duas décadas de comando, sabemos que as ações repressivas se iniciaram já nos primeiros dias após o golpe de 1964, vide o incêndio na União Nacional dos Estudantes (UNE) no Rio de Janeiro (ARAÚJO, 2014). No âmbito de seu cessar, este não se deu com a Lei de Anistia assinada em 1979, haja vista as ações de perseguição até os idos de 1985, ano este que se mostra quase que em consenso quanto o fim do período<sup>2</sup>, no qual concordamos (ALVES, 2005).

No tocante a esquerda, ainda que lutando contra o mesmo algoz, é importante pontuar que os diferentes partidos, colocados na clandestinidade pela ditadura, tinham, na maioria das vezes, projetos distintos. Algo que gerou sua fragmentação e seus próprios embates (ARAÚJO, 2001). Do Partido Comunista Brasileiro (PCB), por exemplo, saíram algumas dissidências ou militantes que

---

<sup>2</sup> Há algumas abordagens que pontuam que a o regime ditatorial brasileiro teria terminado com o fim do Ato institucional de nº5 em 1978, como o trabalho de Villa (2014). Também existem estudos como os de Codato (2005) que elevam o período até 1989, ano em que o primeiro presidente civil eleito democraticamente assume a presidência. Nessa abordagem, entende-se que a escolha de um civil por parte dos militares para a transição democrática, José Sarney (1985-1989), não é caracterizada como retorno á democracia de fato.

fundaram outras siglas, a exemplo do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Porém, ainda que em diferentes frentes ideológicas, entendemos que contribuíram nas reflexões críticas e ações que permitiram se não o enfraquecimento do regime, seu questionamento, característica muito comum de uma juventude que em parte pertencia aos quadros partidários daquele período.

Nesse cenário, muitas mulheres romperam com um ideário social e cultural que demarcava a política como um espaço não destinado a elas, passando não apenas a se posicionar politicamente, como adentrando aos partidos, ainda que com a revelia de familiares e de próprios companheiros políticos (TELES, 2010). Como destaca Colling (1997), a repressão instaurada com a ditadura se utilizou de questões do “ser mulher” como pressupostos para práticas de tortura e tantas outras formas de expor sua insatisfação quanto a presença feminina na política. Assim, adjetivos como “puta comunista”, “mulher macho” e “subversiva” são alguns exemplos que denotam reflexos machistas e misóginos, os quais deixavam claro como a presença feminina incomodava muitos agentes da repressão. Como destaca a referida autora,

A humilhação, constante na relação da repressão com a mulher presa, é para tentar enquadrá-la em dois conceitos que socialmente diminuem a mulher: puta e comunista. Ser comunista é um desvio para homens e mulheres, mais ainda para as mulheres que estão fora de seu lugar, atuando na vida política; e prostituta, que sempre foi considerada uma mulher degenerada e corrompedora. Não bastando isso, outro conceito também desviante de mulher é aplicado, a de mulher-macho (...) (COLLING, 1997, p. 91).

Em relação à Guerrilha do Araguaia, o episódio marcado por muitos estudos como um dos maiores embates armados e mais duradouros do período, ocorreu na então região Norte do Brasil, entre os estados de Tocantins, Pará e Maranhão (CAMPOS FILHO, 1997). Discordante desde o final da década de 1950 com a postura e os posicionamentos da alta cúpula do PCB, o PC do B surge com uma “nova” forma de se encarar os rumos que o Brasil deveria seguir. Assim, ainda que a luta armada já viesse sendo pensada dentro do partido, as ações iniciaram efetivamente com os crescentes atos repressivos assinados pela ditadura já nos primeiros dias pós-golpe. Com isso, as perseguições se intensificaram e a clandestinidade foi a alternativa para a sobrevivência de muitas/os (CAMPOS FILHO, 1997). Nesse contexto, sessenta e nove militantes, dezesseis eram mulheres, se mudam para a região do Araguaia, sendo



divididos estrategicamente em três destacamentos, sendo eles A, B e C (MORAIS e SILVA, 2005).

No âmbito das mulheres que foram para o Araguaia, ao longo das últimas décadas, observamos que a discussão acerca de suas trajetórias e militâncias passaram a ter maior importância, algo observado nos estudos propostos pela academia (MAIA *et al*, 2004; GUERRA, 2006). Contudo, percebemos que ainda há uma predominância bibliográfica de biografias em voga da militância masculina, algo que muitas vezes acaba por pouco destacar ou invisibilizar ações femininas, as quais compreendemos como salutares para a resistência contra a ditadura e da construção da própria guerrilha do Araguaia.

A partir do exposto o presente artigo busca destacar as discussões acerca da história das mulheres, tecendo suas relações com a resistência á ditadura militar no Brasil, a partir do olhar específico para as guerrilheiras do Araguaia. Para isso, faremos uso de bibliografias sobre os temas relacionados à guerrilha, relações de gênero e história das mulheres.

#### *As militantes e ditadura militar*

Os estudos que abordam a participação feminina na ditadura militar no Brasil na academia iniciam com a pós-redemocratização, nos idos de 1990. Entre os pioneiros destacamos os produzidos por Ridenti (1990), Ferreira (1996), Colling (1997) e Carvalho (1998), os quais sob diferentes perspectivas metodológicas e áreas de estudo trazem contribuições, até então inéditas, sobre o tema. Porém, não podemos deixar de pontuar que obras memorialísticas, como “Memórias das mulheres do exílio”, organizada por Albertina Costa *et al* (1980) e literaturas que mesclavam a ficção com os traumas do período, a exemplo de “Revolta das vísceras” de Mariluce Moura (1982) já haviam sido produzidas, em plena ditadura.

Em relação às produções acadêmicas pioneiras, ainda que sendo de áreas distintas, como a História, o Jornalismo, a Antropologia, trazem em comum o estigma que as mulheres militantes carregavam pelos seus engajamentos políticos. Assim, é possível observar como muitas militantes enfrentaram um dos momentos mais tenebrosos de nossa recente história, resistindo não apenas a



um regime político de exceção, mas, também a todas as representações e privações de uma cultura machista que as viam fora do campo privado, a casa (CONRADI, 2015).

A partir do exposto anteriormente, destacamos os estudos de gênero e da história das mulheres, importantes para compreender o período e os impactos na militância feminina. Sobre as relações de gênero, a partir de Scott (1995), a entendemos como aquela que se dá pela relação social entre os sexos, rejeitando justificativas biológicas, bem como a visão errônea que durante muito perdurou, atribuindo-a abordar apenas os estudos relacionados às mulheres. Quanto à história das mulheres, especificamente, compreendemos que entre suas principais contribuições, está o combate a visão de que as mulheres, em diferentes contextos, foram passivas nos processos históricos (PERROT, 1995). Segundo Tedeschi (2012):

Incorporar a história das mulheres na produção do conhecimento histórico é um empreendimento relativamente novo e revelador de uma profunda transformação: está vinculado estreitamente à concepção de que as mulheres têm uma história e não são apenas destinadas à reprodução, que elas são agentes históricos e possuem uma historicidade das relações entre os sexos, relativa às ações cotidianas (TEDESCHI, 2012, p. 107).

195

Nesse aspecto, podemos reafirmar a o impacto dos estudos sobre a história das mulheres no Brasil, que como resultado vem desenvolvendo pesquisas acerca de diferentes temas, trazendo inúmeras problematizações e personagens femininas pouco ou sem qualquer menção na história, dita “oficial”. Nesse contexto podemos destacar, por exemplo, os estudos realizados por Joana Pedro, Margareth Rago, Mary Del Priori, Cristina Wolff, Ana Colling, Maria Matos dentre tantas outras pesquisadoras, e pesquisadores, que vem contribuindo para problematizações e a quebra de paradigmas na história.

Em relação a ditadura militar, compreender o termo resistência se faz necessário para analisarmos a presença feminina no período, uma vez que entendemos que tal terminologia deva ser aplicada de forma transcendente a política (CAVALCANTI JUNIOR, 2019). Essa visão parte do entendimento de que as mulheres resistiram não apenas há uma forma de poder político, mas, também a uma “cultura” moral e “conservadora” que definia os padrões e formas

de ser e agir. Segundo Ridenti (1990) o conceito de resistência aplicado à ditadura militar no Brasil se volta não a luta física propriamente dita, como foi no caso de guerras, mas em concepções ideológicas, culturais etc, inclusive nos atos de tortura. No caso das mulheres, traziam consigo toda uma construção do que era “ser mulher” para a época, algo que se voltava única e exclusivamente para os afazeres do lar. Assim, as ações “aceitas”, por exemplo, ficaram a cargo das realizadas por mulheres na marcha da “Família com Deus e pela liberdade”, tendo a prerrogativa de que tudo que estava fora dessa construção ideológica, era um ser desviante (COSTA, 2005).

Fazendo uso do que Foucault (1979) denominou biopoder, destacamos como as formas de poder vão sendo readaptadas e conseqüentemente exercem sua prática na vida das pessoas. Nesse caso, especificamente sobre as mulheres. Como menciona Butler (2003, p. 19) “(...) a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política”. Com isso, entendemos como ao longo da ditadura militar no Brasil as mulheres militantes eram postas duplamente na ilegalidade, a jurídica, como subversiva, e a outra como militante política, desviante (CAVALCANTI JUNIOR, 2019).

A partir de tais prerrogativas, as produções que surgiram ao longo dos últimos anos passaram a refletir não apenas sobre as práticas de diferenciação em relação às mulheres no âmbito da militância política, mas no próprio uso do corpo feminino como ente político (CONRADI, 2015). Tal aspecto pode ser melhor compreendido a partir de estudos como o de Joffily (2010) que retrata o corpo como um campo de batalha, o qual foi amplamente utilizado pela repressão nas práticas de tortura e demonstração de poder político. Segundo a referida autora,

Na tortura, as mulheres enfrentam uma dupla relação de poder: a do opressor contra o oprimido e a hierarquia de gênero – o não ser possível admitir que a mulher possa ter uma postura de igual para igual, a utilização de mecanismos de humilhação usando os atributos de gênero (JOFFILY, 2010, p. 228).

Dessa forma, ao analisarmos as diferentes abordagens e estudos acerca da militância feminina durante a ditadura, observamos que em sua maioria o

corpo é apresentado como aquele de maior artifício político, tanto pelas práticas de coerção, quanto de resistência. Como destaca Foucault (2014), o corpo aqui é observado como algo político, onde este está mergulhado em relações de poder e sujeição, onde a punição por sua “transgressão” é dada como direito do estado. Por outro lado, como pontua o próprio autor, as práticas de poder também produzem suas resistências. Este aspecto, inclusive, é algo que acompanhou as inúmeras mulheres que sofreram em seus corpos as mais desumanas ações do regime.

Ainda sobre as mulheres na ditadura militar, devemos nos atentar para o fato de que as mulheres atuaram em diferentes frentes de luta ao longo das mais de duas décadas que o regime ditatorial se manteve ativo no Brasil. Assim, na clandestinidade, nas lutas pela anistia, nos aparelhos partidários as mulheres foram de suma importância (CAVALCANTI JUNIOR, 2019). Outro campo de atuação de presença feminina durante a ditadura foi a luta armada, algo que passou a ser um campo de estudo com novos estudos nos últimos anos, um exemplo é o trabalho de Ribeiro (2018), “Mulheres na luta armada”, que apresenta a ação feminina na Ação Libertadora Nacional (ALN). Segundo a autora,

Quando mulheres tomaram parte de muitas ações armadas, alterando a imagem feminina da guardiã natural de valores pacíficos – a tese não se concentrou essencialmente no estudo da guerrilha armada, mas quis demonstrar a formação de redes políticas mais complexas e interdependentes. Espaços estes que ficaram marginais, seja pela própria imagem da mulher em sociedade, seja pela dinâmica de atuação política clandestina (RIBEIRO, 2018, p. 21).

Obviamente não tencionamos medir níveis de militância e/ou importância, algo que infelizmente acabou acontecendo ao longo do tempo, desqualificando militantes em detrimento de ações de outras. Dessa forma, compreender que os partidos políticos, bem como os diferentes grupos de atuação contra a ditadura foram diversos não apenas em sua concepção orgânica, mas no campo das ideias se torna valioso. Uma vez que permite entender que as mulheres que militaram no período não eram um grupo homogêneo, mas, que tinham suas diferentes formas de encarar questões como feminismo, política e cultura (CAVALCANTI JUNIOR, 2019). Em relação à participação na luta armada,

especificamente, esta foi resultado das próprias exigências das mulheres, uma vez que “o modelo masculino era considerado o ideal para a guerra e, por isso, os dirigentes não se dispunham a perder tempo em discutir a questão da mulher” (TELES, 2017, p. 82).

Quanto à inserção da luta armada no processo histórico brasileiro, esta já havia sido pensada no Brasil antes mesmo do golpe de 1964, algo que se deu tanto pela proposta de uma nova forma de governo, bem como pela própria influência das Revoluções Chinesa (1949) e Cubana (1959) (GORENDER, 1987). Com a deflagração do golpe, em 1964, e o início das perseguições políticas, o PCB, partido de maior representatividade na época, optou por uma linha mais pacífica, a partir de um modelo leninista (OLIVEIRA, 2017).

Na concepção leninista, o partido, especificamente o partido revolucionário, deve se conformar como uma força de vanguarda na medida em que desmascara em público as forças políticas da classe dominante (OLIVEIRA, 2017, p. 15).

Tal posicionamento gerou uma série de insatisfações e cisões, algo que originou inúmeros grupos e partidos com pensamentos distintos, a exemplo do PC do B. Este último, seguindo uma linha ortodoxa, baseada em princípios marxistas-leninistas, a partir do modelo Chinês, Maoísta, via que a luta armada era a única alternativa para se alcançar o socialismo (CAMPOS FILHO, 1997).

A partir daí, tendo o PCB e o PC do B, como exemplos, observamos dois projetos distintos. Enquanto o primeiro via a alternativa pacífica como um processo de transição para o socialismo, o segundo considerava uma guerra popular prolongada o melhor caminho (SEGATTO, 1995). Assim, notamos até aqui, que houveram diferentes frentes de luta, partidárias, movimentos de cultura etc contra a ditadura, e por mais divergentes que fossem, em algum aspecto, partiam de um ideário comum. E foi dentro desse projeto que o PC do B colocou em prática seu projeto de luta no campo, deflagrando a Guerrilha do Araguaia e enviando seu efetivo para a região (CAMPOS FILHO, 1997).

Sobre a escolha de quem iria para a região, não há uma clareza quanto as premissas que basearam o partido. Contudo, estudos apontam para algumas características, que vão além das constantes perseguições, seriam elas: “conhecimentos técnicos que servissem à guerra popular, familiaridade com a

vida no campo ou origem sertaneja e, principalmente, destaque na atuação política anterior, o que comprovaria o compromisso do militante com o partido” (MECHI, 2015).

### *As guerrilheiras do Araguaia*

Sobre a participação feminina na guerrilha do Araguaia, do efetivo de mais de sessenta militantes, participaram ao todo dezesseis mulheres. Divididas em destacamentos, como já mencionamos, estavam assim dispostas: no A, Criméia Schimmdt, Helenira Resende, Lúcia Maria, Jana Moroni e Maria Célia. No B estavam Suely Yumiko, Dinaelza Santana, Luzia Reis, Luiza Garlippe, Regilena da Silva Carvalho e Walkíria Afonso. Por fim, no C, estavam Áurea Valadão, Dinalva Oliveira, Maria Lucia Petit e Telma Regina. Outra mulher na composição foi Elza Monnerat, que ficou responsável pela estruturação da guerrilha, além de levar as/os militantes para a região (MORAIS E SILVA, 2005).

Destacamos que a opção por apresentar todas as mulheres que foram para o Araguaia se dá no combate ao esquecimento histórico e no objetivo de que sejam reconhecidas de forma igual perante a militância que realizaram. Uma vez que, como destaca Rago (2013):

Para além do recorte de classe, é fundamental considerar a dimensão do gênero na avaliação da produção autobiográfica, lembrando que as biografias e autobiografias masculinas se encontram muito mais disponíveis nas livrarias, nas bibliotecas e nos arquivos do que aquelas escritas por mulheres e, mais ainda, das que assumem uma perspectiva feminista. Trata-se, portanto, de perceber a dimensão feminista na própria construção discursiva da subjetividade e na subversão dos padrões literários socialmente instituídos, a exemplo do gênero autobiográfico, tradicionalmente masculino (RAGO, 2013, p. 34).

A partir do pensamento de Rago (2013), e pondo-se a refletir sobre a produção de trabalhos biográficos ou autobiográficos sobre as mulheres em diferentes períodos da Ditadura e também na guerrilha do Araguaia é possível constatar uma lacuna. Até o fechamento deste texto só há o conhecimento das obras de Bercht (2002) “Coração vermelho: a vida de Elza Monnerat”, Maia

(2004) “Guerrilheiras do Araguaia: os caminhos de quatro jovens militantes”; Ribeiro (2007) “Helenira Resende e a Guerrilha do Araguaia” e Padrr (2020) “Do corpo insepulto à luta por memória, verdade e justiça: um estudo do caso Dinaelza Coqueiro”. A primeira, conta a trajetória da militante Elza Monnerat desde sua inserção na política, a segunda, como destacam os autores é um trabalho de conclusão de curso impresso na modalidade livro-reportagem, que apresenta as biografias das guerrilheiras: Telma Corrêa, Walkíria Costa, Luiza Garlippe e Suely Yumiko. Já a obra escrita por Ribeiro (2007), destaca a vida e a militância política da guerrilheira Helenira Resende, a qual teve o reconhecimento pelos grandes feitos pela própria composição militante, que após sua morte batizou o destacamento que atuava, o A, com seu nome. Por fim, Padre (2020) faz um estudo sobre a vida militante de Dinaelza Coqueiro e a luta pela reparação e memória a partir de sua família.

Sobre o perfil das mulheres, segundo Guerra (2006), do quantitativo feminino que foi ao Araguaia, onze eram estudantes universitárias e com experiência na militância estudantil. Outro aspecto mencionado é a origem urbana de sua maioria, destacando a pouca relação com o campo, ainda que nos casos de algumas, a exemplos de Dinaelza e Dinalva, tenham nascido no interior do estado da Bahia (MORAIS e SILVA, 2005).

Sobre o papel desempenhado pelas mulheres no Araguaia, ao realizarmos um levantamento acerca das lideranças no Araguaia, observamos que apenas uma delas chegou a um cargo de comando. Trata-se de Dinalva Oliveira, a Dina do Araguaia, que se tornou subcomandante do destacamento C (MORAIS e SILVA, 2005). Posto isso é possível refletir sobre quais eram as prerrogativas para que as mulheres pudessem assumir os altos postos de comando? Indo além, e pensando no período como um todo, é possível novamente questionar, quantos partidos durante a ditadura tiveram mulheres como lideranças? Tais questionamentos se tornam a base para entender que por mais preparadas que foram, as mulheres precisavam se sobrepor para ter voz de comando, ainda que não em forma de cargos propriamente estabelecidos (COLLING, 1997).

Em meio aos estudos sobre o Araguaia e as mulheres, estes ainda são poucos, algo que se mostra diferente quando se pensando em biografias ou

abordagens sobre a presença masculina. Obviamente que não é medir quem foi ou foram importantes para a militância, mas propor reflexões que analisem que ainda há na história do referido episódio uma representação masculina. Segundo Rago (2013),

Para além do recorte de classe, é fundamental considerar a dimensão do gênero na avaliação da produção autobiográfica, lembrando que as biografias e autobiografias masculinas se encontram muito mais disponíveis nas livrarias, nas bibliotecas e nos arquivos do que aquelas escritas por mulheres e, mais ainda, das que assumem uma perspectiva feminista. Trata-se, portanto, de perceber a dimensão feminista na própria construção discursiva da subjetividade e na subversão dos padrões literários socialmente instituídos, a exemplo do gênero autobiográfico, tradicionalmente masculino (RAGO, 2013, p. 34).

Em linhas gerais, percebemos uma predominância em temáticas que buscam explicar o que foi o Araguaia e como se deu o combate, ainda que apresentem informações sobre as diferentes mulheres que lá estiveram. Nesse aspecto temos, por exemplo, a obra “Operação Araguaia: Os arquivos secretos da guerrilha” de Morais e Silva (2005). Com isso, notamos que ainda pouco se conhece/fala sobre o que foi a Guerrilha do Araguaia, mas, principalmente sobre quem foram as mulheres e quais as ações das que lá estiveram.

Segundo apresentam os estudos já destacados, no Araguaia as mulheres desempenharam diferentes funções, algo que não se restringia a preparação para a guerrilha em si, mas, também na preocupação com a realidade das pessoas que moravam nas regiões que passaram a morar. Dessa forma, exerceram funções como professoras, parteiras etc sendo muitas delas reconhecidas pelos próprios moradores. Isso pode ser observado na entrevista de Dona Domingas, moradora da região, à Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 2013:

Eu qualificaria eles, assim como pessoas boas, pessoas que estavam a trabalho da comunidade, sem maldade. Eles inclusive cuidaram de muitas pessoas lá, pessoas doentes. Eu mesmo, tenho um menino que tá até aqui em casa, eu "tava" grávida nessa época e até ia perder esse menino se não fosse a Dina, la fez meu tratamento com Dr. Paulo (...) (CNV, 2013).



Nas análises de documentos e entrevistas fornecidas pela CNV, percebemos que o sentimento de agradecimento às ações realizadas é algo comum, principalmente pela falta de cuidados que a região ficou exposta durante a ditadura<sup>3</sup>. Assim, os pertencentes da guerrilha do Araguaia passaram a prestar serviços que não apenas desenvolvia a politização, mas, também o social (CAMPOS FILHO, 1997).

Sobre a função de parteira, ou relacionada à saúde, estudos apontam que algumas mulheres tinham formação nas áreas de medicina e enfermagem. Como exemplo, temos Lúcia Maria de Souza, codinome Sônia, que cursou até o 4º ano de medicina no Rio de Janeiro, Criméia Schmidt, chamada de Alice e Luiza Garlippe, codinome Tuca, que cursaram enfermagem (MORAIS e SILVA, 2005).

Sobre a função de professora, desempenhada pelas militantes, mais uma vez não faltam exemplos, dentre elas podemos mencionar, Maria Lúcia Petit (Maria), Dinalva Oliveira (Dina) e Jana Moroni Barroso (Cristina), lecionando no primário e alfabetizando adultos (MERLINO & OJEDA, 2010).

Embora as ações femininas destacadas anteriormente forem importantes no enfrentamento às dificuldades encontradas no Araguaia, se faz necessário pontuar que não ficavam restritas a estas, algo que poderia as enquadrar com relativa passividade ao episódio no Araguaia. Nessa perspectiva, devemos salientar que, por exemplo, Dinalva Oliveira, foi uma das pessoas mais procuradas no Araguaia pela repressão, tendo até hoje um misticismo acerca de sua morte e suas habilidades de sumir aparecer nas matas, vide suas capacidade técnicas e habilidades (MORAIS e SILVA, 2005; MERLINO e OJEDA, 2010). Além dela, Dinaelza, a Mariadina, ficou conhecida por sua valentia e coragem, sendo uma das mulheres que tinham um forte apressado na região (MORAIS e SILVA, 2005). Da mesma forma como Luiza Garlippe, codinome Tuca, assumiu a condição de comandante médica da guerrilha com a morte do militante João Hass Sobrinho (MERLINO e OJEDA, 2010). Tais prerrogativas, exemplificadas, apontam que as mulheres estiveram nas

---

<sup>3</sup> O método da história oral nos possibilita uma série de problematizações acerca do uso de entrevistas nos trabalhos historiográficos. Contudo, aqui não serão apresentadas, visando o foco nas ações das mulheres guerrilheiras.

diferentes frentes de atuação no Araguaia, fossem nas questões sociais, bem como da militância em si.

Em meio a todo o embate ocorrido no Araguaia, é possível observar algumas questões, a exemplo das relações de gênero. No caso de Dinalva Oliveira, esta foi para a guerrilha juntamente com seu companheiro Antônio Monteiro. Porém, sua personalidade, postura e preparo em lidar com a vida cotidiana, em uma cultura patriarcal, fizeram como revertisse o imaginário de gênero, onde seu companheiro passou a ser conhecido com Antônio “da Dina” (MORAIS e SILVA, 2005). Tal ocorrido foi algo incomum, pois não houve outro no Araguaia. Além disso, devemos levar em consideração, como destaca Colling (1997), que muitos documentos da repressão, não apenas traziam um olhar pejorativo para a presença feminina na política, como também atribuíam que elas estarem na militância penas para acompanhar seus companheiros (COLLING, 1997). Porém, o que observamos nas trajetórias das mulheres que foram ao Araguaia é o contrário, embora tivessem sonhos e opiniões individuais, optaram por um projeto político que acreditavam ser o correto naquele momento e que potencializado com as perseguições migraram para a região norte do Brasil. Segundo Colling e Cavalcanti Junior (2019),

203

Se a história política é uma coisa de homens a história da ditadura militar no Brasil é a radicalização da invisibilidade do feminino. A mulher militante política, engajada em partidos políticos de oposição à ditadura, não era encarada como sujeito histórico, sendo excluída do jogo do poder. Apesar de tantas mulheres, juntamente com os homens, lutarem pela redemocratização do país, foram excluídas dos relatos históricos e das documentações sobre o período (COLLING e CAVALCANTI JUNIOR, 2019, p. 50).

Analisando documentos do período, pertencentes ao banco de dados do projeto Brasil Nunca Mais<sup>4</sup>, a partir de uma breve pesquisa, é possível observar que em sua maioria, as mulheres são apresentadas como pertencentes a alguém, indo muito além da construção de um simples papel. Uma vez que, até

---

<sup>4</sup> O Brasil nunca mais surgiu a partir do Conselho Mundial de Igrejas e da Arquidiocese de São Paulo, os quais trabalharam sob sigilo durante cinco anos, totalizando mais de 800 mil páginas de processos do Superior Tribunal Militar (STM). A partir do site, qualquer pessoa pode ter acesso e fazer pesquisas por palavras, sendo hoje uma ferramenta importante no processo de pesquisa e luta pela memória. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/> Acessado em 26/05/2020 às 14:36

mesmo quando se trata especificamente de uma ação realizada por uma mulher, a referência utilizada pela repressão continuava sendo a do companheiro (ROSA, 2013). Tais observações vão de encontro àquilo que entendemos sobre a forma como as militantes eram representadas, destituídas de participação, algo que não condiz com os estudos destacados neste breve texto e nas inúmeras outras produções sobre o tema.

As mulheres que foram para a guerrilha do Araguaia abriram mão de planos pessoais em prol de uma concepção coletiva de mundo, tendo como pressupostos a luta por uma sociedade mais justa e igualitária, independentemente de sua vida. Por outro lado, devemos compreender que a ideia não parte de um processo de heroização dessas mulheres, pois recairíamos em um erro, mas compreender que foram protagonistas de seus atos e posicionamentos políticos (CONRADI, 2015). Para uma proposta de artigo, mencionar as ações de todas não sobriria espaço, mas, entendemos que as que aqui foram mencionadas, como exemplo, trazem um significado importante e representam as demais. Algo que em muito tem a contribuir para futuros estudos acerca da história das mulheres e conseqüentemente para a historiografia da ditadura militar no Brasil.

### *Considerações Finais*

A história das mulheres trouxe contribuições significativas para a historiografia, dentre elas a importância de se analisar as configurações do “ser mulher” nas diferentes sociedades que ao longo do tempo se constituíram. Com isso, o combate àquela história, dita “oficial”, norteadas apenas por feitos masculinos passou a ser constantemente repensada e combatida. Não se tratando de negar o que foi feito, mas de agregar novos sujeitos e novas problemáticas.

No âmbito da ditadura militar, ainda que ao longo da primeira metade do século XX, conquistas importantes tenham sido alcançadas, o período contribuiu para que muitas prerrogativas conservadoras voltassem de forma mais intensa.

Tal aspecto pode ser representado pelo simples fato de que ao ingressarem em causas políticas, muitas mulheres passassem a ser mal vistas e carregando os estigmas de uma cultura enraizadamente patriarcal (COLLING, 1997).

Com isso, compreendemos a importância na elaboração de estudos que discutem a história das mulheres, uma vez que contribuem para uma perspectiva de mulheres como protagonistas. Entendendo que ousaram romper com padrões de época, concepções sobre seu corpo e leis que as cerceavam da própria cidadania.

A guerrilha do Araguaia ainda carece de maiores discussões acerca de suas militantes, suas guerrilheiras, as quais resistiram em igual força aos outros companheiros que lá estiveram. Logo, o breve artigo sugere que tais possibilidades possam ser aprofundadas e novos estudos sobre elas possam ser realizados. Algo que temos certeza farão avançar os debates e as reflexões de gênero e história.

### **Referências**

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru. SP: Edusc, 2005.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lembranças do golpe-1964. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 15, n. 28, p. 8-21, 2014.

BERCHT, Verônica. **Coração vermelho: a vida de Elza Monnerat**. Anita Garibaldi, 2002.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, L.M. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998

CAVALCANTI JUNIOR, Ary Albuquerque. **Três mulheres e uma história de luta pela democracia e pela liberdade**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

\_\_\_\_\_; CAVALCANTI JUNIOR, Ary A. Militantes e guerrilheiras. **Revista Espacialidades**, v. 15, n. 01, p. 47-61, 6 nov. 2019.

CONRADI, Carla Cristina N. “**Memórias do sótão**”: vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985). 2015. 267 fl. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História. Universidade Federal do Paraná, 2015.

COSTA, Albertina de Oliveira *et al.* **Memórias das mulheres no exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de sociologia e política**, n. 25, p. 83-106, 2005.

COSTA, Ana Alice A.; SANTANA, Ediane Lopes; SOBRAL, Rebeca. As mulheres e as marchas da Família com Deus pela democracia e pela liberdade na Bahia. In: MOTTA, Alda Britto da; AZEVEDO, Eulália Lima; GOMES, Márcia Queiroz de Carvalho. **Reparando a falta**: dinâmica de gênero em perspectiva geracional. Salvador: NEIM/UFBA, 2005. p. 135-151.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. RAMALHETE, Raquel. Petrópolis, RJ: Editora: Vozes, 2014.

GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. **A esquerda brasileira**: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GUERRA, Fabiana de Paula. **Araguaia**: desvelando silêncio (atuação das mulheres da Guerrilha). 84p. Monografia (Bacharelado) –Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Graduação em História, UFU, Uberlândia, 2006.

JOFFILY, Olivia. O corpo como campo de batalha. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Sheibe. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. pp. 225-245

LIMA, Gilneide de Oliveira Padre. **Do corpo insepulto à luta por memória, verdade e justiça**: um estudo do caso Dinaelza Coqueiro. 238f. Tese (doutorado) –Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2019.

MAIA, Iano Flávio de Souza. **Guerrilheiras do Araguaia**: os caminhos de quatro jovens militantes. (Orgs) MAIA, Iano Flávio de Souza; SIQUEIRA, Renata

Coimbra e Dantas; SAVIGNANO, Verónica María. Campinas: Puc-Campinas, 2004.

MECHI, Patrícia Sposito. **Os protagonistas do Araguaia:** trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2015.

MERLINO, Tatiana e OJEDA, Igor (Orgs). **Direito à memória e à verdade:** luta substantivo feminino. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

MORAIS, Taís. SILVA, Eumano. **Operação Araguaia:** Os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Editora Geração. 2005

MOURA, Mariluce. **A revolta das vísceras.** Rio de Janeiro: Codreci, Coleções Edições do Pasquim; v. 125, 1982.

PERROT, Michelle. **Escrever uma história das mulheres:** relato de uma experiência. In: cadernos Pagu (4) 1995.

OLIVEIRA, Eder Renato de. **Entre a Reforma e a Revolução:** O PCB e a Revolução Brasileira. 157 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2017.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se:** feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

RIBEIRO, Bruno. **Helenira Rezende e a Guerrilha do Araguaia.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

RIBEIRO, Maria Cláudia B. **Mulheres na luta armada:** protagonismo feminino na ALN (Ação Libertadora Nacional). São Paulo: Alameda, 2018.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo social**, v. 2, n. 2, p. 113-128, 1990.

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memórias:** “Não imagine que precise ser triste para ser militante”. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista brasileira de história**, São Paulo, V. 27, nº 54, 2017, p. 281-33.

MORAIS, Taís. SILVA, Eumano. **Operação Araguaia: Os arquivos secretos da guerrilha.** São Paulo: Editora Geração. 2005

TEDESCHI, Losandro Antônio. **As mulheres e a história: uma introdução teórico metodológica**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2012.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Lembranças de um tempo sem sol... In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Sheibe. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. pp. 284-292.

\_\_\_\_\_. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. Alameda Casa Editorial, 2017.

VILLA, Marco Antônio. **Ditadura à brasileira: 1964-1985: a democracia golpeada à esquerda e à direita**. São Paulo: LeYa, 2014.



## HISTÓRIA E GÊNERO EM CAPAS E CONTRACAPAS DE PARTITURAS PARA PIANO

### HISTORY AND GENDER ROLE IN PIANO SCORE ART COVERS

Robervaldo Linhares Rosa<sup>1</sup>

**RESUMO:** A partir de 3 imagens de capa e contracapas de partituras para piano do final do século XIX e início do XX, todas relacionadas ao universo feminino, engendrase uma cadeia de relações sócio-histórica e culturais com o fito de apreender o papel do piano e da música nesse recorte temporal em que sobressaem questões de gênero e de representações.

**Palavras-chave:** História. Música e Gênero. Partituras para piano.

**ABSTRACT:** From 3 images taken from the cover and back covers of piano scores from the late 19th and early 20th centuries, all related to the female universe, a chain of socio-historical and cultural relations is engendered in order to apprehend the role of the piano and music in this time frame in which issues of gender and representations stand out.

**Key words:** History. Music and Gender. Piano scores.

209

#### *À guisa de abertura*

Em relação aos confinamentos e interdições reservados à mulher no século XIX, o viajante Charles Expilly, em seu livro *Mulheres e costumes do Brasil*, põe em destaque um provérbio português que esteve em voga à época: *uma mulher já é bastante instruída quando sabe ler corretamente as suas orações e sabe escrever a receita da goiabada. Mais do que isso seria um perigo para o lar* (EXPILLY, 1977, p. 269). Muito provavelmente, um provérbio carrega em si, dada à multiplicidade de imagens condensadas em frases curtas, a tradução inequívoca e direta da *vox populi* acerca de uma determinada realidade social e cultural, ou, dito de outra forma, de uma conjuntura histórica.

---

<sup>1</sup> Professor de Música e História da Escola de Música e Artes Cênicas da Universidade Federal de Goiás (EMAC/UFG). Pianista Doutor em História pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Música pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Bacharel em Música pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

Não é tarefa vã começar pelas palavras, como já observou Bosi, visto que *as relações entre os fenômenos deixam marcas no corpo da linguagem* (BOSI, 1992, p. 11). Assim, vale a pena olhar de forma mais detida uma das acepções que o vocábulo provérbio abriga: *máxima ou sentença de caráter prático e popular, comum a todo um grupo social, expressa em forma sucinta e geralmente rica em imagens* (FERREIRA, 1999, p. 1657).

É curioso que, a uma primeira visão, tal provérbio citado por Expilly parece entrar em conflito quando se tem à mão um número significativo de partituras para piano, editadas entre o final do século XIX e o início do XX, em que imagens de mulheres revelam uma abundância de situações com elas em eloquente destaque. Ora, se a elas estava reservado, conforme o provérbio mencionado, no máximo ler orações religiosas e escrever receitas de sobremesas para o bel-prazer de seus esposos e de suas famílias, como se explica o grande número de imagens de mulheres iluminadas por holofotes nas capas e contracapas de partituras para piano desse período?

A partir da consulta e análise ao acervo de 376 partituras completas para piano, diga-se de passagem, acervo a um só tempo gigante e precioso, totalmente à disposição do leitor no livro *A Casa Edson e seu tempo*, de Humberto Franceschi (2002), procurarei esquadrihar sendas, muitas delas subterrâneas, com o propósito de conectar fios, sentidos, silêncios à minha urdidura.

Selecionei três imagens presentes em contracapa e capas de partituras. O cateretê *Viagem ao Parnaso*, de Abdon Milanez; o tango de salão (para dançar o tango argentino) *A vida é um sonho*, com Música de José Francisco de Freitas (Freitinhas) e Poesia de Lúlú; e, por fim, a *Canção do berço*, com música de Oscar Beauvais e versos de Philomeno Ribeiro.

Para tanto, percorro caminhos transversais que sem a sua profusão de prismas não me seria possível acessar a *re-presentificação* de um tempo, conforme lição ensinada por Catroga (2001).

Assim, alguns aspectos, como elos de uma corrente, serão visitados com lentes adequadas para que a inquietação inicial seja apaziguada, ainda que de forma provisória. Nesse contexto, história do piano e história da impressão musical no Brasil apresentam-se quase como faces de uma mesma moeda. O

público alvo dos pianos e de suas partituras, a saber, as mulheres, revela-se, na conjuntura aqui selecionada, como uma extensão indispensável do afortunado comércio da fabricação de pianos e de edição de partituras.

Levando em consideração que uma partitura contém bem mais que signos musicais à disposição do intérprete para ressignificá-los na concretude do som, a exemplo das ilustrações de capas e contracapas, este artigo se devota a observá-las, analisá-las, com o entendimento teórico-metodológico de que possibilidades de leitura podem despontar a partir das representações do universo imagético das partituras. Dessa forma, reflexões sobre gênero, representações, imaginário, relação triádica história-música-imagem merecem ser examinadas, pois o fulcro dessa empreitada é fixar uma visão acerca da socialidade de uma época, pois *o passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido*. (BENJAMIN, 1994, p. 224).

Graças às expressivas mudanças epistemológicas ocorridas no campo da História que, efetivamente, resultaram em um novo campo do conhecimento conhecido como história cultural (PESAVENTO, 2005), é que um conjunto de novas abordagens podem ser acessadas pelo historiador, como representação, imaginário, narrativa, ficção, sensibilidade, gênero, dentre muitas outras. E, sobretudo relevante, conforme palavras de Rago, a história cultural ressalta *a importância da linguagem, das representações sociais culturalmente constituídas, esclarecendo que não há anterioridade das relações econômicas e sociais em relação às culturais* (RAGO, 1999, p. 6). Sem dúvida, a questão das incursões interdisciplinares torna-se relevante ao ofício do historiador filiado à história cultural. Mello observa que

Assim, os diversos suportes empíricos da história cultural se oferecem ao pesquisador atento como exuberante montra de escolhas – no sentido mesmo de vitrine –, pois indícios do representacional afloram dos motivos iconográficos, das biografias, dos discursos em circulação na encenação cotidiana, dos textos oficiais, da documentação obtida em arquivos, das obras romanescas, do repertório das canções com suas letras, dos corpora constituídos com base no universo da poesia, das narrativas orais, enfim, de múltiplos sítios de representação. (MELLO, 2008, p. 21)

Muito embora o universo da partitura tenha reinado absoluto antes da reprodução mecânica do som, a exemplo das gravações em disco de 78 rpm e do advento do rádio, ambas tecnologias surgidas nos primórdios do século XX, as investigações acerca das socialidades flagrantes nas partituras ainda são quase inexistentes. Tal silêncio deve-se a alguns fatores, como a especificidade na visão dos músicos que, quando se interessam por esse repertório, veem apenas a música em si, ou seja, o lado técnico que possibilita a leitura musical com vistas à *performance*. Artistas visuais, designers gráficos e estudiosos das imagens pouco desconfiam que no campo musical há tanto de visual, como é o caso das imagens contidas nas capas e contracapas de partituras.

Devido ao que chamo de “tirania da partitura” (ROSA, 2016, p. 78), expressão compreendida como o conjunto de sinais exclusivos ao músico treinado na escrita musical ocidental, esse material acaba por assustar historiadores, sociólogos, antropólogos, dentre outros, que, no mais das vezes, devido à formação, não dominam a escrita musical. Por isso mesmo, quando trabalham com música, preferem se voltar às palavras cantadas, o que não deixa de resultar em muitos trabalhos de grande envergadura intelectual.

Mas, além dessa relação já notória, há um campo imenso quase à deriva e, por isso mesmo, carente de investigação. Portanto, urge que tanto o músico quanto qualquer pesquisador interessado se volte ao mundo de músicas e imagens contidas nas partituras para que as coisas pequenas, tantas vezes vistas como insignificantes, a que Maffessoli (2004) chama de socialidade, seja apreendida, analisada e, com isso, possa revelar novos olhares.

### *Uma partitura contém bem mais que música*

Se for olhado apenas a feição prática a que se destina uma partitura, ela será compreendida como um conjunto de orientações gráficas para que o músico possa executar uma determinada obra. Isto é, a partitura funciona como um guia, um mapa, um roteiro ao intérprete (ROSA, 2001). No entanto, tendo em vista que a partitura impressa, desde seus primórdios, foi peça importante de uma cadeia mercadológica mais ampla, ou seja, ela foi uma mercadoria, outros

aspectos, muito além de musicais, fazem parte, sem dúvida, de seu universo. É comum encontrar numa partitura propagandas de outras partituras, propagandas de outros produtos, como instrumentos musicais, livros, métodos, e, até mesmo, de sapatos, chapéus, espartilhos e perucas. É claro que as editoras sabiam exatamente qual era o público consumidor de seus produtos.

O mercado de impressão musical no Brasil está indissociavelmente ligado ao grande prestígio que o piano teve durante o longo período que começa no Império e se estende até o advento da bossa nova, no final da década de 1950 (TINHORÃO, 1976).

A primeira carta régia de D. João VI em solo brasileiro, o Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas, teve como objetivo legitimar o comércio inglês no Brasil. Corolário dessa medida foi a chegada de produtos até então inéditos à *terra brasilis*. Rosa observa que

uma grande quantidade de mercadorias estrangeiras, principalmente aquelas provenientes da Inglaterra, começou a desembarcar na então sede da monarquia portuguesa. Juntamente com os produtos de além-mar que aqui aportavam, grande parte deles inusitados ou desnecessários a uma região de clima quente e úmido, a exemplo de aquecedores domésticos e de patins para serem usados no gelo, chegou um instrumento musical que foi prontamente acolhido com entusiasmo, tornando-se, no decorrer do século XIX, motivo de forte atração, o piano (ROSA, 2014, p. 26).

213

Grande parte dessa atração e prestígio provém, muito possivelmente, da função polivalente que desempenha: é solista, é acompanhador de outros instrumentos e do canto, é capaz de realizar reduções orquestrais, e é excelente meio para a aprendizagem musical (ROSA, 2014). Graças à feição polivalente do piano, a maioria esmagadora das partituras impressas e vendidas nessa conjuntura foram exatamente destinadas a ele.

Soma-se a isso o fato do piano, além de ser um instrumento musical, ter sido um móvel cobiçado pela sociedade, pois era forte a sua representação como símbolo de *status* e de poder econômico, dado o seu alto valor aquisitivo. A propósito, Pesavento observa que *as representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens precebam a realidade e pautem a sua existência* (PESAVENTO, 2005, p. 39). Assim, ser proprietário de um piano significava que seu dono possuía a

chancela exigida para pertencer ao mundo do “bom gosto”, tendo em vista a procedência europeia desse móvel/instrumento. Em relação a esse contexto, Freyre (1962) observa que *um piano [...] é indispensável em um salão ainda mesmo quando nenhuma pessoa da família o saiba tocar* (FREYRE, 1962, p. 138).

Confortavelmente instalado na ambiência doméstica, o piano foi preferencialmente de uso feminino (ROSA, 2014). Foi assim que significativo número de composições de sucesso, inicialmente ligadas ao universo público, como polcas, tangos, mazurcas, valsas, habaneras, dentre muitas outras, adentraram ao universo privado por mãos de sinhazinhas.

### *Pianos e partituras às mulheres*

Com a transformação da cidade do Rio de Janeiro em sede da monarquia portuguesa, por conta da chegada da Família Real, de uma hora para outra os moradores tiveram que lidar com práticas culturais bem diferentes. Novos locais e novas situações impuseram novos códigos sociais que começaram a fazer parte da corte nos trópicos, como ir às missas cantadas, ao teatro, às festas, desde nascimentos a casamentos, além, é claro, de funerais. Monteiro entende que os habitantes da cidade do Rio de Janeiro

Tiveram de saber o que era o gosto - do ponto de vista do cortesão - e de conviver com ele. Pelo menos alguns setores da sociedade escravista fizeram do gosto da corte a regra de vida, e por isso acharam-se modernos e civilizados (MONTEIRO, 2008, p. 22).

O hábito do sarau esteve relacionado à ideia de “bom gosto” europeu, portanto, almejado. Reuniões domésticas lítero-musicais, sempre ao som de piano e regado a reduções de árias de ópera, além de revelarem o gosto da corte, tido como superior, era, também, uma demonstração de poder, dado o alto valor aquisitivo de um piano. Rosa informa que

Nas primeiras décadas do século XIX, em 1828, um piano custava 600 mil réis. Comparando o seu preço ao custo de outros instrumentos, no mesmo período, percebe-se a

discrepância de valores entre os mesmos. Com o valor pago em apenas um piano, dava-se para comprar, por exemplo, quase 8 cravos (um cravo custava 80 mil réis), 20 espinetas (uma espineta custava 30 mil réis) e mais de 330 flautas de uma chave (uma flauta de uma chave custava 1.8 mil réis) (ROSA, 2014, p. 29).

Como era marca distintiva de educação e de boas maneiras, o piano logo passou a ser usado na instrução das moças ricas do Império. Tendo em vista a sua quase imobilidade dentro das residências e salões, por conta de seu sobejo peso, ele tornou-se o companheiro de moças que ficavam praticamente reclusas em seus lares, a ponto do romancista José de Alencar afirmar em um folhetim que *o piano foi para a mulher o que o charuto é para o homem, um amigo para todas as horas e um confidente alerta* (ALENCAR apud FONSECA, 1992, p. 130).

A partir da criação da Imprensa Régia, em 1808, é dado o marco zero na história da impressão musical no Brasil, visto que antes disso era proibida a instalação de tipografias. Nesse momento, Primeiro Reinado, o repertório se volta principalmente para lundus, duos, cavatinas, árias de ópera

Com a democratização do piano ocorrida no Segundo Reinado, em decorrência da ampliação do comércio inglês e a pressão da Inglaterra ao Brasil por meio da Lei Bill Aberdeen, de 1845, que tinha como objetivo formar consumidores, muito mais que libertar escravos, houve uma grande entrada de importados no Brasil. Alencastro analisa da seguinte forma:

Cessado o tráfico, ocorre um retorno das divisas obtidas nas vendas de produtos de exportação e até então reservadas para financiar a compra de africanos. O efeito na balança comercial e na balança de pagamentos do Império é imediato. Comparando-se o quinquênio de 1845-50 ao de 1850-5 (o ano fiscal corria de julho a junho), constata-se que o valor das importações do Rio de Janeiro cresce uma vez e meia. Vários fatores demonstram que houve um forte acréscimo na entrada de importados - bens de consumo semiduráveis, duráveis, supérfluos, jóias etc. - destinados aos consumidores endinheirados da corte e das zonas rurais vizinhas (ALENCASTRO, 1998, p. 37).

Interessante observar que o piano foi um dos bens mais cobiçados pelos consumidores endinheirados a que Alencastro menciona, a ponto de tornar-se, nesse momento, uma mercadoria-fetichê. Alguns fatores colaboraram para a



apropriação do piano pela corte do Segundo Reinado, a saber: a) o aprimoramento da tecnologia industrial que permitiu abandonar a produção artesanal; b) a falta de um comércio local de pianos de qualidade; c) o crescimento da marinha mercante e ampliação dos mercados; d) a tendência para imitar aquilo que as sociedades colonizadas entendem como “civilizado”, e, sobretudo importante, e) o gosto pela música.

Não por acaso, com mais pianos à disposição no mercado, por conta da redução em seu valor, houve um implemento significativo na impressão musical. Os títulos das coleções, conforme a Enciclopédia da Música Brasileira, são certos em relação ao seu público alvo, como pode ser visto: *delícias da jovem pianista*, *recreação da jovem fluminense*, *progresso da jovem pianista*, *ramalhete dos principiantes*, *grinalda da jovem pianista*, *ramalhete das damas*, *bouquet dos pianistas* (MARCONDES, 1998, p. 371).

Dessa forma, observo um investimento social em relacionar a mulher ao piano, até mesmo porque ambos estavam praticamente confinados no ambiente privado, como forma de dominação dos espaços de atuação da mulher na sociedade. Andrade afirma que o piano *era o instrumento por excelência da música do amor socializado com casamento e bênção divina, tão necessária à família como o leito nupcial e a mesa de jantar* (ANDRADE, 1991, p. 12). A propósito, vale a pena destacar, que as relações de gênero são aprendidas socialmente, o que vale dizer que são construções sociais.

216

### *Acervo Casa Edson*

Em 2002 foi publicado o livro *A Casa Edson e seu tempo*, do colecionador e fotógrafo Humberto Franceschi, fruto da parceria entre a Petrobrás, o Instituto Moreira Sales e a gravadora Biscoito Fino. Trata-se de uma importante contribuição à historiografia musical brasileira, pelo fato de disponibilizar ao leitor parte do acervo de Franceschi, com mais de 6 mil discos 78rpm, 5 mil fitas gravadas a partir de discos originais, totalizando mais de vinte mil músicas, além de milhares de documentos escritos, partituras e fotografias. Acompanham a edição do livro quatro CDs, com cerca de 100 músicas, além de cinco CD-Roms,

com documentos, partituras digitalizadas, além de reproduções de fotografias e documentos originais.

O acervo de partituras contém 376 partituras completas para piano, tanto solo como piano e canto e, também, em duo com outros instrumentos, e algumas partituras incompletas.

Chama a atenção que ao analisar as imagens contidas nas capas e contracapas, concluo que 274 do total têm uma ligação direta com o universo feminino, isto é, 73%, em média, do total das partituras do acervo estão, direta ou indiretamente, ligadas ao mundo feminino. De forma direta: aparece a fotografia ou ilustração de uma mulher na capa ou contracapa; o título da peça remete a nomes femininos, como *Olinda*, por exemplo. De forma indireta: presença de ilustrações gráficas entendidas pela sociedade como pertencentes ao universo das mulheres, como flores, ramalhetes; contém dedicatórias para mulheres, em geral filhas pequenas e esposas dos compositores.

Causa espanto o fato que desse grande número de partituras, apenas 4 são assinadas por mulheres. Aparecem as compositoras Odette Pinto Bastos, com o tango *No teu amor... não creio*; a *schottische Cotinha*, de Roskila de Menezes Quebra; a valsa *Quanto dóe uma saudade!*, de Marianna da Silveira; e, por fim, a canção *Teu olhar*, de Rosina Mendonça com versos de Corrêa Vasques. Procurei informações biográficas sobre essas compositoras, ainda que sumárias, no entanto, infelizmente, ainda continuam silenciadas.

É bem verdade que o universo da música esteve por muito tempo de portas fechadas à presença profissional feminina. Um extenso número de mulheres talentosas e com grande capacidade de terem suas carreiras musicais projetadas e reconhecidas, como instrumentistas e ou compositoras, foram violentamente silenciadas por esposos, editores, filhos, enfim, pelo patriarcado hegemônico característico da sociedade burguesa. Perrot, privilegiando o universo da música de concerto europeia, faz arguta análise acerca de mulheres do porte de Fanny Mendelssohn, Clara Schumann e Alma Mahler, que foram impedidas de exercer a música enquanto ofício:

E a música? Aí se acumulam obstáculos. Por parte das famílias, para começar [...]. O pai de Félix e Fanny Mendelssohn, igualmente dotados, escreve a esta última, em 1820, a respeito da música: “É possível que, para ele, a música venha a ser uma

profissão, enquanto, para você, não será mais do que um ornamento”. Pior ainda quando as desaprovações vêm do marido ou do companheiro. Clara Schumann se sacrifica por Robert; Alma Mahler por Gustav. Durante o noivado, Gustav lhe pedira explicitamente renunciar à música. “Como é que você imagina um casal de compositores? Você já pensou a que ponto uma rivalidade tão estranha se tornará necessariamente ridícula? [...] Que você seja aquela de que preciso, [...] minha esposa e não minha colega, isso sim, está certo” (PERROT, 2007, p. 104-105).

Todavia, ao encontrar uma capa de partitura contendo a ilustração de uma mulher compondo - sim, uma mulher compositora -, muitas inquietações surgem. A primeira delas é porque se trata de uma capa padrão, ou seja, uma capa usada para um conjunto diversificado e eclético de músicas, revelando que era algo comum ao cotidiano das moças que tocavam essas peças, ou pelo menos não causava nenhum incômodo. Caso contrário, seria uma antipropaganda e as vendas seriam prejudicadas.

Uma das premissas que sustenta o meu argumento que a imagem trata-se de uma compositora é exatamente o fato da mulher da ilustração não estar relacionada a nenhum instrumento musical, mas, sim, à pena e ao papel. É relevante apontar que, em geral, as ilustrações de mulheres estão ligadas, também, à música. É comum ver mulheres tocando piano, próximas à harpa ou à lira, e, em bem menor proporção, a instrumentos de sopro. Mesmo quando não aparece um instrumento musical, há algum símbolo que remete à música, como, por exemplo, um signo da escrita musical europeia, como uma clave de sol, uma colcheia.

Tal reflexão tem como base a assunção de que as representações atuam como integradoras da realidade, pois parto do princípio que *o imaginário não é (...) um mundo à parte da realidade histórica, uma espécie de nuvens carregadas de imagens e de representações que pairam sobre as nossas cabeças* (PAIVA, 2004, p. 26), mas, pelo contrário, funciona como uma espécie de bússola que guia nossos julgamentos, visões de mundo, enfim, nossas práticas culturais. Assim, chego à conclusão de que havia um número significativo de compositoras nesse período. Só assim é possível justificar uma ilustração de capa contendo uma compositora, muito embora esse acervo da Casa Edson revele exatamente o contrário. Abaixo pode-se visualizar a imagem a que me refiro.

Figura 1: Capa padrão de partitura da Editora Manoel Antonio Gomes Guimarães



219

FONTE: FRANCESCHI, 2002

As pesquisadoras Bellard e Portella, em estudo sobre mulheres pianistas e compositoras nos salões e teatros do Rio de Janeiro nas últimas décadas do Império e primeiras da República, trazem à luz um novo olhar no que tange à presença de mulheres profissionais da música no Brasil.

Com base na análise de partituras de compositoras deste período, na análise de periódicos da época e levantamento de dados em fontes primárias (Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro) que propiciaram a elaboração de um catálogo de compositoras e suas obras (Portella, 2005), constatou-se que as práticas femininas deste período foram intensas e que estas



compositoras efetivamente existiram em número significativo, merecendo novos estudos a respeito. É interessante observar que o número de 106 mulheres compositoras catalogadas por Portela (2005) é superior ao número de 52 mulheres escritoras, nascidas até 1860, catalogadas por Vasconcellos (2003), embora caiba observar que os marcos temporais dos dois catálogos não são totalmente coincidentes (BELLARD e PORTELLA, 2010, p. 75).

Outro aspecto que chama a atenção é a pouca relação entre imagem e o conteúdo musical, desde o nome da composição. A título de exemplo, o tango *Pau d'água*, de Oscar Carneiro, que tem como ilustração uma mulher sofisticadamente instalada na ambiência doméstica, dedilhando uma caro piano de cauda. Trata-se de um capítulo rico da ilustração que precisa ser analisado, pois, nos dias de hoje, estamos acostumados a imagem comentar o texto musical e vice-versa, em uma sinergia. Assim, chego à análise de três imagens presentes em capas e contracapa de partituras para piano.

### *A donzela*

As representações femininas ligadas à ideia de pureza, beleza, bondade, perfume foram constantes no século XIX e a donzela, ou seja, a moça virgem, entendida por si só como o grau máximo de pureza, associada ao piano, formando uma instigante díade, fizeram parte significativas da relações sociais.

Ora, como na história nada se perde, conforme bela lição de Benjamin (1994), e reverberam em outros momentos ressignificações, reapropriações de passados, a *Revista Feminina*, em dezembro de 1922, ainda procura inculir nas jovens leitoras ideais românticos em que a mulher deve servir de forma incondicional ao marido. *A mulher, a sua eterna aliada [do marido] vinda ao mundo só para fazer a sua existência mais suave, flor do jardim da vida, e jardim perene no lar perfumando-o com a sua fragrância e bondade* (MALUF e MOTT, 1998, p. 420).

Esse tipo de imagem, baseada em uma crença de que a mulher seria dotada biologicamente para os papéis de submissão, portanto ficando a sua atuação circunscrita à esfera do lar, foi amplamente divulgada no cotidiano, e claro que as capas e contracapas de partituras escancaram essa faceta. Como

se pode ver na contracapa da partitura *Viagem ao Parnaso*, um cateretê do compositor Abdon Milanez. A propósito, a Enciclopédia da Música Brasileira informa que o cateretê é uma *dança de provável origem ameríndia registrada em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e em vários estados do Nordeste* (MARCONDES, 1998, p. 181).

**Figura 2:** Contracapa da partitura de *Viagem ao Parnaso*, de Abdon Milanez



**FONTE:** FRANCESCHI, 2002

A ilustração é rica por vários fatores. Primeiro, o centro da imagem é uma donzela tocando piano. Vale destacar que não se trata de qualquer modelo de piano, mas, sim, de um de cauda, o que revela o seu alto valor de compra. Segundo, o semblante da moça é indicador de um sentimento de resignação tão desejado pela sociedade.

Vale a pena destacar que não há dificuldades, tudo é fácil e fluido, ainda mais se levarmos em conta o cenário, tanto externo quanto interno. Externo: flores para os dois lados, tanto esquerdo quanto direito; interno: a dimensão de seus pensamentos, em que recebe mensagens de seres celestiais em uma harmoniosa orquestra de anjos.

De acordo com Dicionário de Símbolos, a flor, de forma geral, apresenta o símbolo do princípio passivo (CHEVALIER, 1997, p. 437). Os anjos, como representantes de Deus na terra, são considerados *símbolos de ordem espiritual* (CHEVALIER, 1997, p. 60), e, neste contexto, servem exatamente para dar a aprovação do quão “certa” está a donzela em ser submissa.

Assim, o ato de tocar piano revela-se como um ato de submissão que vinha ao encontro do que a Igreja pregava, do que era propagado por juristas, médicos, sempre com a legitimação do Estado.

Em referência ao século XIX, Perrot observa que *a iconografia, a pintura reproduzem à sociedade essa imagem reconfortante da mulher sentada, à sua janela ou sob a lâmpada, eterna Penélope* (PERROT, 2006, p. 187). Tal prática tem como premissa, comumente apoiada na medicina e na biologia, que a divisão dos papéis sexuais é natural, ou seja, trata-se de *um discurso naturalista que insiste na existência de duas “espécies” com qualidades e aptidões particulares* (PERROT, 2006, p. 177). Conforme essa autora,

O século XIX acentua a racionalidade harmoniosa dessa divisão sexual. Cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase predeterminados, até em seus detalhes. Paralelamente, existe um discurso dos ofícios que faz a linguagem do trabalho uma das mais sexuadas possíveis. “Ao homem, a madeira e os metais. À mulher, a família e os tecidos”, declara um delegado operários da exposição mundial de 1867 (PERROT, 2006, p. 178).

222

Nesse sentido, a ilustração da donzela submissa e em constante estado de espera, sinergicamente associada à delicada moça que ouve sons angelicais, é potencializada pelo fato dela estar a tocar piano. Como se viu, desde à chegada da família real, o piano tornou-se importante símbolo de *status* social, como também revelador de que suas executantes e apreciadoras eram consideradas como de “bom gosto” pela elite.

*A donzela sendo cortejada no salão*



Causa espécie o fato de que às mulheres que eram tratadas em regime de quase clausura ser-lhes possibilitado o acesso à educação musical e, principalmente, o destaque social que tinha pelo fato de tocarem piano. Como será visto logo mais, as motivações iam bem além de pedagógicas.

A grande quantidade de festas, reuniões, tertúlias, saraus, no mais das vezes realizadas na ambiência doméstica, sonorizadas por árias de óperas, sobretudo do repertório francês ou italiano (NEEDELL, 1993), foram peça fundamental da via social na cidade dos centros urbanos, em especial a cidade do Rio de Janeiro. Em todas essas atividades o piano tinha papel de destaque e, claro, quem o tocava. É assim que as sinhazinhas apresentavam-se como figura de destaque.

O local por excelência dessas reuniões era o salão que, conforme Alencastro, consubstancia-se como *um espaço privado de sociabilidade que tornará visível, para observadores selecionados, a representação da vida familiar* (ALENCASTRO, 1998, p. 47).

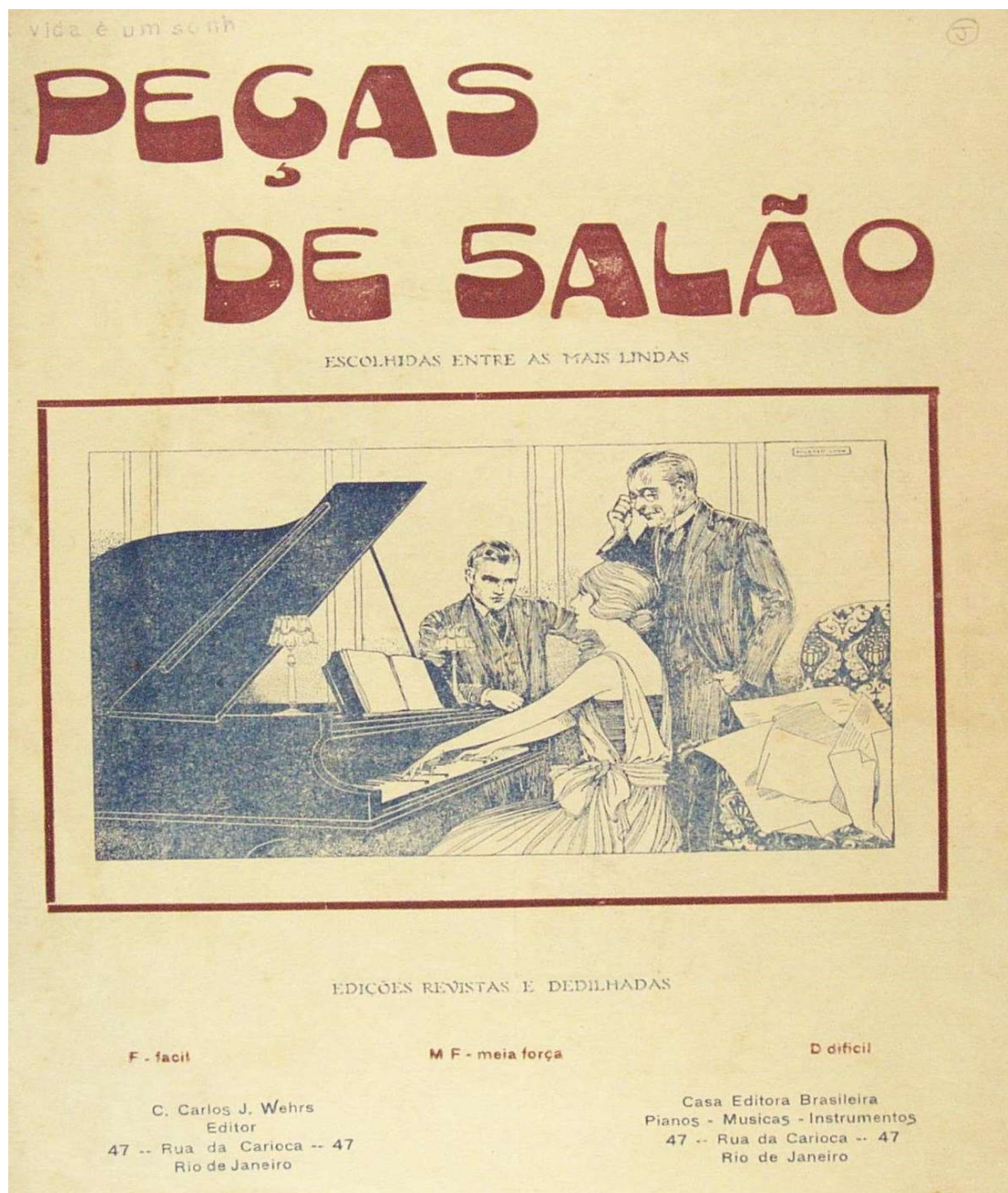
O salão era um espaço eclético reservado para conversas amenas, dança e canto, sempre com o acompanhamento do piano, declamação de poemas e, acima de tudo, era o ambiente em que imperava um certo espírito de cordialidade e refinamento, um almejado *joie de vivre*, em que a beleza feminina era o grande destaque.

Tudo isso fazia parte de um plano inequívoco. As donzelas ao se apresentarem ao piano em saraus na ambiência doméstica do salão, funcionavam efetivamente como uma montra para que pretendentes em potencial as vissem. Rosa observa que

as moças, ao demonstrar alguma habilidade ao piano, mais do que simplesmente fazer música, desempenhavam uma função social clara, ou seja, elas revelavam que eram *prendadas* - garantia de *bom casamento* - e, dessa forma, poderiam atrair as atenções de um futuro cônjuge (ROSA, 2014, p. 30).

Estava plenamente instalado o teatro social que permitia uma política matrimonial bem organizada, justificada e, nesse contexto, vista como necessária. É a cena que se vê na capa da partitura *A vida é um sonho*, tango de salão (para dançar o tango argentino), com música de José Francisco de Freitas (Freitinhas) e Poesia de Lúlú.

Figura 3: Capa da partitura de *A vida é um sonho*, de José Francisco de Freitas e de Lúlu



224

FONTE: FRANCESCHI, 2002

A cena tem como protagonistas a donzela, o jovem, o senhor e, tomando grande parte da trama, o piano. Por conta da posição das mãos da moça ao piano, dedos quase que totalmente esticados sem condições de apertar as teclas, infiro sem dificuldade que ela estava mais em uma situação clara de mostra de seus dotes físicos do que concentrada no conteúdo musical que tocava. Dessa forma, destaco que a música ocorre de forma marginal à cena de

cortejo amoroso.

No entanto, é importante destacar que tocar piano para a moça configurava-se como uma oportunidade dela se livrar do jugo paternal, ainda que caminhasse, muito futuramente, para outro tipo de jugo, o do marido. Merece realce o fato de que

O interesse das moças pela música era aprovado e cultivado, sobretudo no que se refere ao piano. Sendo elas proibidas de se desenvolver intelectualmente, já que, além de restrições à educação que recebiam, suas leituras eram severamente fiscalizadas pelos pais e maridos, elas concentravam muito de suas atenções nas atividades artísticas, mostrando-se peritas e devotadas, sobretudo ao piano, quando as posses da família permitiam ter esse instrumento em casa. (BELLARD e, PORTELLA, 2010, p. 5).

O olhar sequioso do rapaz em direção aos olhos da donzela revela uma cena calorosa de desejo. Mas, com um detalhe: toda a cena é vigiada por um senhor, possivelmente pai de um dos dois. Merece tanto ser vista que ele, o senhor, coloca óculos para que não perca nada do que está a acontecer.

A partir de alguns objetos do cenário, como o abajur à esquerda do piano, a poltrona à direita, as paredes e, claro, o piano, instrumento musical doméstico por excelência, entende-se que se trata do espaço social do salão. Soma-se a isso o próprio título da coleção de partituras a que pertence a peça *A vida é um sonho*: peças de salão.

#### *A mãe*

O matrimônio representava o êxito do galanteio acontecido no salão e a maternidade a coroação suprema. Afinal de contas, *dentro dessa ótica, não existiria realização possível para as mulheres fora do lar* (MALUF e MOTT, 1998, p. 374). Todo o investimento na educação pianística, como já foi observado, visava claramente tornar a donzela cobiçada e, com isso, fazê-la contrair núpcias. Parte do investimento passava pelo rígido controle dos espaços, em conformidade com os sexos. Aos homens era permitido o espaço público e às mulheres apenas o espaço privado dos lares.

A título de curiosidade, no acervo analisado, quando as partituras

**Dossiê: História das Mulheres, Gênero e Interseccionalidades**

apresentam temática ligada ao universo dos homens, como a prática de esportes ou o cântico de hinos pátrios, as imagens são externas, com a presença, principalmente, de violões. Jamais aparece um homem próximo ao piano, primeiro porque ele estaria ligado ao ambiente feminino, o lar, e, também, ao símbolo maior do universo das mulheres. No entanto, as imagens de mulheres dispostas nas partituras acontecem sempre na ambiência doméstica com a companhia do piano. Perrot entende que

O século XIX levou a divisão das tarefas e a segregação sexual dos espaços ao seu ponto mais alto. Seu racionalismo procurou definir estritamente o lugar de cada um. Lugar das mulheres: a Maternidade e a Casa cercam-na por inteiro (PERROT, 2006, p. 186).

Para análise desse universo, veremos a capa da partitura da *Canção do berço*, com música de Oscar Beauvais e versos de Philomeno Ribeiro.

**Figura 4:** Capa da partitura de *Canção do berço*, de Oscar Beauvais e versos de Philomeno Ribeiro





Fonte: FRANCESCHI, 2002

A mãe apenas com a companhia de seu filho, a quem ela era responsável por sua saúde, bem-estar, integridade física, revela o peso dessa atividade a ponto de sua postura apresentar-se comprometida. A coluna curvada, os braços caídos, como que se estivessem exaustos, o olhar em direção ao chão, tudo isso são marcas significativas da jornada extenuante submetida à mãe.

Talvez o que mais cause indignação na imagem não seja o fato da mãe

estar exausta, mas sim o fato dela estar sozinha com seu filho, sem apoio do marido. Situação realmente inusitada, já que aos homens também havia um código de interdições, ainda que silencioso. Se à mulher não havia possibilidade de realização fora do lar, aos homens não seria possível encontrá-la a não ser na rua.

### *À guisa de coda*

A partir da leitura das imagens presentes nas capas e contracapas de partituras para piano de finais do século XIX e início do XX, foi possível compreender que os discursos não são desprovidos de intenções, como se fossem escritos em tábulas rasas. Assim, as imagens foram trabalhadas como discursos de uma temporalidade, ainda que a importância delas esteja subestimada por conta de ser literalmente pré-texto ou pós-texto à música. Compreendo, em sintonia com Rago, que

o discurso, visto como prática, passa a ser percebido como a principal matéria-prima do historiador, entendendo-se que se ele não cria o mundo, apropria-se deste e lhe proporciona múltiplos significados. (RAGO, 1999, p. 6).

228

Capítulo importante da cultura brasileira, em que vimos que as construções de gênero acontecem no seio da sociedade, ou seja, por não ser neutra, elas são formatadas graças a uma série de interesses, relevante em determinado momento.

A história, tanto em sua dimensão de aprendizado quanto de ensino, pode ser favorecida pela visão que destaca que as diferenças sociais não são um dado natural. Medeiros e Regiani, em relação à questão de gênero e o ensino da história, observam que

Incorporar a questão de gênero enquanto tema transversal não tem como intuito abolir a percepção das diferenças entre os sexos biológicos, nem mesmo destruir os aspectos sócio-histórico-culturais das performances de gênero. O que se busca é justamente um debate que recobre e ou crie a consciência de que essas performances representam processos históricos perpassados por relações de poder, dominação, estratégias discursivas e silenciamentos. A partir de tal desnaturalização das imposições de gênero, abrem-se alguns caminhos de



reflexão sobre si e sobre o outro, num processo de reconhecimento da alteridade que se insere no espaço escolar. (MEDEIROS e REGIANI, 2019, p. 269)

A leitura de imagens das partituras, em diálogo com a história, revelou aspectos fundamentais das questões de gênero em nossa cultura que não podem ser mais passadas em brancas nuvens. Há, sem dúvida, um campo imenso de pesquisa à nossa disposição.

## Referências

ANDRADE, Mário de. **Aspectos da música brasileira**. Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Villa Rica Editoras Reunidas Ltda., 1991.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). **História da vida privada no Brasil**, Vol. 2. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

ALENCAR, José de apud Fonseca, Aleilton Santana da. **Enredo romântico, música ao fundo**. Paraíba: Universidade Federal da Paraíba, Dissertação de mestrado, 1992, p. 130.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de história**, In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura, (Obras escolhidas; v. 1), São Paulo: Brasiliense, 1994.

BELLARD Freire, Vanda Lima y H. PORTELLA, Angela Celis. **Mulheres pianistas e compositoras, em salões e teatros do Rio de Janeiro (1870-1930)**. *Cuadernos de música, artes visuales y artes escénicas*, 2010.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CATROGA, Fernando. **Memória e história**, In: Fronteiras do milênio, Sandra J. Pesavento (Org.), Rio Grande do Sul, Editora Universidade UFRGS, 200.

CHEVALIER, Jean, **Dicionário de símbolos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

EXPILLY, Charles. **Mulheres e costumes do Brasil**. São Paulo: Comp. Ed. Nacional; Brasília: INL, 1977.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1999.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora S.A. 1962.

FRANCESCHI, Humberto Moraes. **A Casa Edison e seu tempo**. Rio de Janeiro: Sarapuí, 2002.

MALUF, Marina e MOTT, Maria Lúcia. **Recônditos do mundo feminino**. In: História da vida privada no Brasil, Vol. 2. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). São Paulo: Companhia das letras, 1998.

MAFFESSOLI, Michel. **Notas sobre a pós-modernidade: o lugar faz o elo**. Rio de Janeiro: Atlântica, 2004.

MARCONDES, Marcos A. (Org.). **Enciclopédia da música brasileira: popular, erudita e folclórica**. 2ª ed. São Paulo: Art Editora: Publifolha, 1998.

MEDEIROS, Kenia Gusmão e REGIANI, Álvaro Ribeiro. **Ensino de história e gênero: a consciência histórica voltada para a democracia**. In: Aprendendo História: Ensino. BUENO, André; ESTACHESKI, Dulceli; CREMA, Everton; ZARBATO, Jaqueline (Orgs). União da Vitória: Edições Especiais Sobre Ontens, 2019.

MELLO, Maria T. Negrão de. **História cultural como espaço de trabalho**. In: Os espaços da história cultural. KUYUMJIAN, Márcia de Melo Martins & MELLO, Maria T. Negrão de. (Orgs.). Brasília: Paralelo 15, 2008.

MONTEIRO, Maurício. **A construção do gosto: música e sociedade na corte do Rio de Janeiro 1808-1821**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

NEEDELL, Jeffrey D. **Belle époque tropical**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PAIVA, Eduardo França. **História e imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução: Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

PESAVENTO, Sandra J. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RAGO, Margareth. **Epistemologia Feminista**. Gênero e História. In Pedro, Joana e Grossi Mirian. Masculino, Feminino Plural. Florianópolis. Ed. Mulheres, 1999.

ROSA, Robervaldo Linhares. **Obras dodecafônicas para piano de compositores do grupo música viva: H. J. Koellreutter, Cláudio Santoro, C. Guerra-Peixe, Edino Krieger - uma proposta interpretativa**. Rio de Janeiro: Centro de Letras e Artes da Universidade do Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado, 2001.

**Dossiê: História das Mulheres, Gênero e Interseccionalidades**

ROSA, Robervaldo Linhares. **Como é bom poder tocar um instrumento: pianeiros na cena urbana brasileira.** Goiânia: Cãnone editorial, 2014.

ROSA, Robervaldo Linhares. **Reflexões acerca do diálogo entre musicologia e performance a partir de uma gravação de Ernesto Nazareth.** In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE MUSICOLOGIA, 6., 2016, Goiânia. *Anais...* Goiânia: EMAC/UFG, 2016, p. 77-84.

TINHORÃO, José Ramos. **Os sons que vêm da rua.** Rio de Janeiro: Edições Tinhorão, 1976.

## MULHERES PESCADORAS: TRAJETÓRIAS DE MULHERES NOS PANTANAIS SUL MATO GROSSENSE

### FISHING WOMEN: TRAJECTORIES OF WOMEN IN THE SOUTHERN MATO GROSSO PANTANAL

Silvana Aparecida da Silva Zanchett<sup>1</sup>

**Resumo:** Análise histórica do cotidiano, de memórias e de silêncios na vida de mulheres pescadoras na região dos Pantanaís Sul Mato Grossense. A pesquisa problematiza narrativas e os múltiplos sentidos e significados que a vida ribeirinha tem para com essas mulheres, evidenciando suas expectativas e anseios na relação tecida com o rio e a cidade sulmatogrossense, bem como na construção de modos de vida singulares expressos nas suas vivências cotidianas. Apresentam tensões, as emoções e os sentidos que essas mulheres construíram ao longo de suas trajetórias no mundo da pesca. Um mundo permeado de incertezas e de conquistas para essas mulheres, visto que, esse espaço era até então, destinado aos desbravadores. Nesse sentido, as narrativas orais nos enriquecem historicamente, ao visibilizar histórias de vida de mulheres que estavam fadadas ao mundo privado na sombra dos seus esposos, mas que agora dominam espaços com seus trabalhos, suas lutas e seus anseios.

**Palavras-chave:** Mulheres – Pesca - Pantanal

**Abstract:** Historical analysis of everyday life, memories and silences in the lives of fisherwomen in the Pantanal Sul Mato Grossense region. The research discusses storylines and the multiple senses and meanings that the riverside life has for these women, highlighting their expectations and desires in the relationship woven with the river and with Mato Grosso do Sul city, as well as in the construction of natural ways of life expressed in their daily experiences. They present tensions, emotions and senses that these women have built along their trajectories in the world of fishing. A world permeated with uncertainty and conquests for these women, since, until then, this space was destined to explorers. In this sense, oral narratives have enriched us historically, by showing life stories of women who were doomed to the private world in the shadow of their spouses, but that now dominate spaces with their works, their struggles and their desires.

**Keywords:** Woman - Fishing - Pantanal

*[...] navegar pelo rio Paraguai um dia inteiro sem que os olhos encontrem a presença de ocupação humana, tendo somente ao alcance mamíferos, aves e répteis disputando os peixes aprisionados nas rasas lagoas marginais que formaram-se quando as águas recuaram após espriarem-se por toda a imensa planície durante a cheia. Este é um quadro que se repete a cada ano e é o período mais exuberante dos ciclos da vida neste ambiente. (ECOIA)*

---

<sup>1</sup> Professora Doutora em História. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Início esse texto destacando que, quando falamos em Pantanal<sup>2</sup>, é preciso conceituar, sendo que temos os "pantanais", no plural devido à biodiversidade existente nessa região do país. Essa área do território pantaneiro ocupa 59,7% do estado de Mato Grosso do Sul. Quando falamos em "mulheres dos pantanais", refletimos que são narrativas de sujeitos que vivem em espaços peculiares marcado pela diversidade natural, nesse sentido opto por observar as relações familiares e comunitárias nesse lócus pesquisado.

Michele Sato (2001) em seu texto *Debatendo os desafios da educação ambiental*, destaca que:

[...] a natureza nunca pode ser separada daquele que a percebe, ela nunca pode existir efetivamente em si, pois suas articulações são as mesmas de nossa existência, ela se estabelece no fim de um olhar ou término de uma exploração sensorial que a investe de humanidade. (SATO, 2001, p. 21).

Nesse sentido é preciso historiar a vida e as experiências dessas mulheres que se relacionam com a natureza através do trabalho pesqueiro. Dessa forma, analiso histórias de mulheres pescadoras e pantaneiras ao qual observo suas formas de trabalho, seus costumes, suas identidades, visibilidades e resistências no mundo do trabalho historicamente determinado pela presença masculina.

Luisa Passerini (2011), em sua obra *Memória entre política e emoção*, destaca que:

Estas narrações históricas não apenas colocam em evidência problemas e aspectos que outras fontes não evidenciam, como o papel das emoções no cruzamento entre público e privado, mas também contém silêncios problemáticos, que indicam as tensões entre a subjetividade e a pesquisa histórica. (PASSERINI, 2011, p. 100)

---

<sup>2</sup> O Pantanal ocupa uma área de 138.183 km<sup>2</sup> tendo o rio Paraguai como a espinha dorsal do sistema de drenagem. O rio Paraguai corre no sentido norte-sul, recebendo água dos rios Jaurú, Cabaçal e Sepotuba pela margem direita e rios Cuiabá (com seus afluentes São Lourenço e Piquiri), Taquari, Miranda (com seu afluente Aquidauana) e Apa pela margem esquerda, sendo que esse último delimita a BAP ao sul, estabelecendo a fronteira Brasil-Paraguai. Cf.: CATELLA, Agostinho Carlos A Pesca no Pantanal de Mato Grosso do Sul, Brasil: Descrição, Nível de Exploração e Manejo (1994 – 1999), Manaus, 2001, p. 02.

Nessa direção, analiso essas tensões, as emoções e os sentidos que essas mulheres construíram ao longo de suas trajetórias no mundo do trabalho na pesca, no Pantanal Sul Mato Grossense. Um mundo permeado de incertezas e também de muitas conquistas para essas mulheres, visto que, esse espaço era até então, destinado aos desbravadores. Nesse sentido, as narrativas orais nos enriquecem historicamente, ao visibilizar histórias de vida de mulheres que estavam fadadas ao mundo privado à sombra dos seus esposos, mas que agora dominam espaços com seus trabalhos, suas lutas e seus anseios.

### *A representação Feminina: Uma luta por direitos às pescadoras*

Mas, a despeito das grandes mudanças por que passa a organização familiar no mundo contemporâneo, o modelo patriarcal ainda desempenha, e não somente no Brasil, importante papel na estruturação das relações conjugais de *gênero*, legitimando a desigualdade de direitos entre homens e mulheres. (LIMA; SOUZA, 2015, p. 519)

Não somente no Estado de Mato Grosso do Sul, mas em grande parte do país, as mulheres desempenham a pesca profissional a partir da configuração familiar. Uma das primeiras políticas públicas foram pensadas a partir dessa configuração, mulheres que estavam ao lado dos seus esposos, exercendo a atividade, porém sem nenhum amparo legal.

Leitão (2009) em seu texto *30 Anos de Registro de Pesca para as Mulheres*, destaca os principais marcos na história das colônias de pescadores/as, para a compreensão da invisibilidade das mulheres na cadeia produtiva da pesca:

- 1) As primeiras colônias de pescadores do Brasil foram estabelecidas a partir de 1919 sob a tutela da Marinha de Guerra;
- 2) Em 1920 foi criada a Confederação dos Pescadores do Brasil;
- 3) A partir de 1970, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, sendo abolida a Divisão de Caça e Pesca;
- 4) A Constituição de 1988 estabelece a equiparação das colônias aos sindicatos de trabalhadores rurais;
- 5) Na década de 1980 foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, órgão na ocasião responsável por gerenciar e promover o desenvolvimento do setor pesqueiro do país. Na década de 1990, o Ministério da Agricultura volta a incorporar os



pescadores artesanais dentro de sua estrutura; 7) Em 2003 a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca passa a coordenar as ações e políticas públicas da pesca e aquicultura, transformada em Ministério desde 2009. (Leitão, 2009, p. 3-4)

Conforme a citação acima, observo que em nenhum momento temos uma política específica voltada para as mulheres pescadoras, visto que, ao longo desses 30 anos analisados, o Estado vê o homem pescador. Leitão (2009) destaca que a representação em esferas participativas, tanto em colônias, associações e na federação de pescadores, predomina a figura masculina.

Leitão (2009) observa ainda que a política nacional voltada para a categoria tem como objetivo promover e apoiar iniciativas de desenvolvimento local sustentável visa tanto atividades pesqueiras como também a elas relacionadas, observando a família e suas organizações.

A intenção é promover inclusão social e qualidade de vida nas comunidades pesqueiras, a partir de princípios e práticas da pesca responsável que preservem o ambiente. Para isso é necessário que: 1) Participem homens e mulheres em espaços de representação política dos próprios pescadores/as, através de suas organizações (associações, colônias e federação de Pescadores/as, sindicatos e cooperativas); 2) Se promovam parcerias com diferentes instituições para geração de tecnologias direcionadas para educação e capacitação técnica, a partir do diálogo e troca de saberes com as comunidades pesqueiras; 3) Sejam facilitadas as informações sobre as fontes de crédito, divulgar e auxiliar o processo de elaboração e execução dos projetos; 4) Se estabeleçam formas de gestão compartilhada no uso de recursos naturais; 5) Se desenvolvam outros processos de geração de renda (artesanato, turismo, culinária) associados às atividades que estão ligadas direta ou indiretamente à pesca artesanal. (Leitão, 2009, p. 6)

235

Leitão (2009) salienta que, para a promoção da política pública nacional para visibilizar as mulheres, é preciso seguir os princípios e práticas de preservação ambiental e ainda, a participação efetiva das mulheres nesses espaços de poderes. Ainda, que se desenvolvam ações para o desenvolvimento de geração de renda fortalecendo economicamente e politicamente essas mulheres. Destaca ainda que:

Ao refletir sobre cidadania, alguns questionamentos se destacam no cotidiano das relações de gênero: quais são os mecanismos que convertem as demandas das mulheres em demandas das sociedades em geral; quais os discursos que

legitimam ou deslegitimam as solicitações femininas; quais são os mecanismos, os atores e estratégias que promovem certos temas ao debate político e a concretização em políticas públicas inclusivas; por fim, quais são os mecanismos de participação e empoderamento das mulheres no desenvolvimento local. (Leitão, 2009, p. 6)

A partir dos questionamentos levantados por Leitão (2009) observo que a visão cidadã das mulheres pescadoras de Mato Grosso do Sul, ainda é limitada e precisam avançar, primeiramente na organização sindical e na participação da construção de políticas públicas locais, regionais e até mesmo nacional. Sendo que, as mulheres pescadoras são extremamente participativas na economia local e regional, seja na pesca, na coleta de iscas vivas ou na produção de artesanatos, portanto, devem ter vozes nesses espaços de construção política.

A pescadora Heléia Aparecida Soares Ferreira, nascida em 28/05/1965, natural de Aquidauana/MS, destaca que pesca desde 1998. No momento da entrevista era a presidente da colônia de pesca Z-07. A entrevista ocorreu em uma sala da colônia Z-07 de Aquidauana no dia 10/08/2017. Ao ser questionada como foi seu início na pesca, dona Heléia narra:

Olha, na pesca eu estou há mais de 20 anos. O meu esposo é pescador, então eu optei pela pesca pra ajudar ele e estou há mais de mais 20 anos pescando. Agora como diretora da colônia de pesca de Aquidauana tem 18 anos. Meu esposo é apaixonado por pesca também, e por incentivo dele, comecei a pescar. (Heléia, Entrevista, Aquidauana/MS, 10/08/2018)

A pescadora Heléia destaca que seu aprendizado, como o de muitas pescadoras, vem após o casamento, e que sua experiência com a pesca foi pequena, devido ter assumido a direção da Colônia de pesca. Esta à frente da instituição há mais de 18 anos, assim salienta que tem uma pequena experiência com a pesca em si. “Mas no final de semana, eu gosto de pescar, mas não sou assim apaixonada para ter que viver na pesca, eu gosto muito do que eu faço aqui dentro da colônia” (Aquidauana, 10/08/2018). Em sua narrativa, observo que a sua relação com a pesca é diferente das demais entrevistadas, pois sua paixão é voltada para as questões administrativas da Colônia e a pesca é apenas para se distrair aos finais de semana.

Heléia (2018), narra que somente a partir dos anos de 1990, que começa o processo, mesmo que lentamente, de discussão da política voltada para as mulheres pescadoras:

Acho que foi de 1991 pra cá, foi que contribuiu muito para dar esse direito para as mulheres pescadoras. A Pastoral da Pesca, que deu uma acolhida muito grande, porque na verdade há uns 18 anos atrás mais ou menos, logo que eu entrei na pesca, inclusive teve uns problemas de pescadoras que estavam recebendo o benefício de auxílio através da carteira do documento do pescador, então as que receberam tiveram que devolver qualquer tipo de benefício. Quaisquer coisas que elas receberam, através do INSS tiveram que devolver para o Governo Federal, que não dava o direito. Então, como que aconteceu tudo isso, eles deram direito também da mulher virar pescadora, porque hoje como eu falei, a demanda é grande, mas tem umas pescadoras que são pescadoras mesmo, acompanha o marido o ano todo nos tem alguns casos assim, são poucos, mas tem! Então eu acho que uns 20% mais ou menos de todo nós, temos hoje um número de associados de 420 mais ou menos, deve ter uns 20% de mulheres, dessas mulheres, atuante mesmo deve ter uns 10%. E essas 10% que eu estou dizendo, tem muitas que sabe, como a Solange disse são porreta mesmo [risos] elas pescam mais que muitos pescadores, hoje a gente essa dificuldade mesmo porque a lei não permite a gente fazer uma avaliação de quem é e não é entendeu? (Heléia, Entrevista, Aquidauana/MS, 10/08/2018)

237

Heléia (2018) afirma em sua narrativa que parte das pescadoras em todo o país, tiveram problemas para ter acesso a benefícios, lembrando que, as mulheres estavam silenciadas documentalmente nesse processo. Ou seja, as mulheres estavam aquém de qualquer direito trabalhista e previdenciário. Em sua narrativa, destaca também uma crítica as mulheres que possuem carteira de pesca, mas que, no entanto, não exerce a profissão, esse fato deixa a categoria vulnerável no cenário de luta por direitos trabalhistas.

Refletindo questões ligadas às mulheres pescadoras de Mato Grosso do Sul, observo que a busca pelo fortalecimento da representatividade da categoria, perpassa essas lutas travadas ao longo dos anos. Temos as leis, no entanto, as mulheres estão muito aquém do esperado na luta pelo reconhecimento. Ao contrário de outros estados analisados na minha pesquisa de doutoramento<sup>3</sup>,

---

<sup>3</sup> *Corpos Femininos: Cotidiano, Memória e História de Mulheres Pescadoras no Pantanal Sul-Mato-Grossense - (1980-2017)*, tese defendida no ano de 2019, no Programa de Pós-Graduação

destaco que ainda precisamos avançar enquanto organização feminina, nos movimentos pela valorização do trabalho das pescadoras nas comunidades pesqueiras do Estado, e ainda para o fortalecimento das conquistas da categoria. Nesse sentido, concordo com Leitão; Lima e Furtado (2009) ao afirmar que:

As colônias e associações de pescadores precisam assumir essa ação e procurar rever a definição estreita de pescador, de modo a que trabalhadoras da pesca hoje invisíveis tenham um espaço, ou seja, um lugar. O acesso a benefícios como aposentadoria, seguro saúde, ou auxílio maternidade constitui uma condição própria da cidadania. Garantir às mulheres o estatuto de trabalhadoras da pesca, como parceiras de terra ou das águas, é um grande passo na conquista de uma cidadania de qualidade, com relações mais justas, igualitárias e democráticas entre homens e mulheres. (LEITÃO; LIMA; FURTADO, 2009, p. 13)

Portanto, a manutenção e sobrevivência das mulheres pescadoras é uma luta cotidiana, visto que, ainda hoje predomina em vários setores uma visão romântica e estereotipada da natureza feminina, que a determina para a maternidade e o trato do lar. Ou seja, ainda predomina essa visão de que as mulheres são auxiliares e ou ajudantes de seus companheiros nas atividades pesqueiras. Porém, é visível a participação da categoria na economia local e regional.

238

No Pantanal, grupos isolados e comunidades enfrentam cotidianamente os desafios da falta de recursos e condições básicas como segurança territorial, saúde e educação, entre outros fatores. A organização social e política torna-se uma premissa básica, neste contexto, para que essas lacunas sejam solucionadas – ou ao menos amortizadas – e seus direitos e dinâmicas de vida sejam respeitados. São grandes as pressões que sofrem para permanecerem nas áreas que habitam. Há aproximadamente 25 anos a Ecoa trabalha apoiando a organização desses grupos. (ECO A, 21/12/2018)

As comunidades mais isoladas da urbanidade, sofrem com a ausência de diversos serviços públicos, nesse sentido a Ong ECOA<sup>4</sup>, faz um trabalho

---

em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), com a orientação do Professor Doutor Losandro Antonio Tedeschi.

<sup>4</sup> A iniciativa integra o **Projeto ECCOS** – Conectando Paisajes en el Bosque Seco Chiquitano, el Cerrado y el Pantanal de Bolivia y Brasil para la Sostenibilidad del Desarrollo Productivo, la Conservación de sus valores ambientales y la Adaptación al Cambio Climático, com apoio da União Europeia. Cf.: <http://ecoa.org.br/ecoa-inicia-projeto-que-tem-o-objetivo-de-fortalecer-governanca-das-areas-de-fronteira-cadeias-produtivas-sustentaveis-e-areas-protegidas/>

importante para a organização das comunidades ribeirinhas tradicionais. Relacionada às mulheres, é importante destacar as:

**Lideranças femininas:** O papel das mulheres pantaneiras nesse processo merece destaque. Mesmo somando cada dia mais na renda do núcleo familiar, a falta de reconhecimento, representatividade e espaço dentro das associações de moradores – compostas predominantemente por homens – é uma realidade que gera descontentamento. Esse cenário acabou impulsionando a organização dessas mulheres em associações próprias de produção. (ECOIA, 21/12/2018)

As mulheres recebem orientações para a organização de frentes femininas, na busca de valorização do trabalho na comunidade pesqueiro. Com o auxílio do Ecoa, foram realizadas assembleias gerais com a eleição de três associações de moradoras dos municípios de Corumbá, Miranda e Ladário. *Não surpreendentemente, foram empossadas três associações de mulheres, reafirmando a luta das mulheres pantaneiras pelo reconhecimento merecido dentro da comunidade e do Estado.* (ECOIA, 21/12/2018). Em relações a outras regiões do país, essas associações representam no Estado, um movimento importante, com olhos pela valorização do trabalho das mulheres pescadoras. Abaixo temos a organização das três associações:

**APA Baía Negra:** A Associação de Mulheres Produtoras da APA Baía Negra está dentro de uma Área de Proteção Ambiental em Ladário (MS). Isso fortalece tanto a conservação da região, quanto a perspectiva de que as famílias, em especial as mulheres, consigam melhores condições de vida dentro de uma unidade de conservação de uso sustentável.

**Porto da Manga:** No Pantanal, as mulheres representam mais que 70% da categoria de pesca de iscas. Por isso, é bastante significativo que a Associação de Mulheres Extrativistas do Porto da Manga, composta por pescadoras – a maioria coletoras de iscas – esteja à frente da nova gestão da Associação de Moradores por questões de interesses comuns e específicos – que só as mulheres tem nessa atividade tão pesada.

**Porto Esperança:** Em 2015 depois de intensos conflitos socioambientais, os ribeirinhos do Porto Esperança receberam seus Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), garantindo o direito histórico da comunidade de permanecer em seu território. A Associação de Mulheres Ribeirinhas do Porto Esperança assume neste contexto o papel político de que este direito seja mantido e seu trabalho gere mais oportunidades numa região que segundo elas mesmas, é abençoada. ((ECOIA, 21/12/2018)

Um importante papel do projeto Ecoa, ao organizar e instrumentalizar as mulheres pantaneiras, que ao longo da história do Estado, estiveram silenciadas e invisibilizadas pelo Estado. O Projeto *Olhares para o futuro: Pelos próximos três anos, estas gestões femininas estarão adiante nas representações comunitárias, em busca de melhores perspectivas de trabalho e renda e também assumindo o papel político em defesa dos seus territórios*. (ECOIA, 21/12/2018). Observo que esse projeto fortalece essas mulheres politicamente, principalmente ao possibilitar o lugar de fala, ou seja, nada melhor do que ouvir estas mulheres, é tê-las nas frentes políticas, na busca por melhorias profissionais e comunitárias.

No Estado de Mato Grosso do Sul, essa organização de mulheres pescadoras, representa um avanço nas políticas públicas para as mulheres pantaneiras, visto que a Colônia de Pesca acaba sendo uma extensão da burocracia estatal. A pesquisa me possibilitou visualizar que muitas mulheres pescadoras não reconhecem as colônias de pesca, enquanto representação sindical da categoria. Apesar de alguns avanços a partir da criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) em 2003, transformado em Ministério da Pesca<sup>5</sup>, em 2009 com uma trajetória de elaboração de diversas políticas públicas para a categoria, ainda temos muitos obstáculos para termos o fortalecimento da cidadania das pescadoras artesanais em nosso Estado de Mato Grosso do Sul.

Abaixo temos a imagem da organização da primeira diretoria da associação de Porto Esperança<sup>6</sup>:

**Figura 01:** Primeira diretoria da associação de Porto Esperança

---

<sup>5</sup> Ministério da Pesca e Aquicultura foi extinto e incorporado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a pasta da pesca passa agora a ser uma *Secretaria Especial da Pesca e Aquicultura*. A reforma foi instituída pelo Decreto nº 8.711, de 14 de abril de 2016.

<sup>6</sup> O processo contou com a assessoria da Universidade Federal de Mato grosso do Sul através de Aurélio Brites (Advogado e Professor do Curso de Direito da UFMS- Fadir) e da Ecoa, representada por Nathália Eberhardt Ziolkowski. Foram lidos e aprovados o Estatuto da Associação, bem como a Ata de Fundação constando da primeira diretoria eleita e votação do nome da Associação. Cf.: <http://ecoa.org.br/mulheres-pantaneiras-se-organizam/>





**FONTE:** Dia da votação e aprovação da primeira diretoria ocorrida no dia 11/10/2016.

Ao despertar para uma nova consciência através de diversos setores de representação das mulheres como associações, colônias de pesca e Federação da pesca, percebemos que as relações de desigualdade entre as pescadoras e os pescadores são visíveis, no entanto, o trabalho feminino é bem representativo, porém, pouco visibilizado pela própria categoria. Afirmo isso, devido termos muitas mulheres a frentes de colônias e associações, ainda não representam as vozes de muitas trabalhadoras da pesca.

Estudos sobre a condição feminina com base nas relações sociais de gênero, nesse estudo relacionado às mulheres que pescam, observo a dominação masculina muito explícita. Historicamente temos desigualdades socialmente construídas, entre homens e mulheres, nesse sentido, temos a necessidade de se construir políticas públicas que considere as especificidades das mulheres pescadoras profissionais. A categoria gênero aqui entendido a partir de Joan Scott (1995), como um elemento constitutivo de relações sociais, fundadas nas diferenças percebidas entre os sexos e como um primeiro modo de dar significado às relações de poder, lembrando que a pesca sempre foi “serviço do homem”.

Logo, como nos ensina Pierre Bourdieu (1999) torna-se relevante conhecer aspectos do seu cotidiano e das organizações políticas e das políticas públicas para a categoria. Sendo que, é preciso considerar as contribuições das pescadoras para a produção do pescado, para rentabilidade no lar e na comunidade, enfim todos estes aspectos responsáveis pela transformação da história em natureza, do arbitrário cultural em natural. Portanto, é salutar analisar

as conquistas e o acesso das pescadoras às políticas públicas, para entrarmos no mundo dos sentidos e significados que as pescadoras construíram no cotidiano pesqueiro e ainda, observar as ações e o papel do Estado, para as mulheres pescadoras dos Pantanaís.

Hulda Stadtler (2015, p.05) destaca que é visível a dificuldade que as pescadoras enfrentam ao ter que “provar” que são pescadoras profissionais, devido principalmente à questão de a identidade conter várias características que as vulnerabiliza: raça e etnia, pobreza, ruralidade (pouco acesso), deficiência alimentar (insegurança), baixa escolaridade, violência de gênero, alcoolismo, falta de documentação e por fim, o tipo de trabalho realizado, coleta de iscas ou a pesca em lanchas. Assim, observo que vai além das questões de saúde, mas de políticas públicas que as vê como profissionais da pesca, independentes e produtoras de renda e de conhecimentos múltiplos no trabalho.

Heléia (2018) destaca a luta da presidente anterior da Colônia de Pesca de Aquidauana:

Hoje pra você ter uma ideia, uma sede dessa aqui só tem mesmo em duas cidades do estado, que é lá em Coxim e daqui. Outras têm sede, mas não é assim bem estruturada como é a nossa, você vai ter a oportunidade de vê todas e essa daqui é nossa. Apesar de que foi na gestão da Ermi e de um ex-prefeito daqui, uma pessoa muito boa, foi ele doou o terreno e a dona Ermi sempre foi muito política, ela se envolvia muito com os políticos. Foi através de uma amiga dela que conseguiu uma verba de certo deputado, ai conseguiu construir a cozinha pequenininha lá, passou mais um ano ou dois anos, foi ela que conseguiu, só que ela gastou muito a sola do sapato. (Heléia, Entrevista, Aquidauana/MS, 10/08/2018)

Aqui temos o relato de uma presidente da Colônia de pesca, que destaca que a luta e as conquistas foram frutos do trabalho da ex-presidente que de maneira política local e estadual, angariou recursos parlamentares para a construção da sede própria da representação sindical, sendo o terreno fruto de doação da Prefeitura Municipal de Aquidauana.

**Figura 02:** Sede da Colônia Z-7 de Aquidauana



**FONTE:** Fotografia Digital produzida pela autora para a produção da pesquisa de doutoramento de doutoramento em História

Na foto acima, temos a imagem da frente da Colônia de Pescadores da Z-07 localizado na cidade de Aquidauana/MS. Heléia destaca que, no histórico da instituição temos lideranças femininas atuantes na conquista de melhorias para a categoria na região. Nesse espaço, a qual demonstra com alegria, são realizadas reuniões, assembleias, cursos de orientação entre outras ações, todas voltadas para o fortalecimento da categoria. Nesse espaço temos também as salas administrativas utilizadas para cadastramento de pescadores e pescadoras, organização documental, todos esses detalhes são narrados para demonstrar que, são conquistas de mulheres que como ela, lutaram para ter uma sede da instituição.

Heléia (2018) descreve as dificuldades para organizar a diretoria da instituição:

[...] nós temos uma dificuldade, agora, por exemplo, eu estou conversando com a Solange (secretária) eu já falei com alguns da diretoria alguns aceitaram outros não. O vice-presidente não quer mais, o presidente de conselho e o fiscal não quer mais, então a dificuldade que a gente tem para montar essa diretoria, pois ela tem que estar com os doze componentes. A Federação da Pesca não quer saber se está faltando alguém, tem que apresentar uma chapa com doze e nós estamos com dificuldades para montar essa chapa. Eu falei para a Solange, as vezes da até vontade da gente desistir. (Heléia, Entrevista, Aquidauana/MS, 10/08/2018)

A legislação exige essa representatividade e a participação da categoria frente às lutas sindicais. No entanto, a presidente destaca a dificuldade de gerenciar uma instituição com poucos recursos financeiros e dependentes de ações políticas do Estado. Atualmente, conforme dados da Federação Estadual de Pescadores e Aquicultores em Mato Grosso do Sul, o número de Pescadoras devidamente documentadas é de:

**Quadro 01:** Quantitativo de Mulheres Pescadoras no Estado de Mato Grosso do Sul

Colônia de Pesca em Mato Grosso do Sul	Quantidade
Colônia Z-1 de Corumbá	408
Colônia Z-2 de Coxim	142
Colônia Z-3 de Três Lagoas	102
Colônia Z-5 de Miranda	133
Colônia Z-6 de Porto Murtinho	106
Colônia Z-7 de Aquidauana	116
Colônia Z-8 de Mundo Novo	Sem informação
Colônia Z-9 de Angélica	29
Colônia Z-11 de Bonito	55
Colônia Z-12 de Paranaíba	122
Colônia Z-13 de Bataguassu	Sem informação
Colônia Z-14 de Ladário	299
Colônia Z-15 de Naviraí	115
Colônia Z-16 de Itaquiraí	57
Total Pescadoras	1.684

**FONTE:** Informações levantadas no mês de janeiro 2019, pela diretora secretária da Federação Estadual de Pescadores e Aquicultores – MS, senhora Elis Regina Severino. Quadro produzido pela autora da pesquisa de doutoramento em História.

No quadro acima, temos um total aproximado 1.684 pescadoras regularmente documentadas e filiadas nas Colônias de Pesca em Mato Grosso do Sul. Os municípios de Corumbá, Ladário e Miranda, temos uma concentração maior de mulheres que exercem a pesca de iscas vivas para abastecer o comércio local. Já os demais municípios têm uma participação maior de mulheres que pescam o peixe, tanto de maneira embarcada como na pesca de barranco, visto que muitas mulheres não possuem embarcações.

*A Pescaria nos Pantanaís: Adversidades e a Natureza*

A senhora Vânia Aponte Sato, nascida em 19/05/1975 em Corumbá-MS, relata que sempre foi ribeirinha e sua vida é marcada pela presença da pesca, primeiramente por ser ribeirinha. Posteriormente, retorna ao mundo da pesca como pescadora profissional. Ao descrever seu dia a dia no rio, relembra um fato que faz parte da vida de muitas pescadoras, ou seja, as adversidades da natureza pantaneira:

[...] Sem energia elétrica, já passamos por poucas e boas. Já atravessemos num breu [sic] e maré. Estava um tempo bonito menina, não tinha vento, não tinha nada, estava um sol lindo que estava, a gente atravessou, quando começamos a pescar, entre o morro do molar, você não via mais nada. Quando foi 2:30 da tarde quando tentamos atravessar o rio não deu mais, porque a onda estava alta, ai ficamos presos, meu marido falou quando for umas 4:00 vai melhorar ai deu 4:00 horas e nada ai foi passando, foi anoitecendo e eu já com medo e nós no meio da baía. Aonde que a gente imaginaria que ia acontecer isso, nós dormimos lá, só saímos no outro dia, muita onda muita mesmo, correndo risco de vida, meu Deus! Eu imaginava uma sucuri subindo ali. Porque a gente pesca junto, mas na lancha, ai chegou em tal lugar a gente pega o barquinho de alumínio pequeno, nosso barquinho é pequeno, é para 3 pessoas só, ai ficamos a noite inteira, vinha vento sul e garoinha, toda vez eu levava casaco, nesse dia o tempo estava bonito eu não levei meu casaco, só com uma blusinha fininha, ficamos a noite inteira [...] (SATO, entrevista, Corumbá/MS, 15/01/2017)

245

Há toda uma preparação para o desenvolvimento da atividade pesqueira, tudo organizado como a questão das roupas e dos equipamentos necessários para qualquer emergência. Nessa situação adversa, a senhora Vânia (2017) destaca que foram pegos de surpresa, pois pelos conhecimentos do clima, não era esperado esse temporal. É preciso planejar o horário de saída para o rio, como também o horário de retorno para casa ou para a lancha pesqueira, observando os perigos possíveis, numa escuridão com o rio fazendo ondas, não há como sair de uma baía, que segundo eles é um “mar” calmo e aberto e que não tem como seguir o movimento das águas, como num rio. Ou seja, dentro da baía as águas são calmas, agora com temporal, o encontro dessas águas, as coloca em perigo, pois formam fortes ondas, colocando as(os) pescadoras(es) em grande perigo ao estar em barcos pequenos.



**Figura 03:** Pescadora Vânia em uma baía pantaneira



**FONTE:** Fotografia cedida pela pescadora Vânia (2017) S/D

Na fotografia acima, observamos um dia tranquilo de pesca, dentro de uma baía, é visível a água mansa, no entanto, em temporais com ventanias, há um forte movimento das águas, principalmente na entrada dessas baías que os pescadores chamam de boca, que segundo a narradora, em temporais as ondas ficam enormes e não há como sair nesse caso. Nessa foto, observamos a pescadora Vânia (2017) e sua filha mais velha, pescando o peixe dourado<sup>7</sup>, uma espécie considerada de primeira linha e muito disputada pelas pescadoras, elas narram que é uma pesca muito bonita devido à luta desse peixe para não ser capturado.

O Pantanal, para as pescadoras é um enorme “mar”, representa um enorme *brejão* e tem seus ciclos naturais:

O Pantanal vive sob o desígnio das águas. Ali, a chuva divide a vida em dois períodos bem distintos: de maio a outubro, meses de seca, onde são descobertos os campos, exibindo a força e a beleza de sua vegetação, e as águas escorrem pelas depressões formando os corixos, canais que ligam as águas da baía com os rios próximos. De novembro a abril, as chuvas caem torrenciais tornando rapidamente a planície em baías de centenas de quilômetros devido a dificuldade de escoamento das águas pelo alagamento do solo. (PEREIRA, 2009, p. 16)

<sup>7</sup> Lei Nº 22/2018 proíbe a captura, o embarque, o transporte, a comercialização, o processamento e a industrialização do peixe Dourado, por um período de cinco anos, no Estado de Mato Grosso do Sul. Cf.: <https://www.correiadoestado.com.br/cidades/pesca-de-dourado-fica-proibida-por-cinco-anos-nos-rios-de-ms/343427/>



As pescadoras utilizam termos como “mar”, “rioção” para tentar expressar o que significa essa maior planície alagável do mundo. Que com pouca chuva, áreas não alagáveis, já se transforma em um rio de água límpida. Na foto abaixo, temos a pescadora Vânia (2017), com sua filha, pescando em uma baía, ao lado esquerdo da foto podemos observar as águas tranquilas, ao lado direito da imagem uma enorme vegetação imersa.

**Figura 04:** Baía Vermelha



**FONTE:** ECOA - Fotografia: André Siqueira

Quando as narradoras descrevem o rioção ou comparam os rios com o mar, é a partir dessa imagem representada acima, que elas falam. Cenários como esse, fazem parte do cotidiano das Pescadoras que pescam peixes ou iscas vivas em várias regiões dos Pantanaís. Conforme Bosi (2004) nesses relatos orais está à importância de se considerar os significados que os sujeitos imprimem às suas práticas cotidianas.

Shirlei Aparecida da Silva, nascida no dia 22 de julho de 1982, natural de São Paulo-SP, moradora no distrito de Salobra, na cidade de Miranda. Ao andar pela comunidade em Miranda/MS, verifiquei que seu nome era uma referência, para outras mulheres pois, segundo as pescadoras, ela é uma mulher que atua de modo muito presente no ramo da pesca profissional nessa região pantaneira: além de pescadora, é também roteirista, atendendo ao turismo local. Shirlei (2017) narra momentos de "convívio com a temível onça pintada":

[...] Eu sou muito corajosa, para dormir na beira do rio, quando tem de três a quatro pessoas, eu tenho coragem, pois tenho medo da onça! Quando somos só nós dois, eu não durmo, a onça urra. Uma vez nos subimos lá em cima, estava pegando piauçu, fomos' subindo, chegamos lá descansamos um pouquinho, deixaram (outro pescador) a barraca para nós lá. Daí ficamos lá em cima para dormir. Ah menina! no outro dia amanheci com meu olho que parecia que estava com terra, porque eu não consegui dormir, parecia que tinha onça, e ele dormindo, dormindo, (o esposo completa:) “quando tem guarda assim, eu durmo gostoso, dai que eu durmo mesmo”. Dormiu mesmo, e eu não! (Shirlei; Nilson, entrevista, Miranda/MS, 16/01/2017)

A saga com a onça demonstra os perigos que o Pantanal possui, pois é o *habitat* natural das onças pintadas e elas se alimentam também dos peixes, isso faz com que as pescadoras tenham muito cuidado, principalmente nos acampamentos. Conforme a narrativa da Shirlei (2017), “uma vez pescando pintado, ela veio quietinha rodando com um pau, ficou muito perto de nós, senti o bafo nas costas”. Parafraseando Certeau (2008), as palavras, os gestos e os sorrisos trazem manifestações significativas da vida cotidiana. Assim, observo que como essas pescadoras são capazes de superar com criatividade, as adversidades da pesca, transformam, mesmo que momentaneamente, em prática divertida e de lazer, “esquecem” os perigos, medos e os incômodos do cotidiano pesqueiro, ao descrever esse episódio, riu e demonstrou que tem “coragem” para estar no mundo da pesca.

Shirlei (2017) destaca em sua narrativa, significado como o da felicidade:

[...] eu me sinto muito feliz! É uma coisa que distrai, se passa o tempo. Você está lá, você para num cantinho, lá quando não está dando mosquito, nós conversamos, nós pescamos, [risos] Nós fritamos peixe. Quando as nossas meninas eram pequenas, nós levávamos um arroz branco, dai pegava lá embaixo uma piranha, e já fazia um fogueiro [...] Quando eu vim morar para cá, eu morava ali do outro lado [...] e eu estava pescando e de repente curimba [sic] é difícil de pegar no anzol, e ficaram admirados de eu pegar, eles tiraram o sarro: Você vai virar pescadora mesmo, porque não pega assim no anzol, eu descia para pescar no barranco, no começo a gente não sabia, a gente pegava e não tirava o ferrão e pisava no ferrão, uma vez pisei em um e saiu um mandi pendurado no pé, [...] Deus me livre, é uma dor insuportável, [...](Shirlei, entrevista, Miranda/MS, 16/01/2017)

Shirlei (2017), narra momentos de descontração para subjetivar o cotidiano pesqueiro, destaca as certezas da “mistura” para o almoço, ainda destaca sua “sorte” ao pegar um peixe chamado curimbatá que só é pego com tarrafa ou rede. Mesmo não sabendo lidar com o pescado, no caso que ao pisar em um ferrão de peixe, lembra-se da dor horrível que sentiu, mesmo assim descreve sua alegria de estar nesse espaço bucólico e cheio de adversidades.

Outra pescadora dos Pantanaís, é a senhora Orlinda Vitoria Dias Moraes, nascida em 28 de julho de 1960, é natural de Miranda/MS. Relata que é uma pescadora que nasceu em um ambiente pesqueiro, e segue o trabalho profissional juntamente com o esposo. O matrimônio, segundo ela, lhe propiciou o aperfeiçoamento do seu trabalho. Sua narrativa apresenta que sempre pescou embarcada, pois prima pela segurança dela e do seu esposo. Segundo narrativas das pescadoras, essa região é marcada pela presença de onças pintadas. Elas rondam as margens dos rios para se alimentarem, e ao acamparem nas margens dos rios, correm riscos de serem atacados por elas. Esse fato faz com que se previna, não arriscando sua vida e nem do seu esposo:

[...] é só eu e meu velho, fiquei com medo. Nós não vamos descer no barranco não, nós ficamos no barco mesmo, dai fica até certas horas pescando. Quando vi que ele estava cansado, só peguei a lona que nós levamos, forrei no fundo do barco, peguei os forros, forrei bem forradinho e deitamos lá, ficamos lá, amanhecemos o dia lá, deitados no barco [risos] e o tempo começou armar de chuva, ai falei pra ele: Vamos embora, vai chover, vamos embora [...] Muitas vezes, eu e ele, não dormimos [...] eu sou apaixonada por pescaria, fico a noite inteira pescando, agora tem gente que vai fica tranquilo, faz barraca, arma barraca na beira do rio, pousa lá, nós não! Nós não descemos do barco não! Fica a noite inteira dentro do barco. (Orlinda, entrevista, Miranda/MS, 16/01/2017)

De fato, as condições de trabalho são insalubres, os perigos são constantes e as condições de renda refletem na qualidade de vida da categoria. A pescadora Orlinda (2017) descreve que é preciso ter muito cuidado, pois são idosos e nesse caso, seriam presas fáceis para a temível onça pintada, muito presente nas narrativas das pescadoras. Há também motivos de encantamentos, sabem dos perigos que correm, no entanto, a pescadora Orlinda (2017) descreve que sonha vê-las a olho nu, pois ainda não foi contemplada.

[...] Aqui tem bastante onça pintada, bom aqui para cima a gente quase não vê, mas descendo de Salobra pra baixo, lá de dia o povo vê onça passeando, e filma elas. Disseram-me que tem um lugar ali, não sei onde, para baixo que tem uma onça que é até acostumada com peixe, joga o peixe lá e ela já aparece na barranca do rio. É bem reservado o lugar e é perigoso, só que eu durante o tempo que pesco, eu nunca vi uma onça, para falar a verdade, nunca vi uma onça na beira do rio. Eu falo assim pro meu velho: Sou louquinha para ver uma onça, mas não consigo ver, meu irmão vê diariamente ela, vê a onça, ele filma, tira fotografia, as filmagens das onças. Eu não tive o privilégio de ver, agora meu esposo e o meu genro, eles viram, filmaram, trouxeram a filmagem dela, só que eu não tive essa sorte, vejo o rastro dela na beira do rio, vejo bastante rastro dela, mas ela mesmo, não! (Orlinda, entrevista, Miranda/MS, 16/01/2017)

Essa visão de encantamento com as onças pintadas, faz parte do imaginário de muitas pessoas que buscam o Pantanal, seja para a pescaria ou passeios turísticos. O safari pantaneiro é conhecido mundialmente, por ter essa riqueza em sua fauna, que, no entanto, para as trabalhadoras da pesca, representa um grande perigo no cotidiano do trabalho para a categoria.

A pescadora Orlinda (2015) expõe os sacrifícios e os perigos gerados pela pesca, que, no entanto, não são empecilhos, nem inibidores à presença feminina na lida. Em sua fala, percebo a naturalidade com que enfrenta as adversidades, com firmeza e a coragem de quem tem experiência desde criança. Ressalta os símbolos utilizados como instrumentos estratégicos para delimitar e assegurar o domínio do lugar, uma relação possessiva e coletiva que se estabelece, para afirmar, estamos aqui, fazemos parte desse lugar, somos pescadoras dos Pantanaís.

Pergunto à senhora Orlinda se ela tem o costume de acampar, ao que responde:

[...] Não, às vezes a gente vai depois, nós só pousa lá se for pescar a noite, mas no outro dia cedo nós já vem embora. Agora antes, nos estávamos com ideia de ir, arranjar uma lancha ou um amarrar o barco na beira do rio, pra nós ficar dois, três dias lá, só que agora ele aposentou graças a Deus da pra ficar mais tranquilo. E gasta muito porque todo dia vai e volta, vai e volta, gasta demais [...] e passa a noite pescando e agora a gasolina foi lá em cima também, teve alta de novo [...] aí vai ficar mais difícil eles pescar [...] (Orlinda, entrevista, Miranda/MS, 16/01/2017)

Ou seja, a relação do trabalho é determinado também pelo investimento, ou seja, para estar todos os dias em casa, é preciso ter dinheiro para comprar a gasolina, sendo assim, muitas vezes ficam vulneráveis a temível onça pintada. Outro perigo constante para desenvolver a pescaria é o jacaré, logo abaixo Orlinda (2017) descreve uma experiência que lhe marcou com uma cicatriz na mão:

[...] Eu passei assim no Pantanal! até jacaré andou relando a minha mão, olha aqui, nesse lugar aqui (mostra a mão) foi o sinal do dente do jacaré. Só que nesse dia, nós estávamos pegando isca na lagoa, até passou no tal do Picarelli (programa jornalístico de televisão). A gente finca um pau aqui, finca aqui, daí pega a ponta dele e vai levando assim, daí acerta lá longe lá no barranco assim, daí fica no meio ali fica tudo preso. Eu esqueci que ali naquele lugar ali, todo dia eu ia pescar e tinha um jacaré naquele lugar ali, numa moitinha assim, dai o meu esposo disse assim: Vai limpando aí dentro, vai tirando essas sujeiras ai dentro, e eu fui catando aqueles mato assim, dai na hora que chegou lá naquela moita assim, eu enfiei a mão assim e tirei, quando enfiei a mão eu senti o jacaré [...] (Orlinda, entrevista, Miranda/MS, 16/01/2017)

251

Orlinda (2017) descreve com riqueza de detalhes, todo o processo de coleta de iscas vivas, nas lagoas. E ao desenvolver a tarefa, se esquece da morada do jacaré, enfiando a mão diretamente na boca do jacaré, que esta escondido na vegetação.

Nesse cenário vulnerável, Orlinda (2017) destaca:

[...] parece que eu senti a boca dele, fez assim [...] eu puxei a mão assim, e já tinha furado a minha mão aqui, pegou o dente dele aqui, pegou aqui em cima da minha mão só que não segurou, não conseguiu segurar [...] fui mais rápida, mas ficou um mês. Meu braço inchou até aqui em cima assim, mas pensa coisa que dói, mas dói, dói mesmo. Fiquei um mês com braço na tipoia sem poder movimentar com o braço, dessa vez eu fiquei com medo de pegar isca. No começo nós pescávamos eu e meu cunhado, nós tínhamos duas telas, só que ele tinha a tela dele e eu tinha a minha tela, assim aquela telinha de pegar isca [...] que é flutuante. Ele pescava na dele lá, e eu na minha aqui e com água até por aqui assim (na altura do peito) eu não tinha medo não, vivia dentro da água [...] só que depois que fui mordida pelo jacaré, eu criei medo! Criei medo desse jacaré que ele é perigoso [risos] [arrancar o braço fora] é porque se ele pegasse assim de verdade mesmo ia virar, ele torcia, porque ele pega e vira [...] embola assim, é aonde ele quebra, aonde ele pegar ele quebra se ele tivesse pegado a minha mão assim de



**Dossiê: História das Mulheres, Gênero e Interseccionalidades**

cheio ele tinha quebrado minha mão, tinha arrancado a minha mão, mas graças a Deus só foi isso, esse trisquinho que deu aqui na minha mão mesmo, mas ainda ficou com defeito um pouquinho [risos] é ficou a lembrança do jacaré ficou bem o sinal do dente dele aonde entrou aqui. O susto foi grande não foi fácil não, depois ficou o sinal do corte ainda tem o corte, do dente dele aqui [...](Orlinda, entrevista, Miranda/MS, 16/01/2017)

Ao narrar toda a saga com o jacaré, relembra o processo dolorido que foi após o acidente, ainda do perigo que correu, pois poderia perder o braço. Relembra também momentos que pescava com seu cunhado, cada um no seu espaço de trabalho, tranquilamente, no entanto, com o ataque do jacaré, desenvolveu um medo do animal que antes convivia muito perto. Logo abaixo, para visualizar esse trabalho, apresento a fotografia do processo de coleta de iscas vivas:

**Figura 05:** Catadoras de Iscas



**FONTE:** ECOA – Fotografia: Jean Fernandes

A pesquisada desenvolvida por Fernanda Santana, com o título *Toque feminino. Coletoras de iscas vivas entre camalotes floridos*<sup>8</sup>, a autora analisa a prática de pescadoras de iscas no Pantanal:

<sup>8</sup> SANTANA, Fernanda. *Toque Feminino: Coletoras de iscas vivas entre camalotes floridos*. 2009. Cf.: <https://ecoa.org.br/mulheres-fazem-a-diferenca-no-pantanal/>



## Dossiê: História das Mulheres, Gênero e Interseccionalidades

No ano 2000 um relatório produzido pela Ecoa focando comunidades ribeirinhas foram detectado a vulnerabilidade dos “isqueiros”, coletores de iscas vivas que abastecem o turismo de pesca do Estado. Para o trabalho homens e mulheres ficavam imersos até o peito na beira dos rios sem nenhum material de proteção e a mercê do frio e animais peçonhentos. Os isqueiros eram discriminados e, sequer eram reconhecidos como profissionais. (SANTANA, 2009)

Desta maneira, ajustamos um olhar para o entendimento de como as mulheres pescadoras conciliam suas atividades, procurando melhorar as prioridades, sejam elas à compra de um motor, lancha, um barco, enfim. Destacam em suas falas, os seus gostos, seus conhecimentos e suas conquistas, narram que dependeram dos companheiros para aprender a profissão, mas que, no entanto, atualmente são independentes e exercem a profissão, não como ajudantes, mas como profissionais.

Em suas narrativas, observo conquistas financeiras que são referências para o exercício da profissão, como no caso da pescadora Orlinda (2017):

É com dinheiro de pesca, tudo que eu tenho é aqui! Todo mundo sabe isso aqui tudo, é carro é tudo que nos temos é com o dinheiro da pesca [...] Isso aqui não investiu com outro dinheiro não! Que meu velho, ele mexe com venda de isca e também capina, agora ele aposentou. Agora ele vai ficar mais comigo na pescaria, ele aposentou e não depende mais tanto estar trabalhando forçado, porque não pode também porque ele é doente, ele tem problema de coluna, mas o probleminha esta na idade, ele tem 37 anos de carteira de pescador [...] É um bom tempo! Ele se aposentou agora e nós vamos viver só no rio pescando. (Orlinda, entrevista, Miranda/MS, 16/01/2017)

Portanto, pesca para além do ato de pescar, principalmente ao destacar sobre a rentabilidade que o ofício pode lhe proporcionar:

[...] É para viver bem, bem, não dá! Mas dá para a gente ir levando, sabe como é que é, não tem outra profissão. A senhora pode ver: Miranda é pequeno, não tem um nada aqui para gente trabalhar, então é só a pesca mesmo [...] Se fecha a pesca, eu acho que acaba tudo na cidade porque fechou a pesca, acabou tudo! Acaba o movimento daqui [...] É só silêncio, é difícil, difícil mesmo! Deve agradecer a Deus pela pesca, porque falar que o que nós temos aqui da para se defender, não são aquelas coisas. Que tem mês que da para sair alguma coisa, mas tem mês que é ralado [...] Tem vez que sobra, muitas vezes esta com dinheiro R\$: 20,00 R\$: 30,00 Reais guardado. Para nós mesmo

que pesca de motor, é mais difícil porque as vezes a gente desembolsa e vai no rio e não consegue nada. É porque tem época que esta difícil, esta feio mesmo, agora tem época que não, tem época que é boa. Ano passado graças a Deus teve bastante peixe, parou um cardume de peixe aqui na ponte e foi bom, e tinha muito pintado no meio, bastante peixe mesmo, deu para aproveitar já no começo. Tem época que é ruim [...] E fica ruim de pegar, tem época que parece que não tem os peixes, não sei se os peixes descem ou sobem, só sei que não acha mesmo, sei que é difícil mesmo. Pode bater dia e noite que não sai nada [...] (Orlinda, entrevista, Miranda/MS, 16/01/2017)

Essa característica está muito presente na vida socioeconômica e cultural das comunidades ribeirinhas do Pantanal, particularmente nos períodos de seca, na qual as famílias, diante das adversidades ambientais, inventam e reinventam formas de sobrevivência a cada sazonalidade das águas. Há um constante e ininterrupto recomeço, que se renova dinamicamente através da capacidade criativa de se adaptar a cada enchente ou período de seca, a falta de peixes e a escassez de recursos financeiros para investimentos para desenvolver o trabalho. Por outro lado, se orgulham ao mostrar que tudo que possuem de bens materiais, são resultados do trabalho com a pesca artesanal.

Entre outras adversidades do mundo da pesca, há perigos relacionados com a vida dos trabalhadores. Um alerta é com a possibilidade de naufrágios, um dos medos muito presentes no imaginário das pescadoras:

[...] é graças a Deus nunca passei apuro de mais outras coisas, negócio de virar barco cair não, que a gente mais anda com cuidado também né porque sabe que é perigoso, falam que o rio só não gosta daquele que não sabe nadar, a verdade: Ele gosta daquele que sabe nadar, ele leva mesmo! já aconteceu muitas causas de morte aqui no rio, tem bastante caso de barco que virou. Uma vez não achou o barco, não achou o motor, é mais perigo, não é fácil não! Por isso que eu tenho medo de sair sozinha. Que nem eu falo pro meu velho: Eu não tenho força, um dia nos estava pescando eu não sei que jeito ele soltou o motor da rabeta [sic] do motor, enganchou no pau, enganchou no vão do pau, ficou grudado a hélice lá e custou tirar o motor de lá, esse que é o meu medo [...] Sozinha e chegando enganchar, que jeito eu vou fazer pra mim tirar? Força eu não tenho para puxar, então eu evito isto dai eu não vou sozinha, que nem muitas vezes eu vou com minha filha pescar, quando não tem ninguém pra ir, dai vai eu e ela porque qualquer coisa nos estamos juntas e ela também é pescadora, dai nós vamos juntas nós duas para o rio sozinha, de barco sozinha eu não fui, porque tem que ter muito cuidado, tenho medo de

acontecer as coisas e a gente sozinha por ai, não dá certo não [...] (Orlinda, entrevista, Miranda/MS, 16/01/2017)

Essas mulheres representam o mundo vivido, os seus lugares, como lugar de realização da vida, a percepção é entendida como uma “ação humana de compreensão do mundo, que se dá no momento em que o homem vai ao mundo, se ver no mundo, se construindo com ele”, ou seja, cada pescadora se constroem no mundo da pesca, carregadas de significados simbólicos reais e imaginários. Esse espaço analisado sob um viés fenomenológico, reflete como essas mulheres pescadoras se relacionam com os Pantanaís, com suas experiências vividas nos lugares da pesca, na coleta de iscas e em seus cotidianos. Nesse sentido, elas constroem um mapa mental que “é a representação da forma de como o homem percebe, representa, descreve e vive o lugar” (NOGUEIRA, 2002, p. 79-103). São Mulheres que constroem uma representação romântica do lugar, do belo, da verdadeira felicidade entre outros adjetivos utilizados para destacar que vivem nesse lugar bucólico e repleto de adversidades que para elas representam o próprio sentido de vida e sobrevivência.

255

### *Considerações Finais*

Ao longo desse estudo, analiso o trabalho das mulheres frente às colônias de pesca, o entendimento do que é uma representação sindical e ainda aspectos ligados à saúde e o fazer laboral das mulheres pescadoras. As temáticas interligadas, sendo que é a partir da compreensão que elas possuem do sistema de representação da colônia e da preservação dos seus direitos trabalhistas e conseqüentemente previdenciários. Fica evidente que, ainda precisamos avançar muito em questões de organização e participação em movimentos de lutas sindicais e por direitos para as mulheres pescadoras em Mato Grosso do Sul. Constatações a partir de análises de estudos e pesquisas desenvolvidas em regiões como o Nordeste<sup>9</sup> brasileiro, observei que, nossas pescadoras não

---

<sup>9</sup> O Núcleo de Pesquisa - Desenvolvimento e Sociedade - tem desenvolvido nos últimos sete anos vários estudos focados na problematização sobre a invisibilidade da mulher no mundo do trabalho, especialmente o universo da pesca artesanal no Brasil. Desde 2006 a equipe de pesquisadoras/es dos projetos *Conflito de Gênero no Cotidiano da Comunidade Costeira A Ver-o-Mar* e *Pescando Pescadores: Políticas Públicas e Extensão Pesqueira* (Projetos elaborados por

participam efetivamente das lutas femininas para a garantia de seus direitos, afirmo ainda que compreendo que esse processo é longo, pois precisa de um entendimento da importância das suas vozes nessa organização e representação feminina nesses espaços de luta.

Tratar as relações de gênero no mundo do trabalho da pesca é transitar em um espaço delimitado e imerso em simbologias que colocam homens e mulheres em posições opostas. Onde, homens pescam nos rios em seus barcos e lanchas pesqueiras e as mulheres nas margens dos rios ou em lagoas, com suas canoas e ou em pequenas embarcações. São raras as mulheres que se aventuram a pilotar grandes embarcações e conduzir lanchas pesqueiras, não no sentido do querer, mas no sentido do alto investimento que representa, mas elas estão lá, para desenvolver todas as atividades que o ofício exige. É um espaço marcado pela heteronormatividade explícita, visível na demarcação das narrativas e delimitadas nas obrigações. Aos homens competem as grandes pescarias, já as competências das mulheres são marcadas primeiramente pela dedicação integral dos interesses da família, da educação dos filhos, do preparo das refeições, entre outras atividades relacionadas à pesca ou ao lar. Ao homem compete à conservação das embarcações, a confecção de tarrafas para a coleta de iscas e a comercialização do grande pescado, já à mulher, lhes compete à venda de iscas ou peixes em suas casas ou em comércios locais, ou seja, o pequeno, o singular, o privado.

No discurso dessas mulheres pescadoras está presente uma argumentação construída no imaginário social ribeirinho, aprendido de geração em geração, de que se elas possuem renda e que esse é um fator que contribui para coloca-las em pé de igualdade. Que está garantindo a conquista de direitos sociais e que, ao mesmo tempo contribui para o empoderamento<sup>10</sup> dessas trabalhadoras, que vem de uma ordem social machista e patriarcal.

---

professoras/es do POSMEX - Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local), em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, contemplados em Editais pelo CNPq. (Pesquisas que contribuíram no fortalecimento do Grupo de Pesquisa - Desenvolvimento e Sociedade) priorizou entre seus objetivos contribuir no debate sobre gênero numa perspectiva da “feminização” da pobreza especialmente nas relações de trabalho que envolve a pesca artesanal no Brasil. In: LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. **30 Anos de Registro de Pesca para as Mulheres**. Seminário na UFRPE - Recife, 2009, p.1.

<sup>10</sup> Nessa reflexão utilizamos o conceito de empoderamento, refletindo as constantes lutas por valorização e reconhecimento de gênero no campo do trabalho, da independência financeira,

Para nós, feministas, o empoderamento de mulheres, é o processo da conquista da autonomia, da auto-determinação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. Para as feministas latino americanas, em especial, o objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com o a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero. Isso não quer dizer que não queiramos também acabar com a pobreza, com as guerras, etc. Mas para nós o objetivo maior do “empoderamento” é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirmos maior controle sobre “nossos corpos, nossas vidas”. (SARDENBERG, 2009, p.2).

Portanto, vai além da certa autonomia financeira, são mulheres empoderadas porque rompem barreiras da profissão milenarmente dominada por homens. Em suas narrativas, há indícios dessas libertações, mesmo que muitas ainda não veem dessa maneira, há transformações significativas para as mulheres, como exemplo, ter sua carteira profissional de pesca e acesso aos benefícios que a categoria lhes pode proporcionar.

257

### Referências

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 11ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade, LIMA, Alexandra Silva de; FURTADO, Gilmar Soares. **Mulheres Pescadoras: A Construção da**

---

das conquistas documentais e de direitos. Conforme o texto *Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social*, o conceito de empowerment contempla não apenas como uma construção da consciência crítica, pelo sujeito no seu contexto natural, social, cultural, político e de vivência. Não é uma simples capacidade de atuação nos padrões em diferentes âmbitos da vida social, profissional, enfim, mas está diretamente ligada à aquisição de poder. Nessa direção, “supõe o vivenciar um processo articulado que integre a construção de uma consciência crítica com a ação, ou o desenvolvimento de capacidade real de intervenção e transformação da realidade”. O conceito empoderamento nesse caso, vai além de um processo de emancipação individual, pois envolve uma consciência coletiva. Cf.: EICOS. Estudos Interdisciplinares de comunidades e Ecologia Social. Empoderamento: participação, solidariedade e desenvolvimento (a). Disponível em: [http://www.eicos.psycho.ufrj.br/anexos/port\\_empod.htm](http://www.eicos.psycho.ufrj.br/anexos/port_empod.htm) Acesso em: 03/10/2020, às 8h.

Resistência em Itapissuma. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba, PR – 2009. CD-Rom. Texto completo.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. Gênero e Políticas Públicas na pesca artesanal em Itapissuma. In: Angelo Bras Callou Fernandes e Maria Sallet Tauk. (Org.). **Comunicação, gênero e Cultura em Comunidades pesqueiras tradicionais**. Recife: FASA, 2009, v. 1, p. 161-174.

LIMA, Lana Lage da Gama. Souza, Suellen André. Patriarcado. In: Colling, Ana Maria. TEDESCHI, Losandro Antônio (Orgs). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados-MS, Ed.: UFGD, 2015.

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. Mapa mental: recurso didático para o estudo do lugar In: PONTUSCHKA, Nídia Nacib. **Geografia em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2002.

PASSERINI, Luisa. **A memória entre a política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

PEREIRA, João Antonio. **Geografia de Mato Grosso**: “O mundo é do tamanho que você quiser... Construa-o conforme sua imaginação”. Guiratinga-MT, Set. 2009. Disponível em.:

<<https://pt.calameo.com/read/0001152895ce015e5d61d>>. Acesso em: 18/05/2017.

SATO, M. (2001, maio). Debatendo os desafios da educação ambiental. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, Rio Grande, p.14-33.

SCOTT, J. História das Mulheres. In: BURKER, P.(Org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora da Univesp, 1992.

STADTLER, Hulda Helena Coraciara. Mulheres na pesca artesanal: lutando por previdência e saúde. **Retratos de Assentamentos**, [S.l.], v. 18, n. 1, p. 91-112, jan. 2015. ISSN 2527-2594. Disponível em: <<http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/183>>.



## ENTRE O “CONGRESSO FEMINISTA” E A “PERVERSIDADE”: OS DEBATES SOBRE GÊNERO, TEATRO E CULTURA NAS PÁGINAS DA COMPOSIÇÃO TEATRAL SONHO DE ÓPIO

### BETWEEN “FEMINIST CONGRESS” AND “PERVERSITY”: THE DEBATES ON GENDER, THEATER AND CULTURE IN THE PAGES OF THE THEATRICAL COMPOSITION SONHO DE ÓPIO

Rebeca Natacha de Oliveira Pinto<sup>1</sup>

#### Resumo

A partir da composição *Sonho de Ópio*, encenada pela Companhia Teatral São José, este trabalho se propõe a refletir sobre as imbricadas relações entre participação política feminina e o universo cultural carioca na Primeira República. Para tanto, o conceito de gênero se faz relevante, na tentativa de ressignificar a atuação e experiências femininas, revelando protagonismo social tanto na esfera pública, como em aspectos privados. Intentaremos perceber como as personagens femininas “Suffragista” e “Perversidade” nos fornecem indícios para compreender como mulheres, de diversos segmentos sociais, ocuparam o espaço público e o universo do entretenimento carioca dos anos 1920, em meio às profundas desigualdades de gênero.

**Palavras-Chave:** Gênero. Rio de Janeiro. Teatro de Revistas. Companhia teatral São José

#### Abstract

Based on the composition *Sonho de Ópio*, staged by the Companhia Teatral São José, this work aims to reflect on the interwoven relationships between female political participation and the cultural universe of Rio de Janeiro in the First Republic. For this, the concept of gender becomes relevant, in an attempt to reframe women's performance and experiences, revealing social protagonism both in the public sphere and in private aspects (SCOTT, 1992; PERROT, 1988; THOMPSON, 1998). We will try to understand how the female characters “Suffragista” and “Perversidade” provide us with clues to understand how women, from different social segments, occupied the public space and the universe of entertainment in the 1920s, in the midst of profound gender inequalities.

**Keywords:** Gender. Rio de Janeiro. Vaudeville. São José Theater Company

Rio de Janeiro, dezembro de 1923. Os jornais cariocas anunciavam a estreia da peça *Sonho de Ópio*, da Companhia Teatral São José. Esta Companhia fazia parte da Empresa de Paschoal Segretto<sup>2</sup>, um importante

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Professora de História da Rede Estadual de Educação no Rio de Janeiro. Pesquisadora no Grupo de História Social da Educação na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro – RJ, Brasil. E-mail: rebecanatacha@gmail.com

<sup>2</sup> Paschoal Segretto foi um empresário no campo das expressões artísticas, proprietário de uma diversificada quantidade de casas de espetáculos, que não se restringiam a empreendimentos teatrais. Não realizava nenhuma função nos palcos, apenas “financiava as produções de companhias teatrais de sua empresa (ou mesmo de outras empresas) e negociava suas casas de espetáculos para serem ocupadas por outras companhias interessadas”. Um dos seus

empresário do ramo teatral da capital federal nas primeiras décadas do século XX. A composição trazia em seus quadros representações de ambientes imaginados, como se fossem sonhos, articulando nas falas das personagens conflitos e debates sobre participação política feminina na Primeira República.

Para a construção deste artigo, a utilização instrumental do conceito de gênero faz-se extremamente importante. Para Maria Odila Dias, as interpretações acerca das identidades femininas somente virão à luz na medida em que “diferentes conjunturas do passado forem gradativamente documentadas”, a fim de que possa emergir não apenas a história da dominação masculina, mas, sobretudo, os papéis informais, as improvisações, a resistência das mulheres (DIAS, 1994, p. 274).

Joan Scott aponta que esse conceito se consolida como um lugar de debates e lutas, especialmente no que tange à compreensão do que seria natural ou social, uma vez que masculino e feminino não se dividem simplesmente entre as linhas simplórias e concisas (SCOTT, 2012). Para Scott,

o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder. [...] Quando as(os) historiadoras(es) buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, elas(eles) começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as maneiras particulares e situadas dentro de contextos específicos, pelas quais a política constrói o gênero, e o gênero constrói a política (SCOTT, 1991, p.17).

260

Segundo essa autora, gênero é, então, sempre uma tentativa de amenizar as ansiedades coletivas sobre os significados da diferença sexual, necessariamente imprecisos. Imprecisos, pois, a despeito das distinções visivelmente anatômicas entre os corpos (quaisquer que sejam suas variações), não há limites na atribuição de significados a eles (SCOTT, 2012, p.339). Observa-se como essa construção teórica se apresenta numa perspectiva relacional, sendo também um lugar perpétuo para percepção das múltiplas possibilidades de participação das mulheres, tornando-as sujeitos sociais ativos,

---

empreendimentos de maior sucesso foi a Companhia do teatro São José, localizada na Praça Tiradentes.

que lutavam contra as hierarquias estabelecidas e produziam suas próprias experiências.

A partir da referida peça teatral, buscarei refletir como o teatro de revistas foi um importante espaço para protagonismo feminino nos anos 1920. Fruto das minhas pesquisas no doutorado, as personagens femininas inseridas nesta composição nos fornecem indícios para percebermos como as mulheres, de diversos segmentos sociais, ocuparam o espaço público e o universo do entretenimento carioca, em meio às profundas desigualdades de gênero.

*Entre personagens e possibilidades: os debates em torno do “Congresso Feminista”*

A composição teatral *Sonho de Ópio* possuía 66 páginas e estava dividida em dois atos e 16 quadros, sendo avalizada pela censura teatral em 09 de agosto de 1923. Foi apresentada pela Companhia do Teatro São José<sup>3</sup>, na Praça Tiradentes, no segundo semestre de 1923, com enorme sucesso de público. Articulava em seus esquetes uma ampla participação de personagens femininas, entre elas a “Suffragista”, a “Perversidade”, a “Maledicência”, a “Vendedora de Amores”, a “Vendedora de Alegria”, a “Mãe”, a “Noiva”, a “Creada”, a “Boneca”, a “Modista”, entre outras. Entre elas, buscaremos nos debruçar sobre duas com um maior afinco: a “Suffragista” e a “Perversidade”. A escolha dessas personagens se fez em função de seus discursos, nos quais debatiam a importância do protagonismo feminino e divergiam do espectro de esposa dócil e cordata.

---

<sup>3</sup> Essa trupe teatral, entre 1910 e 1930, produziu uma enorme quantidade de peças, sendo um importante espaço de fomento de novas produções, novos compositores teatrais e novas artistas do teatro de revistas. De acordo com Tiago de Melo Gomes, essa companhia era praticamente imbatível em termos de quantidade de ingressos vendidos. Possuía ingressos a preços muito acessíveis, assim como camarotes para o público de poder aquisitivo mais elevado, permitindo uma enorme heterogeneidade na plateia. Ou seja, possibilitava que uma mesma revista tivesse diferentes percepções, dialogando com as características e concepções dos diversos grupos sociais que acorriam aos espetáculos. Essa Cia. esteve em atividade por mais de 20 anos, sendo um espaço privilegiado para ascensão e prestígio na carreira de diferentes artistas. Teve um enorme destaque no cenário cultural carioca, não apenas pelo investimento do empresário Paschoal Segretto, mas também pela grande capacidade de articular em suas peças um profundo diálogo com o cotidiano da capital federal. (GOMES, 2004).

Tinha um elenco de estrelas consagradas no universo teatral, entre elas Cinira Polônio, Pepa Ruiz, Aracy Côrtes, Henriqueta Brieba, Francisco Alves e Vicente Celestino. Seus autores foram Duque<sup>4</sup> e Barão<sup>5</sup>, já tendo estes uma vasta experiência com o universo do entretenimento, construindo composições que pouco eram afetadas pela ação da censura (AGUIAR, 2013, p.35-36).

A peça se inicia com comentários de “Barnabé”, uma espécie de interlocutor de alguns quadros da composição, e após uma breve apresentação de sua personagem, este anuncia o quadro “Congresso Feminista”:

“O CONGRESSO FEMINISTA”

SCENA

ESCUDEIRO, DEPOIS SUFFRAGISTA

ESCUDEIRO

Temel-a travada hoje. São coisas do fim do mundo. Querem agora que as mulheres ocupem o lugar dos homens! Mas, é o que merecem mesmo os meus semelhantes, que não sabem guardar suas posições. E o que me faz raiva, chorar de desespero, é ser obrigado a servir de chefe de protocolo nesta joga. Que hei de fazer? Tenho que obedecer para poder trabalhar. Tenho que trabalhar para poder ganhar dinheiro. Tenho que ganhar dinheiro para não apanhar da minha mulher. Abaixo o feminismo.

SUFFRAGISTA (entra)

Boa noite, pobre homem.

ESCUDEIRO

Boa noite, pobre homem.

ESCUDEIRO

Boa noite. Porque me chama de pobre homem?

SUFF.

Porque você pertence ao que denominamos sexo fraco.

ESCUDEIRO.

Nós, quem?

SUFF.

Nós, mulheres, que somos hoje a parte forte da humanidade.

ESCUDEIRO.

---

<sup>4</sup> Antônio Lopes Diniz (1884-1953). Foi teatrólogo, jornalista, compositor, diretor musical e bailarino de enorme sucesso em terras parisienses. Ver BARROS, 2005.

<sup>5</sup> Óscar Lopes (1882-1938). Foi redator da Gazeta de Notícias e autor de diversos livros e peças de teatro. Ver GOMES, 2006.

## Dossiê: História das Mulheres, Gênero e Interseccionalidades

Isso tudo é presa. O mundo levava a bréca se vocês tomassem conta delle.

SUFF.

Fique sabendo que o mundo já é nosso. Passe os olhos em volta e verifique nossas victorias constantes. [...] Temos nas mãos as rédeas do progresso.<sup>6</sup>

É importante ressaltar que, ao anunciar o “Congresso Feminista”, “Barnabé” destaca que a personagem “Suffragista”, “*é com certeza, do batalhão da Professora Daltro!*”.<sup>7</sup> Leolinda Daltro foi professora e ativa militante pela ampliação dos direitos das mulheres nas primeiras décadas da República, sendo uma figura recorrente nos diferentes periódicos da capital federal.<sup>8</sup> Trazer uma personagem que se articulava como pertencente ao “*batalhão da professora Daltro*”, assim como o diálogo aponta, denotava uma forte articulação da peça com os acontecimentos atuais da capital federal. Com ironia, “Suffragista” propõe ainda, ao colocar os homens como “*sexo fraco*”, uma reavaliação acerca das vitórias femininas, colocando nas mãos das mulheres “*as rédeas do progresso*”. Tais embates nos indicam, para além de toda fantasia e imaginário da representação teatral, que havia uma notoriedade acerca da mobilização das mulheres nas lutas por mais direitos sociais e participação política.

Rachel Soihet afirma que, por meio de canções, representações teatrais e utilizações jocosas de signos do poder, os atores sociais demonstravam sua participação política em diferentes contextos históricos (SOIHET, 2008). Através das falas das personagens, os autores valiam-se do deboche e do riso, explorando a criatividade, para criticar questões latentes na sociedade carioca,

---

<sup>6</sup>Sonho de Ópio. Arquivos da 2ª Delegacia Auxiliar de Polícia do Distrito Federal, Arquivo Nacional (2ª DAP). Fundo 6E. Peças Teatrais, nº 633. p. 35-36

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> Leolinda foi extremamente ativa na capital federal, dividindo opiniões e aproveitando as oportunidades, surgidas a cada momento, para trazer à tona a condição feminina no Brasil. Em 1919, Leolinda lançou-se candidata à Intendência Municipal do Distrito Federal, cargo equivalente ao de prefeito. Em outubro, concedeu entrevista à Revista Feminina, onde justificou sua candidatura nos seguintes termos: “Como mulher que sou, com um sentido superior de altruísmo, tenho me preocupado com a necessidade de minorar o sofrimento humano e de se atingir uma melhor distribuição da Justiça”. Sua campanha era simbólica, uma plataforma para as mulheres denunciarem a discriminação e a desigualdade social e de gênero existentes na sociedade. Em 1920, Leolinda reuniu seus registros e guardados, remanescentes de sua incursão pelos sertões, em uma obra publicada pela tipografia da Escola Orsina da Fonseca. O livro recebeu o título *Da catequese dos índios do Brasil (notícias e documentos para a história)*. ROCHA, E. P. *Vida de Professora: ideias e aventuras de Leolinda de Figueiredo Daltro durante a Primeira República. Mundos do trabalho*. v. 8, p. 29-47. 2016.

tal como a construção das mulheres como sexo frágil, propondo ainda a inversão de tais hierarquias sociais (LOUSADA, 2014).

Maria da Conceição Pires afirma que o humor, com sua rebeldia intrínseca, age de forma a estimular o saber prévio do leitor sobre o contexto real abordado. Lança questões, ao mesmo tempo em que constrói respostas que ressignificavam o real, problematizando e ampliando suas expectativas, enfim, atuando como mecanismo de reflexão, educação e de divertimento (PIRES, 2010). Trata-se de atentar não só para as atitudes e práticas com relação ao riso, mas de reconhecer, concomitantemente, como o humor proporcionou, a uma multiplicidade de vozes silenciadas, a possibilidade de recuperar sua participação histórica. Através do “deslocamento de significados”, da carnavalização, da inversão da ordem, dos “jogos de contrastes” e da “ligação entre o formal e o informal” (SOIHET, 2008, p.204), os compositores teatrais abordaram temas que pertenciam ao âmbito das “coisas sérias”. A personagem “Suffragista”, mesmo sendo utilizada em um contexto teatral que a comédia estava em realce, nos permite apreender como inversões sociais eram possíveis na referida conjuntura. E que as mulheres “*não foram, portanto, passivas e impotentes, nem ficaram à mercê de forças históricas externas e dominantes*” (SOIHET, 2008, p.16).

O quadro “Congresso Feminista” relacionava ainda as questões nacionais com o movimento feminista transnacional, posto que sinalizava como integrantes do esquete: a “Mulher Americana”, a “Mulher Espanhola”, a “Mulher Italiana”, a “Mulher Francesa”, a “Mulher Argentina”, a “Mulher Portuguesa” e a “Mulher Brasileira”. Essa última havia sido escolhida como Presidente do Congresso Feminista que, de mãos dadas com a personagem “Modinha” – “*que traduzia o sentimento inteiro das brasileiras*” –, saberia fazer o mundo “*saudar a victoria do Brasil*”.<sup>9</sup>

Observa-se como o conceito de feminismo poderia ser associado a uma infinidade de ações que buscassem fugir ao papel tradicional de dona de casa e mãe de família. O termo aparecia, recorrentemente, em jornais, revistas e peças

---

<sup>9</sup> *Sonho de Ópio*. Arquivos da 2ª Delegacia Auxiliar de Polícia do Distrito Federal, Arquivo Nacional (2ª DAP). Fundo 6E. Peças Teatrais, nº 633. p. 33.



teatrais, sinalizando a visibilidade do movimento em diferentes grupos sociais. Para Lericé Garzoni:

O significado do termo feminismo, que passou a ser usado como bandeira de luta e de articulação de grupos brasileiros, a partir do final da década de 1910, também foi objeto de disputa nesse processo. Por um lado, segundo uma perspectiva que destacou as sucessivas conquistas do feminismo, ele poderia ser visto como uma manifestação de mais uma etapa rumo a ideais igualitários, o que havia sido iniciado pelas editoras de jornais emancipacionistas da segunda metade do século XIX e concluído, ao menos em uma “primeira onda” do feminismo brasileiro, com a aprovação do direito ao voto feminino em 1932. Por outro lado, poderia ser considerado como uma excepcionalidade, em uma longa história de exclusão das mulheres – enquanto produtoras, consumidoras e assunto – da imprensa generalista, cuja tônica dominante era ridicularizar tanto as militantes quanto as ideias identificadas ao feminismo (GARZONI, 2012, p.24).

Desde meados do século XIX, mas principalmente a partir do século XX, novos ideais femininos emergiam como respostas às inúmeras, e significativas, mudanças que estavam sendo vivenciadas, cotidianamente, em uma sociedade que se pretendia urbana-industrial. Aliadas ao crescimento das cidades e das possibilidades de emprego, novas concepções político-sociais foram geradas, redefinindo e ressignificando as performances de gênero (SEIXAS, 2011). De forma plural, mulheres de diferentes grupos étnicos e sociais articulavam maiores possibilidades de inserção nos ambientes públicos, como consumidoras, estudantes, profissionais ou responsáveis por organizações com diferentes finalidades (BESSE, 1999, p.02).

É importante salientar, a partir da fala da personagem “Escudeiro” – “*Abaixo o feminismo*” – que vozes contrárias às reivindicações femininas também estavam sendo dialogadas no universo teatral. Gabriela Marques chama a nossa atenção para os antifeminismos presentes nas primeiras décadas do século XX, especialmente no mundo ocidental. Para a autora, havia

uma crítica direta ao universo feminino na sua globalidade, mesmo quando não está em causa a luta pela independência financeira, pelo direito de voto, pela prática de uma profissão tradicionalmente varonil ou pela sua desvinculação da figura referencial masculina da família: o pai, o marido ou o irmão. O seu cerne são as mulheres em si enquanto seres biológicos e gênero social (MARQUES, 2013, p. 96).

Por mais que a personagem Suffragista enalteça as constantes vitórias das mulheres e seus protagonismos no caminho do Brasil para o progresso, Escudeiro evidencia os movimentos contrários as ações por ampliação de direitos, ao demonstrar um certo desconforto com as demandas por maior participação, articulando a sua fala a uma crítica aos feminismos presentes na sociedade carioca na Primeira República<sup>10</sup>.

Neste período, ecoavam ideologias como a da eugenia, com seus princípios de aperfeiçoamento e pureza da raça, ou da ortodoxia católica, que defendia concepções conservadoras a respeito da necessidade de regeneração moral das famílias e, portanto, das mulheres (SEIXAS, 2011, p.13). Em tais discursos, afirmavam que os papéis femininos primordiais eram os de esposa e de mãe. Concomitantemente, ancoravam o desenvolvimento do Brasil à integridade das famílias que, por sua vez, se apoiavam no contínuo esforço e trabalho das mulheres. As desigualdades de classe, raça e gênero se adensavam na gestação de perspectivas para uma nação próspera e “moderna”. Demandas como educação, emprego e voto tornaram-se bandeira de um movimento organizado e de projeção nacional<sup>11</sup>, para além de manifestações feministas difusas, presentes desde meados do século XIX (CARDOSO, 2014).

---

<sup>10</sup> Patrícia de Souza França chama a nossa atenção para as ações da Liga pela Moralidade. Esta foi fundada em 1912, e ganhou ainda mais espaço nos anos de 1920 se vinculando à influente União Católica Brasileira. A Liga “possuía como missão salvaguardar a moral, combatendo quem se desvinculasse dela em todas as suas manifestações”. Seus integrantes buscavam impedir a veiculação de panfletos ou mesmo peças teatrais que considerassem imorais. (FRANÇA, 2010).

<sup>11</sup> Um exemplo desse movimento organizado foi a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, em 1919, criada por Bertha Lutz e Maria de Moura Lacerda, institucionalizava tais pleitos e objetivava alcançar o reconhecimento dos direitos das mulheres e o alargamento de suas possibilidades na esfera pública. Bertha Lutz nasceu em São Paulo, em 1894, e morreu na cidade do Rio de Janeiro, em 1976. Foi educada na Europa e graduada em Biologia, na Sorbonne, em 1918, pertencia a uma alta classe, ocupava um alto cargo público no Museu Nacional e mantinha relações próximas com as elites políticas. Fundadora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, sua atuação acerca dos direitos das mulheres será aprofundada nos textos que se seguem. Ver: FRACCARO, 2006. Maria Lacerda de Moura nasceu em Manhuaçu (Minas Gerais), em 16 de maio de 1887 e morreu no Rio de Janeiro, em 20 de março de 1945. Foi uma militante anarquista brasileira que se notabilizou por seus escritos feministas. Formou-se na Escola Normal de Barbacena e trabalhou como educadora, adotando a pedagogia de Francisco Ferrer e lecionando em Escolas Modernas. Em 1920, no Rio de Janeiro, fundou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, que combateria a favor do sufrágio feminino. Após mudar-se para São Paulo, em 1921, se tornou ativa colaboradora da imprensa operária, publicando em jornais como *A Plebe* e *O Combate*. Sobre a trajetória de Maria Lacerda de Moura, ver: LEITE, Miriam Moreira. *Outra Face do Feminismo*: Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática, 1984.

Percebe-se, ao decorrer da peça, como a heterogeneidade das personagens de *Sonho de Ópio* – “Mãe”, “Noiva”, “Modinha”, “Suffragista”, “Perversidade”, entre outros –, nos fornece indícios para refletir sobre as alternativas tangíveis às mulheres na sociedade carioca. Para Besse, as mudanças sociais e culturais nas representações de gênero, propostas nas primeiras décadas da República, não abalaram as hierarquias presentes no cotidiano da nação. O casamento, a maternidade, a educação dos filhos, a educação feminina “sem emancipação”, a redefinição do trabalho feminino e os antifeminismos reverberavam como formas de assegurar um maior controle sobre os códigos da sociabilidade e participação das mulheres (BESSE, 1999, p.37).

Ou seja, se as mulheres passam a ter seus direitos cada vez mais colocados na agenda pública, rígidos códigos e padrões morais são colocados em pauta para evitar possíveis agenciamentos desterritorializantes (RAGO, 1998). A noção de cidadania para as mulheres era debatida em termos de direitos civis, que englobavam o acesso ao voto e ao divórcio, as questões da maternidade, da igualdade salarial e da proibição do trabalho noturno (FRACCARO, 2006, p.68). Os embates estavam sendo postos em cena, dialogando hierarquias sociais com as conquistas das mulheres no espaço público, especialmente, no mercado de trabalho.

O quadro “Congresso Feminista” aponta como as questões sociais eram retratadas nos palcos das revistas. Ao trazer a associação entre a professora Daltro, os direitos das mulheres e educação, essa composição teatral evidencia os embates que ecoavam na sociedade carioca pela ampliação da atuação política das mulheres. Tais fragmentos da revista demonstram não apenas a circulação das notícias, mas também como o movimento, articulado por Leolinda, foi extremamente ativo na capital federal, dividindo opiniões – entre elas, as de Maria Lacerda Moura e Bertha Lutz<sup>12</sup> – e aproveitando as oportunidades surgidas, a cada momento, para trazer à tona as desigualdades de gênero no Brasil dos anos 1920.

---

<sup>12</sup> Moura e Lutz afirmavam que Leolinda Daltro construía sua trajetória na imprensa sobre “sentimentos politikeiros”, sendo chamada, ainda, de “velha feminista constitucional”. Ver: *A Plebe*, 02 de outubro de 1919.

*Abram as cortinas para a “Perversidade”!*

“Perversidade” é outra personagem da composição teatral, que se apresentava como um dos elos da obra e ressaltava a percepção de uma mulher que, com altivez e malícia, conquistava seus intentos:

[...] Commigo ninguém escapa,  
Pois de todos tiro a capa,  
Guardando a minha inteirinha.  
O destino assim o quer!  
Serei por isso Rainha,  
Enquanto por cá houver,  
Às mãos da Perversidade,  
Homem de capacidade,  
Bella e galante mulher.<sup>13</sup>

Como uma “rainha”, a personagem valorizava uma postura mais combativa das mulheres em relação aos homens, e incentivava as mulheres, especialmente a personagem “Rosa”, a reagirem à ação masculina, até mesmo de forma física. Cantando uma canção, a personagem “Zequinha” detalhava seu encontro com “Rosa”, numa cena posterior à conversa dessa com “Perversidade”:

[...]  
Outro dia, ás 6/2  
Dei com uma nada feia,  
Encostei-a  
Abordei-a  
Eu que sou doido por isso!  
Que tentação! Que feitiço!  
Tudo era viço  
E roliço  
Aquella vinha formosa  
Aquella vinha mimosa  
Era Rosa  
Melindrosa  
Mas, meu Deus! Que unha de gato!  
Xingando-me de pirata,  
Ella arreventou-me a lata  
Fui sangrando, perguntando:  
Sabe com quem está falando?  
É apenas o prazer - de viver –

---

<sup>13</sup> *Sonho de Ópio*. Arquivos da 2ª Delegacia Auxiliar de Polícia do Distrito Federal, Arquivo Nacional (2ª DAP). Fundo 6E. Peças Teatrais, nº 633.p. 32-33.

Eu não sou nenhum intruso,  
E na minha terra é uso,  
Desde que não haja abuso...<sup>14</sup>

É importante perceber que a personagem que não aceita as investidas masculinas é denominada “Perversidade”. Esta associa-se a “Rosa”, melindrosa, e a aconselha a não ceder a quaisquer homens. Alcileide Nascimento e Alexandre Melo apontam que as melindrosas eram personagens presentes em romances, composições teatrais e periódicos nas primeiras décadas do século XX (NASCIMENTO; MELO, 2014). Em meio às especificidades, evidenciavam a representação de moças que valorizavam a maquiagem, possuíam cabelos curtos e desafiavam as convenções sociais correntes.

Iranilson Oliveira aponta que a melindrosa brasileira era uma figura desvirtuante, visto que fazia “[...] estremecer a hierarquização dos sexos, ao mesmo tempo que pregava mudanças na nossa sociedade” (OLIVEIRA, 2002). Oriunda das camadas médias urbanas, a representação toma de empréstimo parte da palavra “melindre”, que diz respeito à “coisa frágil, delicada”, se referindo a uma mocinha afetada, exagerada nas maneiras de se vestir. Refletir sobre a personagem “Rosa” se faz necessário pelas questões que abarca, uma vez que a sua aparência – maquiagem e cabelos curtos à *la garçonne* – ampliava as discussões sobre posturas que eram, tradicionalmente, percebidas como femininas e masculinas, e propunham a sua desnaturalização.

Nos versos de *Sonho de Ópio*, observa-se na melindrosa a vinculação com a beleza feminina, mas que, também, poderia ser perigosa, uma vez que possuía “unha de gato” e “arrebetava a lata” de quem a importunasse. Para Spilborghs, a melindrosa configurava-se na “[...] representação de uma jovem elegante, despreocupada e frequentemente frívola, mas que, com personalidade forte, agia de acordo com seus interesses” (SPILBORGHS, 2007, p.24). Articulava-se assim com um estilo importado, característico de um período em que o Brasil se tornava cada vez mais cosmopolita, estilo esse que se viu intensificar com as inovações tecnológicas que desembarcavam dos EUA e da Europa.

Durante os primeiros anos de 1920, período que marca a estreia da peça

---

<sup>14</sup> *Sonho de Ópio*. Arquivos da 2ª Delegacia Auxiliar de Polícia do Distrito Federal, Arquivo Nacional (2ª DAP). Fundo 6E. Peças Teatrais, nº 633.p. 33.

*Sonho de Ópio*, destacaram-se ações para a concepção de grupos femininos que abordassem a questão da ampliação da participação política das mulheres. Inúmeras transformações sociais e inovações industriais, como a eletricidade e o telefone, abriam possibilidades para a busca de redefinições dos papéis sociais. Nesse contexto, as peças do teatro de revistas traziam personagens, como as referidas acima, que revelavam uma “*postura feminina mais agressiva, vista por muitos como própria do seu tempo e que, embora tenha atitudes exageradas devido à necessidade de provocar o riso, também tem na ponta da língua argumentos para defender seu ponto de vista*” (GOMES, 2004, p.214).

Não apenas “Rosa” ou a “Perversidade”, mas também o papel da “Suffragista”, fornecem indícios para compreensão da multiplicidade de percepções sobre a participação das mulheres na cidade do Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX. E essas questões eram elementos correntes em diferentes discursos de um Brasil que buscava se vincular ao progresso e a modernidade, uma vez que não seria mais possível compreender a ação feminina apenas a partir dos papéis de recatada e esposa dócil. Percebe-se, assim, como as revistas apresentavam-se também como crônicas da cidade, possibilitando o debate de fatos cotidianos, no qual as peças eram representadas. Selecionavam eventos de sua contemporaneidade, estando em profundo diálogo com as ansiedades da época, ampliando as oportunidades de crítica social e de acesso ao código letrado (NEVES, 1995, p. 21).

270

### *O Teatro de Revistas: um palco para experiências femininas*

Apreender o ambiente cultural do Rio de Janeiro torna-se fundamental para pensar como as relações de gênero se constituíram como processos dinâmicos, que se desenharam de maneira móvel e variada nessa sociedade nos anos 1920. Ao mesmo tempo possibilita a nossa compreensão a respeito da notoriedade do teatro de revistas no cotidiano da cidade e a percepção desse como um dos locais de formação da sociedade.



Arthur Azevedo afirma a importância do teatro de revistas no cotidiano carioca, para o qual era "*considerado gênero de primeira necessidade, figurando no orçamento do rico e do pobre*" (AZEVEDO, 2009). Penna Franca aponta que

Compreender o teatro no Rio de Janeiro no final do século XIX e início do XX é como espiar por detrás das cortinas de um grande espetáculo. Num primeiro olhar sobre o panorama teatral desse período encontramos o gênero musicado como o grande sucesso, mais especificamente, o teatro de revista. Sucesso de público e de crítica as revistas dominavam a cena teatral carioca no circuito comercial. Um número surpreendente de espetáculos acontecia anualmente na capital federal e, segundo Arthur Azevedo, em 1890 foram montadas, em média, duas mil peças no Rio de Janeiro. Considerando que esse articulista assistia, em geral, a espetáculos encenados por grandes companhias e atores profissionais, portanto, fora do circuito amador, podemos avaliar que esse número fosse ainda maior (FRANCA, 2001, p.22).

Margarida de Souza Neves aponta que os espetáculos revisteiros se destacavam pelos diálogos claros e objetivos, o uso do linguajar popular, a presença de metáforas e alegorias, a menção às questões políticas e sociais, entre outras características (NEVES, 1995). Segundo Gomes, ao contrário da crônica, as revistas abordavam os temas não de forma realista, mas de forma cômica, ou exagerada de maneira que as afirmações não eram claras, ficando subentendidas e possibilitando diferentes significados para o público (GOMES, 2004, p.34-35). Na busca pelas preferências do público, as revistas tornaram-se crescentemente um espetáculo musical e visual, alternando a crítica política com a malícia sensual e fazendo maior uso dos coros (e corpos) femininos.

Esse gênero teatral se vinculava à improvisação e à crítica social que se revestiam de uma técnica própria, de seus tempos certos e de uma dinâmica especial, não se excetuando de um complexo cenário e fantasias que viabilizava um sentido de conjunto. E é exatamente nessa perspectiva que fazemos a leitura dos quadros de *Sonho de Ópio*. Observa-se as ambiguidades nas representações, visto que possui quadros como o "Congresso Feminista", mas também apresentava números que exploravam a beleza e os corpos das mulheres. Compreende-se, assim, a complexidade das questões de gênero em debate nas revistas no Rio de Janeiro, na Primeira República.

Neyde Veneziano aponta uma grande presença feminina nos palcos do Teatro de Revista, especialmente quando as atrizes e cantoras eram estrangeiras (VENEZIANO, 1991, p.46). Um panorama desse universo é dado pelo cronista Luiz Edmundo Costa:

Lembras-te [indagando ao leitor] da Abdel-Kader, a “turca”, aquela pêssego dourado ao sol que eletrizava plateas fazendo dansar o mais formoso e infecundo dos ventres? [...] E a Maria Regina, italiana, [...] Havia a Jeanne Cayot [...] que começava a tirar as roupas... diante da platea allucinada e aquecida, ficando nuazinha em pelo... E a Boriska, aquela húngara alta, forte, plástica e vivaz... De Guerrerito dizia-se que era a mais linda hespanhola que já tinha desembarcado no Brasil... outra hespanhola notável foi a Carmencita, uma de linha sinuosa e ophidica... A Lina de Lourenzo era uma italiana descarada que cantava il trenó e il lazzo... Entre as inglezas, grande sucesso fez a Jenny Cook... A Tit Com era uma americana meio maluca... Bom será não esquecer a Duvernail, que fazia umas poses plásticas de enorme sucesso, e, outras, como a Blurette, a Diana de Liz, as irmãs Rinaldi, a Marinetti, a Lina d’Arteuil, a Frossart, a Lucette Deval, as irmãs Moreno, a Cecile Dubois, a Ignez Álvares, a Diemer, a Bellard... (COSTA, 1987, p.481)

A crônica de Luís Edmundo ajuda a perceber como atrizes, cantoras e dançarinas almejavam sobreviver e trabalhar como artistas, no mundo do divertimento. Algumas vezes, em modestos cabarés e chopes-berrantes da cidade; noutras, em palcos mais nobres, alcançando sucesso, cujos ecos chegaram muito abafados ao nosso tempo. Tal pluralidade de artistas se revertia, também, em uma grande quantidade de personagens femininas que compunha os quadros das revistas.

Em 1911, um cronista do periódico Rio Nu destacava que, num café concerto do centro da cidade,

“Tinha gente de toda classe... duvidosa, e notavam-se caras particulares de mistura com fisionomias simpáticas, mas estragadas pela bebida e pelo deboche. Esta freguesia era servida por moças e entre elas viam-se até crianças que, como as outras, eram tocadas, apalpadas e beijadas pelos fregueses, mesmo os mais repelentes. Ali bebiam-se chopps e outras coisas alcoólicas de toda espécie” (Rio à noite. In: *Rio Nu*. nº 27).

Observa-se como no universo do entretenimento, a presença feminina não era vivida somente nos palcos, elas também eram trabalhadoras em

comércios, cafés cantantes e outros locais de entretenimento situados no centro da capital, principalmente no entorno da Praça Tiradentes (POPINIGIS; SCHETTINI, 2009, p.65). Destaca-se o campo teatral carioca como um ambiente possível para a empregabilidade de camareiras, maquiadoras, dançarinas, entre muitos outros ofícios, possibilitando, cada vez mais, a ocupação delas nos espaços públicos nos últimos anos do século XIX e nas primeiras décadas do XX. Gomes salienta que um dos reflexos da maior participação das mulheres no espaço público foi o aumento de mais de 600% da entrada delas no serviço público, em detrimento do aumento de 100% do número de homens (GOMES, 2004, p.206).<sup>15</sup>

Trazer tais discussões para este artigo se torna relevante para a compreensão do teatro de revista carioca como uma intensa arena de debates, no cotidiano da cidade, na Primeira República. Assim como a imprensa, os palcos musicados tiveram um papel importante na construção e na circularidade de discursos sobre a ampliação da participação feminina na vida política, não perdendo de vista os diferentes estereótipos de gênero. Mesmo tendo analisado peças que foram escritas por homens – que ora incentivavam a participação das mulheres no universo político e social, ora reafirmavam os entraves e limitações impostas – é possível perceber que as ideias expressas nas composições revisteiras possibilitavam o enriquecimento do debate e das disputas acerca do feminismo no Brasil.

É preciso ainda ponderar o viés pedagógico do teatro, principalmente as revistas, visto que estavam intrinsecamente imbricadas à formação dos sujeitos e à vida social e cultural carioca. Nas apresentações, nos ensaios e nos debates coletivos – acerca das interpretações e encenações das personagens – diferentes atores, músicos, funcionários e as plateias das peças aproximavam-se das questões que eram debatidas em cena, possibilitando um diálogo acerca do feminismo e da ampliação dos direitos das mulheres nas primeiras décadas do século XX. Atenta-se ainda para o fato de a peça *Sonho de Ópio* ter sido encenada pela Companhia do Teatro São José, um espaço que possuía grande visibilidade e notoriedade no universo do entretenimento carioca.

---

<sup>15</sup> Possivelmente, esse aumento feminino no serviço público se dava à maior concentração de mulheres nos diferentes cargos do magistério – seja como professoras ou como diretoras de estabelecimento de ensino primário. Ver SCHUELER, 2004.

### *Considerações Finais*

Abordando temas sensíveis e relevantes com riso e deboche, Duque e Barão, autores de *Sonho de Ópio*, construíram personagens que reverberavam os debates sobre os direitos das mulheres na Primeira República. Trazer à tona esta peça do teatro de revista permite a percepção de como as reivindicações femininas estavam em disputa, sendo apropriadas pelas atrizes e plateia, viabilizando uma infinidade de significados. Inclusive, lançar mão desse debate era uma das estratégias das companhias para alcançarem o interesse do público revisteiro, visto que, cada vez mais, as mulheres aumentavam sua presença nas casas de espetáculo da capital federal (GOMES, 2004, p.250). Os autores e empresários teatrais almejavam, assim, trazer para as peças temas que estivessem em voga no período.

Nas primeiras décadas do século XX, mais do que uma maior participação nos espaços públicos, vê-se como muitas mulheres escolheram o universo do entretenimento como uma possibilidade de trabalho e ascensão social (FRACCARO, 2006, p.68). Personagens como “Suffragista” e “Perversidade” dialogavam com uma grande quantidade de mulheres que debatiam sobre tais questões no cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, contestando os limites entre os espaços público e privado, tecendo opiniões sobre política, educação, moda, vestimentas e comportamentos, entre outros assuntos.

Propusemo-nos a pensar as peças do teatro de revistas, e especialmente os quadros da peça *Sonho de Ópio*, como um espaço de diálogo e embates por igualdade e direitos das mulheres. Ou seja, essas peças teatrais são fontes riquíssimas para compreender as performances de gênero e ampliação da participação social feminina no Rio de Janeiro da Primeira República. As interpretações da “Suffragista” e da “Perversidade” nos ajudam a ampliar nossa compreensão de como liberdades sexuais estavam em disputa no alvorecer do século XX, uma vez que as mulheres, de diversos segmentos sociais, ocuparam o espaço público.

A abertura dos historiadores para os papéis informais, visíveis apenas através do enfoque do cotidiano, constitui-se no recurso possível para a obtenção de pistas que possibilitem a reconstrução das experiências concretas. As personagens trabalhadas, nos trazem indícios para pensar como muitas mulheres, longe do estereótipo de subalternas à ação masculina, criaram e ressignificaram formas de se constituírem como protagonistas sociais (SOIHET, 1998, p.87). Apreende-se, assim, o universo do entretenimento como um lócus privilegiado para o debate de subjetividades, identidades e especificidades das mulheres. Além de viabilizar um espaço de profissionalização, trabalho e maior libertação das restrições morais.

Aqui, busco refletir apenas sobre *Sonho de Ópio*, uma peça da década de 1920, que possui alguns quadros em que diálogos sobre a ampliação da participação política feminina, comportamentos e direitos sociais estão em cena. Contudo, as mais de mil composições, depositadas no fundo 6E de Censura Theatral da 2ª Delegacia Auxiliar de Polícia do Rio de Janeiro, ainda se apresentam como um caminho pouco explorado pelos historiadores e pesquisadores para pensarem as desigualdades de gênero no Brasil.

Nesse aspecto, almejei perceber algumas dessas personagens da peça *Sonho de Ópio* à luz das proposições de Michelle Perrot: “*nem passivas, nem submissas*” (PERROT, 2005). Uma vez que as lutas por uma maior ampliação de direitos também passavam pelos palcos, influenciando agentes públicos, políticos e movimentos sociais, contribuindo com a reestruturação das identidades e possibilitando uma atuação feminina para muito além do casamento, da maternidade e do cuidado com as crianças.

## **Refêrencias**

AGUIAR, Mariana de Araújo. **O teatro de revista carioca e a construção da identidade nacional**: O popular e o moderno na década de 1920. 2013. 205f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

AZEVEDO, Arthur. O Teatro, A Notícia, Rio de Janeiro, 08/03/1906. In: NEVES, Larissa de Oliveira; LEVIN, Orna Messer (orgs.). **O Teatro** – crônicas de Arthur Azevedo. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

BARROS, Orlando de. **Corações De Chocolate**: a história da Companhia Negra de Revistas, 1926-1927. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2005.

BERTUCCI, Liane Maria; FARIA FILHO, Luciano Mendes; OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. **Edward P. Thompson**: história e formação, Belo Horizonte: Edufmg, 2010.

BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade**: Reestruturação da ideologia de Gênero no Brasil 1914-1940. São Paulo: Edusp, 1999.

**Boletim da SBAT**. n. 20. fev. 1926.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. Sufrágio, educação e trabalho: o feminismo na imprensa em Teresina nas décadas de 1920 e 1930. **História Revista**. v. 19, n. 2, p. 103-128. 2014.

COSTA, Luiz Edmundo. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Xenon Editora, 1987.

DIAS, Maria Odila L. S. **Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista**: uma hermenêutica das diferenças. *Estudos Feministas*. v. 2, n. 2, p. 273-282. 1994

FRACCARO, Gláucia C. **Os Direitos das Mulheres** – Organização Social e Legislação Trabalhista no Entreguerras Brasileiro (1917-1937). 2006. 198p. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FRANCA, Luciana Penna. **Teatro amador**: a cena carioca muito além dos arrabaldes. 2011. 118 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

FRANÇA, Patrícia. Livros para os leitores: a atividade literária e editorial de Benjamim Costallat na década de 1920. **Cadernos de História**. v. X, p. 121-140. 2010.

GARZONI, Lérica de Castro. **Arena de combate**: gênero e direitos na imprensa diária (Rio de Janeiro, início do século XX). 2012. 291f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas.

GOMES, Tiago de Melo. **Um Espelho no Palco**. Campinas: UNICAMP, 2004.

LEITE, Miriam Moreira. *Outra Face do Feminismo*: Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática, 1984.

MARTINS, William de Sousa Nunes. **Paschoal Segreto**: Ministro das diversões no Rio de Janeiro (1883-1920). 2004. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História Social, UFRJ, Rio de Janeiro.



MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? **Revista de Sociologia Política**. n.18(36), p. 15-23. 2010.

MARQUES, Gabriela Mota. A “maior humorista de todos os tempos”: a sátira antifeminista na imprensa portuguesa [1885-1914]. **FACES DE EVA**, nº 32, Edições Colibri / Universidade Nova de Lisboa (2014): 93-111.

NASCIMENTO, A. C.; MELO, A. V. da S. Melindrosas em Revista: Gênero e sociabilidades do início do século XX (Recife, 1919-1929). In: **História Revista**. v. 19, n. 3, p. 12-31. 2014.

NEVES, Margarida de Souza Neves. História da Crônica. Crônica da História. In REZENDE, Beatriz (org.). **Cronistas do Rio**. Rio de Janeiro: José Olympio. p.15-31. CCBB, 1995.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. Educando pela roupa: a educação do corpo através da moda no Recife dos anos 20. In: **Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação**. Natal, 2002.

PERROT, Michele. **Os Excluídos** - Operários, Mulheres e Prisioneiros. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1988.

\_\_\_\_\_. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC; 2005.

277

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PIRES, Matia da Conceição Francisca. **Centenário do Traço**: o humor político de Ângelo Agostini na Revista *Ilustrada* (1876-1888). Relatório Final. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional – MinC, 2010.

POPINIGIS, Fabiane; SCHETTINI, Cristiana. Empregados do comércio e prostitutas na formação trabalhadora no Rio de Janeiro republicano. **ArtCultura**. v. 11, nº 19, p. 57-74. jul./dez. 2009.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**. A utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina. Campinas: Unicamp, 1990.

\_\_\_\_\_. Modernizar para Conservar: Relações de Gênero em São Paulo nas Décadas Iniciais do Século XX. In: **Cadernos Pagu**. n.11, p. 419-427. 1998.

ROCHA, E. P. Vida de Professora: ideias e aventuras de Leolinda de Figueiredo Dalto durante a Primeira República. **Mundos do trabalho**. v. 8, p. 29-47. 2016.

SÁ, Carolina Maфра de. **Teatro Idealizado, Teatro Possível: uma estratégia educativa em Ouro Preto (1850-1860)**. 2009. 244f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Notas sobre a feminização da docência: professoras primárias na cidade do Rio de Janeiro de fins do século XIX. **Cadernos de Educação**. Pelotas, ano 13, n. 22, jan./jun. 2004.

SCHPUN, Monica Raisal. Entrevista com Miriam Moreira Leite. **Cadernos Pagu**. n. 22, p. 329-342. 2004.

SCOTT, JOAN. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Recife: SOS CORPO, 1991.

\_\_\_\_\_. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**. n. 45, p. 327-351. Dez. 2012.

SEIXAS, Larissa Selhorst. **“O feminismo no bom sentido”**: o Centro Paranaense Feminino de Cultura e o lugar das mulheres no mundo público (Curitiba, 1933-1958). 2011. 141f. Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1910**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

\_\_\_\_\_. História das mulheres e história do gênero. Um depoimento. **Cadernos Pagu**. n. 11, p. 77-87. 1998.

\_\_\_\_\_. **O feminismo tático de Bertha Lutz**. Florianópolis: Editora Mulheres/EDUNISC, 2006

\_\_\_\_\_. **A Subversão pelo Riso: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas**. Rio de Janeiro: Uberlândia: EDUFU, 2008.

**Sonho de Ópio**. Arquivos da 2ª Delegacia Auxiliar de Polícia do Distrito Federal, Arquivo Nacional (2ª DAP). Fundo 6E. Peças Teatrais, nº 633.

SOUZA, Sílvia Cristina Martins de. Do tablado às livrarias: edição e transmissão de textos teatrais no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX. In: **Anais do IV Congresso Internacional de História**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 9 a 11 de setembro de 2009.

SPILBORGHS, Mariana Alza. **Moda, beleza e sociedade: um estudo da ilustração no Brasil através da revista “Careta”, 1920 e 1950**. 2007. (Trabalho de conclusão de curso) Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

**Dossiê: História das Mulheres, Gênero e Interseccionalidades**

THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses. In.: NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Sergio (orgs.). **E. P. Thompson**: As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1998. v. 1.

VENEZIANO, Neyde. **O teatro de revista no Brasil**: dramaturgia e convenções. Campinas; Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991

## **A LEI 12.034/2009 NOS PLEITOS ELEITORAIS DE MATO GROSSO DO SUL E AS CANDIDATURAS “LARANJAS”**

### **THE LAW 12.034/2009 IN PLEA ELECTORAL FROM MATO GROSSO DO SUL AND THE “ORANGE” CANDIDATES**

Jaqueline Teodoro Comim<sup>1</sup>

Alzira Salete Menegat<sup>2</sup>

#### **Resumo**

Este artigo consiste em abordagens sobre a Lei 12.034/2009, que reserva 30% das vagas dos partidos políticos para candidaturas femininas nos pleitos eleitorais, analisada na política institucional de Mato Grosso do Sul. Nesse estado buscamos identificar as candidaturas “laranjas” para os cargos de deputadas/os federais, deputadas/os estaduais e vereadoras/es, analisando dados do Tribunal Regional Eleitoral do Estado, nos pleitos de 2010 a 2018. Consideramos como “laranjas” as candidaturas a deputadas/os que obtiveram até 0,5% de votos, em relação ao obtido pelo último eleito/a e, para vereadoras/es, aquelas de 0 a 10 votos. Os resultados demonstram aumento de candidatas mulheres e também acréscimo de candidaturas “laranjas”, indicando estratégia dos partidos para o descumprimento da lei de cotas.

280

**Palavras-chave:** Mulheres; Política institucional; Partidos políticos, lei de cotas.

#### **Abstract**

This article makes an analysis from the Law 12.034/2009, which reserves 30% from the political parties vacancies for female applications in plea electoral, analyzed in the institutional politic from Mato Grosso do Sul. In this study, the objective is to identify the “orange” candidates for the positions of federal deputies, state deputies and city councilor, analyzing data from Tribunal Regional Eleitoral do Estado, in the pleas from 2010 to 2018. We consider as “orange” the deputies candidate that obtained over to 0,5% from the votes, in relation to what was obtained from the last deputy elected and for the city councilor, the ones 0 to 10 votes. The results show increase of the female candidates and also the increase of the “orange” ones, showing the strategy from the parties in breaking the law.

**Key-words:** Women, Institutional politic, Political parties, Quota law.

#### *Introdução*

---

<sup>1</sup> Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

<sup>2</sup> Doutora em Sociologia, professora nos cursos de graduação e de pós-graduação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Este artigo consiste em análises da Lei 12.034/2009, que reserva 30% das vagas dos partidos políticos para candidaturas femininas nos pleitos eleitorais brasileiros. O objetivo é analisar os resultados dessa lei no contexto da política institucional em Mato Grosso do Sul, verificando o número de mulheres candidatas e, destas, as possíveis candidaturas “laranjas” nos pleitos eleitorais do Estado.

Para isso, analisamos os termos da Lei nº 12.034/2009, no que se refere à sua elaboração, sancionamento, revisões ao longo dos anos e, também, acerca do como ocorrem às eleições proporcionais. Associada a isso, reunimos e analisamos dados dos anos de 2010 a 2018, obtidos na plataforma do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

Na referida plataforma, entre outros aspectos, podem ser encontradas informações sobre o número de candidaturas masculinas e femininas e os respectivos votos que cada um/a obteve em diferentes pleitos. Nossa busca naquela plataforma se direcionou ao número de candidaturas que ao final dos pleitos eleitorais obtiveram de zero até 10 votos, para os cargos de vereadores/as, e para deputados/as estaduais e federais aquelas que obtiveram 0,5% de votos totalizados em relação ao último candidato/a eleito/a.

O objetivo foi perceber a ocorrência do uso de candidatas de fachada, as quais, neste trabalho, são denominadas de “laranja”, conforme vem sendo propagadas pela mídia. Esta expressão é uma referencia as candidaturas que pelo pequeno número de votos indica registro apenas para cumprir as exigências da lei de cotas para mulheres, atendendo à obrigatoriedade da Lei 12.034, instituída no ano de 2009.

No entanto, essas “estratégias” de produzir candidaturas laranja, trazem efeitos negativos na aplicação da lei, visto que numa sociedade com desigualdades de classes, gênero e etnia, a criação de leis visando reduzir desigualdades, se constitui num meio fundamental para efetivar mudanças. Estas, se combinadas às políticas públicas, podem levar a novos processos educativos, que chamem a atenção sobre as desigualdades existentes e suas mazelas, sendo, portanto, necessárias.

Assim, debruçar-nos sobre o tema das mulheres na política institucional de Mato Grosso do Sul envolve percebermos o quanto está permeado por

relações de poder desigual, como no exemplo das eleições de 2018, pleito que no estado, nenhuma mulher foi eleita para no cargo de deputada estadual. Isso indica que o poder tem uma forma singular, por ser o cargo da política institucional um local de determinações, de visibilidades, além de ser uma função que demanda decisões sobre os rumos sociais e, ainda, legaliza, delibera, distribui, investe e organiza a sociedade.

Se as mulheres historicamente foram relegadas aos espaços sociais restritos em termo de visibilidades, acabam enfrentando múltiplas dificuldades para alcançarem aqueles de maior destaque, havendo a necessidade de instituir legislações e políticas públicas que estabeleçam meios para mudança e ampliação.

Com esses aportes apresentamos as reflexões desse artigo, organizado em duas partes: na primeira, analisamos a Lei 12.034/2009 e as mudanças que promoveu no âmbito da política institucional. Na segunda parte, evidenciamos dados sobre as candidaturas no contexto dos pleitos eleitorais de Mato Grosso do Sul, para os cargos de vereadoras, deputadas estaduais e federais, nos pleitos que se sucederam entre os anos de 2010 a 2018.

#### *A lei 12.034/2009 e o processo eleitoral proporcional*

O Mato Grosso do Sul é um estado recente e sua criação ocorreu com o Plano de Desenvolvimento de Integração Nacional, assinado em 1977, pelo então presidente Ernesto Geisel, quando foi dividido o antigo Mato Grosso, criando duas unidades federativas, o MT e o MS.

O contexto histórico da criação de Mato Grosso do Sul era do final do regime militar e sua criação ocorreu junto com a gradual redemocratização brasileira, num momento de esfacelamento do dito “milagre econômico”. Neste cenário, ocorreram as eleições gerais de 1982<sup>3</sup> no Brasil, sendo as primeiras

---

<sup>3</sup> As primeiras eleições marcaram o fim do bipartidarismo imposto pelo regime militar. Neste sentido, cinco partidos concorreram as eleições, obtendo os seguintes assentos, ocupados nas unidades federativas por partido: PDS –235 assentos, PMDB – 200, PDT - 23, PTB - 13, PT – 8. A maioria dos assentos ficou com o PDS e o PMDB. O voto vinculado adotado neste pleito obrigava o eleitorado a votar em candidatos de um mesmo partido, sob pena de nulidade do voto



votadas pelo povo após a instauração do governo militar, o qual terminou em 1985.

O estado de Mato Grosso do Sul desde sua criação foi perpassado por uma elite rural com base no latifúndio, na pecuária de corte e na produção de grãos e cana de açúcar para exportação, sendo um estado rural, com traço forte do campo. Conta com uma população de 2.449.024 milhões de pessoas (conforme última amostra da população realizada pelo IBGE, em 2010), distribuída em 49% de homens e 51% de mulheres.

O Mato Grosso do Sul embora constituído por maior percentual feminino, elas ocupam em menor escala os espaços do poder institucional, evidenciando um processo de invisibilidade e dominação, que se mostra pelos dados de violência. Neles, o estado se destaca no contexto brasileiro pelos elevados índice de crimes violentos letais intencionais contra mulheres, sendo que em 2015 foram 83 casos<sup>4</sup>, e as taxa de estupro somaram 1.458 casos, em 2016<sup>5</sup>.

Em Mato Grosso do Sul, parecer coexistir uma combinação de poderes, reunindo na dinâmica do estado homens detentores de patrimônio e de poder político institucional, o que acentua desigualdades que atingem as mulheres, levando à sub-representação delas na política institucional.

Cabe destacar que a realidade feminina sul-mato-grossense expressa aquela de âmbito nacional. O que parece interessar na política institucional brasileira em relação às mulheres, não é o fato de os partidos políticos buscarem meios para que elas façam parte desse processo e assumam cargos de gestão na política institucional, mas de mantê-las na posição de “ajudantes” de homens políticos. É sustentado o modelo da política com predomínio masculino, mesmo diante de incentivos para o fortalecimento da participação das mulheres no cenário político, dentre eles a Lei 12.034/2009, a qual garante cotas femininas de 30% na política institucional.

---

para os dois cargos. Esta modalidade foi instituída pelo código eleitoral, lei 4.737 de 1965 no art. 146, IX, b, posteriormente sendo extinto na legislação eleitoral de 1985, pela lei 7.434.

Acessar em : <https://atlas.fgv.br/verbete/6101>

Acessar em : <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/26549952/voto-vinculado>

4 Ver índices disponíveis em: <https://www.midiamax.com.br/cotidiano/2016/fotos-de-feridos-confirmam-tiros-em-confronto-entre-indios-e-fazendeiros/>

5 No contexto nacional, o Mapa da Violência de 2015, evidencia que o Brasil é o 5º país do mundo que mais mata mulheres, com taxa de 4,8 homicídios para cada 100 mil mulheres. Dentre essas, as mulheres negras são as maiores vítimas desse tipo de violência.- Disponível em: [https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf).

Dessa forma, nos parece fundamental analisarmos a Lei 12.034/2009, em seus aspectos históricos, visto que sua primeira expressão, buscando atenuar a desigualdade de gênero na política, data de setembro de 1995, quando foi promulgada a Lei nº 9.100/1995. Esta lei determinava, provisoriamente, normas para as eleições municipais, realizadas no ano posterior. O art. 11, § 3º desta previu que: “vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser reservadas por candidaturas de mulheres”.

É importante destacarmos que a lei de cotas é resultado da luta política de mulheres, conforme atesta Piovesan (2011, p. 68), e esteve “associada à campanha Mulheres sem Medo do Poder”. Envolveu a bancada feminina do Congresso Nacional, com o apoio do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e do movimento de mulheres. Além disso, havia a influência do acordo realizado em 1995, em Beijing, na IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, organizado pela ONU, quando se instituiu a lei de cotas, determinando o mínimo de 20% de candidaturas femininas.

A partir de sua implantação e persistindo o quadro de baixa participação feminina, a Lei foi revista em 1997, sendo adotada a Lei 9.504/1997, a qual normatizou, em seu art. 10, § 3º, o seguinte: “cada partido ou coligação deverá *reservar* o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo”. Apesar do aumento em relação ao percentual das vagas para as mulheres, saindo de 20% para 30%, não houve crescimento que atendesse ao percentual exigido das candidaturas femininas. Assim, no ano de 2009, por meio da Lei nº 12.034, foi redigida nova redação do art. 10, § 3º, alterando o texto que se referia ao partido ou coligação em relação a candidaturas, e onde se lia “deverá reservar”, foi alterado para “preencherá” o mínimo de 30% e o máximo de 70% das candidaturas para cada sexo. A mudança no sentido da palavra trouxe nova entonação para a lei, passando a ter caráter obrigatório.

Cabe destacar que a referida lei regula o percentual de candidaturas por partido político no que concerne aos cargos do legislativo, exceto aquele para o Senado, pois este faz parte das eleições majoritárias. Sendo assim, os cargos contemplados para cumprimento da Lei são para vereadoras/es, deputadas/os estaduais e federais, visto que são eleições de disputa proporcional, nas quais

vários candidatos/as são eleitos/as, em conformidade com o número populacional por estados e municípios.

É preciso compreender o que são as eleições proporcionais<sup>6</sup>, as quais ocorrem por meio dos partidos ou coligações com base em cálculos que determinam as cadeiras que serão ocupadas no legislativo. O cálculo está baseado no quociente partidário (QP = votos nominais e na legenda dividido pelo QE), considerando o quociente eleitoral (QE). Esse quociente é elaborado com base na divisão dos votos válidos obtidos pelo partido ou coligação do qual o/a candidato/a votado/a faz parte, atendo ao número de cadeiras disponíveis para o cargo no estado.

Nessa conta, a Justiça Eleitoral exclui os votos brancos e nulos para fazer a divisão das vagas, calculando no chamado quociente eleitoral. Com essa base, são determinados 10% do valor obtido como exigência para concorrer à cadeira no Legislativo, dentre os candidatos/as mais votados no partido ou coligação filiada.

Esse sistema é questionado atualmente, pois nem sempre os/as candidatos/as que recebem mais votos individualmente são eleitos/as. Isso se explica da seguinte forma: um candidato que recebeu individualmente o maior número de votos pode não ser eleito se fizer parte de uma chapa com candidatos com percentual maior de votos.

A não eleição pode ocorrer devido ao número de cadeiras do partido, as quais serão ocupadas pelos mais votados. Ao passo que outro partido ou coligação poderá eleger um candidato com menor votação. Um fator preponderante que tem alterado as regras nas eleições mais recentes é o da cláusula de barreira, prescrita pela minirreforma eleitoral de 2015, que estabeleceu esses 10% citados, em que o candidato precisa obter de votos. É importante conhecermos esses detalhes do processo eleitoral, em relação ao coeficiente, pouco acessíveis ao entendimento da população em geral, pois são táticas usadas com as mulheres consideradas “boas de voto” no âmbito dos partidos, onde muitos candidatos homens são eleitos por QP, graças aos votos

---

<sup>6</sup> Ver: <http://www.tse.jus.br/o-tse/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-5-ano-3/como-funciona-o-sistema-proporcional>.

angariados por elas. Por isso, é recorrente vermos candidatos se reelegendo com poucos votos.

Na esfera municipal, o número de cadeiras para vereadores/as é calculado de acordo com os habitantes de cada município, variando entre nove cadeiras (mínimo) e 55 (máximo), de forma que para o primeiro, deve-se ter até 15 mil habitantes, e o segundo mais de oito milhões. Já a nível estadual, no Estado de MS, são oito deputados federais e 24 estaduais.

Cabe destacarmos que o não cumprimento das cotas para candidaturas por sexo prevê impugnação (autuada pela justiça eleitoral) de candidaturas masculinas com vistas a manter a proporção 30% - 70% exigida por lei. A penalidade aplicada impugna candidatos homens do partido que não cumpriu a lei de cotas, até a proporção chegar à equivalência da porcentagem exigida. Esta medida foi efetivada somente em 2012, atingindo um percentual de 32% de candidatas em todos os cargos. Nos anos de 2014 e 2018, o número esteve próximo, mas o percentual de mulheres eleitas diminuiu no último ano em Mato Grosso do Sul.

Por isso a defesa que fazemos, em relação à aplicação da lei, em conjunto com outras estratégias, que devem ser criadas especialmente pelos partidos políticos, criando incentivos para participação de mulheres na dinâmica dos partidos de forma constante e não apenas em períodos eleitorais. Além disso, fiscalizar os partidos para atender a obrigação referente aos trâmites guardados pela lei e não criar meios de burlar a mesma.

Os dados observados revelam que embora a lei tenha determinado o preenchimento obrigatório das vagas para candidaturas, poucos foram os casos investigados e comprovados em seu caráter fraudulento, acarretando punições. Comparando o local ao cenário nacional, o que vemos é a perpetuação deste sistema e a sub-representação feminina.

[...] os dados da realidade brasileira invocam a distância entre os avanços normativos e as práticas sociais, indicando a persistência de um padrão discriminatório em relação às mulheres. [...] No Poder Legislativo, a política de cotas tem se mostrado um instrumento relevante, mas de alcance limitado para a construção da igualdade de fato entre homens e mulheres. Em 2011, a média nacional de participação das mulheres no Poder Legislativo correspondia a 12,5%, enquanto a participação masculina correspondia a 87,5% dos cargos nas

três esferas federativas. Note-se que, em 2010, as mulheres correspondiam a 51,8% do eleitorado nacional. [...] No Poder Executivo, em 2010, a participação de mulheres, em cargos públicos eletivos, atém-se a 9,1%, enquanto que a participação masculina aponta a 90% (PIOVESAN, 2011, p. 82)

O que notamos é uma lacuna entre as normas e as práticas sociais, onde as primeiras garantem conquistas em relação à busca pela igualdade, e a segunda na esfera social, opera a prática, e nessa emergem desigualdades. Com isso, compreendemos que às cotas tem alcances, fundamentais para garantia da resolução da sub-representação feminina, mas devem vir acompanhadas de outras medidas para que assim ocorra êxito de fato e não se sobressaiam limitações.

### *As candidaturas “laranjas” em Mato Grosso do Sul*

A expressão “laranja”, como destacado anteriormente, corresponde às candidaturas assumidas em pleitos eleitorais, que não foram concretizadas na prática, ou seja, houve o registro das candidaturas, mas não a disputa efetiva durante o período de campanha eleitoral, visto que, ao final do pleito, não somam nenhum ou poucos votos. Isso indica a possibilidade de existir acordo partidário em prol de outros interesses, apenas para os partidos atenderem à legislação.

No caso de Mato Grosso do Sul, cabe destacarmos que devido a maior expressão de ocorrências deste fenômeno para o pleito de vereador/a, realizamos um histórico dessas candidaturas de 1988 a 2016.

Para os cargos de Deputados/as, em decorrência do enfoque do ano de instauração da lei, em 2009, o recorte de análise é feita a partir das eleições de 2010 até 2018. A Tabela 1 apresenta o contexto referente às candidaturas para vereadores/as, vejamos os números:

**Tabela 1:** Histórico de candidaturas-laranja no cargo de vereadores/as em MS

Pleitos	Candidaturas com 0 voto		Candidaturas até 10 votos	
	Femininas	Masculinas	Femininas	Masculinas

### Dossiê: História das Mulheres, Gênero e Interseccionalidades

1988	7	24	37	230
1992	4	53	50	352
1996	-	-	35	121
2000	-	-	86	205
2004	28	21	77	80
2008	13	13	95	94
2012	236	119	347	179
2016	148	115	308	141

**Fonte:** Organização nossa com base nos dados do TRE- M.S, obtidos em 2019.

Para melhor evidenciarmos a compreensão do efeito das cotas e das candidaturas de fachada, apresentamos na tabela acima um recuo histórico para compreender como vinha ocorrendo à presença de mulheres na condição de laranjas, nos pleitos que antecederam à sanção da lei 12.034/2009. Ou seja, buscamos recuar para analisarmos pleitos no período de pós-redemocratização, de 1986 até 2010, em Mato Grosso do Sul, anterior à obrigatoriedade da lei de cotas, fazendo a correlação com a institucionalização da lei.

No que se refere às candidatas-laranja, os maiores números foram observados em 2012 para o cargo de vereadoras, somando um total de 236 candidatas com nenhum voto, manifestas em dez partidos políticos, sendo eles: PSDB (27), PMDB (23), PT e PDT (22), DEM (20), PR (18), PV (14), PSC e PPS (11) e PSD (10). Já em 2016, os casos se repetem, mesmo que em menor número, 148. Porém, não menos preocupante, aparecendo com maior expressão no PDT (10), PTB (13) e PSDB (14).

Um aspecto relevante é que o número de candidatos “laranjas” para o cargo de homens vereadores, em relação às mulheres vereadoras, em 2012, somam a metade em relação a elas com este perfil. Eles são 119, e elas 236, ou seja, as candidatas são as mais atingidas e “usadas” para burlar as candidaturas, considerando a lei 12.034/2009, que determina o cumprimento das cotas em relação ao sexo dos candidatos/as. Contudo, vemos esses números diminuírem em relação às mulheres no pleito de 2016, e ambos figuram quase que na mesma proporção de candidaturas: eles com 115 homens-laranja e elas 148.



Deve-se levar em consideração que em 2012 houve a primeira denúncia<sup>7</sup> quanto à presença de candidatas-laranjas e ao uso do trâmite judicial para impugnação. Além disso, entrou no debate as novas estratégias descobertas para o uso de laranjas, como o desvio do fundo partidário<sup>8</sup>.

Ao observarmos o histórico dos dados, percebemos que antes da lei de cotas os homens eram a maioria com quantidade ínfima de votos. Verificamos ainda que, em todos os pleitos e perfis apresentados, mais de 70% dos candidatos homens obtiveram poucos votos. Em 1992, esse cenário revela maior disparidade, apresentando candidatos com zero voto, dos quais 93% deste perfil correspondem a mulheres, as quais receberam 7%; sendo homens 53 e mulheres quatro candidatas.

Em 2000, as mulheres mantiveram uma média de 18% de candidaturas nos perfis apresentados. No entanto, notamos ser justamente no ano de 2000 que houve a maior quantidade de candidatas-laranja de mulheres. Nesse pleito, alcançaram 30%, logo na primeira eleição após a lei de cotas 9.504/1997. Podemos traçar um caminho a partir desses números: as candidaturas-laranja, nos pleitos anteriores à lei de cotas, eram de maioria masculina e, provavelmente seus fins eram outros. Após a lei, temos as candidaturas-laranja de mulheres, somente para cumprir a lei.

Fato relevante é que até então o número da participação feminina no geral era irrisório, quando os homens marcavam predominância. Há uma mudança perceptível a partir das eleições de 2004 e 2008, quando o número de candidatos homens com este perfil reduziu, e o de mulheres aumentou, chegando a números proporcionais entre ambos e em cada pleito, os quais atingiram cerca de 50%, com exceção das candidatas com zero voto. Em 2004, esse número foi um pouco maior, passando para 57%. Observamos que, a partir da lei de cotas,

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://camilavazvaz.jusbrasil.com.br/artigos/437619026/candidatas-laranja-a-falacia-da-inclusao-de-mulheres-na-politica-brasileira>. Acessado em: 2019.

<sup>8</sup> Dois casos foram registrados de candidaturas “laranjas” no Piauí e no Rio Grande do Sul, quando “três mulheres foram incluídas numa chapa de vereadores sem que elas tivessem conhecimento. Só depois da eleição souberam que seus nomes constavam das urnas. A ação foi movida pelo Ministério Público Eleitoral do Piauí, graças à atuação de um grupo de advogadas mulheres” Disponível em: <https://camilavazvaz.jusbrasil.com.br/artigos/437619026/candidatas-laranja-a-falacia-da-inclusao-de-mulheres-na-politica-brasileira>. Acessado em: 09 mar. 2019.

esses números se equilibraram e as mulheres passaram a ser mais utilizadas nessa prática. Porém, como ainda a lei não era obrigatória, vigorava a conotação de “reservar” 30% para as candidaturas femininas, o que evidencia que os partidos usavam dessa tática.

Nas eleições de 2012, ocorreu uma mudança e os números se elevaram bruscamente, quando a proporção foi de dezoito vezes maiores que no pleito anterior, saltando de 13 candidatas com zero voto, para 236 candidatas nessa condição. Isso aconteceu no período de aplicação da reforma eleitoral, com a lei 12.034/2009, que dispõe sobre a obrigatoriedade do cumprimento das cotas, que até então não eram punidas, quando não colocadas em prática pelos partidos.

Em relação ao número de candidatos de fachada, no mesmo período, este subiu nove vezes mais, passando de 13 para 119. As mulheres representam o dobro como candidatas nos perfis de até 10 votos. Após a reforma na aplicação da lei, e não havendo mais saída senão atendê-la, vemos os partidos utilizarem táticas para cumpri-la. Com isso, houve o aumento no número de mulheres candidatas na política institucional. No entanto, aumentou também o número de candidaturas de fachada.

No caso das candidatas com zero voto, no pleito de 2016, vemos esse número reduzir em 38% e se equilibrar com os candidatos homens. Assim, diante dos novos critérios de aplicação da lei de cotas, bem como do endurecimento na fiscalização e punição dos partidos que não atendiam ao estabelecido, novas estratégias foram criadas, como, por exemplo, o equilíbrio entre candidaturas com este perfil em ambos os sexos. Mesmo com a redução das mulheres com zero voto, notamos que as candidatas com até 10 votos continuaram em números elevados, as quais somaram 308 candidatas. Já em relação aos homens, somaram 141, ainda em 2016, isto é, mais que o dobro concentrado em candidaturas de mulheres pouco votadas.

Apesar de parecer que o número de mulheres candidatas com zero voto reduziu, ainda havia uma grande concentração até 10 votos. Com isso, mais casos passaram a ser descobertos sobre mulheres nessa condição, e as denúncias indicavam desvio do fundo de campanha, como ocorreu nas eleições de 2018, para os cargos de deputadas. Lembrando que a resolução n°23.575

assegurou 30% dos recursos em 2018, para promoção das campanhas de mulheres.

Diante da lei, as proporções de candidaturas “laranjas” de homens e de mulheres se aproximaram, e com essa equação foi retirando o foco sobre elas. De acordo com os dados, as mulheres equivalem a 60% do total de candidaturas-laranja, em âmbito geral de todos os anos, e os homens somam 40%, em Mato Grosso do Sul.

Em vista disso, vale frisar que no Brasil, até o ano de 2019, existia 35 partidos<sup>9</sup>, sendo: MDB, PTD, PDT, PT, DEM, PCdoB, PSB, PSDB, PTC, PSC, PMN, PRP, PPS, PV, AVANTE, PP, PSTU, PCB, PRTB, PHS, PCO, DC, PODE, PSL, PRB, PSOL, PR, PSD, PPL, PATRI, PROS, SOLIDARIEDADE, NOVO, REDE, PMB. Dentre todos os partidos apenas em quatro deles existem mulheres na direção do partido, sendo: o PMB, com a Suêd Haidar Nogueira, PT com Gleisi Hoffmann, PCdoB com Luciana Barbosa de O. Santos, e PODE, com Renata Hellmeister de Abreu. No entanto, notamos uma contradição, visto que elas estão em grande número nos partidos como filiadas<sup>10</sup>, e também ocupam as frentes de organização dos movimentos sociais.

Os meandros desta dinâmica estão atrelados às ramificações do patriarcado, e de como é um sistema impregnado na sociedade, na cultura, bem como nas instituições, nas leis, neutralizando o exercício de direitos das mulheres. Reproduz e mantém o panorama desigual para essas, configurando a sub-representação feminina no âmbito político, intensificando dominação sobre as mulheres, fazendo com que elas próprias, por vezes, nem percebam como são usadas para referendar poderes masculinos.

Vejamos os números de candidatura laranja para o cargo de deputada/o federal, considerando, neste perfil, candidatos/as que receberam menos de 0,5% em relação ao último/a eleito/a ao cargo.

**Tabela 2:** Histórico de candidaturas-laranja para Deputadas/os Federais e Estaduais MS

<sup>9</sup> Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>.

<sup>10</sup> Ver gráfico sobre total de filiados por sexo nos partidos brasileiros. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/04/02/Os-filiados-aos-partidos-brasileiros-g%C3%AAnero-idade-e-distribui%C3%A7%C3%A3o>.

Pleitos	Deputadas/os Federais <sup>11</sup>		Deputadas/os Estaduais <sup>12</sup>	
	Femininas	Masculinas	Femininas	Masculinas
2010	9	1	17	5
2014	13	7	44	24
2018	4	7	15	15

**Fonte:** Organização das autoras, com base nos dados do TRE- MS, obtidos em 2019.

Para o cargo de deputada/o federal, notamos que os partidos onde houve maior ocorrência foram PHS, PSL e PTB, com quatro candidaturas cada, em 2010 e 2014. As candidaturas femininas, neste período, foram 26. Já candidaturas masculinas foram 15. Notamos também que, mesmo após a obrigatoriedade da lei, houve um aumento deste fenômeno até 2014, o qual se reduziu em 2018.

Observamos, ainda, os casos com o mesmo recorte para o cargo de deputados/as estaduais. Para este cargo, como é uma eleição menor, com foco regional, o recorte analisado obteve mais resultados. As candidaturas femininas somaram o total de 120, com o mesmo padrão anterior de aumento da ocorrência após a obrigatoriedade da lei, o que reforça as estratégias dos partidos para burlar a lei de cotas.

A redução dos números e a equiparação entre homens e mulheres nesse tipo de candidaturas no ano de 2018, indica que novas estratégias vêm sendo utilizadas, como equivaler homens e mulheres candidatos/as laranja. Os partidos com maiores candidaturas laranja para deputadas/os estaduais em Mato Grosso do Sul foram PV (13), PHS e PODE (11), PTN (07), e PP, PRP, PSB (06).

Vemos o reforço dessas hipóteses na diminuição do número de mulheres eleitas, em 2018, para Câmara dos Deputados no estado de MS, onde nenhuma deputada estadual foi eleita. No âmbito federal, há apenas uma deputada federal

<sup>11</sup> Partidos com candidaturas laranja para deputada/o federal em MS : PMDB, PTC, PTB, PHS, PMN, PSDB, PT do B, PC do B, PP, PSB, PSD, PSL, PSDC, PSOL, PEN, PSTU, PRTB, PRP, PCO, PSC, MDB, PV, PPL.

<sup>12</sup> Partidos com candidaturas laranja para deputada/o federal em MS: PMDB, PP, PT, PTC, PCO, PV, PDT, PRP, PTB, PSB, PSD, PSC, PPS, PRB, PSL, PHS, PTN, PMN, PSDB, PSDC, PT do B, PC do B, PSOL, PROS, PEN, PODE, SOLIDARIEDADE.

e duas senadoras em exercício, sendo que uma das senadoras (Simone Tebet) já exercia o mandato desde 2014.

A obtenção de número ínfimo de votos é no mínimo duvidosa, porque para se tornar candidato/a é necessário referendo partidário, de modo que o aceite de determinada candidatura pelo partido depende, em primeiro lugar, da avaliação do potencial de popularidade do candidato/a, pois dela virão os votos. Além disso, para ser aprovado em convenção partidária, é analisada a atuação do possível candidato/a no âmbito do partido.

O reduzido número de votos suscita questionamentos, uma vez que qualquer candidato/a que tenha submetido seu nome e adentre pela campanha fazendo divulgação de sua candidatura mesmo que “de boca em boca”, sem contar com recursos financeiros, usando das redes onde reside e/ou contando com relações de parentesco, no âmbito de sua família, certamente extrapolará o número de dez votos, especialmente, porque houve avaliação de potencial na convenção que deliberou sua candidatura. Daí a ideia de candidatos/as usados/as como estratégia para o cumprimento das cotas.

O que leva as mulheres a se situarem nesta posição pode ser troca de favores no âmbito partidário ou, também, em menor proporção, casos de mulheres que são inscritas como candidatas e desconhecem este fato. Cabe indagarmos como isso é possível se existe a necessidade da apresentação de documentos, preenchimento de fichas.<sup>13</sup>

Assim, percebemos que a maneira como os partidos atuam no Brasil é uma das causas da menor inserção e da menor eficácia da eleição de mulheres, pois suas campanhas não são assumidas partidariamente, evidenciando a necessidade de maior fiscalização, punição e reforço da lei. Além disso, deve ser considerado o fato de as mulheres serem pouco votadas pela expressão dos

---

<sup>13</sup> A esse respeito recomendamos ver dados disponíveis em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/06/27/interna\\_politica,543039/partidos-serao-punidos-por-candidaturas-ficticias-de-mulheres-para-preencher-cota.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/06/27/interna_politica,543039/partidos-serao-punidos-por-candidaturas-ficticias-de-mulheres-para-preencher-cota.shtml). Acessado em: 12/02/2019. Na reportagem temos um alerta do Ministério Público eleitoral sobre as fraude, em que citam as artimanhas utilizadas pelos partidos, dentre elas aquela do procurador regional eleitoral de Minas Gerais, Patrick Salgado Martins, chefe do MPE, quando diz: “O que percebemos, em toda eleição, é que os partidos usam vários subterfúgios para se esquivarem do cumprimento da cota feminina. Na maioria das vezes, fazem os cálculos com base no número abstrato previsto na Lei das Eleições [...]”. Outra forma de burlar a lei está nas substituições de candidatos, que ocorrem após o prazo do registro, quando as agremiações aproveitam para simular a desistência de candidatas mulheres, trocando-as por candidatos do sexo masculino.

eleitores/as, uma vez que estes, muitas vezes, expressam um desejo baseado em valores culturais, com ramificações do patriarcado, da dominação masculina, do status inferior atribuído às mulheres e suposta incapacidade delas como liderança, visualizadas como preponderantes ao espaço doméstico e limitadas em relação ao espaço público. Ainda são tidas como não detentoras da razão, da lógica, de capacidades administrativas, de poder de decisão, de voz ativa, características atribuídas historicamente ao masculino, como indica Coutinho:

Estes discursos contribuem para conformar a subjetividade feminina, fazendo parte da cultura entendida como lugar de identificação e de criação de sentido e, como consequência, são reproduzidos, por sua vez, pela própria mulher em seu papel de socializadora e mediadora, em sua função de reprodutora dos valores e normas que sustentam esta forma de organização social baseada na divisão de trabalho por sexo (COUTINHO, 1994, p. 40).

Por essa ótica, as mulheres, conscientes ou não das desigualdades sociais e do processo histórico de dominação feminina, parte delas também reproduzem esses princípios e não escolhem seus pares para representarem seus direitos. Elas estão inseridas dentro desta lógica, sendo educadas e cercadas por instituições que regulam e estabelecem esses estereótipos, ligados ao feminino como inferior e menos capacitado, escolhendo, ou sendo levadas a escolherem homens como as melhores opções para a política institucional. Certamente há mulheres conscientes deste processo, votando em mulheres e lutando para adentrarem na arena da disputa, fato que diante do cenário social tem-se mostrado num enorme desafio, indicando a necessidade de políticas educativas que desconstruam essa desigualdade social e atuem como instrumento de apoio para criar meios para a ampliação feminina na política institucional.

É preciso destacar também que há mulheres candidatas que apresentam pautas pouco emancipatórias, negando as desigualdades sociais, e dessa forma contribuindo para processos de dominação, sob a lógica machista, afinal, como destaca Saffioti (2004): o patriarcado é uma máquina azeitada que não precisa nem mesmo dos homens para se reproduzir. As mulheres interiorizaram a dominação como se natural fosse, e dão vida a ela, propagando-a. Nesse caso, podem ser consideradas numa dupla dimensão de “laranjas”,



visto que assumem a política, mas não tomam suas rédeas, sendo guiadas pelo querer masculino. Por isso não basta às mulheres participarem das disputas políticas, é preciso que ocupem esse espaço.

Dessa forma, mesmo num momento histórico de garantias Constitucionais, ainda assim há um afastamento da realidade social e de como isso tem afetado a participação política e a vida das mulheres. Nesse sentido, é preciso analisar não só o número de mulheres que se apresentam como candidatas, mas a quantidade eleita é o que de fato deve ser considerado.

### *Efeitos da lei de cotas e a reforma partidária*

Os debates que suscitaram no pós-eleição de 2018, como aquelas candidaturas femininas que obtiveram poucos votos, mesmo tendo acessado elevado recurso financeiro para suas campanhas, nos permitem concluir que as candidaturas-laranja são utilizadas no seguinte formato: como resposta dos partidos para burlar a lei de cotas, como estratégia de repasse do fundo<sup>14</sup> partidário e assim manter a estrutura dominante do grupo que concentra o poder.

Cabe salientar que vários países da América Latina conseguiram aumentar as eleitas através das cotas, de modo que em alguns países esse percentual ocupa mais de 40% das cadeiras no Congresso Nacional. No México, por exemplo, as mulheres compõem 48% das vagas na Câmara; na Bolívia e em Cuba 53%; em Costa Rica 46%; na Nicarágua 44%, na Argentina 39%, ou seja, as cotas, quando bem aplicadas, apresentam resultados concretos e bem sucedidos.

No cenário brasileiro, a nova reforma eleitoral, em vigor a partir de 2018, trouxe mudanças e avanços para a lei de cotas em relação à distribuição de

---

<sup>14</sup> O Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), acrescido pela reforma eleitoral por meio da lei 13.487/2017, válida em 2018, oriundo de verba pública, prevê distribuição dos recursos em 30% para candidaturas por gênero e 30% de tempo de TV e propaganda eleitoral. O valor é constituído por dotações orçamentárias da União em ano eleitoral, definido a cada eleição pelo TSE, regulamentado pela lei 9.504/1997, referente à soma da compensação fiscal das emissoras comerciais de rádio e TV, recebidos pela propaganda eleitoral do ano anterior, atualizando o valor a cada eleição.

recursos por gênero. Basta agora ser aplicada a lei e intensificar a fiscalização para seu cumprimento, evitando casos de desvio de recursos.<sup>15</sup> Os partidos que descumprirem as normas referentes à arrecadação e aplicação dos recursos perdem o direito de recebimento do fundo no ano seguinte. Por isso, é importante fiscalizar o cumprimento desses recursos e da lei de cotas.

No caso de Mato Grosso do Sul, a existência de homens-laranja parece ser utilizada para “equilibrar o número de candidaturas-laranja”. Ou seja, ao apresentar a existência de homens nessa condição, os partidos escondem a prática exercida com candidaturas femininas laranja. O que percebemos pelos dados em relação a homens e a mulheres na condição de candidaturas-laranja é que, conforme ocorre aumento na pressão para o cumprimento da lei, aumenta também o número de mulheres e o número de homens laranja. Além disso, temos outros elementos, como o fundo partidário, o fundo eleitoral e o registro de candidatura, que impulsionam o aumento de candidaturas-laranja.

Outro ponto que nos leva a entender a existência de candidatas-laranja é o Requerimento de Registro de Candidatura (RRC), através do qual o TSE e o TRE's regionais fiscalizam o cumprimento da cota e o trâmite que registra candidaturas com documentos de mulheres, utilizados sem seu consentimento. Há, também, outros fatores que levam a essa sub-representação, dentre eles a forma como são organizadas as candidaturas. Esse processo de disputa eleitoral revela outra questão que Araújo apresenta quando diz que: “[...] o perfil de quem entra a mais não é formado por pessoas com capitais eleitorais de diversas ordens. E num tipo de campanha individualizada e competitiva esse ingresso puro e simples não soma muito” (ARAÚJO, 2011, p. 114-115).

Há sub-representações para todas as minorias sociais de classe, raça e gênero, visto que as pessoas que compõem o cenário da política institucional

---

<sup>15</sup> As pesquisadoras Malu Gatto e Kristin Wyllie, apontam o PSL como o partido com maior diferença no aumento da competitividade de homens e mulheres, sendo 24 vezes mais possíveis mulheres laranja do que homens laranja. O PSL é o partido onde foram denunciadas candidaturas-laranja para o repasse do fundo partidário a candidatos homens em Minas e Pernambuco. O segundo partido com maior quantidade nessa modalidade, identificado pelas autoras, foi o PSD. Figura neste ranking o PRTB (partido do vice-presidente Hamilton Mourão) que é da coligação do PSL. As pesquisadoras suspeitam que os candidatos laranja homens tenham outros fins, como servidores públicos que pegam licença para fazerem campanha para outros candidatos, melhor cotados partidariamente. Acesso em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v25n1/1807-0191-op-25-1-0001.pdf>

apresentam um perfil de grupo seletivo, masculino, branco, heterossexual e, em sua maioria, defendem o interesse de sua classe e não uma política voltada ao bem comum da população em geral. Este padrão contínuo em relação às candidatas “laranjas” figura num cenário em que as mulheres estão sub-representadas. Por isso corroboramos com as reflexões de Araújo quando diz:

Apesar da mudança do teor da norma, definindo as cotas de forma mais incisiva e clara, o não cumprimento não implicou em sanções por parte do Superior Tribunal Eleitoral. Houve a exceção de uma ação no estado do Pará que obrigou alguns partidos a preencherem os 30% exigidos. Por outro lado, o TSE argumentou que só poderia agir, isto é, acionar um partido, caso fosse solicitado a fazê-lo. O mesmo tendeu a ocorrer nos Tribunais Regionais Eleitorais (TRE's). Uma iniciativa importante foi a da Articulação de Mulheres Brasileiras junto aos Ministérios Públicos Eleitorais dos estados. Como resposta houve 19 ações “pelos MPE's questionando a autorização de candidaturas de partidos que não haviam preenchido as cotas, o que, contudo não resultou na suspensão de tais registros”. Fora isto, praticamente, inexistiram ações de parte de parlamentares do sexo feminino e/ou de dirigentes dos movimentos de mulheres dos partidos políticos nesse sentido. Esta é uma questão a refletir quando avaliamos o comprometimento partidário, ou seja, não só como as direções se comportam, mas também como mulheres que ocupam posições importantes se comportam (ARAÚJO, 2011, p. 118).

Assim, o que observamos em Mato Grosso do Sul é um resultado pífio em termos de campanhas e votos para mulheres, bem como a eleição de mulheres de um grupo bem definido, que reproduzem esta estrutura ou se isentam da discussão sobre questões referente à desigualdade de gênero. O padrão seguido é constituído por aquelas com potencial elegível, o que requer o jogo político financeiro, popular, tradicional familiar que mantém a ordem como está.

Outro fator determinante e que tem sido discutido em relação a este aspecto é o sistema político adotado em relação à lista de votação. Há um pressuposto nos debates referentes à participação das mulheres nos países que adotaram cotas, onde os que mais obtiveram resultados favoráveis adotaram listas fechadas. Nos sistemas eleitorais, os tipos de lista são as abertas, fechadas e mistas.

No caso do Brasil, o tipo de lista é a aberta, em que o/a eleitor/a vota em um candidato/a específico, podendo escolher, caso queira, votar na legenda do partido. A eleição de determinado candidato/a é estabelecida a partir da soma

dos votos obtidos por ele/a, mais os votos na legenda do partido, como explicam Lolatto e Lisboa (2017, p. 12):

[...] cada candidatura disputa com outras da mesma coligação, se estabelecendo uma relação de rivalidade em busca de votos, onde o capital político acumulado e o poderio financeiro são determinantes para o êxito eleitoral. Nos países em que existe a lista fechada, com alternância de gênero e com limitações para o financiamento privado de campanha, se percebe o gradativo aumento de mulheres eleitas, a exemplo do México que, em 15 anos, viu o percentual de mulheres eleitas no Congresso Nacional, passar de 14% para 37%.

No modelo apresentado por Lolatto e Lisboa (2017), o resultado define quantos candidatos/a o partido irá eleger. Os argumentos utilizados a favor da adoção da lista fechada, como algo favorável à promoção das mulheres na ocupação desses espaços, diz respeito ao financiamento das campanhas, o qual estaria garantido, pois o dinheiro arrecadado vai para o partido e não para candidatos/as individuais. O partido faria a distribuição entre os candidatos/as.

O aspecto negativo segundo Lolatto e Lisboa (2017), em relação à lista aberta, refere-se ao fato de as campanhas configurarem-se como individualizadas, competitivas, caras, o que enfraquece os partidos por conta das disputas, proporciona falta de compromisso dos candidatos/as devido às alianças, posteriormente, troca de favores quando eleitos/as.

O fenômeno de candidaturas-laranja deve ser fiscalizado e punido, pois há a distribuição proporcional dos sexos nos cargos, em que as mulheres são desprestigiadas, visto que a lei prevê 30% de mulheres e 70% homens, índice desproporcional se levado em conta à população votante no Brasil, composta por mais mulheres do que homens.

Diante desse quadro, conforme nos mostra Lolatto e Lisboa (2017), o percentual deveria ser de no mínimo 50%, regra igualitária, conforme aprovado na Argentina, no dia 8 de março de 2019<sup>16</sup>, em exercício nas eleições legislativas também de 2019, junto com as presidenciais. Lá, até 2019, as mulheres eleitas somavam no país 39%, o que mostra a eficácia das cotas. A alteração também prevê que o gênero do candidato/a estará determinado pelo sexo que consta no

---

<sup>16</sup> Acessar em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/argentina-aumenta-cota-de-mulheres-no-congresso-para-50.shtml>.

documento de identidade nacional, o que também representa um grande avanço para as mulheres argentinas transexuais.

No contexto nacional brasileiro, as mulheres somam 103,5 milhões de habitantes, correspondendo a 51,4% da população brasileira (IBGE, 2014)<sup>17</sup>. Já na realidade estadual de Mato Grosso do Sul, a presença feminina que compõe a população é de 52,12%, segundo dados de 2018, que constam na página *online* do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Vemos que este percentual não é suficiente para garantir a eleição de 30% das mulheres, pois as cotas são destinadas especificamente para candidaturas e não às vagas no parlamento.

Em Mato Grosso do Sul, fazendo um apanhado geral dos dados obtidos, verificamos a existência de 1.141 candidatas laranja mulheres e 613 candidatos laranja homens, ambos com perfis de 0 a 10 votos de 2012 a 2018. No tocante à participação das mulheres eleitas por cargo desde 1982, para governadora, nenhuma mulher ocupou esta cadeira no estado, apenas duas como vice.

Nos 40 anos de história do Estado, três senadoras, quatro deputadas federais eleitas em seis mandatos e nove deputadas estaduais, por 12 mandatos. Já na esfera municipal no mesmo período, foram 49 prefeitas a frente do executivo (7% em comparação ao total de eleitos para o cargo) e 707 vereadoras eleitas em exercício (11% do total eleito para o cargo).

O que percebemos é que na sociedade brasileira, ainda vigora a ideia de que política é coisa de homem, em virtude da divisão de espaços no âmbito das relações de gênero. E se existe predomínio dos homens nos cargos de poder político, as mulheres precisam ser estimuladas a vivenciarem a política e não o contrário. É isso que as cotas representam.

Os partidos precisam criar canais de diálogos, aumentando efetivamente a participação das mulheres nas disputas, e/ou mesmo no âmbito dos eventos dos palanques partidários, deixando de neles participarem apenas como figurantes, como “esposas de políticos homens”.

O fato é que, mesmo sendo um direito reconhecido em lei, sendo a lei 12.034/2009 criada para suprir a desigualdade na distribuição do poder na política institucional, a legislação por si só não está sendo suficiente, haja vista a emergência de estratégias usadas pelos partidos nos meandros da lei, numa

---

<sup>17</sup> Acessar em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms>.

tentativa de descumprirem o que dispõe. Por isso que a legislação deve vir acompanhada de processos educativos, que suscite o debate na sociedade e leve a reflexões sobre o modelo vigente, especialmente quando é naturalizado ao longo dos anos, impedido as pessoas de verem o quanto é um modelo excludente e permeado pela inferiorização e subordinação feminina, produzindo mazelas no todo da sociedade, não apenas nas mulheres.

### *Considerações finais*

As análises dos dados que apresentamos nesse artigo demonstram que a participação das mulheres na política institucional de Mato Grosso do Sul tem se mostrado baixo, no tocante ao número de mulheres eleitas, mesmo após a lei 12.034/2009. Há uma sub-representação feminina na política, pois as mulheres estão presentes em números ínfimos, não correspondentes ao total populacional e eleitoral.

Houve aumento de candidaturas do que se denominou de mulheres-laranja, o que demonstra que as cotas partidárias representaram um passo na participação das mulheres na representação de espaços de decisões políticas institucionais, mas é preciso ampliar a fiscalização e a aplicação da lei, coibindo o uso de estratégias escusas nos meandros da legislação e criar meios para fomentar a participação feminina.

Dessa forma, não basta que as mulheres se candidatem, precisam ser traduzidas no número de mulheres eleitas, para que na política ocorram novas configurações, superando a ideia de que a política institucional ainda é um terreno masculino e antagônico a tudo que se refere ao feminino no mundo simbólico, ideológico e cultural, gerando obstáculos para que mulheres alcancem posições de poder não apenas na política institucional, mas em outros cargos e espaços.

O que notamos é uma lacuna entre as normas e as práticas sociais, em que as primeiras garantem conquistas em relação à busca pela igualdade, e a segunda, na esfera social, opera a prática, reproduzindo desigualdades. Por isso que falar de patriarcado parece algo antigo e superado, mas ao olharmos os



dados da política institucional de Mato Grosso do Sul (e mesmo do Brasil), percebemos que a estrutura que mantém esta ordem tem como base os referenciais patriarcais, naturalizados culturalmente pelas instituições e relações sociais, onde as mulheres também reproduzem esta ordem e até mesmo os coloca em prática quando ocupam cargos sob a tutela machista. Seu caráter não é natural, mas construído, havendo urgência em sua mudança pela emancipação feminina, conseqüentemente, pela igualdade entre os sexos, visando a uma sociedade mais justa, igualitária e que respeite seu caráter diverso.

Para as mulheres ocuparem esses espaços é preciso que haja políticas públicas que as incentivem a ocupa-los e que ofereçam condições para adentrarem e se manterem nesse campo, exercendo representação e sendo representadas. Nesse sentido, reside a importância da lei de cotas, produzindo aumento de 11% para 15% de candidatas eleitas para câmara em 2018, no contexto brasileiro. Por essa ótica, a defesa de que o estado deva mobilizar recursos específicos para promoção da igualdade de gênero e acesso das mulheres à política, atuando em diversas instituições da sociedade civil para que haja uma mudança de mentalidade.

Os partidos políticos, sindicatos e associações também devem promover campanhas sobre a importância da representação política por meio da participação das mulheres, fomentando ações que as encorajam a se envolverem nestes espaços, pois são fundamentais ao acesso da política institucional. Devem, especialmente, respeitar a lei de cotas e não usar de artifícios que mascaram sua aplicabilidade, visto que por meio desse jogo de poder negam o direito das mulheres atuarem conjuntamente nos cargos da política institucional e intensificam as desigualdades de participação social, o que reverte em ônus para o todo da sociedade.

## **Referências**

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jackeline. **O que é o feminismo**. Coleção primeiros passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

ARAÚJO, Clara. **As mulheres e o poder político: desafios para a democracia nas próximas décadas**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

COUTINHO, Maria Lúcia Rocha. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LOLATTO, Simone; LISBOA, Teresa Kleber. **Mulheres nos Espaços de Poder – desconstruindo a esfera pública como território masculino**. Seminário Internacional Fazendo Gênero, Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

PIOVESAN, Flávia. **A mulher e o debate sobre direitos humanos no Brasil**. Revista de Doutrina da 4ª Região, n. 2, 24 ago. 2004.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et. all. (Org.). **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

## UMA PROPOSTA DE INTERSECCIONALIDADE ENTRE GÊNERO E RAÇA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

### A PROPOSAL FOR INTERSECTIONALITY BETWEEN GENDER AND RACE IN BASIC EDUCATION

Mariana Alves de Sousa<sup>1</sup>  
Lidia Maria Vianna Possas<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente estudo se refere a necessidade de provocar uma reflexão crítica sobre a importância de o ensino abordar a interseccionalidade em suas práticas para democratizar e descolonizar a construção do conhecimento no âmbito escolar. A forma com que os conteúdos escolares têm versado sobre o debate histórico e social das desigualdades raciais e de gênero produz um distanciamento da realidade social. Em se tratando de identidades de distintos marcadores sociais da diferença como raça e gênero, a interseccionalidade relacionada ao ensino das disciplinas de História e Sociologia pode se transformar em elemento potencializador da ressignificação do lugar social de minorias comumente marginalizadas no contexto social e na produção do conhecimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Interseccionalidade. Gênero. Raça. Ensino de História. Ensino de Sociologia.

303

**ABSTRACT:** The present study refers to the need to provoke a critical reflection on the importance of teaching to address intersectionality in its practices in order to democratize and decolonize the construction of knowledge in the school environment. The way in which school content has dealt with the historical and social debate on racial and gender inequalities produces a departure from social reality. In the case of identities of different social markers of difference such as race and gender, the intersectionality related to the teaching of the disciplines of History and Sociology can become a potentializing element in the redefinition of the social place of minorities commonly marginalized in the social context and in the production of knowledge.

**KEYWORDS:** Intersectionality. Gender. Race. History teaching. Sociology teaching.

---

<sup>1</sup> Possui bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais, pela Universidade Federal de Uberlândia (2017), pautando discussões teóricas acerca do feminismo negro interseccional e relações étnico-raciais. Mestra em Sociologia em Rede Nacional pelo Profsocio, na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp/Marília, tendo desenvolvido estudos sobre interseccionalidade, identidade étnico-racial e o Ensino de Sociologia na linha de pesquisa "Juventude e questões contemporâneas". Atualmente é professora de Sociologia pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG).

<sup>2</sup> Livre Docente em História, Relações de Gênero e Feminismos na América Latina (2015), realizando Pós doutorado junto ao Programa Interdisciplinar de Ciências Humanas e o do Instituto de Estudos de Gênero/UFSC e Archivo Provincial de la Memoria em Córdoba/Argentina. Fez o Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo /USP(1999) e Mestrado em História (UNESP/Assis) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1992). Possui Graduação em História pela Universidade Federal Fluminense/UFF (1968). Professora Doutora Colaboradora no Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais da FFC /Marília.

### *Ampliando o debate de gênero e raça no ambiente escolar*

O ambiente escolar é um espaço diverso em se tratando da multiplicidade de sujeitos que o compõem e são marcados por diferenças culturais, étnico-raciais, de gênero, dentre outras. Conforme estabelecido por lei<sup>3</sup>, o ensino deve ser pautado em uma série de princípios, incluindo a liberdade de discutir a diversidade cultural, a democratização do ensino público e de qualidade e reconhecimento da experiência extraescolar e da diversidade étnico-racial<sup>4</sup>. (BRASIL, 1996)

A escola representa um espaço fundamental no processo formativo dos sujeitos, tendo em vista que não produz e reproduz apenas saberes escolares, mas também socioculturais. Estudiosos(as) desta temática têm evidenciado a existência de uma cultura escolar que influencia o processo de construção identitária e de humanização. (ARROYO, 2000; BRUNNER, 2001, *apud* GOMES, 2002, p. 40)

Embora a democratização do ensino pautada na valorização identitária dos indivíduos seja versada constitucionalmente, é perceptível que o ambiente escolar ainda é um espaço onde as desigualdades de gênero e étnico-raciais reincidem, explícita e implicitamente. Com base em estudos de campo<sup>5</sup>

<sup>3</sup> A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) define e regulariza o sistema de educação no Brasil de acordo com a Constituição. O projeto sobre a lei foi encaminhado pela primeira vez, do Poder Executivo ao Legislativo em 1948, tendo tramitado entre debates até 1961, quando resultou em sua versão final no governo de João Goulart, dando origem a outra versão em 1971. Sua promulgação mais recente é a de 1996. Disponível em [http://www.helb.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=32:ldb-de-%201961&catid=1035:1961](http://www.helb.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=32:ldb-de-%201961&catid=1035:1961). Acesso em: 28 mai. 2020.

<sup>4</sup> Conforme estabelecido no Art. 3º da LDB 9.394/1996, o ensino deve ser baseado nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias [sic] e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extra-escolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)

<sup>5</sup> Estas observações também integraram parte da dissertação de mestrado da autora orientanda, apresentada ao Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio), Unesp – Marília. Neste estudo, foram realizadas pesquisas etnográficas em uma instituição

realizadas durante a prática docente, foi possível observar a naturalização dos papéis de gênero, tanto na concepção de alunos(as), quanto na dos(as) docentes, além de noções estereotipadas e pejorativas em relação ao aspecto étnico-racial.

De acordo com Adilson Moreira (2019), o racismo encoberto de humor expressa uma faceta do discurso de ódio que sustenta uma política cultural a qual hostiliza minorias sociais de maneira “recreativa”, porém igualmente depreciativa se comparada a outras formas de discriminação racial. Comentários pejorativos em relação ao fenótipo negro se naturalizam no espaço escolar sob a forma de racismo recreativo, produzindo consequências à construção identitária dos indivíduos.

A observação do campo evidenciou a incidência de comentários e relatos em que os(as) alunos(as) afirmaram que alguns professores(as) pouco debatem a temática racial em sala de aula, exceto na Semana da Consciência Negra<sup>6</sup>. Assim, fica implícito que a temática racial apenas é abordada no contexto escolar por se tratar de uma obrigatoriedade legal e ocorre, em geral, apenas no período destinado a ela.

Aos poucos o debate de gênero tem se feito mais presente em sala de aula e em produções acadêmicas. Ao passo que esses avanços ocorrem, também surgem entraves político-ideológicos que vêm inviabilizando práticas docentes relacionadas à construção de saberes emancipadores. A exemplo, a “falácia da ideologia de gênero”<sup>7</sup> que reverberou disputas ideológicas nos últimos

---

pública de Educação Básica, cujos dados expressaram a ausência da abordagem sobre a temática étnico-racial e de gênero no contexto escolar.

<sup>6</sup> Conforme estabelece a Lei 10.639/2003 em seu Art. 79-B, o calendário escolar incluirá o dia 20 de Novembro como Dia Nacional da Consciência Negra. Desse modo, algumas instituições públicas de Educação Básica destinam uma semana do mês de Novembro para executar atividades com a temática étnico-racial. Porém, diante do cenário social em que o racismo estrutural segue corroborando outras dimensões do racismo, o preconceito e a discriminação racial, limitar esse debate a apenas uma semana pode ser insuficiente. Em outras palavras, considera-se que as determinações da Lei 10.639/2003 devem estar presentes no contexto escolar cotidianamente.

<sup>7</sup> Em abril de 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF) divulgou em seu site que o Plenário declarou inconstitucional a Lei 1.516/2015 do Município de Novo Gama (GO) que proíbe a utilização de materiais didáticos que contenham “ideologia de gênero”. Contudo, as intensões de ataques político às temáticas relativas à diversidade e desigualdade expressam projetos ideológicos e entraves à formação cidadã dos sujeitos. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=442331>. Acesso em: 28 mai. 2020.

anos, evidenciou a necessidade de que os(as) profissionais da área do Ensino prezem constantemente por uma prática docente capaz de resistir ao pensamento hegemônico que interfere e “embaça” (AHMED, 2018, p.149) os debates no campo da diversidade, onde diferenças e desigualdades explodem diante do nosso olhar.

A ausência dos debates de gênero incentivada por decisões no âmbito dos estados e municípios contribui para que as desigualdades e as formas de discriminação permaneçam sendo reproduzidas. Dessa forma, o senso comum abstrai a categoria de gênero como uma categoria analítica, corroborando pensamentos negacionistas, que recusam a história e os fatos, afetando a construção do conhecimento crítico.

Relacionar as experiências sociais que se desdobram no ambiente escolar aos pressupostos metodológicos de disciplinas como História e Sociologia, pode possibilitar que os processos de ensino-aprendizagem promovam a desconstrução de discriminações calcadas em estereótipos de raça e gênero. Para tanto, é necessário reconhecer as consequências da irregularidade dessas temáticas em sala de aula, uma vez que ela produz apagamentos tanto das formas de discriminações que se reproduzem no espaço escolar e na sociedade, quanto das abordagens teórico-metodológicas que podem viabilizar uma educação emancipadora à diversidade de indivíduos que constituem o referido espaço.

Para combater o desperdício da experiência social, não basta propor um outro tipo de ciência social. Mais do que isso, é necessário propor um modelo diferente de racionalidade. Sem uma crítica do modelo de racionalidade ocidental dominante pelo menos durante duzentos anos, todas as propostas apresentadas pela nova análise social, por mais alternativas que se julguem, tenderão a reproduzir o mesmo efeito de ocultação e descrédito. (SANTOS, 2002, p. 238)

A partir da denominada *Sociologia das ausências*, Boaventura de Sousa Santos (2002) nos permite perceber que, aquilo que não é evidenciado no debate é, na verdade, ocultado e descreditado a favor de narrativas e teorias



hegemônicas e universalizantes<sup>8</sup>. Essas ausências forçam à homogeneização das especificidades dos indivíduos em função da invisibilização de narrativas que os representam em sua diversidade, estabelecendo padrões dominantes que incidem no campo da construção de conhecimentos. A *Sociologia das ausências* tem como objetivo promover investigações para “demonstrar que o que não é existe é, na verdade, ativamente produzido como tal” (SOUSA, 2002).

O historiador Carlo Ginzburg (2002) apresenta a semelhança entre a retórica de Aristóteles e a historiografia, considerando que ambas agem como instrumentos para “convencer” as pessoas em relação a determinados fatos; “seu fim é a eficácia, não a verdade” (GINZBURG, 2002, p. 48).

[...] de forma não diversa de um romance, uma obra historiográfica contrói um mundo textual autônomo que não tem nenhuma relação demonstrável com a realidade extratextual à qual se refere e textos historiográficos e textos de ficção são autoreferenciais tendo em vista que são unidos por uma dimensão retórica. (GINZBURG, 2002, p. 48)

Em outra perspectiva, o autor propõe que a retórica seja baseada na prova e não na realidade falseada em função do convencimento. Assim, sugere que entre os discursos ausentes também há algo “abrigado entre as suas dobras” (GINZBURG, 2002, p. 42 *apud* GONÇALVES, 2004, p. 224). Logo, embora alguns discursos e fatos pareçam ocultos, na realidade, estão sob relações sociais de poder capazes de induzir ao apagamento de determinados fenômenos sociais e históricos, a fim de distanciar os indivíduos da consciência sobre a realidade social.

A eficácia de manter ausentes as discussões sobre desigualdades étnico-raciais e de gênero no ambiente escolar, gera o convencimento de que tais fatos não se expressam na realidade atual ou são irrelevantes, produzindo a conformidade dos indivíduos diante situações de discriminação. Estas se estendem para outras instituições sociais e se fortalecem estruturalmente, mantendo a hierarquização de determinados grupos sobre outros. Portanto, se ainda há ausências de debates acerca das questões de gênero e raça no

---

<sup>8</sup> Perspectiva que tende a admitir as culturas e as epistemologias ocidentais como um padrão universal em relação aos elementos que constituem a diversidade dos sujeitos (como gênero e raça).

ambiente escolar, é necessário “transformar as ausências em presenças” (SOUSA, 2002) por meio da ampliação das discussões sobre os temas.

Nesse sentido, faz-se oportuno ponderar as contribuições de Walter Benjamin (1994) sobre o ofício do “narrador”, que é inerente ao Ensino de História. Metaforicamente, o autor enfatizava a necessidade de “escovar a História a contrapelo”. Em outras palavras, Benjamin (1994) considerava que por baixo dos “fios” da História, alguns fatos eram encobertos.

Na leitura de Michel Löwy (2011), para a história da cultura, tal processo produz a perspectiva de que ao longo das disputas político-econômicas e socioculturais, os grupos desprivilegiados foram derrotados por “nomes heroicos”. Essa visão tende a ocultar partes importantes para compreender os processos históricos de exploração, como a história dos grupos supostamente vencidos.

[...] a arte de narrar está em vias de extinção. São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente. Quando se pede num grupo que alguém narre alguma coisa, o embaraço se generaliza. É como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências. (BENJAMIN, 1994, p. 197, 198)

308

Benjamin (1994) nos permite pensar que a construção do conhecimento era mais potente pelas vias da oralidade e pelas trocas de experiências entre os sujeitos. No tempo presente, o potencial da oralidade tem sido desvalorizado em função do acesso rápido às tecnologias de informações, comprometendo a formação uma visão crítica e emancipadora perante a construção histórica e social do contexto que estamos inseridos(as). A presença de pessoas que “narravam” os fatos a partir das experiências vividas no cotidiano nos permitia conhecer os processos históricos de forma mais múltipla devido as interpretações em relação aos acontecimentos, enriquecendo-os pelas subjetividades e emoções.

Essa estratégia de tornar determinados discursos ausentes torna-se ainda mais evidente quando observamos as proposições de Sara Ahmed (2018). A autora nos permite perceber que a consciência feminista pode ser emancipadora, pois é uma forma de reabilitar o passado. Quando temos o contato com estudos que categorizam as opressões que vivenciamos, podemos compreender que as circunstâncias que aparentemente são de ordem pessoal

ou subjetiva, são decorrentes de uma estrutura social calcada em desigualdades. Diante disso, os ataques políticos-ideológicos sobre as temáticas de diversidade de gênero e sexualidade se tornam inteligíveis, pois são conhecimentos que possibilitam aos sujeitos entender as especificidades existentes e os potencializa a ressignificar suas existências e reconfigurar seus lugares sociais.

E às vezes pode ser tentador pensar: tudo seria menos difícil se você pudesse deixar de perceber o sexismo e o racismo. Seria mais simples filtrar o que você percebe. Pessoalmente, não acho que esta seja uma opção fácil. E não acho que seja sempre uma opção disponível. Porque depois de deixar o mundo entrar, para filtrar o que você percebe, seria necessário renunciar o sujeito que você já é. (AHMED, 2018, p. 54, tradução nossa)<sup>9</sup>

A questão de gênero não é um assunto recente. Integra o campo dos direitos humanos e da educação com respaldo legal. O Estatuto da Juventude<sup>10</sup> determina que os(as) jovens pratiquem e desfrutem do respeito mútuo em relação às suas identidades, inclusive no que diz respeito ao gênero. Além disso, o documento estabelece que temáticas raciais, de deficiência, orientação sexual, gênero e formas de violência contra a mulher sejam abordadas em cursos de formação de profissionais da educação, saúde, segurança pública e demais operadores do direito (BRASIL, 2013 *apud* REIS; EGGERT, 2017, p. 12). O incentivo à emancipação e autonomia dos(as) jovens, respeito à identidade individual e coletiva da juventude e promoção da vida segura, baseada na solidariedade e na não discriminação também integram a lei.

Assim, evidencia-se como o debate de gênero é indispensável à formação cidadã dos sujeitos. Ademais, torna-se possível inferir que estabelecer discussões sobre gênero em sala de aula também contribui para substanciar

---

<sup>9</sup> “Y a veces puede ser tentador pensar: todo sería menos difícil si pudiera dejar de percibir el sexismo e el racismo. Sería más sencillo filtrar lo que percibes. Personalmente, no creo que esta sea una opción fácil. Y no creo que siempre sea una opción disponible: porque, una vez has dejado entrar el mundo, para filtrar lo que percibes sería necesario renunciar al sujeto que ya eres” (AHMED, 2018, p. 54)

<sup>10</sup> O Estatuto da Juventude foi aprovado em 2013 pela Lei nº 12.852/2013 que determina que os direitos dos(as) jovens devem ser garantidos e promovidos pelo Estado. Mais especificamente em sua Seção IV, o Estatuto versa sobre o Direito à Diversidade e à Igualdade, evidenciando que discriminações como étnico-raciais e de gênero ferem esses direitos.

ações devolutivas das instituições de ensino à comunidade, uma vez que o contato com essa temática pode viabilizar a desconstrução de um senso comum calcado na reprodução das opressões e hierarquias de gênero, que reproduzem formas de violência na sociedade, como a violência doméstica contra mulheres.

Segundo o Mapa da Violência 2015, entre 1980 e 2013 foram assassinadas no país 106.093 mulheres. Desde 2008, mais de 4 mil mulheres são assassinadas por ano no Brasil, com tendência crescente (WAISELFISZ, 2015 *apud* REIS; EGGERT, 2017, p. 14).

Em 2016, 4.645 mulheres foram assassinadas no país, o que representa uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras. Em dez anos, observa-se um aumento de 6,4%. (CERQUEIRA, D. *et al.*, 2018, p. 44)

Conforme analisado por Jackeline Romio (2013) em seus estudos para o IBGE sobre as condições de vida das mulheres negras no Brasil, estas são as maiores vítimas de violência doméstica. Para estabelecer o debate de gênero de forma contemplativa, é fundamental levar em consideração outros marcadores sociais que se sobrepõem nas vivências de mulheres negras, como a raça.

Há estudos que explicam a violência de gênero e racial e se fazem presente no currículo das disciplinas como História e Sociologia, como sendo originário do processo de colonização a partir do século XVI e das heranças do patriarcado e seus reflexos que ainda incidem na sociedade. As discussões de gênero e raça na Educação Básica<sup>11</sup> são fundamentais para elucidar que a violência que permeia as relações na sociedade do ponto de vista social e histórico sejam estranhadas e desnaturalizadas.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)<sup>12</sup> estabelecem os conteúdos de Ciências Humanas e suas Tecnologias para o Ensino Médio. Dentre estes, o Ensino de História pode gerar importantes contribuições para as novas gerações, ao reestabelecer a relação presente e passado, que interfere

---

<sup>11</sup> De acordo com a LDB 9.394/96, a Educação Básica passou a ser estruturada por etapas e modalidades de ensino desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.

<sup>12</sup> Elaborados pelo Governo Federal, os PCNs são documentos que compõem a grade curricular de cada disciplina da Educação Básica. Os PCNs de Ciências Humanas e suas Tecnologias do Ensino Médio são compostos por conteúdos voltados ao Ensino de História, Geografia, Sociologia e Filosofia. De acordo com o documento, essas disciplinas são fundamentais à formação básica do cidadão, tanto no que se refere aos principais conceitos e métodos com que se desenvolvem, quanto no que se refere às situações concretas do cotidiano social.

no processo de esquecimento ao preservar que há sempre uma historicidade e que os acontecimentos do presente possuem íntima relação com o passado. Nesse sentido, a disciplina propõe como primordial o trabalho da memória e se aproxima do Ensino de Sociologia, pois são duas disciplinas que identificam as discriminações de forma interdisciplinar.

Um compromisso fundamental da História encontra-se na sua relação com a Memória, livrando as novas gerações da “amnésia social” que compromete a constituição de suas identidades individuais e coletivas. O direito à memória faz parte da cidadania cultural e revela a necessidade de debates sobre o conceito de preservação das obras humanas. A constituição do Patrimônio Cultural e sua importância para a formação de uma memória social e nacional sem exclusões e discriminações é uma abordagem necessária a ser realizada com os educandos, situando-os nos “lugares de memória” construídos pela sociedade e pelos poderes constituídos, que estabelecem o que deve ser preservado e lembrado e o que deve ser silenciado e “esquecido”. (BRASIL, 2000)

Conforme apresentam as Orientações Curriculares Nacionais (OCNs) de Ciências Humanas e Tecnologias, a disciplina de Sociologia viabiliza o estranhamento e a desnaturalização do senso comum e dos fenômenos sociais. O estranhamento consiste em evidenciar que os costumes corriqueiros da vida social, normalizados e sem necessidade de explicação aparente, podem ser compreendidos cientificamente por meio da Sociologia. Assim, aqueles costumes que reproduzem desigualdades e discriminações étnico-raciais e de gênero podem ser desnaturalizados por uma perspectiva crítica e científica.

Ainda de acordo com as OCNs, a LDB apresenta uma série de marcos importantes para a construção da Educação Básica no Brasil e, dentre eles, está a importância da interdisciplinaridade como ferramenta de integração e articulação dos conhecimentos de forma permanente. Nesse sentido, a proposta de interdisciplinaridade entre as disciplinas de História e Sociologia na Educação Básica vislumbra a ampliação do conhecimento das temáticas étnico-raciais e de gênero em suas intersecções, baseada no princípio pedagógico das OCNs. Neste, a interdisciplinaridade é compreendida como a prática docente a fim de construir junto aos(às) estudantes, visões críticas que possibilitem a percepção dos conhecimentos específicos em suas realidades, buscando estabelecer a relação entre ensino e pesquisa de diferentes formas.

Em última análise, o que está em jogo é a formação do cidadão por meio do complexo jogo dos exercícios de conhecimento e não apenas a transmissão–aquisição de informações e conquistas de cada uma das disciplinas consideradas isoladamente. (BRASIL, 2006, p. 68)

A “dimensão temporal, inscrita na memória constrói a identidade coletiva, individual na dinâmica dos processos sociais”. (BRASIL, 2000). Portanto, minimizar as falas e não incluir debates acerca das questões étnico-raciais e de gênero vai contra as proposições dos PCNs para o conteúdo de História, pois consiste na privação do direito à memória, que integra a cidadania cultural.

Seguindo essa perspectiva, o exercício de imaginação sociológica proposto por C. Wright Mills (1975) nos leva a refletir teórica e criticamente sobre as possibilidades de como o ensino de Sociologia, também nos fornece as condições para rever estereótipos e apresentar um conteúdo pertinente para a desnaturalização do senso comum que se baseia na discriminação racial e de gênero. Mills (1975) nos apresenta que diante das constantes mudanças sociais decorrentes das fases do desenvolvimento do sistema capitalista, a compreensão do processo histórico e social que repercute no cotidiano tem se tornado cada vez mais complexa, exigindo um tratamento interdisciplinar.

No entanto, Mills (1975) também expressou que a realidade dos indivíduos e a história da sociedade não podem ser compreendidas sem que demos conta desse processos sociais dinâmicos. O apagamento de narrativas em consequência da eurocentração dos saberes, produz um distanciamento entre os indivíduos e a consciência crítica que os possibilitaria interpretar a relação entre suas vidas e o desdobramento da história. Em função disso, não captam que tal relação é intrínseca a formação do ser social em transformação e ao “tipo de evolução histórica que podem participar”. (MILLS, 1975, p. 10)

A imaginação sociológica capacita seu possuidor a compreender o cenário histórico mais amplo, em termos de seu significado para a vida íntima e para a carreira exterior de numerosos indivíduos. Permite-lhe levar em conta como os indivíduos, na agitação de sua experiência diária, adquirem frequentemente uma consciência falsa de suas posições sociais. Dentro dessa agitação, busca-se a estrutura da sociedade moderna, e dentro dessa estrutura são formuladas as psicologias de diferentes homens e mulheres. Através disso, a ansiedade pessoal dos



indivíduos é focalizada sobre fatos explícitos e a indiferença do público se transforma em participação nas questões públicas. (MILLS, 1975, p. 12)

Assim, a interdisciplinaridade entre o Ensino de História e Sociologia, com o objetivo de promover novos diálogos e a desnaturalização do senso comum, nos permite trabalhar e “desmontar” preconceitos travestidos de pensamentos construídos, além de potencializar a preservação da memória. Dessa maneira, as disciplinas se identificam com a metodologia da interdisciplinaridade que nos possibilita edificar, ampliar e tornar possível a inclusão de todos(as) para a construção de uma educação cidadã, baseada em saberes edificados para a emancipação.

#### *A importância da interseccionalidade e (des)colonialidade dos saberes*

O conceito de interseccionalidade é resultante dos esforços intelectuais e políticos das feministas negras norte-americanas que a partir dos anos 90 refizeram epistemologias a fim de evidenciar a problemática da universalização da categoria “mulher”, que estava centrada no parâmetro da realidade de mulheres brancas, de classe média, fazendo com que as teorias feministas pouco adentrassem as pautas relativas as especificidades de mulheres não-brancas.

Adrana Piscitelli (2002) pontua e contextualiza a crítica à universalização da categoria mulher ao destacar que a ampliação das discussões em torno do conceito de gênero a partir dos anos 80 tem permitido “um novo olhar sobre a realidade”. Para a autora, a ideia de mulher tem assumido um sentido oposto ao essencialismo, além de propor reflexões e debates sobre “fundacionalismo biológico” evidenciado na perspectiva de Linda Nicholson (2000).

Diferente do determinismo biológico que admite a relação entre os aspectos genéticos do indivíduo e os traços de sua personalidade, o fundacionalismo biológico considera que a coexistência das características biológicas e de comportamento são “acidentais”. Contudo, a “identidade sexual”

não está atrelada especificamente às características fisiológicas, mas o fundacionalismo ainda sugere que há alguns traços biológicos que se relacionam aos comportamentais e se manifestam em todas as culturas, diferenciando mulheres e homens.

O fundacionalismo biológico é percebido como um verdadeiro obstáculo à compreensão de diferenças entre mulheres e, também, de diferenças em relação a quem pode ser considerado homem e mulher em contextos específicos. Nos termos de Nicholson, ao enfatizar a “identidade sexual”, essa maneira de pensar na construção da diferença sexual permite o reconhecimento de diferenças entre mulheres. Mas, o faz de maneira limitada e problemática, conduzindo mais à coexistência entre diferenças do que a intersecção entre gênero, raça, classe, etc. (PISCITELLI, 2002, p. 20)

Se há uma complexidade para se distinguir as diferenças de gênero em função da incidência algumas perspectivas biologizantes sobre a categoria de gênero, essa complexidade também se manifesta diante do reconhecimento das especificidades entre mulheres. Assim, a interseccionalidade permite desvelar as “avenidas identitárias” (AKOTIRENE, 2019) que perpassam a vivência de diferentes mulheres, possibilitando vislumbrar as diferenças e garantindo representação epistemológica e política às mesmas.

Piscitelli (2002) aborda justamente a reformulação da categoria mulher para além das tendências de universalização que, conforme apresentou Nicholson (2000), refere-se a uma “categoria de mulher atenta à historicidade, não tem um sentido definido”. Em outras palavras, esse sentido não se manifesta apenas pela demarcação da especificidade do gênero como marcador social da diferença, mas pela construção de diversas características que não podem ser pressupostas, mas são descobertas por meio da vivência. Portanto, “o sentido da re-criação da categoria mulher é, sobretudo, político”. (PISCITELLI, 2002)

De acordo com os estudos de Dayane N. Conceição de Assis (2019) sobre “Interseccionalidades<sup>13</sup>”, o conceito é proveniente dos esforços intelectuais e

---

<sup>13</sup> A obra é um componente curricular do Curso de Especialização em Gênero e Sexualidade na Educação na modalidade EaD da Universidade Federal da Bahia (UFBA/SEAD/UAB).

políticos de feministas negras, tendo sido inaugurado pela intelectual afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw<sup>14</sup>, a partir da publicação de seu artigo intitulado “Desmarginalizando a intersecção de raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina antidiscriminação, teoria feminista e políticas antirracistas<sup>15</sup>” (1989). Posteriormente, o conceito foi retomado pela autora em seu artigo publicado em 1991, “Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra as mulheres de cor<sup>16</sup>”, a fim de descrever a localização interseccional das mulheres negras em uma estrutura social atravessada por diferentes eixos de poder – como raça, classe, gênero, dentre outros.

Crenshaw (1991) sugeriu que a interseccionalidade fosse utilizada como uma metodologia para enfrentar as possíveis causas e efeitos da violência contra a mulher negra, como uma forma de identificar as várias maneiras pelas quais raça e gênero se integram para moldar as múltiplas dimensões das realidades sociais desse público.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 117 *apud* ASSIS, 2019, p. 20)

Conforme apresentou a intelectual negra Carla Akotirene (2018), para Crenshaw (2002), a interseccionalidade pode ser explicada por uma metáfora que estabelece que as diversas estruturas de poder – raça, gênero, classe,

---

<sup>14</sup> Kimberlé Crenshaw é professora de Direito na Universidade da Califórnia, Los Angeles, B.A. Universidade de Cornell, 1981; J.D. Escola de Direito de Harvard, 1984; L.L.M. Universidade de Wisconsin, 1985.

<sup>15</sup> *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics.*

<sup>16</sup> *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color.* Versão traduzida disponível no site Geledés – Instituto da Mulher Negra: <https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contra-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/>. Acesso em: 03 mar. 2020.

dentre outras – funcionam como “avenidas identitárias” situadas em terrenos sociais e políticos, nos quais as mulheres negras são possivelmente atingidas por todos os cruzamentos. (AKOTIRENE, 2019)

O objetivo de Crenshaw (2002) foi demonstrar que muitas das experiências que as mulheres negras enfrentavam não são classificadas apenas dentro das fronteiras tradicionais da raça ou discriminação de gênero, uma vez que a intersecção do racismo, do sexismo e de outros marcadores sociais da diferença afetam a vida de mulheres negras de forma tão complexa que não podem ser capturadas de forma satisfatória se as especificidades do contexto racial e de gênero forem analisadas separadamente.

Segundo Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade permite-nos enxergar a coalisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo. Igualmente o movimento negro falha pelo caráter machista, oferece ferramentas metodológicas reservadas às experiências apenas do homem negro. (AKOTIRENE, 2019, p. 14)

316

A partir da perspectiva de Crenshaw, Akotirene (2019) considera que a interseccionalidade corresponde a uma “sensibilidade analítica” que vislumbra desconstruir a perspectiva universalizante da categoria “mulher” estabelecida pelo movimento feminista branco. Assim, as críticas do debate interseccional também se estendem aos aspectos do sexismo por vezes presentes nos movimentos antirracistas, amplamente focado nas questões dos homens negros.

Michely Peres de Andrade (2018) evidenciou que no contexto brasileiro, a partir dos anos 80, Lélia González foi uma das intelectuais que assumiu o pioneirismo desse debate ao perceber a necessidade de denunciar a ausência de mulheres negras em espaços de deliberação políticas. Assim, Lélia evidenciou as dificuldades da inserção da temática racial no movimento feminista, bem como explicitou as mesmas dificuldades de inserção do debate antissexista nos movimentos antirracistas.

No momento em que começamos a falar do racismo e suas práticas em termos de mulher negra, já não houve mais unanimidade. Nossa fala foi acusada de emocional por umas e

até mesmo de revanchista por outras; todavia, as representantes de regiões mais pobres nos entenderam perfeitamente (eram mestiças em sua maioria). (GONZÁLEZ, 1982, p. 101 *apud* ANDRADE, 2018, p. 82)

A partir dessas proposições, ressalta-se a importância da interseccionalidade para estabelecer a representatividade das pautas políticas relativas às reivindicações de mulheres negras dentro do movimento feminista e dos movimentos antirracistas. Além disso, observa-se um exemplo prático sobre como as sobreposições dos eixos de poder contribuem para a marginalização das mulheres que possuem suas vivências atravessadas pelo que se denominou “avenidas identitárias” de raça e gênero. Nessa perspectiva, vislumbra-se demarcar a interseccionalidade pela sua “instrumentalidade teórico-metodológica” (AKOTIRENE, 2019) também no contexto da Educação Básica, apontando a construção de um conhecimento emancipador diante da diversidade dos sujeitos que o constituem. Minimizar essas reflexões (da interseccionalidade de gênero e raça) apenas ao contexto acadêmico restringe a sua força emancipatória.

Relacionando com as proposições de Nilma Lino Gomes (2017) à essa discussão, a autora menciona que o racismo, assim como as diversas formas de discriminação, operam na sociedade como elementos desumanizadores dos sujeitos, tanto dos agentes da opressão, quanto no caso das vítimas. Para a autora, o Movimento Negro<sup>17</sup> cumpre um propósito político e educador em relação à construção de conhecimentos transformadores, uma vez que a efetivação de suas pautas – como a execução da Lei nº 10.639/2003 –, pode contribuir para a potencialização de saberes emancipatórios. A produção desses saberes não se restringe apenas aos sujeitos negros, que ao contatarem conhecimentos afrocentrados ressignificam suas identidades étnico-raciais

---

<sup>17</sup> Os movimentos sociais afro-brasileiros articulam formas de resistência radicais desde o período colonial. Com ampla mobilização nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, esses movimentos trilham novos caminhos a partir de meados dos anos 1910. Após a Constituição 1988 foram registrados avanços nas lutas institucionais dos movimentos afro-brasileiros contra o racismo e ampliação nas discussões das temáticas étnico-raciais. O Movimento Negro segue construindo coletivos antirracistas e desenvolvendo pautas que embasam políticas públicas em prol da conquista e exercício de direitos políticos, sociais e civis da população negra. Disponível em: Geledés – Instituto da Mulher Negra <https://www.geledes.org.br/movimento-negro/>. Acesso em: 31 mai. 2020.

positivamente, como provoca e emancipa àqueles, principalmente mais jovens, que, por meio do Ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira, tem condições desnaturalizar preconceitos e estereótipos sobre a população negra, reconhecendo seu protagonismo no processo da construção sociocultural do país.

Na prática, o Movimento Negro tem assumido uma função educadora e que ao lado do Movimento Feminista Negro, que trabalha com perspectivas interseccionais e descoloniais, amplia os horizontes de espera para uma educação inclusiva, ao articular e explicar a relação entre raça e gênero, que consistem em eixos de poder distintos, mas que podem operar simultaneamente.

Como pontuou Lélia González (1988), o pensamento hegemônico que molda a formação cultural brasileira possui um caráter eurocêntrico e podemos acrescentar que também é androcêntrico. Para a autora, é fundamental estabelecer novas perspectiva para a formação histórico-cultural do Brasil. (BAMBIRRA; NOTHAFT; LISBOA, 2019, p. 145)

A fim de aprofundar a crítica à colonialidade dos saberes, recorre-se às explanações sobre o neocolonial, colonialidade e descolonialidade apresentadas por Bambirra, Nothaft e Lisboa (2019). As autoras apresentam que de acordo com Ella Shohat e Robert Stam (2006), o termo “pós-colonial” abrange produções literárias dos(as) autores(as) oriundos de sociedades atingidas pelo colonialismo de alguma forma, como Grã-Bretanha e Estados Unidos. Desse modo, Shohat e Stam (2006) percebem que a perspectiva pós-colonial atua como instrumento de mediação diante das narrativas sobre a situação do europeu como colono e o termo induz ao apagamento das relações de poder entre colonizado e colonizador.

Ao apagar as relações de poder entre colonizado/colonizador, no contexto acadêmico pós-estruturalista, o termo pós-colonial se torna um instrumento pouco efetivo para a crítica da distribuição desigual de poder e recursos no mundo. Além disso, o termo em questão apresenta uma espacialidade dúbia e apaga as cronologias vastamente diversas dos processos de independência na América, Ásia e África. Como “pós” significa “depois”, o termo implica que o colonialismo acabou e inibe reflexões acerca do neocolonialismo. (BAMBIRRA; NOTHAFT; LISBOA, 2019, p. 147)



Assim, Shohat e Stam (2006) afirmam que a noção sobre o neocolonialismo permite perceber que as estruturas hegemônicas não se desfazem nos processos de independência e podem reproduzir o colonialismo de outras formas no contexto de dominação contemporânea. (BAMBIRRA; NOTHAFT; LISBOA, 2019).

As autoras explicam que o conceito de neocolonialismo apresentado por Shohat e Stam (2006) se relaciona com a perspectiva de Aníbal Quijano (2002) acerca da colonialidade do poder e, para o autor, o poder se baseia na correlação entre dominação, exploração e conflito, podendo alcançar todas as áreas da existência social e dentre elas, a construção dos saberes.

Bambirra, Nothaft e Lisboa (2019) mencionam a visão de Walsh (2009) que admite que a colonialidade atinge os saberes como um dos aspectos da vida social, na medida em que reafirma o eurocentrismo como o única forma de conhecimento, produzindo o apagamento de outras epistemologias não brancas e europeias. Assim, a colonialidade também incide nos estudos sobre as relações de gênero – e, portanto, estudos feministas –, pois há uma hegemonia de teorias euro-americanas que se ainda se mantém sobre os conhecimentos acadêmicos.

Considerando que os(as) profissionais da Educação Básica como sociólogos(as) e historiadores(as) passaram por um processo formativo acadêmico no qual tiveram contato com essas teorias, é possível identificar uma tendência de que essa perspectiva eurocêntrica seja reproduzida em suas práticas de ensino, refletindo na formação dos(as) estudantes assim como pode ter refletido em algum momento no processo de formação dos(as) professores(as).

O eurocentrismo tem relação direta com a colonialidade do poder, pois se torna a forma hegemônica de manutenção de controle da subjetividade/intersubjetividade, em particular no modo de produzir conhecimento (colonialidade do saber). (BAMBIRRA, NOTHAFT e LISBOA, 2019, p. 149)

Em vista disso, Quijano (2005) apresenta a diferença entre colonialismo e colonialidade: o primeiro, refere-se à dominação político-econômica de alguns

povos sobre outros e precede a colonialidade que, por sua vez, representa o processo de universalização e classificação dos povos mundialmente em torno da ideia de raça como instrumento de hierarquização. Do mesmo modo, descolonização e descolonial também apresentam suas distinções. Historicamente, a descolonização é o processo de ruptura do colonialismo, que envolveu lutas anticoloniais. Já a descolonialidade, conforme apresentou Luciana Ballestrin (2013), busca romper com a colonialidade que repercute na sociedade contemporânea como um “padrão mundial de poder” (BAMBIRRA, NOTHAFT, LISBOA, 2019, p. 150).

Com base nas distinções supracitadas, é possível inferir que a colonialidade representa um instrumento de poder que reproduz historicamente as heranças do colonialismo na sociedade contemporânea e reformula os instrumentos de dominação, enquanto a descolonialidade apresenta a potencialidade de produzir como um processo de desconstrução contra hegemônico da colonialidade dos saberes e da repercussão das teorias eurocêntricas.

Em vista disso, pauta-se a importância de ampliar as discussões que ocorrem nas disciplinas como História e Sociologia na Educação Básica para além das visões eurocêntricas sobre gênero e raça, a fim de verificar as possibilidades de construir novas narrativas de conhecimentos e apresentar teorias que possibilitem que os indivíduos desconstruam as visões neocoloniais que reincidentem em suas realidades materiais e subjetivas.

De acordo com a leitura de Begoña Dorransoro (2019) sobre a perspectiva de colonialidade de gênero de Maria Lugones (2008), o gênero e a raça são “ficções poderosas”, pois ao serem apresentadas por algumas teorias como construções sociais que levam em conta apenas as experiências euro-americanas, assumem o poder de imposição colonial para a “submissão tanto dos homens quanto das mulheres de cor em todos os âmbitos da existência”, por não admitirem as especificidades sobre como a raça e o gênero se constituem em diferentes contextos. (LUGONES, 2008, p. 77 *apud* DORRONSORO, 2019, p. 40)

Um conceito fictício nascido da mesma colonialidade que outro conceito fictício de raça e com o mesmo objetivo de dobrar e separar a quem poderiam responder e enfrentar essas imposições e hierarquias. Esta despolitização leva a desmotivação de algo sumariamente útil para o colonialismo e o capitalismo<sup>18</sup>. (DORRONSORO, 2019, p. 40, tradução nossa)

Assim, a ausência do debate de gênero e raça em uma perspectiva interseccional na Educação Básica pode afetar tanto a construção da identidade dos estudantes do gênero masculino, quanto a de estudantes do gênero feminino brancas, negras ou pardas visto que, apresentar as teorias sobre raça e gênero de forma universalizante inviabiliza a emancipação dos saberes sobre as identidades em sua diversidade e reproduz as perspectivas de hierarquização de determinados grupos sociais sobre outros, que são atravessados por eixos de poder diferentes.

Considerando que a existência social é perpassada por diversas estruturas de desigualdade, que produzem violências objetivas e subjetivas, torna-se urgente que sejam pautados estudos e práticas para que essa forma de existência seja ressignificada positivamente. Admitir que as experiências extraescolares dos sujeitos marcadas por discriminações, também é um processo importante para descolonizar as práticas da existência social, na medida que permite a aproximação das vivências dos(as) estudantes(as) aos conteúdos abordados em sala de aula, como as temáticas étnico-raciais e de gênero.

Com uma metodologia adequada e consciente dos problemas e conflitos observados na sala de aula, pensamos ser possível dismantelar, gradualmente, a colonialidade do saber e do ser, que há muito estabeleceu modelos exclusivos dos conhecimento pautados nas referenciais eurocentradas. Ao desqualificar qualquer outra epistemologia por meio da inferioridade, a discriminação e desumanização, subsidia e mantém a ideia da invisibilização das minorias. (BAMBIRRA; NOTHAFT; LISBOA, 2019, p. 148, 149).

---

<sup>18</sup> *Un concepto ficticio nacido de la misma colonialidad que el otro concepto ficticio de la raza y con el mismo objetivo de doblar y separar a quienes podrían responder y enfrentarse a esas imposiciones y jerarquías. Dicha despolitización lleva a la desmovilización, algo sumamente útil para el colonialismo y el capitalismo.* (DORRONSORO, 2019, p. 40)

Relacionar a perspectiva descolonial e interseccional ao Ensino de História e Sociologia com certeza produzirá efeitos transformadores nas instituições de ensino e aos seus membros, uma vez que desconstruir noções colonizadas do conhecimento sobre as diferenças e desigualdades, como raça e gênero, contribui para emancipação e para uma proposta de educação humanizada.

### *Considerações finais*

O trabalho de pesquisa empírica realizado nos permitiu revelar indícios que se encontravam em todos os lugares na escola e muitos deles encobertos pelos hábitos cotidianos. Permeiar o observado com análises teóricas a respeito das relações de gênero e étnico-raciais ainda abordadas de maneira escassa no contexto da Educação Básica, produziu a crítica necessária dos materiais didáticos existentes. Conseqüentemente, foi possível mostrar a reprodução de atitudes discriminatórias e preconceituosas nesses marcadores sociais que se reverberam e se naturalizam no ambiente escolar, comprometendo o processo de formação cidadã dos estudantes.

Compreende-se que a educação baseada em princípios democráticos conforme estabelecem os artigos da LDB pode vir a ser um importante instrumento para emancipação da sociedade em relação à colonialidade do ser e do saber. No entanto, é necessário que essa educação seja comprometida com a aplicabilidade de práticas de ensino que propiciem a desconstrução de relações pautadas nas noções estereotipadas das diferenças que constituem as identidades dos indivíduos como os aspectos étnico-raciais e de gênero.

É relevante pautar as potencialidades do Ensino de História e Sociologia, de maneira interdisciplinar. As temáticas de gênero e raça precisam ser enfrentadas de forma ampla e interseccional em sala de aula, dando as possibilidades que as múltiplas identidades existam com equidade.

Visando contemplar a diversidade que se torna visível a cada dia no ambiente escolar, através das demandas sociais das vozes que exigem o seu o lugar de

fala constituindo-se no público de uma rede de ensino preferencialmente pública, temos que garantir o espaço de socialização para cada uma das identidades. A interseccionalidade de raça e gênero pode se transformar em uma metodologia adequada para que a universalização dessas categorias seja evitada com a análise e compreensão mais assertiva e inclusiva da realidade social dos sujeitos que possuem esses marcadores sociais da diferença:

[...] embora na modernidade capitalista eurocêntrica, todos nós somos racializados e atribuídos a um gênero, nem todos somos dominados ou vitimados por esse processo. O processo é binário, dicotômico e hierárquico. Kimberlé Crenshaw e outras mulheres de cor, feministas, temos argumentado que as categorias tem sido entendidas como homogêneas e que selecionam o dominante, no grupo, como sua norma [...]. Então, fica claro que a lógica da separação em categorias distorce os seres e os fenômenos sociais que existem na intersecção (LUGONES, 2008, p. 82 *apud* BAMBIRRA; NOTHAFT; LISBOA, 2019, p. 153, 154).

A fim de evitar a reprodução dos saberes que a modernidade sustentou com universalização das diferenças, a interseccionalidade, como um novo saber produz o desvelamento das diferentes estruturas pelas quais as desigualdades operam na realidade social.

Além disso, através do conhecimento interseccional torna-se possível inferir que o processo de aprendizagem associada a uma formação democrática e cidadã não ocorrem apenas no contexto escolar, e sim em todos os níveis de ensino, pois envolve as vivências extra escolares, através dos grupos, dos coletivos que se formam e resistem para existir. (POSSAS, 2018)<sup>19</sup>

Aproximar o conteúdo curricular da realidade vivenciada pelos(as) alunos(as) é um processo mais que revolucionário, pois permite desbravar conceitos, libertando a consciência sobre a sociedade em que se vive e rever criticamente o seu caráter elitista, machista e racista. As velhas identidades, que nos últimos

---

<sup>19</sup> A autora assume a coordenação do Laboratório Interdisciplinar de Estudos de Gênero (LIEG/UNESP), criado em 2010. O laboratório surgiu em decorrência da aprovação da proposta do projeto sobre “O impacto das teorias feministas na criação e implementação de políticas públicas no enfrentamento à violência contra as mulheres” por meio do edital nº020/2010 do Ministério da Ciência e Tecnologia – MTC em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM/PR e o Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA. Atualmente, o grupo desenvolve pesquisas e discussões que refletem sobre a categoria de gênero em suas perspectivas interseccional e descolonial, levando em conta os marcadores sociais da diferença que constituem posições de desigualdades ou privilégios entre os sujeitos.

séculos estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, visto como um sujeito unificado (HALL, 2006, p. 26). A construção das identidades é móvel, dinâmica e se exercita em vários espaços, temporalidades distintas. Seu reconhecimento passa pela diversidade de existência e, por conseguinte, pelo enfrentamento das opressões. Assim, é importante ponderar que a presença de todas, todos e todes no meio social, a emancipação dos indivíduos é um precedente.

Nosso intuito nesse texto foi refletir sobre o compromisso da experiência pedagógica docente, a partir da metodologia da interseccionalidade inserida e trabalhada nos currículos das disciplinas como a História e Sociologia, de maneira interdisciplinar. Com certeza novos olhares serão possíveis, ao atentarem para as às formas de opressão, de racismo e violência de gênero que incidem sobre as minorias sociais no ambiente escolar, na família e no cotidiano vivido.

### **Referências**

AHMED, Sara. ***Vivir una vida feminista***. Barcelona: Bellaterra, 2018.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen Livros, 2019. 152 p.

ANDRADE, Michely Peres de. Lélia Gonzalez e o papel da educação para o feminismo negro brasileiro. **Interitórios**: Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, v. 4, n. 6, p.75-92, dez. 2018.

ASSIS, Dayane N. Conceição de. Feminismos negros e interseccionalidade no contexto norte-americano. In: **Interseccionalidades**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação à Distância, 2019. 57 p.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11m. pp. 89-117, 2013.

BAMBIRRA, Natércia Ventura; NOTHAFT, Raíssa Jeanine; LISBOA, Teresa Kleba. A colonialidade de gênero e suas implicações para os estudos feministas. In: SANTOS, Jenniffer Simpson dos; FACHINETTO, Rochele Fellini; SILVA, Rosimeri Aquino da (Orgs.). **Descolonizar a prática e o sexo**. Porto Alegre: Cirkula, 2019. Cap. 7. p. 21-311.



BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.197-221.

BRASIL. Ciências humanas e suas tecnologias / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. 133 p. (Orientações curriculares para o ensino médio; volume 3).

\_\_\_\_\_. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bases\\_1ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf). Acesso em: 06 mai. 2020.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 12.852, de 5 de agosto 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm). Acesso em: 06 mai. 2020.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais. (PCNs)** Ciências Humanas e suas Tecnologias. Ensino Médio. Brasília: MEC/SEF, 2000.

CERQUEIRA, Daniel.; LIMA, Renato Sérgio de.; BUENO, S. et. al. (2018). **Atlas da violência 2018**. Brasília, DF: IPEA. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=33410&Itemid=432](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432). Acesso em: 29 mai. 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Los Angeles, p. 171-188, 2002.

\_\_\_\_\_. Mapeando as margens: interseccionalidade, identidade, políticas e violência contra mulheres não-brancas. Tradução de Carol Correia. **Stanford Law Review**, [S.l.], v. 43, n. 6, p.1241-1299, jul. 1993. JSTOR. Disponível em: <https://medium.com/revista-subjetiva/mapeando-as-margens-interseccionalidade-pol%C3%ADticas-de-identidade-e-viol%C3%A2ncia-contra-mulheres-n%C3%A3o-31d7c2a33ca5>. Acesso em: 08 mai. 2020.

DORRONSORO, Begoña. *Descolonizando el sexo, desgenerizando la colonialidad*. In: SANTOS, Jenniffer Simpson dos; FACHINETTO, Rochele Fellini; SILVA, Rosimeri Aquino da (Orgs.). **Descolonizar a prática e o sexo**. Porto Alegre: Cirkula, 2019. Cap. 2. p. 39-57.

GINZBURG, Carlo. Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez. In: GINZBURG, C. **Relações de força: história, retórica, prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Tradução de: Jônatas Batista Neto.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

\_\_\_\_\_. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural? **Revista Brasileira de Educação**, [s.l.], n. 21, p.40-51, dez. 2002. FapUNIFESP.

GONÇALVES, Irlen A. Relações de força: história, retórica, prova. **Revista Brasileira de História da Educação**. S.l, v. 4, n. 1, p. 223-227, fev. 2004. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38677>. Acesso em: 07 ago. 2020.

GONZÁLEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, n. 92/93, pp. 69-82, 1988.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LÖWY, Michael. "A contrapelo". A concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940). **Lutas Sociais**, [S.l.], n. 25-26, p. 20-28, jun. 2011. ISSN 2526-3706. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/lis/article/view/18578>. Acesso em: 07 ago. 2020.

MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-43, 2000.

PINHEIRO, Luana. **Dossiê de mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013. Cap. 5. p. 133-158.

PISCITELLI, Adriana. "Re-criando a (categoria) mulher?" In: ALGRANTI, Leila (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002. (Textos Didáticos, n. 48).

POSSAS, Lidia M. V. **O espaço acadêmico e a vulnerabilidades das minorias. Violência de gênero e a cultura do estupro: experiências, formas de resistências e história**. Fazendo Gênero, UFSC, 2018. Anais.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Pp. 117-142.

QUIJANO, A. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos: Instituto Astrojildo Pereira**, n. 37, pp. 4-25, 2002.

**Dossiê: História das Mulheres, Gênero e Interseccionalidades**

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos educacionais brasileiros. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 138, p.9-26, mar. 2017.

ROMIO, Jackeline Aparecida Ferreira. A vitimização de mulheres por agressão física, segundo raça/cor no Brasil. In: MARCONDES, Mariana Mazzini *et al* (Orgs.). **Dossiê mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: Ipea, 2013. Cap. 5. p. 133-158.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais, n. 63, p. 237-280, out. 2002.

SHOHAT, E.; STAM, R. **Crítica da imagem eurocêntrica**: multiculturalismo e representação. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

WALSH, C. **Desde Abya Yala: temas de interculturalidad crítica**. Chiapas, México, 2009.

## MULHERES QUILOMBOLAS: PROTAGONISMO, IDENTIDADE, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE DAS MULHERES NEGRAS EM SÃO MIGUEL DO GUAMÁ/PARÁ

### QUILOMBOLAS WOMEN: PROTAGONISM, IDENTITY, TERRITORY AND TERRITORIALITY OF BLACK WOMEN IN SÃO MIGUEL/PARÁ

Ana Célia Barbosa Guedes<sup>1</sup>  
Mayany Soares Salgado<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo analisa o protagonismo e a identidade das mulheres negras, bem como o quilombo de Santa Rita de Barreira enquanto território e territorialidade da negritude. O quilombo está situado no município de São Miguel do Guamá-PA. Como procedimentos metodológicos, utilizamos a pesquisa bibliográfica e a história oral. Nesse sentido, foram realizadas entrevistas semiestruturada para coleta de dados e a observação participante. Portanto, observamos que nesse território as mulheres negras são protagonistas de sua própria história, através de mobilização e organização política em associação ou em grupo de mulheres lutam por políticas públicas para assegurar sua subsistência e de seu grupo social. Além disso, elas também executam diversas tarefas como domésticas, agricultoras, entre outras.

**Palavras-chaves:** Territorialidade. Mulher negra. Quilombo.

328

**Abstract:** This article analyzes the protagonism and identity of black women, in Santa Rita de Barreira quilombo as a territory and territoriality of blackness. The quilombo is located in the municipality of São Miguel do Guamá, on the State of Pará. As methodological procedures, we use bibliographic research and oral history. In this sense, semi-structured interviews were conducted for data collection and participant observation. Therefore, we observe in this territory, black women are protagonists of their own history and through mobilization and political organization in association or in a group of women they fight for public policies to ensure their subsistence and that of their social group. Besides that, they also many tasks such as domestic, female farmers and others.

**Keywords:** Territoriality. Black woman. Quilombo.

#### *Introdução*

Ao longo da história, os registros das ações, em sua grande maioria, têm privilegiado os feitos dos homens, relegando às mulheres papel secundário ou até mesmo de invisibilidade. Contudo a participação feminina em diversos

---

<sup>1</sup> Graduada em História, Mestra em Desenvolvimento do planejamento (Alto Estudo da Amazônia-NAEA) /UFPA, Professora do IFPA.

<sup>2</sup> Doutoranda do programa de Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/ Núcleo de Alto Estudo da Amazônia (NAEA), UFPA.

setores da sociedade é fundamental tanto para reprodução humana quanto para a transmissão de saberes, como manejo de recursos naturais, cultivo e manipulação de plantas para fins medicinais, bem como para conservação dos valores culturais do grupo social no qual está inserida. No contexto das comunidades camponesas as mulheres não abandonam as tarefas domésticas, acrescentam mais trabalho para produzir e comercializar alguns produtos importantes para sua subsistência, nesse sentido, ampliam as jornadas ou intensificam as atividades (NEVES; MEDEIROS, 2013).

É importante destacar que no mundo rural, desde o período colonial até os dias atuais, há uma marca significativa de trabalho cooperativo e de protagonismo das mulheres negras tanto nas lutas cotidianas quanto nas atividades produtivas, uma vez que elas participam de várias atividades, como agricultura, artesanato, trabalho doméstico, extrativismo animal e vegetal, entre outras (ODILA DIAS, 2012).

Diante deste contexto, de invisibilidade feminina, em especial da mulher negra na historiografia tradicional, vale destacar ainda que pesquisas no campo das Ciências Humanas, principalmente a partir do final do século XIX, relegaram ao segundo plano as reflexões sobre os destinos individuais, assim, a maioria dos estudos apresentavam visões universalistas ignorando a participação dos indivíduos nos processos sociais (LUNZ, 2018). No entanto, nas últimas décadas do século XX, novas abordagens e temas passaram a ser alvo de investigação da história, entre elas, destaca-se a história dos subalternos na qual as mulheres negras estão inseridas. Assim muitos(as) pesquisadores (as) têm debruçados seus esforços e estudos para investigarem essa temática. Para tanto, diversas correntes historiográficas buscaram desenvolver um diálogo interdisciplinar com outros campos do conhecimento como a antropologia, a sociologia, entre outros (CERUTTI, 1998).

Deste modo, alguns(mas) pesquisadores(as) como Wolff (1999), Pinto (2004) e Perrot (2015), têm abordado a mulher como sujeito da história. Simonian (2001), Neves e Medeiros (2013) têm desenvolvido pesquisas relacionadas ao trabalho produtivo e o engajamento político de mulheres camponesas na Amazônia Legal, destacando a produção e participação dessas mulheres em diversos setores da sociedade. Nesse sentido, houve uma

significativa mudança nos debates desta temática a partir das últimas décadas do século XX e as primeiras do XXI, no qual foi incluída a temática de gênero, raça e classe nos debates e pesquisas acadêmicas.

Assim, é inegável o avanço nas pesquisas e discussões no que se refere à construção da história das mulheres, porém ainda precisamos superar muitos desafios e várias lacunas devem ser preenchidas, visto que ainda existem muitos espaços, locais e temáticas nos quais a participação feminina é silenciada, principalmente quando se trata das mulheres negras, quilombolas e rurais. Estas se organizaram e se organizam de forma coletiva para resistir e lutar por liberdade, território, direitos sociais, políticos e civis em diferentes momentos da história brasileira. Porém, ainda persiste a imagem das mulheres brancas e donas de casa na maioria das histórias sobre as mulheres brasileiras, enquanto que as mulheres negras são silenciadas ou quando aparecem é de forma estereotipada e a partir da visão dos homens brancos colonizadores.

Nesse sentido, o objetivo do presente artigo é analisar e refletir elementos importantes referentes a construção da identidade negra e protagonismo das mulheres do quilombo de Santa Rita de Barreira, buscamos também compreender o quilombo enquanto território e territorialidade da negritude. O quilombo está localizado no Km 12 da PA-251, no município de São Miguel do Guamá, nordeste do estado do Pará. Nesse território as mulheres negras procuram se mobilizar e se organizar em associação ou em grupo para lutarem por políticas públicas com o intuito de assegurar sua subsistência e de seu grupo social, desse modo, é possível inferir que essas mulheres não são coadjuvantes e sim protagonistas de suas próprias histórias.

Para tanto, utilizaremos como fio condutor os relatos de algumas moradoras do quilombo, os quais foram coletados em 2017<sup>3</sup>, pois há pouca documentação escrita sobre aquele, especialmente, sobre os diferentes espaços e funções desempenhados pela mulher no território quilombola. Dessa forma, os

---

<sup>3</sup> Este artigo é parte da dissertação de mestrado de Ana Célia Guedes produzida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA) e defendida em 2018.



instrumentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica sobre a temática e a história oral. Assim foram realizadas algumas entrevistas semiestruturada para coleta de dados e a observação participante, tendo como sujeitas da pesquisa algumas moradoras do quilombo. Aquela metodologia estabeleceu e ordenou o procedimento do trabalho investigativo, possibilitando construir o conhecimento histórico sobre as mulheres que viveram e vivem no quilombo.

A história oral orienta as entrevistas, as possibilidades de transcrições dos depoimentos, suas vantagens e desvantagens, bem como as diversas maneiras do(a) historiador(a) se relacionar com os(as) entrevistados(as) e as influências disso na pesquisa (AMADO; FERREIRA, 2006). Aquela é uma metodologia investigativa inovadora, visto que possibilita pesquisar a história dos dominados, a exemplo da história das mulheres, dos proletariados, entre outros, pois suas abordagens, dão preferência a uma “história vista de baixo” (FRANÇOIS, 2006).

Desse modo, a história oral pode ser utilizada como fonte para análise de grupos sociais contemporâneos, uma vez que é um procedimento investigativo constituído de entrevistas com sujeitos que viveram ou testemunharam acontecimentos no passado ou no presente (ALBERTI, 2010). Além disso, é um caminho para análise e compreensão do cotidiano, de trabalho e de tradições de povos que não possuem registro escrito de sua história (ALBERTI, 2010). Contudo, o(a) pesquisador(a) precisa selecionar, criticar e hierarquizar os relatos orais, bem como estabelecer comparações entre os discursos dos(as) entrevistados(as), contextualizando-os na personalidade e na duração que os separa, para então identificar a ação discursiva do presente ao do período que ocorreu determinado acontecimento (MARANHÃO FILHO, 2009).

Vale ressaltar que o território quilombola de Santa Rita de Barreira foi estabelecido sobre a noção de coletividade, na construção de alianças e laços familiares, assim ele é um espaço onde as pessoas locais são protagonistas de sua própria história. Nesse local aquele povo organizou suas práticas costumeiras, construiu seus valores e suas regras de sociabilidades vinculadas a uma mesma cosmovisão, a qual em muitos aspectos se contrapõe aos padrões hegemônicos. Desse modo, para compreendermos os espaços e as diversas ações executadas pelas mulheres negras que vivem no referido quilombo é

necessário considerar que o mesmo encerra uma forma particular de relações sociais e de vida, onde os espaços e ações lhes foram impostos desde o período de colonização das terras da Amazônia. Assim como seus corpos foram controlados para servirem de mão de obra ao sistema escravista e posteriormente ao trabalho livre.

*Mulheres negras: Invisibilidade, sexismo e racismo no Brasil.*

Para interpretar o discurso acerca das mulheres brasileiras é necessária uma análise histórica da construção do imaginário social das mulheres no Brasil, sobretudo durante a colonização desse país, pois nesse período se organizou a estrutura hierárquica e patriarcal a qual refletiu de forma extrema sobre as mulheres (NASCIMENTO, 2006). Assim, devido ao patriarcalismo existente na sociedade colonial brasileira, atribuiu-se às mulheres brancas, a função de esposa dos homens brancos e mães de seus(suas) filhos(as), ao mesmo tempo elas passaram a ser amadas, respeitadas e idealizadas por uma parte da sociedade. Enquanto as mulheres negras passaram a ser vistas como fundamentalmente produtoras, podendo desempenhar as mesmas funções dos homens negros (NASCIMENTO, 2006). Nessa perspectiva, o critério racial se constituiu como estrutura de escolha e classificação, fazendo com que as mulheres negras ocupassem os lugares mais baixos da hierarquia social (NASCIMENTO, 2006).

Neste artigo o termo mulher será usado no plural, pois o conceito de mulher não é estável e nem universal, ele se altera através da história e de fronteiras culturais, portanto, a categoria mulher não é uma identidade fixa (Butler, 2003), embora, o termo no plural ainda não abranja todas as particularidades, como raça, cor, geração, religião, identidades.

É importante destacar que o patriarcalismo é um sistema que resulta em uma apropriação privada dos mecanismos de governo, além disso, implica uma situação assimétrica de poder no âmbito doméstico e privado (Aguiar, 1997). As teorias feministas tem contribuído na crítica a esse sistema ao discutirem a notável proeminência das discriminações contra as mulheres no patriarcado,

produtos das relações desiguais de gênero persistentes na contemporaneidade (Aguiar, 1997). Estas teorias nos ajudam a compreender que o patriarcado não é apenas uma forma de dominação do passado, mas um sistema de dominação e opressão que se transforma e/ou se ressignifica, assumindo diferentes formas na sociedade.

A colonização da América foi pautada na ideia de classificação social da população de acordo com a noção de raça e, desde então está presente nas dimensões do poder mundial, incluído nela, também, o eurocentrismo, tal eixo permanece no cotidiano de vários países da América (QUIJANO, 2005). Nesse sentido, a classificação a partir da ideia de raça produziu na América novas identidades raciais como meio de administrar povos e estabelecer hierarquias entre eles, as quais corroboraram para a dominação em diferentes regiões, mas ao mesmo tempo silenciou e desautorizou algumas formas de identidade, enquanto outras foram fortalecidas (QUIJANO, 2005).

A estrutura hierárquica e racista que moldou a sociedade brasileira no período colonial persiste na contemporaneidade e, nas mulheres negras se cristalizou ainda mais a estrutura de dominação, dessa forma, elas sofrem discriminação por serem mulheres e negras. Além de ser relegado a elas os espaços e funções que lhe foram atribuídos desde o período escravocrata, a permanência de valores da estrutura colonial se superpõem aos mecanismos atuais de conservação dos privilégios de homens e mulheres brancos(as). Dessa forma, reproduziu-se nas mulheres negras um “destino histórico” e, são elas que desenvolvem, em sua maioria, as atividades domésticas e os serviços públicos ou privados com menor remuneração (NASCIMENTO, 2006). Assim, por razões históricas, socioeconômicas e culturais, as mulheres negras não são educadas para se casarem com um “príncipe encantado” e nem para fazer o gênero de submissas, mas sim para trabalharem, pois, as lutas cotidianas fazem delas alguém que tem consciência que precisa trabalhar para assegurar sua subsistência e de sua família, além de enfrentar em seu cotidiano o desemprego, a violência policial, o racismo e o sexismo (GONZALEZ, 1982).

Durante muito tempo, a história ocidental negou a luta e a participação feminina em diversos setores da sociedade, as mulheres ficaram fora dos relatos históricos como se estivessem alheias aos acontecimentos, isso ocorria por elas

serem pouco vistas em lugares públicos, o único que durante muito tempo, merecia interesse e relato (PERROT, 2015). Dessa forma, ocorreu uma invisibilidade das mulheres na história oficial, não por falta de fontes, pois muitas delas escreviam cartas, artigos de opinião, participavam de forma ativa da vida política da sociedade, entre outras atividades, mas quem ganhava visibilidade, por meio das assinaturas de obras de arte, por exemplo, eram seus esposos, já que elas deveriam estar invisibilizadas na esfera privada. Nos escritos dos cronistas ou observadores quase não aparecem as mulheres e quando surgem é reduzida ou ditada por estereótipos, as imagens que surgiram foram construídas pelos homens e elas nos dizem mais sobre os seus sonhos ou medos, do que de mulheres reais (PERROT, 2015).

No sertão nordestino brasileiro, por exemplo, durante o século XIX as mulheres aparecem na literatura de cordel, em testamentos, inventários e livros de memória, sendo que as mais abastadas ou da elite intelectual estão nas páginas dos jornais, inventários e livros com suas joias ou posse de terra, já as mulheres negras aparecem nos inventários e jornais, mas como posse de alguém (FALCI, 2013). Para Nascimento (2006), a representação que a literatura faz das mulheres negras é de concubina do período colonial negligenciado assim a participação delas no pensamento, na construção do conhecimento e nas lutas políticas ao longo dos séculos.

Segundo Odila Dias (2012), para as mulheres escravas de origem africana que viviam no Brasil, sobreviver já era uma vitória, visto que se encontravam distante de suas redes familiares e eram a minoria num grupo majoritariamente composto por homens. Essas mulheres foram obrigadas a trabalhar e a viver em condições precárias com maus-tratos constantes, como violência física, psicológica e sexual, assim viver em ambiente tão hostil exigiu estratégias, força, inteligência e rebeldia.

Para Hooks (1981), o sexismo foi muito impiedoso para mulheres negras escravizadas nos Estados Unidos da América, sobretudo o sexismo institucionalizado, assim como nos Estados Unidos, na América portuguesa, ele também foi um dos elementos utilizados pelo colonizador para dominar e discriminar a vida das mulheres negras escravizadas. Nesse sentido, a situação de sujeição em que as mulheres negras se encontram na contemporaneidade

se originou na colonização (NASCIMENTO, 2006). Assim, os mecanismos ideológicos se encarregaram de perpetuar e legitimar o sexismo ao longo dos anos, o qual é repleto de representações baseadas em estereótipos da capacidade sexual das mulheres negras.

Após a escravidão, a situação dos(as) negros(as) no Brasil não foi alterada e continuaram sendo vítimas de racismo e ocupando os espaços considerados inferiores pelos brancos. Para Nascimento (2006, p.104.) “*O efeito continuado da discriminação feita pelo branco tem também como consequência a internalização pelo grupo negro dos lugares inferiores que lhes são atribuídos*”. Desse modo, os papéis e funções que o povo negro desempenha foram naturalizados e não são questionados pela maioria da sociedade brasileira.

De acordo com Munanga (1999), biologicamente, raça não existe, esta é uma construção social usada para explicar a diversidade humana e para dividi-la; é um conceito carregado de ideologia que esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e dominação socioeconômica, cultural e política. Sendo assim, o problema não está na raça, já que é uma categorização rejeitada pelos cientistas, mas no racismo que serve para hierarquizar, desumanizar e justificar a discriminação existente, assim, a ideologia racista não precisa do conceito científico de raça para se reproduzir (MUNANGA, 2006), pois os mecanismos de dominação utilizados pelos homens brancos são essencialmente ideológicos e ao serem impostos na sociedade têm efeitos discriminatórios e contribuem para manter o *status quo*, em função do medo de perder seus privilégios na sociedade.

Para Fanon (2008), a colonização teve grande impacto na vida dos(as) negros(as), uma vez que mesmo após vários séculos, eles(as) procuram se comportar e assumir o mundo branco, tanto no seu corpo quanto em seu pensamento, observa-se que há uma dominação ideológica sobre os(as) negros(as) quando esses(as) sujeitos(as) assimilam a ideia de que é preciso embranquecer e salvar a raça, não no sentido de conservar suas características físicas, culturais ou os locais onde cresceram etc., mas sim para assegurar sua brancura.

Dove (1998) afirma que, por meio de um processo de dominação e aculturação, é possível produzir pessoas europeizadas, as quais geneticamente

se assemelham aos africanos, no entanto, seus conceitos, valores e crenças são europeus, aquelas acabam não construindo sua própria identidade e acreditando na ideia de inferioridade cultural e genética dos povos africanos. Desse modo, muitos negros(as) procuram se casar com as pessoas menos negras para que seus descendentes possam estar cada vez mais próximo do branco. Essa ideia de ascensão dos negros pelo casamento com mulheres brancas forja um mito de ascensão social dos homens negros escondendo por trás da estética das mulheres brancas, o desejo de pertencimento e de aliança com o mundo dos homens brancos, no qual para adentrar a esse mundo, os homens negros utilizam-se de mulheres brancas como avalistas (CARNEIRO, 1995). No entanto, ao observar a realidade brasileira verifica-se que alguns homens negros, por mais que tenham ascendido socialmente e/ou que sejam famosos não possuem poder real, não são empresários ou donos de bancos, têm pouca ou nenhuma representação política, além de pouco reconhecimento intelectual ou acadêmico e estes são os elementos concretos que investem de poder as pessoas em uma sociedade (CARNEIRO, 1995).

Nesse sentido, o poder que os homens negros exercem é por delegação dos brancos, que os podem destituir a qualquer momento e a ascensão que é incentivada é individual, enquanto a mobilidade coletiva é controlada e reprimida, haja vista que a ascensão individual dos negros os fragiliza e os coloca sobre o controle dos brancos, o lugar que os negros que ascenderam ocupam é aquele sem importância aos brancos. Dessa forma, “os negros bem-sucedidos” servem apenas para legitimar o mito da democracia racial existente na sociedade brasileira (CARNEIRO, 1995), reforça-se, portanto, que a condição material do povo negro no Brasil precisa ser questionada, uma vez que ocupa sempre posição e lugar inferior na sociedade. Para Gonzalez, (1982, p. 15). [...] *O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas [...] Já o lugar natural do negro é o oposto [...] da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões [...]*.

A exclusão de homens negros e mulheres negras se deu ao longo da história brasileira em diversos setores da sociedade, e o mercado de trabalho assalariado é o local que se acentua ainda mais, já que a eles(as) foram relegados os trabalhos de ambulantes, entre outras atividades consideradas inferiores pela sociedade (NAPOMUCENO, 2012), isso significa que no Brasil



existe um racismo institucional, entretanto, ele se tornou invisível e acaba legitimando as desigualdades existentes naquele país.

De acordo com Conrado e Rebelo (2012), a invisibilidade dos homens negros e das mulheres negras na sociedade brasileira não está no fato da ausência dessas pessoas em joalherias ou em restaurantes chiques, mas, no fato da maioria dos(as) brasileiros(as) nem se darem conta disso, ou seja, o que significa que há uma invisibilidade social. Isso ocorre por vários motivos, dentre eles está o mito da democracia racial que sugere a ideia de que não existe segregação política, econômica e social do povo negro, no Brasil, a convivência neste país é vista como harmoniosa porque o ódio racial não é percebido como um componente das relações sociais como acontece nos Estados Unidos da América ou na África do Sul (CONRADO; REBELO, 2012). Contudo, a todo o momento o racismo é demonstrado e sentido no Brasil, mas ao se revestir de certa tolerância, geralmente não é possível perceber até onde existe a intenção de humilhar a pessoa de cor, já que, nesse país, o preconceito racial contra as pessoas negras é violento e, ao mesmo tempo, sutil, muitas vezes, algumas manifestações racistas já foram inclusive incorporadas como parte nossa e acabaram sendo naturalizadas pelo agressor e até mesmo pela vítima (NASCIMENTO, 2006).

337

Nessa perspectiva, as relações inter-raciais na sociedade brasileira são afáveis, se considerar apenas os comportamentos aparentes do povo que a compõe, contudo, análises mais detalhadas revelam as diferentes situações de preconceito e discriminação racial que o povo negro enfrenta em seu cotidiano, as quais aparecem nas mínimas manifestações, até mesmo naquelas que são aparentemente de cunho afetivo (NASCIMENTO, 2006). Porém, mesmo com toda a violência e discriminação que o povo negro enfrentou e enfrenta na sociedade brasileira, ele procurou estratégias para resistir e lutar, sobretudo as mulheres negras quilombolas, pois estas sempre buscaram se organizar coletivamente para lutarem pelo seu território e pelo bem estar de seu grupo social.

### *O protagonismo das mulheres quilombolas*

As mulheres negras que vivem na Amazônia brasileira possuem identidades políticas distintas, as quais são trabalhadoras rurais (do campo, sem-terra, etc.), ribeirinhas, quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco babaçu, entre outras, tais características se conjugam, em algumas situações nas lutas cotidianas pela subsistência, por território, contra o racismo, sexismo e violência de gênero (CONRADO; REBELO, 2012). Aquelas identidades políticas ainda não conseguem abarcar a diversidade sociocultural existente na região amazônica, já que essas mulheres possuem seu próprio modo de vida, sua visão de mundo, bem como se identificam e auto representam a partir dos significados construídos por elas mesmas ao longo dos anos (CONRADO E REBELO, 2012).

As mulheres do quilombo de Santa Rita de Barreira, assim como a maioria das mulheres negras da Amazônia, são protagonistas de sua própria história, pois resistiram e resistem há vários projetos desenvolvimentistas e de nação que visam implementar a cultura eurocêntrica, ao mesmo tempo, em que lutam por direito ao uso coletivo da terra e para conservar sua identidade política enquanto quilombolas. Além de lutarem por acesso e controle dos recursos naturais existente em seu território. A maioria dessas mulheres, desde criança, executam diferentes funções importantes à sua subsistência e de seus familiares, a exemplo de trabalhos agrícolas, domésticos e extrativismo animal e vegetal, como relatou dona Maria Dejanira (42 anos) moradora do quilombo, *eu pranto, queimo, capino, faço farinha, mais... mexo farinha [...] no tempo que a gente morava com papai era fazendo farinha o dia todinho, e eu no cabo do rodo. Dona Antônia de Oliveira contou suas experiências [...] olha eu sei roçar [...] sei derrubar, sei capinar, fazer cova pra plantar a maniva [...] quando era 6 horas eu já tava no caminho do centro [...] eu carregava mandioca no paneiro na costa [...].*

Os relatos das moradoras do quilombo nos revelam que as mulheres que ali vivem executam diferentes tarefas na agricultura, as quais vai desde a queima da roça até o preparo da farinha, além de cuidar dos trabalhos domésticos e da saúde de seus familiares. Nessa perspectiva essas mulheres acumulam, desde sempre, várias atividades, mas ao mesmo tempo construíram estratégias de resistência e de lutas ao longo dos anos, bem como adquiriram conhecimentos importantes para viverem na e da floresta, os quais são transmitidos para outras

gerações, estes foram obtidos diante das circunstâncias próprias do mundo político e social de seu tempo histórico, na improvisação na qual tiveram que inventar e reinventar táticas para sobreviverem. Muitas vezes a ciência se apropria dos saberes tradicionais, a exemplo, as plantas medicinais (GUEDES, 2018), pois muitas indústrias farmacêuticas só tiveram acesso ao conhecimento das funções terapêuticas de algumas plantas a partir de investigações do uso delas por aqueles povos, contudo, embora se apropriem desse conhecimento buscam desqualificá-los. No entanto, acredita-se ser importante um diálogo entre o saber científico e o conhecimento tradicional (DUSSEL, 2009), pois ambos são importantes à sociedade.

A maioria das mulheres ao discorrerem sobre suas experiências de vida relacionavam sempre com as de suas mães, avós, tias e irmãs, vistos que suas experiências são bastante semelhantes. Desse modo, ao contarem suas histórias revisitam na memória a história de seus antepassados, história que não está registrada em livros, no entanto que vem se perpetuando ao longo dos anos através da oralidade, mediante a lembrança das pessoas mais velhas e dos acontecimentos que vivenciaram e que contam.

As meninas da comunidade aprendem as tarefas bastante cedo, assim, aos seis anos de idade já desenvolvem vários trabalhos, como lavar louça, cuidar dos irmãos mais novos entre outras atividades. Elas são as principais aliadas de suas mães nas atividades domésticas e no cuidado com seus irmãos. Desse modo, aquelas mulheres a partir de suas experiências históricas e das memórias, conseguiram desenvolver estratégias de sobrevivência e de resistência no cotidiano do quilombo. Algumas são a chefe da família por não terem esposos e outras porque seus companheiros sofrem de alguma enfermidade, assim, ao nascer do sol elas já estão trabalhando e só param para descansar tarde da noite, já que ao chegarem em casa fazem também parte das atividades domésticas.

Diante dos problemas atuais, as mulheres do quilombo acima citado, assim como de outros quilombos vêm se organizando ativamente, em pequena ou grande escala, para lutar por políticas públicas para seus povos. Para tanto, buscam a mobilização tanto internamente, por meio da associação da comunidade e formando grupo de mulheres, quanto externamente, procurando

parcerias com outras comunidades quilombolas, com a Empresa Brasileira de Extensão Rural (EMATER) e com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), com estas últimas buscam capacitação técnica para realizarem o manejo dos recursos naturais. Elas lutam também por políticas públicas que atendam às demandas de homens e mulheres quilombolas. Nesse sentido, aquelas estão sempre criando e recriando formas de trabalhar e de lidar com a adversidade, apontando outros caminhos para sua geração e para as futuras. Os caminhos apontados estão presentes em seu cotidiano como, por exemplo, a criação do clube de mães no final da década de 1980 e início de 1990, a partir do qual elas se organizaram coletivamente para prestar ajuda àquelas que necessitassem, principalmente nas atividades da roça. Nos dias atuais, criaram um grupo de mulheres da comunidade, este se constitui como um espaço de organização e mobilização política, social, econômica e cultural.

Nesse grupo é debatido diversos assuntos relacionados a saúde, educação, produtividade, direitos sociais e políticas públicas para homens e mulheres, bem como as estratégias para conseguirem participar de eventos relacionados a promoção da equidade racial. Somente a partir da criação desse grupo que elas conseguiram realizar parcerias com o SEBRAE, EMATER e CEDENPA para que ofertem oficinas e minicursos de capacitação em diversas áreas. Nessa perspectiva, podemos afirmar que essas mulheres sabem da importância da mobilização e organização em associação e em grupos de mulheres para conseguirem políticas pública e parcerias com algumas instituições e órgãos públicos, como bem destacou dona Socorro (38 anos), *A organização das mulheres tem nos ajudado a conseguir muita coisa, por exemplo as oficinas que a gente teve... informações que a gente recebe e que serve para ir buscar uma consulta, porque se a gente não se organizasse era mais difícil.*

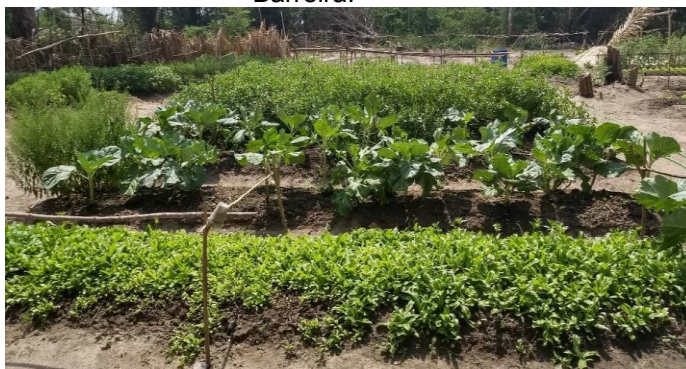
Para Davis (2017) as mulheres brancas de classe média estão sempre se beneficiando das conquistas das mulheres da classe trabalhadora e das minorias étnicas, essa autora procura explicar a relação entre aquelas a partir de uma pirâmide. Assim, no topo da pirâmide estão as mulheres burguesas (mulheres da classe média e trabalhadora) e na base estão as mulheres negras e outras oprimidas racialmente, quando as do topo obtêm vitórias, geralmente a condição

das outras não se altera, todavia, se as da base obtiverem algum avanço todas as mulheres da pirâmide se beneficiam.

Na sociedade brasileira não é diferente, por isso é de suma importância que as mulheres negras da comunidade estudada se mobilizem politicamente e se organizem enquanto associação ou grupo de mulheres, porque é só através de mobilização e dos movimentos sociais que se obteve e obtém avanços econômicos, sociais, políticos e culturais para os grupos racializados ou que sofrem algum tipo de discriminação em nossa sociedade.

Segundo as mulheres que vivem no quilombo uma de suas conquistas enquanto grupo de mulheres foi a capacitação realizada por profissionais e técnicos do Sebrae e Emater, bem como a assistência técnica para o cultivo de uma horta coletiva (Fotografia 1). Essas mulheres dedicam dois dias da semana para trabalharem nessa horta.

**Fotografia 1** – Horta organizada pelas mulheres da comunidade quilombola de Santa Rita de Barreira.



**Fonte:** Ana Célia Guedes (2017).

Na horta, as mulheres cultivam jambu (*Acmella oleracea*), chicória (*Cichorium intybus*), entre outros produtos, a maioria deles é para o consumo próprio e o excedente é vendido para alguns(as) moradores(as) da comunidade ou na feira, na sede do município. O cultivo da horta também colaborou no fortalecimento dos laços de amizade entre as mulheres locais. O grupo de mulheres também desenvolve outras atividades como artesanato feito a partir de sementes, cipós, palhas, caroços de açaí, etc. Assim, fabricam bonecas, brincos, pulseiras, colares (Fotografia 2), adereço para os cabelos e roupas para bonecas.

**Fotografia 2** – Colares feitos por mulheres de Santa Rita de Barreira.



**Fonte:** Ana Célia Guedes (2017).

O cotidiano das mulheres de Santa Rita de Barreira nos revela que mesmo diante de várias dificuldades enfrentadas como racismo, desigualdade sociais e ineficiência de política públicas (Silva, 2018). Existem muitos empecilhos para a efetivação dessas políticas aos povos quilombolas, entre eles estão a burocracia institucional, terras quilombolas em litígio de posse com latifundiários, entre outros (Silva, 2018). Aquelas mulheres buscam alternativas para garantir sua sobrevivência e de seus familiares. Se faz necessário ressaltar que parte dos produtos colhidos ou fabricados por elas é para o consumo próprio, outra é vendido no próprio quilombo, na sede do município ou nos eventos que elas participam em outros quilombos, nos encontros ou seminários.

342

*Quilombo: identidade, território e territorialidade da negritude*

A construção do imaginário social da Amazônia foi de uma região predominantemente indígena, negando assim a presença negra na construção dessa sociedade. Contudo, pesquisadores(as) como Silva (2000), Castro (2008), Bezerra neto (2012), entre outros(as) têm mostrado que a história da Amazônia é marcada também pela presença de homens e mulheres negros(as), pois desde o século XVII verifica-se a entrada de povos africanos, como mão de obra escrava, na província do Grão-Pará (BEZERRA NETO, 2012). Porém, foi somente a partir de meados do século XVIII que se intensificou a entrada de africanos(as) no Grão Pará e Maranhão que atuaram em diversas atividades, tais como no extrativismo vegetal, agricultura, pecuária e nas atividades



domésticas, ao mesmo tempo em que lutaram contra a opressão, e a formação de quilombos foi uma das formas de resistência utilizada pelo povo negro escravizado que viviam nessa região (SAMPAIO, 2011).

No entanto, a história da Amazônia, especialmente do estado do Pará é marcada pelo mito indígena, ou seja, pela ideia de um povo “traduzido” como, representativamente, indígena que se baseia em fenotípico amazônico construído culturalmente a partir de traços como cabelos lisos, castanhos escuros ou pretos, altura mediana e tom da pele negra, estas características reforçam o predomínio da imagem indígena local (CONRADO; REBELO, 2012). Elas também serviram para condicionar a maneira como o povo negro foi tratado nas análises acadêmicas e como teve sua identidade “sufocada” nas metáforas de ser moreno(a) até os dias atuais (CONRADO et. al., 2015).

Aquele mito serviu para forjar a ideia de que há pouca influência da cultura africana na Amazônia, desse modo, a compreensão das relações étnico-raciais no estado Pará só é possível a partir de uma análise mais detalhada sobre a construção do imaginário social dos povos racializados que vivem nesse Estado (CÂMARA, 2017).

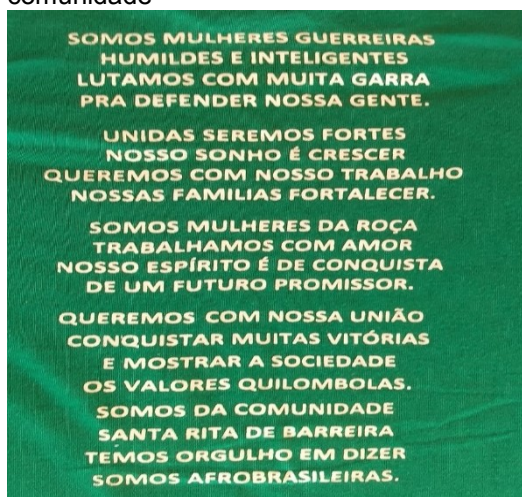
Vale destacar que os dados do IBGE (2010) revelaram que 76,7% dos(as) paraenses declararam-se negros(as) (69,5% pardos, 7,2% pretos), esses números mostram uma racialidade intimamente marcada pela mestiçagem, em que o mito da democracia racial existente no Brasil dificulta a (auto) identificação da negritude na Amazônia. Assim, essa identidade se esconde sob a ideia de morenidade e pelo mito do indígena, no entanto, é importante perceber o que se esconde ou mesmo se expressa de forma dissimulada nos discursos de morenidade romantizada, pois nela está também a negação da negritude Amazônica (CÂMARA, 2017).

O povo negro resistiu e lutou contra a escravidão, por terras, direitos civis, políticos e sociais, ao mesmo tempo contra a negação de sua identidade, assim, está presente em diversos espaços e territórios da sociedade paraense. Em Santa Rita de Barreira, se encontra um número significativo de pessoas negras e nesse território estão suas marcas simbólicas como terreiros afro-religiosos, grupo de carimbó, samba do cacete, capoeira, entre outras, ao mesmo tempo são enfatizados as manifestações culturais de matriz africana de forma lúdica,

bem como se busca valorizar a identidade negra. Para *Conrado et.al.* (2015, p. 217) esses espaços [...] *trabalham a integração, a autovalorização coletiva [...] nesses espaços, o ideal de morenidade perde lugar para o ideal da negritude [...] É possível mesmo dizer-se que esses espaços são territórios de negritude [...].*

Segundo as moradoras locais a organização em coletividade, principalmente enquanto grupo de mulheres contribuiu para a afirmação da identidade de mulheres negras e quilombola, bem como possibilitou perceberem a força que possuem. Elas fazem questão de enfatizar sua identidade durante suas conversas e de registrar por meio de poesia como a transcrita nas camisetas usadas pelas integrantes do grupo durante suas reuniões e nos eventos da comunidade (Fotografia 3 e 4).

**Fotografia 3** – Camiseta usada pelas integrantes do grupo de mulheres da comunidade



FONTE: Ana Célia Guedes (2017)

**Fotografia 4** – Poesia transcrita no verso das camisetas usadas pelas integrantes do grupo de mulheres da comunidade, autoria anônima.



FONTE: Ana Célia Guedes (2017)

A poesia transcrita na camiseta, revela a auto identificação enquanto mulheres quilombolas do mesmo modo que mostra que essas mulheres sabem da importância de se organizar em coletividade para lutarem por políticas públicas de moradia, educação, entre outras, para seu grupo. Além de revelar a esperança em um futuro melhor às pessoas da comunidade, bem como o orgulho de sua identidade cultural. Nessa perspectiva, essas mulheres compartilham da mesma visão de mundo e se compreendem enquanto quilombolas, esta é uma identidade política construída ao longo dos anos diante

da necessidade de assegurar seu território e políticas públicas que atendesse suas demandas específicas.

A identidade cultural ou coletiva é uma representação em que os sujeitos se compreendem como membros de um grupo e compartilham as mesmas maneiras de estar no mundo, esta é adquirida durante sua primeira socialização, no entanto, em uma determinada sociedade nem todos os membros do grupo compartilham essas formas (CANDAU, (2016). Assim, como as identidades não são construídas a partir de um conjunto estável e objetivamente definíveis de “traços culturais”, mas sim produzidas de acordo com o contexto nas quais estão inseridas e se modificam conforme as relações e interações sociosituacionais e é a partir destas que surgem os sentimentos de pertencimento, de “visões de mundo” identitárias ou éticas (CANDAU, 2016).

No quilombo os valores culturais de matriz africana vêm sendo conservados e valorizados, principalmente pelas pessoas mais idosas, estas procuram ensinar tais valores aos mais jovens. Entre os valores culturais de matriz africana presentes no cotidiano do quilombo estão o samba do cacete, a capoeira, o carimbó entre outros. Nesse quilombo existe um grupo de música, o qual é formado por homens e mulheres, mas é dona Raimunda Rufino (92 anos) que ensina a melodia e a coreografia da maioria das músicas, principalmente do Samba do Cacete. Este gênero musical é cantado em vários momentos do cotidiano do quilombo, não se restringindo apenas as ocasiões de festas, etc., o que sugere que ele é também um canal ou uma forma usada por esse grupo social para transmitir os valores culturais de geração a geração.

O Samba do Cacete foi durante muito tempo cantado e dançado pelos seus antepassados, porém após alguns anos apenas algumas pessoas sabiam as letras das músicas. Desse modo, aquelas mulheres procuraram ensinar aos mais jovens esse gênero musical e, no presente, são eles que vão até a matriarca para que ela os ensine as letras das músicas. Assim, ao longo dos anos o gênero musical se tornou fundamental na construção da identidade quilombola do povo de Santa Rita de Barreira, principalmente, após terem conquistado o título de domínio coletivo de suas terras em 2002, além de ser estratégia de sobrevivência e construção simbólica.

A observação empírica revelou que durante os ensaios e apresentações desse grupo, na comunidade ou em outros locais, há uma maior identificação da negritude entre os membros, já que nesses espaços se vive a negritude de forma positiva, pois esses territórios possibilitam que homens e mulheres negros(as) afirmem suas identidades (CONRADO et. Al. 2015).

Outro fato importante observado foi que a maioria das pessoas, principalmente, as mulheres se comportam de formas diferentes quando saem da comunidade, a exemplo de Maria Oneide, de 27 anos, que estudava em uma escola na sede do município. Essa jovem quando estava na sala de aula quase não falava e pouco participava das aulas, também fez pouca ou nenhuma amizade. Todavia, no quilombo, ela é uma das lideranças, ocupa vários espaços e funções como coordenar o grupo de jovens e de dança, participa ativamente da organização dos eventos e festividades, cuida dos pais, dos irmãos, sobrinhos e avós. Além de dialogar sempre com as meninas e os meninos, tendo assim, o respeito e admiração do seu grupo social. Isso ocorre devido o contexto de formação deste território ter um caráter relacionado a criação de outra alternativa de vida que não esteja atrelada ao modelo eurocêntrico pautado na branquitude, mas sim a partir das territorialidades criadas por esse povo racializado. Para Saquet (2007), a territorialidade é definida como as relações diárias momentâneas, entre homens e mulheres com a natureza orgânica e inorgânica, necessários para a sobrevivência, destarte, é o acontecer de todas as atividades no cotidiano produzindo o território.

O povo negro tem dificuldade de ser ouvido fora de seu território, sobretudo em locais em que a branquitude condiciona os comportamentos, os valores e os padrões, a exemplo de hospitais, posto de saúde, praças públicas e escolas, pois o(a) colonizador(a) nega o direito de fala ao(a) colonizado(a) (KILOMBA, 2016). Assim, este(a), ao falar, forçaria aquele a entrar em confrontação com a verdade do “outro”, que precisam ser negadas, reprimidas e mantidas em segredo, por isso, o(a) colonizado(a) deve ser mantido(a) quieto(a), visto que assim não revela os segredos, como a escravidão, o racismo, sexismo, entre outros, que tanto incomodam o(a) conquistador(a) (KILOMBA, 2016). Na contemporaneidade, o(a) opressor(a) ao ser confrontados(a) com as verdades desconfortáveis do racismo, ele(a) argumenta não saber, não lembrar, não

acreditar, etc., estas são as expressões desse processo de repressão, que ele(a) resiste e procura tornar conhecido o desconhecido (KILOMBA, 2016).

Nesse sentido, essa postura de não reconhecimento das diversas formas de opressões sofridas pelo povo negro, menosprezando o protagonismo desse povo no espaço amazônico, são na verdade estratégias de não reconhecimento do território e por conseguinte da territorialidade negra na Amazônia.

Os diversos usos da terra, estabelecidos pelas relações de poder, formam os territórios por meio da apropriação do espaço pelos sujeitos, nos quais possuem características relacionais de acordo com seus respectivos interesses e objetivos, sendo influenciados por diversos aspectos no âmbito econômico, político, cultural e natural. De acordo com Raffestin (1993, p.144) *[...] um espaço onde se projetou um trabalho [...] revela relações marcadas pelo poder [...] o território [...] É uma produção a partir do espaço [...]*. Considerando a realidade do quilombo de Santa Rita de Barreira, compreendemos que a análise territorial aborda diretamente os sujeitos e suas relações no espaço, tendo a manifestação desses territórios em várias dimensões, que influenciam na configuração espacial, social, política, no comportamento e na identidade de um grupo social.

De acordo com Souza (2013), o território é definido e delimitado por relações de poder, no entanto, não é somente o Estado que exerce, mas sim qualquer grupo que tenha condições efetivas para isso, tais como os povos da floresta amazônica, através da diversidade de territorialidades relacionada às regras coletivas de cada grupo. Além disso, as estratégias de adaptação aos diversos ecossistemas amazônicos nos quais aqueles povos vivem, por meio de um amplo conhecimento da dinâmica da natureza, resultando na agregação dos aspectos políticos, culturais e econômicos para a construção de sua territorialidade.

Diante disso, em relação à produção do território, destaca-se o modo de vida quilombola constituído coletivamente como principal elemento que estrutura a base da territorialidade daqueles povos, pois não foram as características relacionadas a branquitude que moldaram a identidade daquele grupo social, mas principalmente os valores culturais de matriz africana, os interesses coletivos e de pertencimento ao grupo, por conseguinte o território.

Nesse caso, a territorialidade negra em Santa Rita de Barreira pode ser considerada como elemento fortalecedor do território da comunidade, considerando que esse espaço é onde os quilombolas tem liberdade em manifestar as atividades ancestrais africanas responsáveis pela formação desse território. Porém a concepção de mestiçagem vai de encontro com essa apreensão, pois não se adequa à realidade da comunidade, considerando que sua identidade quilombola pertence à territorialidade que forma o território, tem o intuito o fortalecimento da identidade negra. No entanto, a ideia de mestiçagem construída pelo estado brasileiro nega a identidade negra, pois não se trata apenas do cruzamento biológico de diferentes fenótipos humanos, mas sim de uma ideologia de valorização da branquitude e da possibilidade de convivência dos diferentes grupos socioculturais existentes no país sem nenhum conflito (COSTA, 2001), tal ideologia esconde a realidade do país marcada pelo racismo, desigualdade social, sexismo, entre outros problemas enfrentados pelos povos racializados.

Então a territorialidade negra parte de interesses coletivos que são constituídos por relações que abrangem o modo de vida quilombola, compreendido segundo Sorre (1984), como conjunto de atividades e técnicas materiais e imateriais da relação e uso da natureza, concretizadas pela tradição ancestral de cada povo, bem como um amplo conhecimento da natureza na qual estão inseridos.

A identidade quilombola está relacionada ao pertencimento e a autenticidade do grupo identitário, ou seja, as comunidades tradicionais, dentre elas quilombolas, são os sujeitos de seu reconhecimento e, portanto, possuem autonomia para escolher como querem se apresentar na sociedade. Nesse sentido, Hall (2006) contribui com a concepção de identidade em movimento, no qual aponta a crise de identidade, como resultado da categoria de sujeito pós-moderno, a partir do momento em que os sistemas de significados e representações culturais se ampliam, somos confrontados por múltiplas, desconcertante e nuances de identidades possíveis (HALL, 2006).

A autodenominação enquanto quilombola compreende-se como uma estratégia na perpetuação de valores culturais de seus ancestrais, que visa a permanência dos valores culturais de matriz africana, do modo de vida e no



território, mas atentando às influências de contextos globalizados que o quilombo de Santa Rita de Barreira está inserido, o qual está em constante processo de construção e movimento.

Nesse sentido, o conceito de território é aqui discutido por meio das relações de poder entre os grupos de indivíduos e instituições (Raffestin, 1993), que podem ser manifestadas das formas materiais e imateriais. Do ponto de vista material os limites definidos pelo Estado são recentes, como o Decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de domínio coletivo das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Todavia, esses povos já possuíam a perspectiva imaterial bem definida, obedecendo os valores e às relações de predecessoras por meio das representações, estabelecidas anteriormente ao reconhecimento do Estado, ou seja, já dispunham de suas próprias delimitações.

A territorialidade influenciada pelos(as) negros(as) de origem africana está relacionada com a religiosidade, música, dança, conhecimentos de rituais para cura de doenças, alimentação, dentre outros, porém, essas características territoriais dos(as) negros(as), tem sido inferiorizada. Nesse sentido, a construção do território do quilombo de Santa Rita de Barreira é compreendido a partir de uma construção social e coletiva, obedecendo uma multidimensionalidade (SAQUET, 2009), pois muitos espaços como rios, igarapés, entre outros são de uso comuns, assim como os animais de caça e os peixes dos rios e igarapés.

Segundo Raffestin (1993), a multidimensionalidade do vivido sociedade-espaço-tempo, retrata essa apropriação do espaço e construção do território quilombola de Santa Rita de Barreira, pois os(as) sujeito(as) se territorializam fundamentados por um conjuntos de códigos, relacionados às ações, posturas, práticas, comportamentos, responsáveis pelo processo de construção do espaço de vivencia desse grupo, bem como da construção e manutenção do território. Do ponto de vista do espaço e do tempo, é possível identificar uma série de rugosidades espaciais no quilombo, consideradas as marcas do tempo na paisagem desse quilombo hoje, ou seja, rugosidades é o que fica do passado no espaço, que se manifesta na paisagem, que permanece ao processo de

supressão, acumulação superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. (SANTOS, 2008)

Existe um protagonismo territorial das mulheres negras desse quilombo, pois há uma diversidade de atividades desempenhadas por elas que visam a manutenção do território quilombola, bem como o bem-estar do grupo. Assim, é possível destacar atividades reproduzidas por essas mulheres, tais como: parteiras, curandeiras, benzedeiras, composição de músicas, artesanato, dentre outras. Nesse ensejo, dentro da territorialidade quilombola há a construção de uma série de funções desempenhadas por mulheres, nas quais fortalecem a construção e reconhecimento de uma territorialidade feminina, não descolada da territorialidade geral, mas sim uma espaço que pertence ao quilombo de Santa Rita de Barreira. Ou seja, a reprodução das atividades cotidianas femininas, são consideradas um ato político, pois constroem um movimento de fortalecimento do segmento feminino a partir dessas práticas.

### *Considerações finais*

A luta pelo reconhecimento da territorialidade negra africana tem sido um dilema enfrentado pelo povo negro desde o período da escravidão até os dias atuais. Desse modo, mesmo com alguns avanços tais como o reconhecimento do título de domínio coletivo das terras remanescentes de quilombo, há uma série de limitações de caráter institucional que impedem que esse reconhecimento seja amplamente aceito e respeitado pela sociedade brasileira no geral, dentre as quais estão vários elementos do sistema escravista presentes em diversas relações sociais.

O quilombo de Santa Rita de Barreira é a prova da necessidade de reconhecimento do território, pois há uma diversidade de ações coletivas concretas, materiais e imateriais que buscam a reprodução e permanência desse território, em diversas esferas, sobretudo a presença da territorialidade negra feminina, que atua com funções gerais no território, mas também específicas do ponto de vista do gênero.

Portanto, a territorialidade feminina negra desse quilombo e dos demais existentes no país, devem ser reconhecidas sem generalizações, pois como destacado na pesquisa, há uma diversidade de características territoriais próprias que não devem ser compreendidas de maneira uniforme, mas sim buscando valorizar as especificidades de gênero desse quilombo, que não necessariamente é igual a outro, visto que o contexto de construção de cada território é específico. Diante disso, as políticas públicas criadas e efetivadas pelo Estado, devem buscar o reconhecimento específico de cada realidade, tendo o cuidado em identificar as estratégias territoriais femininas, considerando o histórico processo de invisibilização do povo negro, sobretudo da mulher negra.

No entanto, mesmo com toda repressão e opressão impostas ao povo negro, este, principalmente a mulher negra, sempre resistiu e procurou estratégias para romper com o modelo hegemônico, protagonizando e transformando seu território em um lugar no qual ela e seu grupo possam se sentir bem. Dessa forma, mulheres com as de Santa Rita de Barreira estão sempre procurando conservar a cultura de seus ancestrais, buscando a permanência da identidade negra.

### **Referências**

AGUIAR, Neuma. Perspectivas feministas e o conceito de patriarcado na sociologia clássica e no pensamento sociopolítico brasileiro. In: AGUIAR, Neuma (Org.) **Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997. p. 161-191.

ALBERTI, V. História dentro da História. In: PINSKY, C.B. (Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

ALCOFF, L. M. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, 2016.

AMADO, J.; FERREIRA, M.M. (Orgs). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BELL HOOKS. **Não sou eu uma mulher: mulheres negras e feminismo**. 1. ed. 1981. Janeiro: Tradução livre (Plataforma Gueto), 2014. Disponível em: <[https://plataformagueto.files.wordpress.com/2014/12/nc3a3o-sou-eu-uma-mulher\\_traduzido.pdf](https://plataformagueto.files.wordpress.com/2014/12/nc3a3o-sou-eu-uma-mulher_traduzido.pdf)>. Acesso em: 17 nov. 2016.

BEZERRA NETO, J. M. **Escavidão Negra no Grão-Pará (Séculos XVII-XIX)**. 2. ed. Belém: Paka-Tatu, 2012.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CÂMARA, Flávia Danielle da Silva. **Mulheres negras amazônidas frente à cidade morena: o lugar da psicologia, os territórios de resistência**. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Pará, 2017.

CARNEIRO, S. Gênero, raça e ascensão social. **Estudos Feministas**, n. 2, 1995.

CASTRO, E. Urbanização, pluralidades e singularidades das cidades amazônicas. In: CASTRO, E. (Org.). **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2008.

CERUTTI, Simona. A construção das Categorias Sociais. IN: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (org.) **Passados Reconstituídos**: Campos e Canteiros da História. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Editora FGV, 1998.

CONRADO, M. P. O protagonismo de mulheres negras. In: CONRADO, M. P. (Org.). **Interseções entre raça, gênero, sexualidade, meio ambiente e políticas públicas**. Belém: [s.e.], 2012.

\_\_\_\_\_; REBELO, N. Mulheres negras: ação, organização e protagonismo nas práticas políticas. In: RIBEIRO, M. (Org.). **Política de igualdade racial: reflexões e perspectivas**. São Paulo: Perseu Abramo, 2012.

COSTA, Sérgio. A mestiçagem e seus contrários etnicidade e nacionalidade no Brasil contemporâneo. In: **Tempo Social**. S. Paulo. 2001. Pp. 143-158.

DAVIS, A. **Mulher, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. 190

DOVE, N. Mulherisma Africana: Uma Teoria Afrocêntrica. In: **Jornal de estudos negros**, v. 28, n. 5, p. 515-539, 1998.

DUSSEL, Enrique. “Meditações anti-cartesianas sobre a Origem do Anti-discuso Filosófico da Modernidade”. In: Meneses, Maria Paula; Santos, B. s.(ORGS) **Epistemologia do Sul**. 1ª ed., Coimbra: Edicoes Almedina, 2009.

FALCI, M. K. Mulheres do sertão nordestino. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **Minha história das mulheres no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Ed. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 266p.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FRANÇOIS, E. A fecundidade da história oral. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Orgs). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

GONZALEZ; L.; HANSENBALG, C. **Lugar de negro**. v. 3. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GUEDES, A. C. B. (2018). **Mulheres quilombolas e uso de plantas medicinais: práticas de cura em Santa Rita de Barreira/PA**. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, 2018.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KILOMBA, G. A Máscara. **Cadernos de Literatura em Tradução**, n. 16, 2016, p. 171-180.

LOZANO, J. E. A. Práticas e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. 8. ed., São Paulo: Editora FVG, 2006.

LUNZ, Leandro da Silva. Mulher e história: da invisibilidade à sujeito de análise. In: **REHR**. Dourados, MS. v. 12, n. 23, jan. / jun. 2018. Pp. 49- 67.

MARANHÃO FILHO, E. M de A. Grandezas metodológicas para uma História do Tempo Presente a partir de Beatriz Sarlo e seu Tempo Passado. **Intellèctus**, v. 9, n. 8, 2009.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional Versus Identidade Negra**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p. 46-57, 2006.

NASCIMENTO, B. A mulher negra no mercado de trabalho. In: RATTIS, A. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Instituto KUANZA, Imprensa Oficial, 2006.

NAPONUCEMO, B. Mulheres Negras: protagonismo ignorado. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Orgs.). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

NEVES, D.P.; MEDEIROS, L.S. **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamento político**. Niterói: Alternativa, 2013.

ODILA DIAS, M. Escravas: resistir e sobreviver. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Orgs.). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2ed., São Paulo: Contexto, 2015.

SAMPAIO Patrícia Melo. Escravo e escravidão africana na Amazônia. In: O fim do silêncio. Presença negra na Amazônia. Belém: editora Açai/CNPQ. 2011.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção**. 3ª Edição. São Paulo: Edusp (Editora da USP), 2003.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem Territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org's.). **Territórios e Territorialidades: teorias, Processos e Conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. cap.4, p.73-93.

SILVA, Anaíza Vergolino e. Religiões africanas no Pará: uma tentativa de reconstrução histórica. Amazônia, IPAR, ano 2(2), jul. 2000.

SIMONIAN, L.T.L. **Mulheres da Amazônia brasileira**: entre o trabalho e a cultura. Belém: UFP/NAEA, 2001.

SORRE, M. **A noção de Gênero de vida e sua evolução**. In: MEGALE, J. F. (Org.). Max Sorre. São Paulo: Ática, 1984.

SILVA, André Ricardo Fonsêca da. Políticas públicas para comunidades quilombolas: uma luta em construção. In: **Política & Trabalho**. nº 48, Janeiro/junho. 2018, p. 115-128.

SOUZA, M. L. Território e (des) territorialização. In: SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

WOLFF, C.S. **Mulheres da Floresta**: uma história no Alto Juruá – Acre (1890-1945). São Paulo: Hucitec, 1999.



